

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS**

AURORA AMÉLIA BRITO DE MIRANDA

**DE ARRENDATÁRIOS A PROPRIETÁRIOS: a sociabilidade
no Assentamento Brejo de São Félix.**

**SÃO LUIS
2007**

AURORA AMÉLIA BRITO DE MIRANDA

**DE ARRENDATÁRIOS A PROPRIETÁRIOS: A sociabilidade no
Assentamento Brejo de São Félix**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Políticas Públicas.

Orientadora: Profa. Dra. Elizabeth Maria Beserra Coelho

SÃO LUIS
2007

Miranda, Aurora Amélia Brito de

De arrendatários a proprietários: a sociabilidade no assentamento Brejo de São Félix / Aurora Amélia Brito de Miranda. – São Luís, 2007.

204 f.

Orientador: Profa. Dra. Elizabeth Maria Beserra Coelho.

Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão. 2007.

1. Reforma agrária – Assentamento rural I. Título

CDU 332 (812.1)

AURORA AMÉLIA BRITO DE MIRANDA

**DE ARRENDATÁRIOS A PROPRIETÁRIOS: A sociabilidade no assentamento
Brejo de São Félix.**

Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da
Universidade Federal do Maranhão como requisito parcial para obtenção do título de
Doutora em Políticas Públicas.

Aprovada em ____ / ____ / ____ .

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Elizabeth Maria Beserra Coelho (Orientadora)
Universidade Federal do Maranhão

Profa. Dra. Alba Maria Pinho de Carvalho
Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Horácio Antunes de Sant' Ana Júnior
Universidade Federal do Maranhão

Profa. Dra. Maria de Fátima da Costa Gonçalves
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Marcelo Sampaio Carneiro
Universidade Federal do Maranhão

Aos assentados do P.A Brejo de São Félix, em especial às famílias das irmãs Nega e Deusimar, à Lúcia, Décio, Paulo (estrela), Zé Aderson, Maria Zuleide, Zé Cacheiro, Mariazinha, pelo apoio, acolhida e carinho dispensados, nas diversas vezes em que estive no *assentamento*, facilitando a realização da pesquisa.

À minha família por toda paciência e por suportarem minhas ausências decorrentes do trabalho de pesquisa.

AGRADECIMENTOS

A elaboração de uma Tese é um trabalho de grande fôlego, mas não é somente o resultado de um esforço individual. Apesar de, em muitos momentos, ser solitário, ele representa o apoio de muitas forças: amizades, companheirismo, amor e profissionalismo.

Como afirma Bourdieu (1998, p. 27), a construção de um objeto de estudo se realiza “[...] pouco a pouco, por retoques sucessivos, por toda uma série de correções, de emendas”. Neste sentido agradeço imensamente a Professora Dra. Elizabeth Maria Beserra Coelho (Beta) pelo aprendizado proporcionado, e pela desconstrução da ilusão dominante da impotência, mostrando-me o verdadeiro papel de um professor. Sua acolhida, seus ensinamentos me proporcionaram um crescimento pessoal e profissional, sem os quais esta Tese não teria se concretizado. Porém, atribuo exclusivamente a mim, os eventuais equívocos e lacunas;

Aos professores Dr. Marcelo Sampaio Carneiro Dr. Horácio Antunes pelas contribuições por ocasião do exame de qualificação da Tese;

Às professoras Dra. Alba Carvalho e Dra. Maria de Fátima Costa Gonçalves, pelas valiosas contribuições em sala de aula;

À professora Silvane Magalli pelo apoio, amizade e solidariedade em mais esta etapa;

À CAPES, pela concessão da bolsa de estudo;

A todos os professores e colegas do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, não poderia deixar de destacar o apoio e a amizade de Liberata Coímbra, Katiane Ribeiro, Annova Carneiro, Marli Alcântara, Juarez, Carlos Augusto, Augustinho, Zayra, Valdira, pela oportunidade do convívio. Em particular, Socorro Alves, Katiane Ribeiro e Marly Dias pela amizade e incentivo. À Marli Alcântara pelos anos de amizade e convivência, da especialização até esta etapa.

A uma força superior que me acompanha e me faz acreditar que é possível continuar a lutar por um mundo melhor: Deus;

À minha mãe Maria Brígida e ao meu pai José Pereira de Miranda (*in memoriam*), que sempre me apoiaram na busca de conhecimento;

Ao Arthur Vinícius, meu filho, que teve maturidade para compreender mais esse processo e mais uma vez suportou minhas ausências para campo e impaciência pelo stress da realização da tese.

Ao meu companheiro Carlos Augusto de Oliveira Furtado, presente em mais este momento da minha vida. Obrigada pela força e especialmente pela ajuda com as tabelas e com o manuseio do computador.

Às irmãs Valéria e Márcia Carvalho, pela amizade e o apoio de sempre;

Aos companheiros da COOSERT, em especial a atual diretoria, pelo convívio e pelo apoio dado a esta pesquisa;

Às equipes do Programa de ATES, em especial o Núcleo Operacional Parnarama/ Matões, por me acolherem, dividirem comigo o espaço, fornecerem informações e propiciarem discussões e momentos de lazer, que foram valiosos para a conclusão deste trabalho.

À Dona Isabel Sardinha, pelo carinho e disponibilidade às solicitações sempre que possível, no PPGPP/UFMA;

O acesso à terra é, portanto, a concretização do direito ao trabalho, mas não qualquer tipo de ocupação (trabalho assalariado, por exemplo). A terra significa mais do que um emprego ou ocupação porque possibilita o “trabalhar para si”, portanto uma condição de liberdade e “fatura” (produção para garantir o sustento da família), ou seja, um trabalho sem os “mandos de um patrão” e uma realidade ausente de privações materiais.

Sérgio Sauer

RESUMO

Análise da sociabilidade no *assentamento* Brejo de São Félix, situado no município de Parnarama, estado do Maranhão. Busca compreender como os grupos foram se constituindo, como os *assentados* interagem construindo os laços que os articulam, numa perspectiva histórica, destacando as novas relações que se constituem na condição de *assentados*, assim como os novos mediadores com os quais passam a se relacionar. Discute as seguintes questões: o que significa *assentamento*? Em que medida os *assentados* conquistam a propriedade e o controle sobre a terra? Toma como referência a noção de *sociabilidade* desenvolvida por Velho (2001) para compreender como distintas *sociabilidades* vão construindo simbolicamente os diferentes espaços deste *assentamento*, destacando novas e velhas formas de gestão do território e de clientelismo que se efetivam a partir das relações com as instituições que nele atuam.

Palavras Chave: Reforma Agrária; Assentamento Rural; Sociabilidade, Mediação.

ABSTRACT

It analyses the sociability's on Brejo nesting from São Félix, situated in Parnarama city, Maranhão State. It searches understand how the groups has been becoming the bows that articulate them, how the seated ones interact building the bows that articulate them, in a historical perspective, detaching new relations in a seated condition, as well the new mediators which they pass to relationate. It argues the following questions: what does it means nesting? In which measure the seated ones conquets the property and the land's control? It takes as reference the sociability notion developed by Velho(2001) to understand how diferents sociabilities build symbolic the different spaces from this nesting, detaching news and old management's forms of the territory and clientelism that has been accomplished from the relations with the institutions that acts in it.

Key Word: The Agrarian Reformation; Agricultural Nesting; Sociability, Mediation.

LISTA DE SIGLAS

APPR – Associação dos Pequenos Produtores Rurais
ASSEMA – Associação em Áreas de Assentamentos no Estado do Maranhão
ATAM – Associação dos Trabalhadores Agrícolas do Maranhão
CENTRU – Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
COLONE – Companhia de Colonização do Nordeste
COMARCO – Companhia Maranhense de Colonização
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CUT - Central Única dos Trabalhadores
EMAPA – Empresa Maranhense de Pesquisa Agropecuária
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FETAEMA – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Maranhão
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
FUNRURAL – Fundação de Previdência e Assistência ao Trabalhador Rural
GETAT- Grupo Executivo de Terras do Araguaia Tocantins
GEBAM – Grupo Executivo do Baixo Amazonas
GTDN – Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
GETSOP – Grupo Executivo de Terras do Sudeste do Paraná
Ha – hectares
IBAMA – Instituto Nacional do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITERMA – Instituto de Terras do Maranhão
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MSTR – Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais
MEB – Movimento de Educação de Base

ONG`S – Organizações Não Governamentais
PC do B – Partido Comunista do Brasil
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PSP – Partido Social Progressista
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PT – Partido dos Trabalhadores
PPGPP - Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas
PIN – Programa de Integração Nacional
PROCERA – Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária
PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
STTR – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
SIPRA – Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária
SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UDR – União Democrática Rural
UDN – União Democrática nacional
ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas
UFMA – Universidade Federal de Maranhão

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS.....	11
1. INTRODUÇÃO.....	15
1.1 Objetivo Métodos.....	28
2. REFORMA AGRÁRIA: solução para a questão agrária ou (en)cenação de reforma agrária.....	40
2.1 A política agrária e o regime militar.....	44
2.2 Entra (en) cena a reforma agrária.....	55
2.3 As transformações recentes na agricultura maranhense: a luta pela construção de um patrimônio familiar.....	63
2.4 De novo (e) cena a reforma agrária.....	79
3. A POLÍTICA DE ASSENTAMENTO RURAL.....	84
3.1 O que significa assentar?	86
3.2 Assessoria x assistência.....	91
3.2.1 A assistência técnica como estratégia nacional.....	92
3.2.2 O assentados como protagonistas da reforma agrária?	94
3.2.3 Assessoria aos assentados no Maranhão.....	105
4. O ASSENTAMENTO BREJO DE SÃO FÉLIX.....	108
4.1 A vida como arrendatário.....	109
4.2 O patrão e seus clientes.....	114
4.3 “Nos aqui era tudo unido”	123
4.4 A quem se deve a desapropriação?	131
5. A (RE) CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO.....	134
5.1 Novas formas de gestão do território.....	138
5.2 “Deixamos de ser aquela cativo, aquela pessoa privatizada”	139
5.3 A Sociabilidade na produção.....	145
5.3.1 Sistema de cultivo.....	147
5.3.2 Sistema de criação.....	150
5.3.3 A Agricultura familiar e o PRONAF em Brejo de São Félix: rumo ao agronegócio?	150
5.4 Gestão, organização e novas formas de sociabilidade.....	156
5.5 A rede de controle social.....	164
5.6 Solidariedade e ajuda mútua.....	168

5.7 A sociabilidade no lazer.....	170
5.7.1 “Sob o pé de tamarindo: a festa do lavrador”.....	170
5.7.2 As demais festas.....	174
5.7.3 Outras formas de lazer.....	175
5.8 Conflitos internos e heterogeneidade dos assentados.....	176
6. CONCLUSÃO.....	190
REFERÊNCIAS.....	194
ANEXOS.....	202

1. INTRODUÇÃO

Esta tese aborda as relações de sociabilidade no *assentamento*¹ Brejo de São Félix, situado no município de Parnarama, estado do Maranhão. Busca compreender as relações sociais e de poder local nas dimensões sociais, econômicas e políticas. Ou seja, busca compreender como os grupos foram se constituindo, como os *assentados* interagem, construindo os laços que os articulam.

Ao longo do percurso da pesquisa, a partir do contato com a história e o cotidiano das pessoas do *assentamento*, fui percebendo regularidades em suas trajetórias de vida. Percebi que a partir dessas trajetórias formavam grupos segundo interesses específicos.

Procurei descrever as formas pelas quais distintas sociabilidades (VELHO, 2001) vão construindo simbolicamente os diferentes espaços deste *assentamento*. Pude observar momentos de intensa interação social, como a festa do lavrador realizada no mês de julho, quando se registram “[...] formas lúdicas de sociação”, (SIMMEL 1983:168), a “[...] interação entre iguais”, revelando jogos e conversas animadas. Como diz este autor, “[...] de fato, entre todos os fenômenos sociológicos, com a possível exceção de ‘olhar um para o outro’, a conversa é a forma mais pura e elevada de reciprocidade” (1983, p.177).

Assim, várias expressões de sociabilidade (VELHO, 2001) foram descortinadas no decorrer da pesquisa de campo, que se expressavam na forma de: cooperação, conflito e controle.

Velho (2001) define sociabilidade como as interações, as redes de interações, as situações interacionais dos mais diferentes tipos. Está relacionada ao cotidiano, à microsociologia, ao dia-a-dia, ao convívio, aos encontros e desencontros, à negociação da realidade e à definição de situações.

Pude perceber as diferentes interações que no *assentamento* estudado asseguram a existência do grupo, seja mediando conflitos, fortalecendo lutas por objetivos comuns ou assegurando a sobrevivência.

Estive voltada para o que Simmel (1983) denominou *sociação*, ou seja:

A sociação é a forma (realizada de incontáveis maneiras diferentes) pela qual os indivíduos se agrupam em unidades que satisfazem seus

¹ Essa categoria será discutida ao longo desta introdução, apontado como uma categoria oficial que vai se tornando categoria de identificação por parte dos *assentados*.

interesses. Esses interesses, quer sejam sensuais ou ideais, temporários ou duradouros, conscientes ou inconscientes, causais ou teleológicos, formam a base das sociedades humanas (1983, p. 166).

A partir desta noção de *sociação*, definida como o modo pelo qual os indivíduos se aproximam em núcleos de satisfação de seus interesses, Simmel (1983) considera que o conteúdo de uma *sociação* é o que está presente no indivíduo, como: impulsos, interesses, inclinações e propósitos, estado psíquico, movimento, ou seja, tudo que está presente neles de maneira a engendrar ou mediar influências sobre os outros, ou que receba tais influências, o autor designa como conteúdo, matéria da *sociação*.

Para Simmel (1983, p.168) “[...] “sociedade” propriamente dita é o estar com um outro, para um outro, contra um outro que, através do veículo dos impulsos ou dos propósitos, forma e desenvolve os conteúdos e os interesses materiais ou individuais”.

Assim, busquei perceber os espaços sociais e as redes de sociabilidade que se formam no assentamento Brejo de São Félix.

Meu interesse em analisar as relações sociais em um *assentamento* decorreu de minha experiência de pesquisa durante o curso de mestrado, quando investiguei o processo de luta pela terra no Maranhão. Naquela ocasião, procurava conhecer as estratégias de luta empreendidas pelos trabalhadores rurais para conquistar a terra. Essa busca despertou meu interesse em conhecer o que ocorria após a conquista da terra, ou seja, como os *assentados* (re) construíam suas vidas na nova condição.

Interessa-me agora analisar a modalidade de *assentamento* decorrente desses processos, tendo em vista as relações sociais que se estabelecem num contexto de *assentamento* rural.

Inicialmente, selecionei como campo empírico o Projeto de Assentamento-P.A.- Entroncamento, por ser um assentamento antigo, criado em 1986, no contexto da implementação do I Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República, no município de Itapecuru-Mirim. O fato de estar situado apenas a 108 km de São Luís, também favoreceu a escolha. Porém, embora tenha feito contatos iniciais com lideranças de 04 dentre as 09 comunidades que compõem esse P.A, com trabalhadores e lideranças do Sindicato de Trabalhadoras Rurais- STTR de Itapecuru-Mirim, e com os técnicos do Programa de ATES do assentamento, não foi possível dar continuidade a pesquisa. Os assentados e as lideranças procuradas

estavam sempre em São Luis, o STTR não se dispôs a dar informações sobre o assentamento e observei que as comunidades eram dispersas o que dificultava o trabalho inicial da pesquisa.

Como faço parte de uma Cooperativa de Serviços Técnicos – COOSERT², em 2005 passei a coordenar o Programa de Assessoria Técnica Social e Ambiental (ATES)³, criado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em parceria com a Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais na Agricultura do Maranhão (FETTAEMA) e com a COOSERT. Esta inserção descortinou novas possibilidades na seleção do campo empírico da pesquisa.

A cooperativa ficou responsável por realizar a assessoria técnica de cinco Núcleos Operacionais, distribuídos nos assentamentos dos municípios de Pio XII / Vitorino Freire, Coroatá / Codó, Caxias / Timon, São João do Sóter e Parnarama / Matões. A partir de então, passei a acompanhar os trabalhos nesses cinco Núcleos Operacionais, tendo conhecido o Assentamento Brejo de São Félix.

A relação com os assentados estreitou-se a partir da elaboração do Plano de Desenvolvimento deste *Assentamento* – PDA⁴. Passei a conviver com o cotidiano das três comunidades que constituem este *assentamento*, Brejo de São Félix, Canafístula e Baixão Grande, e percebi que poderia ser o meu campo empírico. Em discussão com minha orientadora, decidimos que a mudança não implicaria em nenhum problema para a pesquisa. Em qualquer *assentamento*, constituído em condições semelhantes, seria possível refletir sobre as questões que minha pesquisa colocava.

Esta relação de trabalho, se por um lado favoreceu meu acesso ao campo, por outro lado interferiu na representação que os trabalhadores fizeram da minha pessoa e, conseqüentemente, nas informações que me concederam. Embora eu tenha informado que estava realizando uma pesquisa para Universidade, minha pessoa estava sempre associada a primeira referência como coordenadora do Programa de ATES na área.

² Esta cooperativa realiza Planos de Desenvolvimento, programas e projetos com os trabalhadores rurais desde 1997.

³ No item 3.1 desta tese analiso o Programa ATES.

⁴ De acordo com o “Manual Operacional de ATES”, aprovado em meados de 2004 (INCRA, 2004), o PDA é considerado como “ações permanentes, a envolverem, desde o processo de planejamento da ocupação e utilização racional de áreas de assentamento, no âmbito de cada território, até seu pleno desenvolvimento, através da efetiva garantia dos serviços básicos de infra-estrutura física e social.”.

O Projeto de assentamento Brejo de São Félix está situado no Município de Parnarama/MA, que fica localizado às margens esquerda do Rio Parnaíba e direita do Rio Itapecuru, pertencendo à Região dos Cocais, composta por 12 (doze) Municípios, integrantes das Mesorregiões Centro (Fortuna) e Leste Maranhense (Afonso Cunha, Aldeias Altas, Buriti Bravo, Caxias, Coelho Neto, Duque Bacelar, Lagoa do Mato, Matões, Parnarama, São João do Soter e Timon). A região dos Cocais é cortada pelos rios Itapecuru, Parnaíba e Munim, o que favoreceu o seu povoamento no século XVII, cujas bacias eram apropriadas para o transporte fluvial.

Parnarama está localizada a 533 km de distância da capital maranhense, em termos populacionais, área, e densidade demográfica, o município apresenta respectivamente, de acordo com os dados do IBGE / 2000, uma população de 32.469 habitantes, numa área de 3.487,1 km², o que equivale à densidade demográfica de 9,30 Hab / Km².

Parnarama, inicialmente, pertencia ao município de São José dos Matões, cidade situada a cerca de 20 km de distância do rio Parnaíba. De acordo com Silva (2005), pessoas influentes como o prefeito de São José dos Matões, na época (1948), Lauro Barbosa Ribeiro, seu irmão Joel Barbosa Ribeiro (deputado estadual), José Torres de Assunção, Bernadino “Nôga Silva, conseguiram através da lei nº 128 de 17 de setembro de 1948, a transferência da sede do município para às margens do rio Parnaíba. Conforme Silva (2005, p.29),

São José dos Matões não tinha a mínima estrutura para sediar um governo municipal. A transferência iria trazer maior vantagem de mudança, ou seja, mudaria os rumos da economia e das relações políticas, pois mais próximo do Rio Parnaíba, poderia assim servir melhor ao desenvolvimento e gozar o município de grandes facilidades.

Ainda de acordo com Silva (2005), “Parnarama: cidade projetada e construída”, a transferência da sede do município se realizou em 10 de abril de 1949, para uma área de terra doada pelo Sr. José Torres de Assunção, com a denominação de Parnarama, nome formado da língua Tupi – Guarani, que significa: rio da região, ou rio regional, Parná = rio, Rama = região. Assim, Parnarama significa terra do grande rio.

Os moradores de São José dos Matões conseguiram na Assembléia Estadual, anos mais tarde, que fosse votada uma lei que dividiu o município restaurando o nome do atual município de Matões.

Parnarama faz limites com os seguintes municípios:

Norte: Matões – MA

Sul: Lagoa do Mato e São Francisco – MA

Leste: Estado do Piauí

Oeste: Buriti Bravo, Fortuna, Senador Alexandre Costa e Caxias –MA.

A principal via de acesso ao *assentamento* Brejo de São Félix é feita pela BR – 316, até a cidade de Caxias, quando se toma a MA - 034 de Caxias a Buriti Bravo, estando a comunidade Brejo de São Félix situada na altura do km 74 .

O PA fica a 50 km da sede do município de Parnarama. Este assentamento é resultado de um processo de desapropriação, concluído em 24 de março de 1995. Possui uma área de 6.657,400 ha. De acordo com os critérios técnicos do INCRA / MA, essa área teria capacidade para 266 famílias, mas existem atualmente, em torno de 280 famílias.

A forma de ocupação privilegiada pela tese configura o que se tem denominado como *assentamento*, termo que costuma ser utilizado de forma genérica no que se refere à questão fundiária no Brasil, o que faz parecer que sua utilização se dá como se fosse sinônimo de reforma agrária e, mais que isso, de um único modelo de reforma agrária.

Busco analisar formas de ocupação da terra que são denominadas de *assentamentos* rurais, na perspectiva de Leite et al (2004). O que tem determinado a criação dos *assentamentos*, *segundo* o autor, são iniciativas múltiplas e variáveis dos trabalhadores rurais e seus movimentos. Em muitos casos, formas diferentes são combinadas, intencionalmente ou por força da dinâmica da luta. Em outros momentos e lugares, uma determinada forma de luta pode atingir uma hegemonia quase absoluta. Outras vezes, num mesmo local há mudanças bruscas das formas de lutas acionadas ao longo do tempo.

Leite et al (2004) consideram problemático classificar de modo conciso as formas de lutas existentes. Mesmo assim definem algumas categorias como: *ocupação*⁵, *ocupação paulatina*⁶, *resistência na terra*⁷, *mista*⁸ e *outras*⁹.

⁵ Refere-se às ocupações massivas e públicas da terra, que se tornaram freqüentes e consolidaram sua denominação nos últimos 15 anos, a partir de um estímulo do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (em geral atribuída a ele), mas que no entanto se ampliaram para outros movimentos de luta pela terra ou mesmo o movimento sindical, que em algumas regiões tem uma presença mais importante que o MST.

⁶ São ocupações silenciosas, via de regra em pequenos grupos de posseiros que querem criar benfeitorias e ter, dentro de certo tempo, seu direito de posse reconhecido. Nesses casos, os conflitos eclodem apenas quando a ocupação é “descoberta”.

O P.A Brejo de São Félix, poderia ser classificado como uma situação de “resistência na terra”, para conquistar o direito de nela permanecer. Tratou-se de *assentar* famílias já viviam na área por várias gerações.

O impacto dos assentamentos, principalmente os que foram implantados nos últimos 25 anos, como considera Leite et al (2004), já se faz sentir em termos econômicos, sociais e políticos em certas regiões do país.

Conforme Leite (1997, p.168), os assentamentos

[...] não só geram empregos e, de alguma maneira, aumentam o nível das famílias assentadas, com reflexos na economia municipal e regional, como também transformam em maior ou menor medidas as relações de poder local.

O estudo de Leite et al (2004, p.13) afirma que “[...] os assentamentos constituem-se de fato, e apesar das dificuldades, em espaços produtivos e de garantia da segurança alimentar e nutricional”. Isso ainda não pode ser observado em todos os *assentamentos*, principalmente no Nordeste e, em particular, no Maranhão. Depois de 11 anos de existência, no *assentamento* Brejo de São Félix os moradores ainda reivindicam sistema de abastecimento d’água, eletrificação rural, escolas, acesso à saúde, melhores estradas para escoar a produção, questões que comprometem o principal meio de sustento das famílias: a agricultura. Desta forma, torna-se evidente que não basta distribuir terra, alterando a estrutura fundiária. Com a posse da terra, emerge uma série de questões que exigem a implementação de uma política agrícola, que possa possibilitar uma melhor qualidade de vida aos assentados.

O termo *assentamento* tem significações diversas. Andrade et al (1998), afirmam que o termo *assentado* é utilizado como uma categoria oficial externa no sentido de alocar, fixar, assentar em áreas previamente selecionadas, analisadas e preparadas para tal, grupos previamente selecionados. Seria então uma “[...] categoria produzida de fora, resultado da ação oficial, só teria existência, portanto,

⁷ Inclui todos os casos de luta de trabalhadores rurais (moradores, parceiros, arrendatários, posseiros) para permanecer na terra onde trabalhavam e /ou moravam, contra a vontade do proprietário ou pretense proprietário.

⁸ Combinação de duas ou mais formas anteriores, sem que haja dominância muito nítida de uma delas.

⁹ Abarca ações de trabalhadores e movimentos que nos pareceram não enquadrar nas categorias anteriores, bem como os casos em que a iniciativa não pertenceu aos trabalhadores e seus movimentos.

após atos jurídicos que permitissem aos órgãos oficiais administrar as áreas em questão” (ANDRADE et al, 1998, p. 48).

Conforme esses autores, no caso dos chamados *assentamentos* do Maranhão, nada indica ter se desenvolvido aqui qualquer ação planejada. Não houve um momento em que o Estado, após identificar e preparar áreas tenha ali alocado, fixado, assentado trabalhadores. Os chamados “assentamentos” são, em sua maioria, resultado da ação dos próprios posseiros, pequenos arrendatários, foreiros, que lutaram para permanecer na terra tendo, muitos deles, sido assassinados em decorrência dessa luta.

Assim, apesar do termo *assentado* ter sido construído inicialmente como uma categoria oficial (ANDRADE et al, 1998), ao longo do tempo foi sendo apropriado pelos trabalhadores rurais como categoria de identificação, assim como tem sido resignificado pela academia.

Duas perspectivas teóricas e empíricas podem ser percebidas nos estudos sobre *assentamentos*. Uma que enfatiza o assentamento como espaço de uma nova organização social (MARTINS 2000; CARVALHO, 1999) e outra que destaca as continuidades que se dão no âmbito da *sociabilidade* nos assentamentos (NEVES, 1997). O primeiro posicionamento remete especialmente para assentamentos decorrentes de situações de *ocupação* (LEITE et al, 2004), marcadas por deslocamentos físicos. O outro posicionamento constrói-se com base nas situações empíricas de *resistência na terra* (LEITE et al, 2004), comuns no Maranhão.

Se o entendimento do termo assentar significa enraizar, fixar, Neves (1997) chama a atenção para o seu oposto, o desenraizamento. Esta autora, analisando o processo de mudança da posição social dos trabalhadores rurais assalariados de uma usina, para a condição de assentados, via processo de desapropriação de reforma agrária, afirma que, para se entender um processo de mudança social em curso, é necessário ter por referência não só as discontinuidades, mas também, as continuidades. Coloca, ainda, que tanto os mediadores da aplicação dessa Política Pública como os *assentados*, exacerbaram socialmente a discontinuidade para construir o suposto desenraizamento. “A incorporação e a recriação de novas condições de vida vêm sendo estruturadas a partir da reelaboração ou da reorganização das condições sociais vigentes no passado” (NEVES, 1997, p.21).

Conforme a autora, ainda é necessário compreender os termos em que este *desenraizamento* e este *reinraizamento* foram politicamente construídos e não esquecer de que o processo de “desenraizamento” não implicou deslocamento físico, mas deslocamento social para a maioria dos assentados. O grupo de ex-trabalhadores da usina passou a afirmar seus valores fundamentais pela referência a uma realidade social “reinventada”, isto é, reelaborada. Especificamente neste caso, os beneficiários do processo se deslocaram da condição de ex-trabalhadores da usina (ou ex-morador) para a condição de assentado, posição que passa a ser tutelada pelo Estado. Dessa forma, a análise deve libertar-se dos riscos da exacerbação do peso de ações externas e da subtração da importância da dinâmica interna de suas reelaborações e reapropriações.

No caso do Projeto de Assentamento Brejo de São Félix, ocorreu uma situação semelhante. Não houve um deslocamento físico, ou seja, uma ruptura brusca da condição de sem terra, por exemplo, para outra, (assentado), mas a incorporação de “novas” relações sociais que passaram a ser mediadas pelo Estado, a partir da condição de *assentado* da reforma agrária, construindo seus valores tomando como referência uma situação social, reelaborada pela condição de *assentado*.

Neves (1997) conceitua o processo de *assentamento*, como o conjunto de ações pelas quais os indivíduos vão incorporando recursos materiais, sociais e simbólicos, que possibilitem a aquisição da nova posição denominada de *assentamento*.

Leite et al (2004), chamam a atenção para o fato de que a condição de “ser assentado” requer uma determinada relação com o Estado, mediada pelas experiências anteriores, implicando resultados aparentemente contraditórios. Essa contradição se expressa através de:

- Burocratização do processo de criação do assentamento;
- Orientações rígidas dos técnicos e suas instituições/sem autonomia para os assentados realizarem as próprias escolhas;
- Unificação de práticas coletivas;
- Disputas pelo controle de recursos e das demandas a serem implementadas.

Estes autores apresentam os *assentamentos* a partir de dois pontos de vista. Primeiro, como ponto de chegada, ou seja, uma entre outras possibilidades de

mobilidade e integração social na qual se empenharam os diversos movimentos sociais no processo de luta pela terra. O impacto proporcionado nos parece importante pela possibilidade de transformação de um amplo setor de “excluídos” em sujeitos políticos, novos atores em cena. Segundo, como ponto de partida, ou seja, a situação a partir da qual o produtor beneficiário busca – já num patamar diferenciado – implementar projetos tecno-produtivos, praticar uma nova sociabilidade interna aos núcleos de reforma agrária e inserir-se num jogo de disputas políticas visando a sua reprodução (sobretudo na sua relação com o Estado).

Pereira (2004) analisa os *assentamentos* como um processo, ou melhor, como um processo ritual resultante da reforma agrária. Considera *assentamento* como um espaço territorial delimitado juridicamente pelo Estado, resultante, na maioria dos casos, de desapropriação para fins de reforma agrária. Ao ser assentado determinado número de famílias estabelece-se um novo espaço de socialização e produção integrado ao conjunto da sociedade maior e, portanto, um local onde, simbolicamente, são estabelecidas novas relações, uma nova linguagem, espaço possível de criação de novos valores.

Nessa “nova fase”, a terra passa a ser o local de pertencimento da família, onde terá continuidade seu patrimônio para as futuras gerações. Inicia-se então um novo processo de estruturação da família na relação com a terra e de socialização com o grupo de *assentado*.

Martins (2000, p.46), ao analisar os *assentamentos* resultantes de formas de ocupação, considera-os como “[...] uma verdadeira reinvenção da sociedade” como “[...] uma clara reação aos efeitos perversos do desenvolvimento excludente e da própria modernidade”. Ainda segundo o autor, o processo de re-socialização modernizadora nos acampamentos resulta que, nos assentamentos:

[...] a sociedade é literalmente reinventada, abrindo-se para concepções mais largas de sociabilidade e, ao mesmo tempo, fortalecendo as concepções ordenadoras da vida social provenientes de familismo antigo (MARTINS, 2000, p. 47).

Martins refere-se aos assentamentos decorrentes de etapas de acampamento, situação distinta dos processos que ocorrem no Maranhão e, conseqüentemente, em Brejo de São Félix. No entanto, embora não vivenciando a fase do acampamento, a luta com “resistência na terra”, como já apontou Neves

(1997), implica numa ressocialização dada pelas novas condições postas pela condição de *assentado*. Nesse momento, conforme Martins (2000, p.47), há um “[...] alargamento de horizontes e de convivência”.

Para Carvalho (1999), o temo *assentamento* expressa, no momento de sua criação, um ponto de inflexão histórica entre dois processos políticos e sociais, e, portanto, uma transição histórica mais complexa do que o mero ato administrativo de sua criação formal. O *assentamento* encerra um determinado processo político-social onde o monopólio da terra e o conflito social localizado pela posse da terra são superados e inicia-se um outro: a constituição de uma nova organização econômica, política, social e ambiental naquela área, com a posse da terra por um contingente heterogêneo de famílias de trabalhadores rurais sem terra. Nesse espaço físico, uma parcela do território rural, será formada uma nova organização social.

Carvalho (1999) refere-se, como Martins (2000), aos processos de *assentamento* decorrentes de *ocupação*. Nesses casos, aponta Carvalho (1999) a transição do processo desapropriatório ao chamado *assentamento* das famílias de trabalhadores rurais sem terra deveria implicar na construção da infraestrutura física que contemple o parcelamento da terra (ou não, dependendo das circunstâncias), a construção de estradas, a seleção dos locais para a edificação das casas, a perfuração dos poços de captação de água, a eletrificação rural, a destinação de áreas para o uso social comum e de trabalho, a liberação de créditos para produção, a construção ou adaptação de obras físicas para a produção, como as cercas, estábulos, paióis, currais, etc, e daquelas para o uso social como escolas, postos de saúde, igrejas, áreas de lazer; a compra de animais, de implementos agrícolas, o início do plantio, as criações. Porém, essa não é a realidade da maioria dos *assentamentos* de reforma agrária no estado do Maranhão, que se constituem com base na *resistência na terra*. No entanto, pode-se observar que em ambas as situações a sociabilidade instaurada nos assentamentos é permeada pela constituição de associações, cooperativas e pela mediação das instituições governamentais e não governamentais que trabalham com a reforma agrária.

Essas relações poderão ser ora de consenso, ora de dissenso. Instalam-se, criam-se e recriam-se disputas de poder, de prestígio pessoal, de idéias. Estabelecem-se novas relações formais e informais com o poder público local, com

os movimentos sociais, os sindicatos dos trabalhadores rurais e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Enfim, centenas de pessoas estão face a face num determinado momento da história das suas vidas, e em determinado espaço físico, necessitando fazer dele um espaço econômico, político, social e ambiental onde possam reproduzir seus meios de vida e de trabalho (CARVALHO, 1999).

De qualquer forma, os *assentamentos*, sob gestão do Estado, passam a ser alvo privilegiado de políticas públicas às quais os assentados não tinham acesso anteriormente.

No diálogo que estabelecem com o Estado, os *assentados*, passam a se deparar com um conjunto bastante amplo de instituições governamentais (INCRA, prefeituras, secretarias de agricultura estaduais e municipais, bancos, organizações de assistência técnica, IBAMA), ONGs (voltadas para o apoio e assessoria às demandas dos trabalhadores, ou especializados na elaboração de projetos de “desenvolvimento”), entidades vinculadas às igrejas, entidades locais ou regionais de representação (movimento de luta pela terra, STTR, FETAEMA, CONTAG, MST, associação de produtores, cooperativas, entidades patronais, entre outras).

Dessa forma, há uma multiplicidade de relações sociais em que a negociação e a disputa são virtualidades presentes, em que trajetórias diferenciadas implicam resultados diversos, impedindo qualquer procedimento apressado de generalização.

Concordo com Carvalho (1999, p.8) quando afirma existir:

[...] uma tendência por parte das burocracias estatais e até mesmo da sociedade civil de ignorarem as diferenças, essa heterogeneidade social de que é portadora a população dos assentamentos. Essa tendência a uma visão homogeneizadora é sintetizada na expressão “o assentado”, uma identidade social atribuída de fora para dentro, e na maior parte das vezes, seja por alienação seja por conveniência, assumida pelos trabalhadores rurais. Essa percepção que não identifica as diferenças, que rejeita subconscientemente essa heterogeneidade, impede o estabelecimento de interações sociais de reciprocidade, de compartilhamento, que estejam abertas à construção de novas tipificações, entre os de fora e os de dentro do assentamento, capazes de proporcionarem, num determinado plano social, novas identidades sociais.

O autor ressalta, ainda, que a tendência é de se manter interações sociais de estranhamento entre os de fora e os de dentro.

Assim, de acordo com Carvalho (1999), nos chamados *assentamentos* não estão presentes os *assentados*, mas pessoas diferentes entre si, portadoras de

biografias diversas e de conhecimentos proporcionados pelo estilo de vida de cada um na sua relação com o mundo, que influenciam suas vidas no *assentamento*.

São pessoas que, consoante Martins (1994, p.159):

Ao romperem, num contexto de conflito social, o curso de suas vidas passadas, em grande parte determinadas pelas relações sociais de produção nas quais estavam inseridas, desejam ser reconhecidas como sujeitos de seu próprio destino e de um destino próprio, diferente se necessário.

O denominado *assentamento*, enquanto espaço social em reconstrução, é o local onde as pessoas, com diferentes histórias de vida, começam a atuar umas sobre as outras. Essas diferentes personalidades interagem no cotidiano, possibilitando novas tipificações recíprocas de ações habituais. A interação que passa a ocorrer num “assentamento” realiza-se numa condição que, em princípio, não foi institucionalmente definida por nenhum dos *assentados*. Posteriormente, uma multiplicidade de planos sociais de interações deverá ocorrer, neles aflorando estranhamentos e identificações.

Nesses espaços atuam, direta ou indiretamente, vários agentes, defendendo os mais diferentes interesses, embora, se apresentem imediatamente identificados com a “defesa de uma vida melhor para os assentados”, preocupados na viabilidade dos *assentamentos* rurais como garantia de melhor *desenvolvimento* para o País.

Assim, longe de ser apenas questão de nomenclatura, os vários embates conceituais decorrentes do termo *assentamento* têm como suporte conotações político-ideológicas sobre as concepções de Reforma Agrária, sobre o direito à propriedade da terra, a intervenção do Estado (especialmente o INCRA) e de outros agentes, como o MST a Comissão Pastoral da Terra - CPT, o movimento sindical e outros.

O *assentamento* que tomo como objeto de análise tem vivenciado essas transformações, muito embora não tenha passado por um processo de deslocamento físico dos moradores de uma área para outra, como acontece na maioria dos assentamentos, principalmente na região sul e sudeste. Tem vivenciado deslocamentos sociais que foram objeto privilegiado da investigação que subsidia essa tese.

Assim, entendo, que mesmo que as condições sociais de vida dos atuais *assentados* no P.A Brejo de São Félix estejam sendo profundamente alteradas num

período de tempo relativamente curto, tais transformações conforme Neves (1997, p. 23), “[...] não podem ser estudadas a partir de uma situação estática ou de um ponto zero onde todos os deslocamentos se iniciaram”.

Além do mais, no assentamento Brejo de São Félix não houve uma mobilização por parte de todos os trabalhadores que viviam na terra e nem a iniciativa dos movimentos de representação dos trabalhadores rurais. Houve o que Leite et al (2004), denominam “resistência na terra”. Inclusive, o proprietário não se opôs à desapropriação, que atendeu, também, ao seu interesse.

Os *assentamentos* criados nas denominadas áreas de ocupação antiga do Maranhão surgiram a partir desta luta secular, que é a *resistência na terra*. Almeida e Mourão (1976) classificam o Estado do Maranhão em duas grandes áreas: de ocupação antiga e de ocupação mais recente. Fazem essa classificação a partir dos critérios propostos por Mário Leal em “Novo Zoneamento do Estado do Maranhão” para definir uma relação de 20 municípios para as áreas de colonização mais antiga¹⁰.

Essa divisão entre ocupação antiga¹¹ e recente¹² é marcada pela forma de apropriação e uso da terra.

Mesmo que apresentando algumas variações locais, nas áreas de povoação antiga, o grande proprietário volta-se, basicamente, para pecuária extensiva, tirando o restante de sua renda do aforamento da terra ao agricultor familiar e da comercialização do babaçu, coletado pela unidade familiar. Dessa forma, tem-se um modelo de relação de produção:

[...] no qual o campesinato se encontra na situação de mão-de-obra imobilizada pelo latifúndio, produzindo enquanto unidades familiares submetidas ao aforamento e ao controle da comercialização, pelo grande proprietário. (ALMEIDA E MOURÃO. 1976, p.10)

¹⁰ Na Baixada identificam Pinheiro, Santa Helena, Penalva, Viana, Vitória do Mearim, São Vicente de Ferrer, Arari, Bequimão e Alcântara. No Litoral, Santa Rita; Chapadões: Colinas e São João dos Patos. No Planalto: Balsas; Cerrado: Coroatá, Presidente Dutra, Caxias, Codó, Itapecuru Mirim, Brejo e Chapadinha. E um total de 18 municípios localizados em áreas ocupadas recentemente, a partir da expansão da frente agrícola, como: Cocais: Bacabal, Vitorino Freire, Lago do Junco, Olho D’ Água das Cunhãs, D. Pedro, Gonçalves Dias, Governador Archer, São Domingos e Joselândia; Pré – Amazônia: Monção, Lago da Pedra, Pindaré-Mirim, Santa Luzia, Santa Inês, Turiaçu, Cândido Mendes, Carutapera e Imperatriz.

¹¹ Conforme Almeida e Mourão (1976), a região de povoamento antigo se distingue pela pecuária extensiva, associada ao cultivo de alguns produtos comerciais, onde se realiza o pagamento de foro em regime de parceria.

¹² Ainda conforme estes autores, a região de povoamento recente foi ocupada espontaneamente, por migrantes expropriados de suas terras e que praticavam uma agricultura itinerante.

Nessas áreas antigas predominavam as *ocupações paulatinas* (LEITE et al, 2004), que se caracterizam por não haver uma ação coordenada e orientada politicamente, seja pelos movimentos ou pelo Estado. A iniciativa parte dos trabalhadores que motivados pela necessidade de sobrevivência, buscam identificar as áreas “livres” (com mata virgem, portanto, não trabalhada), e entram individualmente, ou em pequenos grupos, delimitando as posses individuais e iniciando o trabalho de derrubada e plantio. Em não havendo repressão, toda a família se estabelece de imediato na área.

O apoio dos mediadores (STTR, Igreja, CPT) era buscado apenas quando surgiam represálias como (ameaças, prisões, violências etc.).

1.1 Objetivos e Métodos

O objetivo da tese é a análise das relações sociais construídas no assentamento Brejo de São Félix/MA. Busco contribuir com a discussão sobre as formas de interação em *assentamento* de reforma agrária.

Os *assentamentos* rurais são considerados como expressão de uma política pública que não representa apenas uma resposta imediata aos *trabalhadores rurais*, nem uma resposta às exigências do capital, mas sim, a unidade contraditória destas necessidades e exigências.

A análise de políticas públicas concretizadas num programa de governo nos remete ao entendimento de Estado,

[...] como uma amálgama de interesses, constitutiva do bloco no poder, e suas relações com os interesses dos setores subalternos, onde pode ser detectada a possibilidade de o próprio aparelho de Estado viabilizar/obstaculizar o encaminhamento da política de assentamentos. (BARBOSA e LEITE, 1991, p. 40).

Portanto, esta ambigüidade internalizada no seio do Estado descarta uma “[...] abordagem monolítica da sua atuação, resguardada através da manutenção de uma autonomia relativa que assumem os interesses de frações de classe presentes no bloco do poder” (BARBOSA E LEITE, 1991, p.59).

A reconstrução do espaço social das relações de produção vigentes nos *assentamentos* não é aqui interpretada tendo em vista apenas os aspectos econômicos. Estamos diante de um processo histórico complexo, no qual formas alternativas de sobrevivência são buscadas, num movimento dialético que escapa às análises baseadas na razão dualista que separa rural e urbano, natureza e cultura. Ou seja, os *assentados* são protagonistas de um movimento que desafia esquemas preestabelecidos.

Nesse sentido, na busca de noções conceituais que possam respaldar nosso estudo, tomo como pressuposto metodológico que o conhecimento:

[...] não é um dado a priori, naturalmente dado, por assim dizer, que fale por si e que exista espontaneamente. Nesse sentido, o primeiro obstáculo a ser superado é a noção primeira da evidência do objeto de estudo, ou seja, o conhecimento é uma resposta a uma questão, a uma pergunta (BACHELARD, 1996).

Algumas categorias são acionadas no decorrer deste texto. Uma delas, *Agricultura familiar*, não é uma categoria social recente nem a ela corresponde uma categoria analítica nova na Sociologia Rural. A utilização, significado e a abrangência, atribuída a esta categoria nos últimos anos, no Brasil, é que, conforme Wanderley (1996), se colocou como novidade. Fala-se de uma *agricultor familiar* como um novo personagem, diferente, portanto, do camponês tradicional, que teria assumido sua condição de produtor moderno. Com esse fim, propõem-se políticas para estimulá-lo, fundadas em tipologias que se baseiam em sua viabilidade econômica e social diferenciada.

Considero que a concepção de agricultura tal como proposta por Wanderley (1996) é um instrumento útil para pensar o assentamento Brejo de São Félix. Wanderley (1996, p.01) propõe os seguintes eixos para nortear a compreensão da categoria *agricultura familiar*.

a) - a agricultura familiar como um conceito genérico, incorporando uma diversidade de situações específicas e particulares e o campesinato correspondendo a uma destas formas, que se constitui enquanto um modo específico de produzir e de viver em sociedade;

b) - a agricultura familiar adaptando-se a um contexto sócio-econômico próprio das sociedades modernas, realizando modificações em sua forma de

produzir e em sua vida social tradicionais que não produzem uma ruptura total e definitiva com as formas “anteriores”.

c) - as transformações do chamado agricultor familiar moderno, não produzem uma ruptura total e definitiva com as formas “anteriores”, gestando, antes, um agricultor portador de uma tradição camponesa, que lhe permite, adaptar-se às novas exigências da sociedade.

d) o campesinato brasileiro tem características particulares - em relação ao conceito clássico de camponês - que são o resultado do enfrentamento de situações próprias da História social brasileira e servem assim, de fundamento a este “patrimônio sócio-cultural”.

Parto do princípio de que o conceito de *agricultura familiar* deve ser entendido como aquele em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. Wanderley (1996), chama atenção para que este caráter familiar não seja um mero detalhe superficial e descritivo, pois “[...] o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem consequências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente” (1996, p. 2).

Assim, a categoria *agricultura familiar*, é necessariamente ampla, pois parte de uma combinação entre propriedade e trabalho que assume, no tempo e no espaço, uma grande diversidade de formas sociais. A partir da relação acima indicada, entendo que a agricultura camponesa tradicional vem a ser uma das formas sociais de agricultura familiar, pois ela se funda também na relação propriedade, trabalho e família. Porém, tem particularidades que a especificam no interior do conjunto maior da agricultura familiar e que dizem respeito aos objetivos da atividade econômica, às experiências de sociabilidade e à forma de sua inserção na sociedade global.

A associação entre família, produção e trabalho tem como objetivo que o investimento em recursos materiais e de trabalho despendido na unidade de produção, pela geração atual, possa vir a ser transmitido à geração seguinte, garantindo a esta as condições de sua sobrevivência, confirmando a tese de Wanderley (1996), de que no interior da família camponesa, há um projeto para o futuro. Assim, conforme a autora:

[...] as estratégias da família em relação à constituição do patrimônio fundiário, à alocação dos seus diversos membros no interior do

estabelecimento ou fora dele, a intensidade do trabalho, as associações informais entre parentes e vizinhos, etc, são fortemente orientadas por este objetivo a médio ou longo prazo, da sucessão entre gerações. Combinando os recursos que dispõe na unidade de produção com aqueles a que pode ter acesso fora do estabelecimento - em geral, atividades complementares, temporárias e intermitentes - a família define estratégias que visam, ao mesmo tempo, assegurar sua sobrevivência imediata e garantir a reprodução das gerações subsequentes (WANDERLEY, 1996, p. 3).

Com vistas a enfrentar o presente e preparar o futuro, o agricultor recorre ao passado, que lhe permite construir um saber tradicional, transmissível aos filhos e justificar as decisões referentes à alocação dos recursos, especialmente do trabalho familiar, bem como a maneira como deverá modificar-se, no tempo, o consumo da família. O campesinato tem, pois, uma cultura própria, que se refere a uma tradição, inspiradora, entre outras, pelas regras de parentesco, de herança e das formas de vida local etc.

Entretanto, mesmo nas sociedades rurais tradicionais, a autonomia é sempre relativa. A necessidade de reservar parte de seus recursos para as trocas com o conjunto da sociedade, e para atender a suas imposições terminam por introduzir no interior do próprio modo de funcionamento do campesinato, certos elementos que lhe são, originalmente, externos.

O sistema de policultura-pequena criação é concebido como um todo, estruturado de forma a garantir a subsistência dos trabalhadores rurais. Porém, conforme Wanderley (1996, p.5),

[...] ele não elimina a fragilidade da agricultura camponesa, nem impede a emergência das situações de miséria e de grandes crises: seus resultados dependem de causas aleatórias, de origem natural - os efeitos das intempéries - ou das implicações das relações político-sociais dominantes, especialmente a extração da renda da terra.

De acordo com a perspectiva adotada pela autora, a *agricultura familiar* não se identifica simplesmente a uma agricultura de subsistência, mas esta última seria uma forma particular da *agricultura familiar*. “Há situações em que, por razões históricas e sociais diferentes, agricultores podem organizar sua produção, visando a sobrevivência imediata, sem vincular suas estratégias produtivas ao projeto do futuro da família” (WANDERLEY, 1996, p. 5).

Outra categoria utilizada nesta tese é *trabalhador rural*. Optei por utilizar esta categoria ao invés de *camponês*, por entender que este último é um termo importado e que não se adequa a nossa realidade. As palavras *camponês* e *campesinato* são

recentes no vocabulário brasileiro. Conforme Martins (1981), foram as “[...] esquerdas que introduziram em definitivo estes vocábulos procurando dar conta das lutas dos trabalhadores do campo que irromperam em vários pontos do país nos anos 50” (1981, p. 21).

Porém, eram mais que meras palavras. Traziam consigo toda uma visão da natureza das relações sociais no campo e do papel político que estava reservado ao *campesinato* naquela etapa da revolução “democrática-burguesa”. Tendo como referência o processo ocorrido em alguns países da Europa, ao “campesinato” brasileiro parecia estar reservado o destino histórico de, em aliança com outras forças progressistas da sociedade, destruir o latifúndio improdutivo que representava um obstáculo ao desenvolvimento do capitalismo, caminho necessário para chegar à “etapa socialista”.

Esta era a concepção dominante no Partido Comunista. A categoria *campesinato* foi usada também, pela Igreja Católica, que através de documentos eclesiais, que nos anos de 1950, se manifestou publicamente sobre a questão agrária. A categoria *campesinato* chegou por outro lado, a ser usada por proprietários de terra e empresários que, devido a sua posição e interesses de classe, se opunham às reivindicações expressas pelos trabalhadores. Ou seja, a partir de determinado momento, a designação passou a ser usada indistintamente pelos mais diversos personagens que influíram, ou tentaram influir, no campo político, transpondo os limites restritos do debate acadêmico e da concepção do Partido Comunista.

Desta maneira, ainda que importados e resultantes de uma transposição mecânica de conceitos relativos a outras realidades sociais, os termos *camponês* e *campesinato* ganharam existência social através da circulação de idéias políticas e, sobretudo, através das associações de trabalhadores agrícolas que se organizaram no Nordeste.

Tornando-se parte integrante do vocabulário político, o termo *camponês* favoreceu um processo de unificação política em nível estadual, regional e nacional. O termo *camponês* – enfeixando termos de circulação restrita (morador, colono, matuto, cabloco, lavrador, etc.) – passou a fazer parte do cenário político nacional e, particularmente no Nordeste, foi apropriado para nomear e distinguir os trabalhadores rurais engajados na luta política.

Por outro lado, o termo *trabalhador rural* passa a ser utilizado nos anos de 1970, quando o governo, através do FUNRURAL (Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural), delegou aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais /STR's a função de administrar, através de convênios, a previdência social no campo.

Ao preservar o sindicalismo rural, mesmo buscando direcioná-lo para o assistencialismo, o governo, querendo ou não, preservou também a possibilidade de reordenação das relações de poder no campo. E, ao preservar os sindicatos, as Federações estaduais e a Confederação Nacional, preservou, também, a possibilidade de construção, entre os associados, de uma identidade a ser nacionalmente costurada: a de *trabalhador rural*. O sindicalismo no campo passa, então, a ser conhecido como movimento sindical dos trabalhadores rurais.

Inspirada na “teoria da ação” proposta por Feldman-Bianco (1987), que enfatiza a observação do comportamento concreto e a análise de representações fundadas em indagações verbais que têm como objetivo reconstruir “visões de mundo”, conduzi a pesquisa fazendo uso da observação do comportamento concreto dos *assentados* associada aos diálogos que com eles estabelecia.

Assim, combinei dados provenientes da observação e da indagação, a partir de seqüências de eventos que focalizam, de acordo com Feldman-Bianco (1987. p, 11), “[...] gente, tempo e lugar”. Realizei análises que levam conjuntamente em consideração ação e representação, num contexto de circunstâncias específicas que se desenvolvem através do tempo.

Privilegiei a observação das ações, interações e estratégias dos *assentados* em contextos específicos. A observação direta e uma vivência mais prolongada com os *assentados* possibilitou a compreensão de seus costumes, valores e normas sociais.

Procurei realizar a abordagem metodológica sugerida por Vincent (Apud Feldman-Bianco, 1987), que combina dados antropológicos e material histórico. O autor enfatiza a necessidade de se combinar a observação intensiva (baseada na análise da interação de um agregado de indivíduos de um lugar específico, no delineamento das relações estruturais e na explanação de eventos) com a análise de campos de atividade e o emprego rigoroso de material histórico.

Vincent (Apud Feldman-Bianco 1987, p.35) propõe a análise de uma unidade analítica que não é somente composta por indivíduos e suas estratégias (conforme sugerido pelos teóricos da ação), mas também “[...] de homens em movimento e de ações e empreendimentos que são dependentes para o seu sucesso de operações atravessando o espaço e consideráveis períodos de tempo”.

De acordo com Vincent (Apud FELDMAN-BIANCO, 1987, p.36):

[...] uma investigação que se inicia com a observação de um número restrito de indivíduos de uma pequena unidade espacial arbitrariamente delimitada, mas que se centraliza no movimento de indivíduos [...] e nas relações que se estabelecem em função de sua interdependência econômica, permite estruturar padrões de carreira individual, que se entremeiam dentro e fora da vida rural, local e regional, para dentro das periferias e bairros urbanos. Paradoxalmente, este focus em indivíduos, e não nas relações entre homem e terra que é tão familiar na literatura, incita a um exame mais detido da essência supostamente estável dessas relações, permitindo-nos perceber mudanças e avaliar a ilusória aparência da estabilidade estrutural, enquanto o conteúdo está em fluxo.

Este tipo de investigação, conforme Geertz (Apud FELDMAN-BIANCO, 1987, p.36), fornece o instrumental para realizar, “[...] interpretações mais amplas [...] a partir de um conhecimento muito extensivo de assuntos extremamente pequenos”, que ocorrem através do tempo e do espaço. Resgata-se o caráter microscópico da antropologia e a sua especialidade peculiar em estudar os “interstícios sociais”, a partir de um enfoque que integra a história e dados documentais à análise de processos sociais. Este enfoque, de acordo com Feldman-Bianco (1987, p.36), torna a análise antropológica mais próxima da vida das pessoas e, ao mesmo tempo, abre novas perspectivas para estudos que pretendam trazer à tona as complexidades sociais, como também, contribui para “[...] desvendar costumes e culturas aparentemente exóticas, bem como para problematizar o que poderia ser à primeira vista familiar e passível de simples explicações”.

Ao se pretender dar ênfase na ação – não na representação – esta perspectiva metodológica pode oferecer pistas para se investigar os sistemas simbólicos como parte constituinte da análise de processos sociais. Pois como afirma Geertz (Apud FELDMAN-BIANCO, 1987, p.38),

[...] deve se atentar para o comportamento e com exatidão, pois é através do fluxo do comportamento – ou mais precisamente da ação social – que as formas culturais encontram articulação [...]. Quaisquer que sejam, ou onde quer que estejam esses sistemas de símbolos “em seus próprios termos”,

ganhamos acesso empírico a eles inspecionando os acontecimentos e não arrumando entidades abstratas em padrões unificados.

Ao se estudar o desenvolvimento das relações sociais sob situação de conflito e diversidade, é importante analisar as representações vistas num processo dinâmico, expressas no cotidiano, assim como o processo de criação de novos grupos e relações.

A categorização *estabelecidos* e *outsiders* desenvolvida por Elias e Scotson (2000) foi fundamental para compreender as diferentes posições que os moradores / assentados ocupam em seus espaços sociais. A divisão proposta por Elias e Scotson (2000) entre “nós” e “eles”, permitiu a percepção das formas pelas quais um morador se percebe num dado grupo e exclui a presença de outro.

Busquei, especificamente, investigar os comportamentos que se encontram nos denominados interstícios das relações estabelecidas nos *assentamentos* rurais. Dessa forma são privilegiadas as relações concretas entre os atores, procurando perceber os conflitos, assim como as alianças presentes no jogo de relação entre os grupos.

O que me interessa é compreender como as categorias são construídas, como são definidos os espaços territoriais, que argumentos são utilizados, quem são os atores e como se representam. Busquei também, compreender os elementos que consubstanciam o processo de luta pela terra, inspirada em Swartz, Turner & Tuden, (Apud COELHO, 2002, p.46), quando sugerem que:

[...] sendo a política a compreensão de certos tipos de processos é essencial neles centrar a atenção mais do que nos grupos ou campos nos quais eles ocorrem. O estudo do político deveria seguir o desenvolvimento dos conflitos pelo poder, mais do que examinar tais grupos como linhagens, vilas ou países, para, só posteriormente determinar que processos eles podem conter. No processo, cada unidade deve ser considerada quanto a seus objetivos independentes, sem perder de vista a situação como um todo, na qual as ações interdependentes ocorrem.

Afirmam, ainda, que para compreender o comportamento político, é necessário conhecer como as unidades políticas se relacionam e afirmam-se com relação aos objetivos que geram ou confrontam.

O fundamental, conforme Coelho (2002, p.47), é perceber que:

[...] os fenômenos políticos são móveis, estabelecidos empiricamente em cada caso, e não dado por atributos essenciais. É importante perceber o

significado da compreensão das estruturas dos grupos envolvidos nas atividades políticas, assim como as posições estruturais dos atores principais.

O estudo do político é o estudo dos processos que constituem a determinação e implementação dos objetivos políticos e o acesso e uso diferenciado de poder pelos membros do grupo relacionado a esses objetivos. A análise se realiza nos processos. Os grupos dentro dos quais esses processos ocorrem são importantes porque constituem o campo da atividade política, mas esta atividade desloca-se transcendendo às fronteiras do grupo. O campo político contrai-se e expande-se. O estudo do político segue o desenvolvimento do conflito de poder.

No caso da minha investigação, a unidade espacial não é um *assentamento* isolado, mas *um campo político*, definido por Swart, Turner & Tuden (Apud COELHO, 2002, p.47) como *continuum* espaço temporal. O que denominam campo político não é necessariamente um sistema fechado e integrado, mas um *continuum* espaço-temporal, com algumas características sistemáticas. As partes desta unidade, em condições específicas, podem apresentar variados tipos e graus de interdependência, institucionalizada e acidental.

A sociabilidade construída nos *assentamentos* transcende as relações entre os *assentados*, envolvendo os agentes externos, na forma de gestores de órgãos públicos, funcionários de ONG, membros do MST, movimento sindical, instituições religiosas, etc.

A unidade de tempo não se refere a um tempo estrutural, mas a um tempo histórico. O campo político, de acordo com Swart, Turner & Tuden (Apud COELHO, 2002), é um campo de tensão, composto por antagonistas inteligentes, individualmente e corporados, motivados pela ambição, pelo altruísmo, auto-interesse, pelo interesse em bens públicos, que em várias situações ligam-se a outros por auto-interesse ou idealismo - e separam-se ou opõem-se pelos mesmos motivos.

Os recursos utilizados para compreensão das relações de *sociabilidade* (VELHO, 2001) exigiram-me uma presença regular no assentamento, vivenciando uma relação com os assentados. Observava suas atividades de trabalho nas roças, nos quintais e nos projetos produtivos, (avicultura). Acompanhava atividades de lazer (festa do lavrador, baiões), religiosas (rezar o terço nas casas), reuniões e

demais atividades coletivas (chamada do mutirão para a limpeza do pátio e do cemitério) e, principalmente, observava como o grupo se relacionava com o espaço público e privado através dos conflitos e também das relações de poder e de produção de bens. “Espaços” compreendidos como produto da ação humana.

Numa ocasião em que me encontrava no assentamento, fui convidada a participar da festa do lavrador¹³ em Brejo de São Félix. A seguir veio o convite para dançar um Baião na comunidade de Canafístula e vários almoços na casa de Nega e Deusa, quando passávamos a tarde conversando sobre as histórias do Assentamento. Nega e Deusa são filhas do Sr José Batista, um dos primeiros moradores da comunidade de Baixão Grande. A primeira é uma liderança comunitária, já foi presidente da associação da comunidade de Baixão Grande. A segunda foi delegada sindical e atualmente é Agente de Saúde e professora na comunidade de Baixão Grande. Ambas participaram ativamente do processo de desapropriação da área.

Passei manhãs e tardes inteiras conversando sobre as relações no assentamento, enquanto saboreava um café com beiju feito na hora, sucos, biscoitos, bolos ou provava favos de mel fresco. Ou ainda, enquanto caminhávamos pelas roças, quintais, onde os *assentados* e *assentadas* me mostravam com orgulho a produção, as plantações, os pequenos animais; ou às vezes reclamavam do inverno fraco como o de 2006, lamentando a perda da produção que se antecipava, e a falta de apoio do governo para a compra de novas sementes para o replantio. Muitos plantaram cedo e a falta de chuvas havia prejudicado a roça.

Acompanhei a implantação dos projetos do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar / PRONAF¹⁴ (avicultura) das comunidades de Brejo de São Félix e de Canafístula, e um pouco da discussão da implantação do projeto de bovinocultura da comunidade de Baixão Grande, ainda em andamento.

Particpei por dois anos seguidos da “Festa do lavrador” da comunidade de Brejo de São Félix. No primeiro ano apenas observei, já no segundo ano, consegui adentrar a cozinha e ajudei a cortar os bolos junto com a criançada para serem servidos no dia seguinte, no café da manhã. Também, fui “puchada” para roda na dança do lili, quase no fim da festa.

¹³ Esta festa será analisada na última parte deste trabalho.

¹⁴ Este Programa será denominado a partir de agora de PRONAF.

Coincidentemente, presenciei dois casamentos na comunidade de Canafistula, um no ano de 2006 e outro em 2007. O primeiro de uma jovem que já tinha uma experiência amorosa anterior e estava se casando pela segunda vez com um jovem de outro *assentamento* próximo. O segundo de um jovem casal, da própria comunidade, ela com treze e ele com 14 anos¹⁵. Soube mais tarde que o rapaz tinha “carregado”¹⁶ a futura esposa para uma casa abandonada, na entrada da comunidade, tendo em vista, que as duas famílias moravam “porta com porta”.

Segredos como estes foram contados, algumas vezes com meu estímulo, outras de forma espontânea. Em ocasiões como essas, “descomprometidas” e “desinteressadas” sentados esperando o almoço a sombras das mangueiras, foram relatadas histórias do cotidiano da comunidade: o relacionamento dos jovens, que começam a vida sexual muito cedo, a baixa expectativa com o trabalho na roça, as dificuldades com a escola; as dificuldades enfrentadas na época que a terra era “de dono”, etc.

Portanto, foi em encontros como este que passei a conhecer as histórias, as especificidades, os moradores, a cultura, os problemas, as relações estabelecidas com o INCRA, com a prefeitura, com o Sindicato, com o filho do antigo proprietário, que continua na área, com a CPT- Comissão Pastoral da Terra de Caxias, assim como as relações das comunidades entre si.

O recorte temporal do trabalho de campo cobre os anos de 2005 a 2007. Registrei relatos orais das principais lideranças da área, de funcionários do INCRA, e membros da CPT e do STTR de Matões. Consultei documentos, como os denominados Planos de Desenvolvimento Simplificado/PDS, documentos relacionados ao processo de desapropriação da área, atas de reuniões, livros caixa, correspondências, ofícios das associações, etc,

Foram realizadas entrevistas com pessoas consideradas chaves para a compreensão dos processos. Assim, entrevistei pessoas das três associações/comunidades do assentamento Brejo de São Félix, agentes comunitários de saúde das três comunidades que moram no assentamento. A técnica da entrevista gravada seguiu o padrão “semi-orientada”, conforme

¹⁵ Fui convidada, na condição de coordenadora da equipe de ATES, que estava visitando a comunidade, para recepcionar os noivos que estavam chegando de Matões, onde foram oficializar o casamento,

¹⁶ Carregar é tirar a jovem da casa dos pais, na cultura local na maioria das vezes significa ter que casar.

sistematização feita por Pereira de Queiroz (1991), em que o pesquisado fala mais que o pesquisador, porém este domina indiretamente e orienta o diálogo. Utilizei também a técnica da entrevista livre.

Como o meu interesse era enfocar os fatos marcantes do processo de luta pela terra, os conflitos vivenciados, os problemas e possibilidades de vida no assentamento – a coleta de “depoimento pessoal” foi técnica utilizada. Durante a realização das entrevistas, as intervenções ocorreram para solicitar esclarecimento de algumas passagens e para recolocar o fio condutor de análise.

2. REFORMA AGRÁRIA: solução para a questão agrária ou (en)cenação de reforma agrária?

A questão agrária no Brasil passa a ser tema nacional quando se inicia o processo de desenvolvimento capitalista no campo, e passam a ser exigido, por exemplo, padrões qualitativos e quantitativos de abastecimento interno.

Porém, concordo com Alentejano (2002), quando este afirma que o poder público no Brasil não tem e nunca teve uma política de reforma agrária de abrangência nacional que alterasse significativamente a estrutura fundiária do país. Tem se realizado no Brasil, principalmente nas três últimas décadas, uma política compensatória de assentamentos de trabalhadores rurais sem-terra, ou seja, ações que são significativas do ponto de vista do acesso à terra, mas que são pontuais, realizadas em área de conflitos, a partir da organização dos movimentos sociais do campo e, portanto, não podem ser confundidas com reforma agrária.

Entendo que a luta pela terra é uma luta por um lugar de trabalho, de moradia, de vida. Neste sentido, a democratização do acesso à propriedade da terra – mais do que uma simples política compensatória de assentamentos rurais e de combate à pobreza rural, deve representar a possibilidade da construção de identidades e cidadania no meio rural. Porém não foi o que se viu nas últimas décadas.

Em geral, é consensual entre os autores que a questão agrária no Brasil passou pelas seguintes fases:

1) Surgimento da questão agrária, 1930-1945, condicionado pelas transformações internacionais do capitalismo, marcado pelos projetos de colonização;

2) A questão agrária como óbice ao desenvolvimento, 1945-1964/65, marcada pela chamada “substituição de importações”, que criou ilhas de desenvolvimento;

3) A denominada modernização autoritária, 1966-1990, marcada pela despolitização do campo, que introduz padrões técnicos de produção e produtividade.

Havia, ainda, a concepção defendida por autores ligados, principalmente, ao Partido Comunista, de que os trabalhadores rurais, no Brasil, estavam formando um verdadeiro proletariado na década de 1970, com uma proposição leninista (transformar os trabalhadores rurais em operários industriais). Essa tese de transformar os trabalhadores rurais em operários, não se confirmou, haja vista, na década seguinte, a grande demanda de terra, os trabalhadores rurais sem-terra reivindicando a reforma agrária.

Na década de 1980, surgiu o MST como movimento aglutinador das forças em defesa da reforma agrária no Brasil. Stédile (1999, p.160) propunha:

Considerar que o Brasil enfrenta um grave problema agrário que é a concentração da propriedade da terra e que, portanto, para resolver esse problema, é necessário realizar um amplo programa de desapropriação de terra, de forma rápida, regionalizada, e distribuí-la a todas as famílias sem – terra, que são 4,5 milhões em todo o Brasil.

De acordo com esse autor, a reforma agrária do MST seria mais ampla porque pretende eliminar a pobreza e as desigualdades sociais.

A reforma agrária, historicamente, foi apresentada por diversos autores e movimentos sociais como um meio de mudança na estrutura agrária em larga escala, para permitir que os trabalhadores sem-terra, pequenos proprietários, meeiros e outros tivessem acesso a terra, a insumos, mercados, créditos e à assistência técnica, o que causaria impactos no âmbito político, econômico e técnico produtivo.

O conceito de reforma agrária, definido pelo Estatuto da Terra¹⁷, é “[...] o conjunto de medidas que visam a promover a melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime da sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento da produtividade”. No artigo 16 da mesma lei (4.504) é apresentado o seu objetivo:

A Reforma Agrária visa a estabelecer um sistema de relações entre o homem, a propriedade rural e o uso da terra, capaz de promover a justiça social, o progresso e o bem-estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do País, com a gradual extinção do minifúndio e do latifúndio (BRASIL,1964).

Pereira (2004), analisando a interpretação da reforma agrária realizada nos anos de 1980 e 1990, por autores que trataram dessa temática no Brasil, apresenta a concepção proposta por Moacir Palmeira e Sérgio Leite Lopes dentro do contexto das transformações do campo. Esses autores distinguem dois movimentos relativamente autônomos e contraditórios. Conforme Pereira (2004, p.215), por um lado,

[...] a manifestação de conflitos não se resume apenas à terra, mas adquire amplitude (como obras públicas, meio ambiente, saúde, educação, etc), ao se quebrarem as formas tradicionais de dominação e ao se estabelecer um continuum rural/urbano; por outro, criou-se uma coalizão de interesses em torno do negócio com a terra, assegurada pela política de modernização do

¹⁷ O Estatuto da Terra foi aprovado em novembro de 1964, oito meses após o golpe militar, criou as condições institucionais que possibilitavam a desapropriação por interesse social. No entanto, no rearranjo de forças políticas que se seguiu ao golpe, a possibilidade de uma reforma agrária tal qual preconiza o Estatuto foi posta de lado, em favor de um modelo fundado no apoio à modernização tecnológica (MEDEIROS, 2003).

Estado, que provocou aumento significativo do peso político dos proprietários de terra, tanto os modernos quanto os tradicionais.

A tendência predominante no debate acadêmico e estatal em torno da reforma agrária brasileira, nos anos 1980 e 1990 era o seu caráter social. A reforma agrária era analisada como uma demanda socialmente imposta que não podia ser ignorada.

Silva (1988) concebia que a reforma agrária no Brasil dos anos 1990 devia incorporar sua dimensão social, tendo como público-alvo o “lupensinato”, que não encontrava ocupação no setor urbano.

No final do século XX a nossa reforma agrária não precisa mais ter um caráter estritamente agrícola, dado que os problemas fundamentais da produção e dos preços podem ser resolvidos pelos nossos complexos agroindustriais. É preciso hoje uma reforma agrária para ajudar a equacionar a questão do nosso excedente populacional, até que se complete a nossa “transição democrática” recém-iniciada. (...) Por que não um assentamento que, além de arroz e feijão, produzisse também casas populares? (...) Ou guardas ecológicos (...). Ou de caseiros de “chácaras de recreio” com acesso às terras garantido por regime de comodato? (SILVA, 1998, p.84).

Para Martins (1979), a questão agrária é uma questão essencialmente política, em qualquer país, sendo uma característica do mundo contemporâneo. Para esse autor, “[...] a nossa modernização tem um estilo próprio: ocorre intensamente na área econômica, inclusive no campo, sem significativas repercussões no âmbito social e, sobretudo, político” (MARTINS, 1979, p.21). Por essa razão, considera que a reforma agrária, aparentemente, é irrelevante para o funcionamento do sistema econômico, porque não mais o obstrui, como obstruía em 1964.

Dessa forma, a reforma agrária torna-se um problema social como outro qualquer, como por exemplo, o problema da pobreza. O autor critica ainda a posição de muitas políticas e de técnicos e intelectuais, por não compreenderem os significados da reforma agrária.

[...] há quem fale numa espécie de auxílio estatal à pobreza que dispensaria a reforma agrária, custosa, e asseguraria a sobrevivência dos pobres em condições mínimas sem necessidade de pagar o custo de grandes transformações econômicas e sociais, como a reforma agrária (MARTINS, 2000, p.91).

Este é o ponto de vista de Graziano Neto (1996), que já foi presidente do INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária:

[...] nada comprova que dar um pedaço de terra para essas famílias marginalizadas seja a única, nem a melhor solução, do ponto de vista do interesse público. Talvez um bom emprego seja preferível ao assentamento. Ou então, tratá-las como mecanismo de política social, assistindo-as devidamente, garantindo-lhes alimentação e saúde (GRAZIANO NETO, 1996, p.19).

Ou seja, é enfatizada por este autor, apenas a dimensão social da reforma agrária, como uma política compensatória de combate á pobreza rural.

Em contrapartida, Martins (2000), considera que Graziano Neto esquece,

[...] como é comum entre os que se preocupam com a questão social do campo de um ponto de vista meramente econômico, que a luta pela terra, da qual deriva a luta pela reforma agrária, é também uma luta pela inclusão, pela inserção social ativa, produtiva, participante e criativa, na sociedade; é luta por dignidade e respeito e não por aquilo que na consciência popular é tido como esmola (2000, p.92).

Para Martins (1979, p. 45), “[...] mesmo que a reforma agrária não aumente a produtividade agrícola, deve ser feita, porque ela resolve uma questão social e não uma questão econômica”. Porém, adverte:

[...] que se evite esse território gelatinoso do conflito de opiniões e dos antagonismos partidários e, freqüentemente, eleitorais, para considerar o tema tendo como referência não o governo e menos ainda o governante ou o ministro, mas o Estado. [...] O tempo da questão agrária é o tempo longo dos bloqueios, dificuldades e possibilidades que o Estado faça uma revisão agrária de alcance histórico e estrutural, mais contida ou mais ousada. (MARTINS, 2000, p.92).

Concordo com Martins (2000), no sentido de que a questão agrária é, também, uma questão estrutural maior que transcende as questões econômicas, a questão da pobreza e a questão das injustiças sociais.

De outro modo, há autores que consideram a reforma agrária como uma saída para a geração de emprego, renda e produção, preconizando a transformação da pequena produção mercantil simples em pequena produção capitalizada, como Abromovay (1992).

Há, ainda, autores que ressaltam a importância econômica da reforma agrária ao levar em conta esses aspectos. Outros buscam no padrão tecnológico e mesmo no ecológico, a justificativa econômica, como é o caso do estudo de Romeiro (1994), segundo o qual uma estrutura menos concentrada abre possibilidades para o desenvolvimento de modernas técnicas agrícolas de alto rendimento que melhoram e conservam, em longo prazo, o ecossistema agrícola.

2.1 A política agrária e o regime militar.

Nesta parte do trabalho, busco analisar o período em que aconteceram as transformações decorrentes da implementação de uma política agrária pelos governos militares, entre 1965 e 1985. Com referência a esse contexto, enfatizo a questão da propriedade da terra e dos conflitos fundiários.

A propriedade da terra é para Martins (1995, p.169), concebida como uma relação social, tendo em vista que no capitalismo ela significa, “[...] um processo que envolve trocas, mediações, contradições, articulações, conflitos, movimento, transformação”. A apropriação da propriedade, seu controle e, particularmente, sua concentração por uma determinada classe, pode e quase sempre significa o domínio político-econômico de um determinado lugar, região, e de pessoas.

Entretanto, esta não é a única forma de reprodução ampliada do capital. As relações de parceria, arrendamento, não pagamento dos dias de serviço trabalhado complementam a reprodução do capital. O trabalho escravo por dívida se constitui numa reprodução contemporânea do capital, mostrando como o capitalista pode subordinar as relações de produção no campo.

O problema da terra no Brasil não passa simplesmente pela distribuição de terra. O que o Estado tem procurado evitar, ao desarticular e destruir as formas de organização dos trabalhadores rurais, conforme Martins (1986, p.61) “[...] é que o problema da terra constitua mediações políticas que envolvam necessariamente uma redefinição do pacto político que sustenta o Estado”.

A partir do Golpe de Estado de março de 1964, foi desencadeado um processo de desarticulação do movimento organizado dos camponeses¹⁸, processo feito através da repressão oficial, da intervenção nos sindicatos e da violência privada dos latifundiários.

No Maranhão, a repressão atingiu a então recém-fundada Federação dos Trabalhadores Rurais do Maranhão (criada em fevereiro de 1964, sucessora da Associação dos Trabalhadores Agrícolas do Maranhão/ATAM), que teve seus

¹⁸ Na minha dissertação de Mestrado tratei do processo organizativo dos trabalhadores rurais no Maranhão (MIRANDA, 2003).

principais líderes presos e foi fechada, assim como inúmeros sindicatos. (ALMEIDA, 1981)¹⁹.

Com o regime militar impuseram ao movimento sindical rural duas modificações: a primeira foi o estabelecimento do "Sindicato Único de Base Municipal que passou a congrega os assalariados e os pequenos produtores (rendeiros, parceiros, posseiros e pequenos proprietários)", com uma denominação uniformizada nacionalmente, de "Sindicato de Trabalhadores Rurais/STR". A segunda modificação foi a criação, em 1971, do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRORURAL, mais conhecido como FUNRURAL, que representou a extensão da legislação trabalhista, dos trabalhadores urbanos aos trabalhadores rurais). A forma assistencialista e clientelista passou a ser a característica da maioria dos sindicatos dos trabalhadores rurais. O assistencialismo perdura, em muitos sindicatos, até hoje, transformando-os em balcões para a busca de serviços de aposentadoria, pensões, auxílio-funeral, serviços de saúde e outros.

A CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, por exemplo, utiliza este instrumento como estratégia para expandir o movimento sindical no campo. Os sindicatos assistencialistas constituem-se sua principal base de sustentação. No Maranhão, a CONTAG se faz presente a partir de 1967, através de uma delegacia encarregada do trabalho de reconhecimento dos sindicatos pelo Ministério do Trabalho. Esta delegacia, no entanto, deixou de funcionar em 1972, quando foi criada a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Maranhão (FETAEMA), a partir dos doze sindicatos então existentes no estado (ALMEIDA, 1981, p. 66).

A política implementada pelos militares teve dois objetivos: primeiro, isolar o poder dos coronéis latifundiários e, segundo, conforme visto no item anterior, impedir o crescimento da luta dos trabalhadores rurais, que iniciavam todo um processo de organização, sobretudo a partir dos anos 1950.

A política agrária da ditadura militar contava com um projeto denominado Estatuto da Terra, que havia sido definido pouco antes do golpe, pelo grupo do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e pelo Instituto Brasileiro de Ação

¹⁹ Uma das poucas, senão a única, experiência de organização sindical autônoma dos trabalhadores rurais do Estado, criada no final da década de 1960, ocorreu no Vale do Pindaré, onde foram constituídos os denominados "Sindicatos Clandestinos", destacando-se a liderança do camponês Manoel da Conceição. Essa experiência foi duramente reprimida pelos organismos policiais do Estado. Maiores informações ver Almeida (1981, p. 63-6).

Democrática (IBAD). Esses grupos eram compostos por intelectuais e membros da sociedade civil organizada e tinham como objetivos, conforme Panini (1990, p.68),

[...] se contrapor à ação política do governo Goulart e às mobilizações dos grupos populares. Esta elite, com capacidade de organizar seus próprios interesses e os da sociedade consegue infiltrar-se com sua doutrina ideológica em todas as camadas sociais. A ação ideológica é assumida pelo complexo IPES/IBAD, que se vale de todos os meios de persuasão disponíveis: cursos, palestras, seminários, simpósios, filmes, teatros, propaganda, rádio, televisão, revistas, jornais, livros e panfletos, além da distribuição gratuita de alimentos (provenientes da “Aliança para o Progresso” celebrado entre o Brasil e os Estados Unidos).

Mesmo tendo a instrumentalização legal necessária, o Estatuto da Terra seria implantado em parte, pois, para ser viabilizado plenamente o Estado precisava manter a questão agrária sob o controle do poder central, de forma que o Estatuto da Terra impedisse o acesso à terra aos agricultores familiares, permitindo apenas aos interessados em *desenvolver o capitalismo no campo*.

Nessa condição, o Estatuto da Terra revelou-se um instrumento estratégico e contraditório no controle das lutas sociais, desarticulando os conflitos pela terra. Com efeito, as poucas desapropriações efetuadas foram exclusivamente para reduzir o conflito ou deslocá-lo através dos projetos de colonização para regiões de fronteiras, numa tentativa de solucionar a problemática. No período de 1965 a 1981, foram realizados, em média, oito decretos de desapropriação por ano contra pelo menos setenta conflitos por terra ao ano.

Com o objetivo de administrar o conflito da terra sem tocar no direito de propriedade, os militares no governo de Costa e Silva pretendiam resolver o problema da terra, principalmente na Amazônia, como se fosse um problema militar. Neste sentido, o representante do Ministério do Interior ocupado pelo General Albuquerque Lima, um nacionalista, identificado com o pensamento da Escola Superior de Guerra, definiu, como objetivo nacional prioritário, a política de integração da Amazônia, reduzindo a questão a termos simples. Conforme Martins (1984, p.41),

[...] os problemas de pressão social e fundiária do Nordeste poderiam ser resolvidos na Amazônia, mediante o desenvolvimento de projetos de ocupação de ‘espaços vazios’, criação de pólos de desenvolvimento, com envolvimento decisivo das Forças Armadas.

Para executar seu plano, o governo militar criou o discurso dos espaços vazios do território brasileiro. Esse discurso, utilizado atualmente pelos organismos

multilaterais, como o Banco Mundial, para implementar seus programas e projetos, desconhecia e ignorava os processos sociais em curso no campo, ou seja, simplesmente ignorava os trabalhadores rurais, seus valores e crenças. A suposição da existência dos vazios demográficos servia para justificar a idéia de que os conflitos eram desnecessários. No entanto, exatamente por haver população camponesa residindo e desenvolvendo suas atividades naquelas áreas os conflitos existiam.

O lema do governo militar: “integrar para não entregar” as terras da Amazônia *sem homens* e que deveriam ser destinadas *para os homens sem terra*, não funcionou. Na prática, as terras foram entregues às grandes empresas, beneficiadas pela política de incentivos fiscais.

Os governos militares utilizaram a bandeira da reforma agrária através dos projetos de colonização, na promessa de solucionar os conflitos sociais no campo, mas atenderam prioritariamente aos interesses do empresariado nacional e internacional. Como o objetivo era colonizar para não reformar, o problema da terra jamais seria resolvido com os projetos de colonização na Amazônia, pois o que estava por trás desse processo era uma estratégia geopolítica de exploração total dos recursos naturais pelos grandes grupos nacionais/internacionais. Assim, o envolvimento das Forças Armadas, do Estado autoritário, garantiu apenas aos grandes grupos econômicos a exploração da região Amazônica, onde praticaram grandes mudanças no campo sem modificar o regime de propriedade da terra.

No Maranhão, a partir da década de 1950 e 1960, a região oeste foi considerada, pelo Estado, como ilegalmente ocupada. Assim, o Estado passou a controlar a propriedade fundiária, em local privilegiado para investimentos do grande capital. A partir de então, uma nova frente se construiu através do açambarcamento de grandes extensões territoriais, antes ocupadas por posseiros e pequenos proprietários camponeses, então efetivados por grandes grupos capitalistas, nacionais e estrangeiros – a “frente de expansão monopolista”.

O processo de apoderamento das terras efetivou-se em grande escala. Foram utilizados vários expedientes, muitas vezes ilícitos, como a compra de terras devolutas do Estado e a grilagem, com a conivência (quando não com o próprio impulso) da maioria dos cartórios, do poder público, de políticos municipais e das

polícias militar e privada (jagunços), aliciados por políticos estaduais ou federais, fazendeiros e empresários.

A situação da região do Vale do Pindaré se tornou caótica. Títulos de propriedade se sobrepuseram a antigos direitos de posse, títulos esses que foram forjados pela arte da grilagem²⁰, cancelando os títulos legítimos e os direitos dos posseiros.

O decreto – lei nº 1767, de 1º de fevereiro de 1980 criou o GETAT (Grupo Executivo das Terras do Araguaia Tocantins) com o objetivo de apressar a regularização das terras da área e a recuperação social e econômica das mesmas. Porém, em lugar de repartir as terras e distribuí-las para os posseiros, o GETAT legalizou a grilagem. As terras legalizadas representavam, portanto, para o governo, apenas reserva de valor (com fins especulativos, à espera de oportunidades melhores de venda) ou para serem incorporadas aos grandes projetos e suas políticas de incentivos fiscais.

A primeira forma de expressão concreta do capitalismo monopolista no campo maranhense foi a dinamização do setor pecuário, onde se destacaram os incentivos fiscais distribuídos pelas agências regionais de desenvolvimento: SUDAM e SUDENE.

A segunda forma foi o desenvolvimento de uma agricultura em bases capitalistas, inicialmente no sul do Estado, com a produção em larga escala de arroz e da soja e mais recentemente, a partir da década de 70, no Oeste e no Baixo Parnaíba, com a produção da monocultura do eucalipto e produção de papel e celulose. A particularidade desta segunda forma consiste conforme Andrade (1982, p.74), em que:

[...] ao contrário do que se passa em regiões de fronteira agrícola, o que distingue a expansão do capitalismo nesta região é sua racionalidade, no sentido de que não está baseada explicitamente sobre a violência, sobre conflitos agudos em torno da posse da terra. Tanto é assim, que a entrada dos chamados gaúchos na área passa pela compra de terras.

Além destes projetos, têm-se, ainda, a instalação de grandes empresas madeireiras na região do Pindaré e do Tocantins, adentrando a região do Gurupi, até

²⁰ O grileiro é uma espécie de alquimista que envelhece papeis, inventa guias de impostos, falsifica títulos, cria genealogias “embaça juizes, suborna escrivão”. Para mais detalhes ver (ASSELIN: 1982 e SADER: 1986).

chegar ao litoral de Turiaçu, com a implantação dos grandes projetos (ALUMAR, CVRD, etc).

A aceleração da propriedade privada da terra, juntamente com o aumento do grau de concentração e a tendência ao estabelecimento do trabalho assalariado, causaram profundas transformações no campo maranhense. Um exemplo disso foi a formação de uma reserva de força de trabalho barata para o capital, composta pelos trabalhadores rurais expulsos de suas terras. Esse fato impulsionou a chamada “acumulação primitiva” do capital, na qual os produtores diretos são separados dos meios de produção. Esse processo concentra a propriedade dos meios de produção de um lado, e libera a mão-de-obra, de outro, diferentemente da economia camponesa mercantil, vista anteriormente.

O processo de concentração fundiária no Maranhão foi agravado com a Lei Estadual de Terras nº 2.979, de 17 de julho de 1969, criada pelo então governador José Sarney, visando o denominado, reordenamento do espaço físico do Estado com, “[...] a ocupação racional das terras livres”. Conforme Feitosa e Brito (1991, p.16), “[...] o Estado, ao promover a venda de terras públicas para grandes grupos empresariais, por preços questionáveis, tem contribuído para o estabelecimento de condições reais e objetivas para a penetração do capital no campo maranhense”.

Com a criação da Lei de Terras e das delegacias de terras, primeiramente em Imperatriz (1968), e posteriormente em Santa Luzia, a Procuradoria Geral do Estado (órgão de maior autoridade em matéria fundiária na esfera estadual) visava de modo geral, disciplinar a ocupação e titular as áreas, transferindo-as do domínio público para o domínio privado.

A partir desse processo, iniciou-se de forma violenta a problemática da grilagem no Maranhão, que “se legalizou”, com o propósito de entregar o território maranhense às empresas e fazendeiros de outros Estados, mediante a criação das sociedades anônimas, sem número limitado de sócios. A estas sociedades eram facultadas as vendas das terras devolutas sem licitação, podendo requerer cada um dos sócios até três mil ha de terras.

Com o asfaltamento da Belém-Brasília, iniciou-se também o processo de exploração da indústria madeireira por empresas que vieram do Paraná, Santa Catarina, São Paulo e Minas Gerais, substituindo no Maranhão, o ciclo do arroz pela madeira e pecuária. Foi se consolidando o poder dos industriais, relegando os

usineiros ao segundo plano. Afluíram para a região Oeste do Estado muitas serrarias. Ocorreu uma corrida desenfreada para a região do Pindaré e Tocantins para desmatar e plantar capim. Foi nesse contexto, no final da década de 1960, que surgiu o maior grilo do Estado, o “grilo Pindaré”²¹.

No final dessa década e início da década seguinte, a questão da terra se acirrou ainda mais no Estado do Maranhão, na medida em que o confronto com o campesinato (posseiros) pôs em jogo as forças institucionais manipuladas para a efetivação da política agrária do Estado. Na verdade, esses impasses são originados, conforme Almeida e Mourão (1976, p.22) nas:

[...] contradições entre a implantação de um tipo de estrutura fundiária voltada primordialmente para os interesses da “ocupação racional das terras devolutas” (pelas grandes empresas), aos quais a política oficial subordina a questão da “ordenação da ocupação espontânea” (pelo campesinato), definindo a partir dos interesses das grandes empresas as regras institucionais criadas para dar conta das tensões em torno da terra.

Na verdade, todo o suporte institucional (Plano de Governo 1971/74) que foi, a princípio, pensado como instrumento de racionalização e harmonização dos conflitos no campo maranhense, revelou-se, na prática, como instrumento de reforço à expropriação dos trabalhadores rurais. A meta do governo era transformar a região de fronteira agrícola em áreas de grandes aplicações de capital. Submetendo a pequena produção ao processo geral de expropriação. Esse processo foi impulsionado pela entrada de novos grupos interessados na terra, expressando-se nas relações entre o trabalhador rural e o latifundiário ou entre aquele e o comerciante ou ainda entre o trabalhador rural e o grande empresário, dependendo das condições locais.

As áreas mais antigas, que ficaram à margem do fluxo migratório (Litoral e Baixada), vêm recentemente sendo incluídas nas transformações do mercado de terras e no incentivo à modernização das grandes unidades de exploração. A prática de regulamentação da propriedade fundiária não é voltada somente para as terras do patrimônio estadual. Tem-se, na verdade, um impacto mais abrangente sobre a reorganização do mercado de terras, gerando, nas áreas de ocupação antiga possibilidades atuais ou potenciais de regulamentação da situação jurídica dos moradores, visando, a curto ou longo prazo, a expulsão dos camponeses.

²¹ De acordo com Asselin (1982), o montante de área pretendida variava de 10 mil há a 1. 694.000 há, conforme uma das escrituras falsificadas, as terras abrangiam integralmente os municípios de Imperatriz, João Lisboa, Santa Luzia e Amarante.

Considerando esta a situação mais geral do latifúndio no Maranhão, observa-se a expropriação do trabalhador rural expressa no nível das relações de produção na agricultura e na pecuária. Esta tendência se manifesta pela intensificação dos conflitos “*roça x gado*”, que assumem um caráter cada vez mais violento, significando a eliminação, de fato e de direito, do cultivo, revelando um tipo de resistência camponesa à expropriação das suas condições materiais de existência.

Entre os anos de 1968 e 1970, os militares, para continuar viabilizando sua política agrária, fundiram e acabaram com o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), e criaram o Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Era o início das campanhas do Projeto Rondon: ‘Integrar para não entregar’, período em que a sociedade foi massacrada pela propaganda feita pelos veículos de comunicação de massa: TV, rádio, jornais, revistas, etc. As propagandas eram veiculadas de modo a encobrir a intenção do governo, que era a de não impedir o processo de aquisição de terras por estrangeiros, ao contrário, alimentá-lo via política dos projetos agropecuários. Estes projetos, aprovados pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia/SUDAM, passavam a interessar ao desenvolvimento econômico nacional e, portanto, não precisariam enquadrar-se na nova legislação sobre a venda de terras a estrangeiros. Dessa forma, os grupos estrangeiros poderiam adquirir quanta terra desejassem²².

A forma ideal encontrada, no Maranhão, para satisfazer o volume de especulação fundiária foi criar, em 1971, a COMARCO – Companhia Maranhense de Colonização, posteriormente alterada pela lei 3.237, de 31 de outubro de 1972, no Governo de Pedro Neiva de Santana, que a estruturou sob a forma de sociedade anônima de economia mista.

O Estado incorporou ao patrimônio desta companhia grande volume de terras: uma área de 1.700.000 ha localizadas no Centro-Oeste do Maranhão, englobando parte dos municípios de Grajaú, Lago da Pedra, Vitorino Freire, Pindaré Mirim, Santa Luzia e Amarante e outra, de 400 mil hectares, na região de Maracaçumé atingindo, principalmente o município de Turiaçu, limitando-se com as terras da COLONE –

²² Veja-se, por exemplo, a Suiá-Missu (em São Félix do Araguaia – MT) vendida para o grupo Liquifarm, com seus 450.000 ha. oficialmente registrados no INCRA, sendo que outras fontes falam em sua superfície de 670.000 ha. Outro exemplo é a Cia. Vale do Rio Cristalino, pertencente a Volkswagen, com mais de 140.000 ha.

Companhia de Colonização do Nordeste. Além destas, foram incorporados outros 46 requerimentos já existentes na área. Estes “outros requerimentos” pertenciam aos grupos e sociedades anônimas já existentes na área, como os grupos políticos sulistas e maranhenses.

Em 1973, em forma de resolução de nº. 75, o Senado Federal autorizou o Estado do Maranhão a alienar terras a COMARCO e a promover a venda de áreas de até 24 mil hectares. Essa resolução reafirmou o interesse da União pela grande empresa, mesmo que limitando a área máxima dos projetos, que até então era de 66 mil hectares. Visando burlar esse limite, as empresas criaram diversas sociedades anônimas. Cada área grilada de 25 mil ha correspondia a uma sociedade anônima, podendo as grandes empresas constituir três ou quatro sociedades com os mesmos sócios.

Os programas instaurados nos governos ditatoriais intensificaram o processo histórico de concentração fundiária no Brasil. A estrutura agrária concentradora, viciosa, vigente desde o tempo das capitânicas hereditárias, passando pelas ordenações do Reino, pela Lei das Sesmarias, pela Lei de terras de 1850, até hoje, foi sempre conservada e agravada, chegando ao máximo nos últimos 20 anos.

Para os militares era fundamental desmobilizar toda e qualquer forma de organização política dos trabalhadores rurais, favorecendo assim um vazio político necessário para viabilizar seus projetos de reforma no campo. Este foi um fator estratégico para elaboração e aplicação do Estatuto da Terra. O Estatuto da Terra, Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, aprovado pelo governo Castelo Branco era a alternativa para solucionar o problema agrário. Pelo Artigo 97 desta lei, que diz: “Todo o trabalhador agrícola que, à data da presente lei, tiver ocupado por um ano, terras devolutas, terá preferência para adquirir um lote, da dimensão do módulo da propriedade da terra”. Parecia que o governo promoveria a justa distribuição da propriedade, com igual oportunidade para todos. Entretanto, a realidade foi outra. As ações discriminatórias do Governo Federal e dos Governos Estaduais para declarar de quem era a terra não ocorreram.

Inicia-se a instauração de projetos agropecuários por grandes empresas na Amazônia. No Centro-Sul e no Nordeste, desenvolve-se uma rápida industrialização da agricultura. A política de privilegiamento do capital monopolista, em diferentes

setores da agricultura, acentua a concentração de terras, a expropriação e a exploração. Com isso, conseqüentemente, os conflitos por terra se multiplicaram.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) cadastrou, em 1979, o total de 715 conflitos, sendo que 88,1% iniciaram-se com mais freqüência a partir de 1973. Essas lutas pela terra, porém, estavam ocorrendo em todo o País, e não só nas regiões pioneiras como afirmavam alguns autores, confirmando a tese de Martins de que “a luta pela terra está na estrutura da sociedade brasileira”. (1986, p. 66).

De acordo com o Relatório – sobre os aspectos dos direitos humanos nos conflitos de terra no Estado do Maranhão e na região do “Bico do Papagaio”, de Ermacora e Nowak (1986?), um quarto dos assassinatos ocorreu no Estado do Pará; em seguida estão a Bahia e o Maranhão. Enquanto para todo o Brasil, a média anual de mortes ocorridas nos anos 1960 estava em 7, 5, nos anos de 1970 já era de 34 e, nos anos de 1980 subiu para mais de 120. Só no ano de 1985, foram registradas 222 mortes, das quais 59 no Pará, 46 no Mato Grosso, 31 em São Paulo, 22 no Maranhão e 14 em Goiás. O próprio Ministério da Reforma Agrária e do Desenvolvimento Agrário também publicou, no começo do ano de 1986, um documento contendo 135 páginas sobre conflitos de terra em 1985. O número de mortes nesse ano é de 261, das quais 140 no Pará e Maranhão. Depois desses Estados, as principais zonas de conflito eram as regiões junto ao rio Xingu, no sudoeste do Pará, e junto ao rio Araguaia (limite do Bico do Papagaio), assim como no Vale do Pindaré e do Mearim, no oeste do Maranhão.

Conforme Fernandes (1999), a aliança governo militar/empresários precisava de sustentação do poder local para a realização de sua estratégia geopolítica de controle do território. A aliança aliou e cooptou os agentes do poder tradicional, na repressão contra as formas de organização dos trabalhadores rurais que ressurgia por meio da ação sindical e da ação pastoral da igreja Católica. A manutenção de um vazio político no campo era a condição necessária para que a aliança pudesse desenvolver seu projeto econômico. Assim, também, segundo Martins (1986), havia toda uma organização e esforço feito pelo Estado, no sentido de evitar que a questão agrária se transformasse efetivamente numa questão política, o que implicaria numa redefinição política do próprio Estado. Vivenciava-se então, um processo de militarização da questão agrária, cujos indicadores foram a criação dos grupos de terras e a criação do Ministério de Assuntos Fundiários (dirigido por um

general que era também, Secretário do Conselho de Segurança Nacional), além da criação de instituições controladas pelo poder central e manipuladas pelos militares (como é o caso da Ação Cívico-Social (ACISO), criada na época do combate à guerrilha), da Operação Rondon (criada pelos militares por intermédio do Ministério do Interior) e do MOBREAL (projeto que tinha como objetivo a alfabetização de jovens e adultos, e que indiretamente buscava controlar as comunidades rurais).

Dessa forma, os militares realizaram seus objetivos com relação à política agrária, promovendo a modernização técnica no campo sem mexer na propriedade fundiária, valorizando as terras apropriadas pela burguesia agrária e criando uma reserva de força de trabalho. Por fim, com os projetos de colonização, transferiram parte da população expropriada para Amazônia, pois era preciso levar trabalhadores para implementar os planos da 'Operação Amazônia', uma vez que de nada adiantariam grandes projetos agrominerais e agropecuários em uma região onde faltava força de trabalho.

Os empresários, para alcançar seus objetivos contaram, portanto, com o aval do Estado, que não poupou medidas violentas contra os posseiros e índios que resistiam a essa política. Com a garantia das Forças Armadas e com o consentimento do Estado, os grandes grupos econômicos contratavam pistoleiros para expulsar índios e posseiros. Neste período, houve muitos assassinatos e genocídios que foram registrados por diversos trabalhos que denunciavam essa violência²³.

A implantação dessa política agrária resultou na manutenção dos latifúndios existentes e na criação de tantos outros, especialmente na Amazônia. A lógica da militarização da questão agrária era manter o controle do Estado sobre as disputas por terra e sobre as terras devolutas. Para realizar essa estratégia, o poder central manteve a federalização dessas terras e do problema fundiário. Com essa lógica, o governo militar criou, em 1982, o Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários (MEAF), com um general em seu comando.

Portanto, enquanto estiveram no poder, os governos militares garantiram a apropriação de imensas áreas de terra e também o aumento do número e extensão dos latifúndios. Ou seja, se por um lado financiaram as mudanças na base técnica

²³ Entre outros ver: Trabalhos da CPT (que publica anualmente os números da violência no campo); publicação do MST, São Paulo, 1986; Anistia Internacional. Brasil: violência autorizada nas áreas rurais. Publicação da Anistia Internacional. Londres, 1988; Mirad/CCA. Conflitos de terra. Brasília, 1986.

de produção, a partir da política de incentivos e créditos subsidiados, proporcionando, a modernização da agricultura e a territorialização do capital no campo, do outro lado, reprimiram toda e qualquer luta de resistência a essa política.

Com esse tipo de política, que favoreceu a alteração e intensificação da concentração de terras, a estrutura fundiária sofreu modificações profundas, no sentido de uma intensa concentração.

2.2 Entra (en) cena a reforma agraria

As diversas formas de luta pela propriedade da terra, outro tipo de propriedade que não seja a capitalista, marcaram a resistência, construída no dia a dia dos trabalhadores rurais. Alterar o ordenamento jurídico no que se refere ao direito de propriedade implica necessariamente mudança de poder. Esta é a essência da questão, porque conforme Martins (1984, p.17),

[...] a racionalidade econômica e política dominante correspondem, no Brasil, a um verdadeiro pacto de classes que exclui da cena política os trabalhadores rurais, como meio de protelar uma transformação no direito de propriedade, que alteraria na raiz as bases de sustentação dos grandes latifundiários, das classes dominantes e da forma brutal que a exploração do trabalho e a acumulação do capital assumem em nosso país.

Com as mudanças políticas ocorridas no início da década de oitenta, como resultado da ação da sociedade em diversos movimentos políticos contra a ditadura militar, lutando pela instauração da democracia no Brasil, na cidade e no campo, cresceram as organizações de trabalhadores conquistando novos espaços. Neste “*novo*” momento da História do Brasil, o Movimento dos Sem Terra (MST), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Igreja Católica, vários partidos políticos, principalmente de oposição e numerosas entidades pró-reforma agrária articularam-se para exigir do primeiro governo da nova república – um projeto de reforma agrária.

No ano de 1985, no início da “Nova República”, com o falecimento do Presidente Tancredo Neves, eleito por via indireta, assumiu a Presidência da República, o vice-presidente, José Sarney.

O governo da “Nova República” colocou como uma de suas prioridades a reforma agrária. Para ocupar a superintendência do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD), antigo MEAF foi nomeado, ainda por Tancredo Neves, o advogado paraense Nelson Ribeiro e, para ocupar a presidência do INCRA, o engenheiro - agrônomo José Graziano Gomes da Silva, antigo defensor da reforma agrária no Brasil, que já havia vivido longa experiências nesta área.

Começaram então as articulações para a elaboração de um Plano Nacional de Reforma Agrária. No final de maio desse mesmo ano, o grupo coordenado por José Gomes da Silva entregou uma proposta de reforma agrária às lideranças políticas, que foi completamente desfigurada, com inúmeras alterações em relação à versão original, considerada progressista. Em 10 de outubro de 1985, o Presidente Sarney assinava o Decreto nº. 91.766 aprovando o I Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA.

Nesse mesmo ano, surgiu, também, a União Democrática Ruralista (UDR)²⁴, com o objetivo de, entre outras coisas, mobilizar os fazendeiros para pressionar o governo a não realizar o I PNRA. Mesmo com este Plano Nacional de Reforma Agrária, o latifúndio e o grande capital continuaram a se disseminar pelo país, então com característica de exércitos particulares, via UDR.

A partir de 1986, os sindicatos de trabalhadores rurais, a CPT e o MST, tiveram de enfrentar o contra poder da UDR - o poder do latifúndio, que se estendia pelo país e que teve seu braço no Maranhão, nos municípios de Bacabal, Caxias, Imperatriz, Lago da Pedra, Arame, Chapadinha, Codó, Pedreiras, Porção de Pedra, Presidente Dutra, e Santa Inês.

Os limites impostos à reforma agrária pelo pacto da Nova República ficaram expostos pelos recuos que o PNRA sofreu durante sua elaboração. Foram doze versões alterando a proposta do então presidente do INCRA. Isso tornou inviável o projeto, representando assim, a vitória das forças políticas contra a reforma agrária, como a UDR, por exemplo. A perspectiva de elaboração de um projeto de reforma agrária era, na verdade, uma condição para a criação de um novo pacto político,

²⁴ A União Democrática Ruralista – UDR – nasceu em agosto de 1985 quando da realização, em Goiânia, de um leilão de bois, para arrecadar fundos que se destinavam à luta contra a reforma agrária. Esta organização constituía-se no braço armado do latifúndio. Seu crescimento político culminou em 1989, com a candidatura do presidente e principal liderança, Ronaldo Caiado, à presidência da República na sucessão de José Sarney, quando foi derrotado.

para a sustentação do governo que assumia o poder, de acordo com Martins (1986, p.15),

[...] por ter percebido a sua própria falta de legitimidade, o novo regime político tenta impor às diferentes classes fora do poder, aos trabalhadores, o seu pacto social. Pede uma trégua e promete reformas sociais. A mais importante, a reforma agrária, vem se arrastando em meio a obstáculos de circo, sabotada por seus próprios promotores. Uma composição política conservadora na escala e na profundidade em que é proposta e exigida pela realidade social dos trabalhadores rurais. Algumas desapropriações e muita publicidade não são suficientes para convencer o trabalhador do acampamento, das ocupações de terra e das áreas de conflito de que a reforma será feita pelos fazendeiros que estão no governo. Convence este ou aquele grupo beneficiado por uma desapropriação. E só.

Dessa forma, no final do governo Sarney, e considerando a participação dos movimentos sociais na luta pela reforma agrária, somente 6% do PNRA havia sido executado, ou seja, foram assentadas 84.852 famílias das 1,4 milhões de previstas.

O modelo de reforma agrária proposto por este Plano previa um conjunto de relações em sistemas, cujos elementos constitutivos dependiam da agregação de múltiplas instituições supostamente comprometidas com a política fundiária. Essa política não se limitava à redistribuição da terra, mas também, a oferta de serviços totalizantes que assegurassem o pleno bem - estar físico e social aos seus “beneficiários”.

Na prática, os conflitos deflagrados pelos trabalhadores rurais foram fundamentais para que algumas metas do Plano fossem implantadas, principalmente no que se refere à localização ou a redefinição de áreas e a função social da terra. Segundo o PNRA, a desapropriação por interesse social aparecia como instrumento principal a ser usado no processo de reforma agrária, embora tal conquista demandasse um longo processo de luta. Envolvia o deslocamento do debate para o Congresso Nacional em torno da redefinição da Constituição brasileira. Foi previsto na Constituição de 1988 o direito de o Estado desapropriar terras que não estivessem cumprindo a sua função social (o valor da terra deveria ser indenizado por Títulos de Dívida Agrária e o das benfeitorias em dinheiro). Essa reivindicação vinha sendo realizada desde o debate sobre a reforma agrária, desenvolvida no contexto da reordenação do jogo de forças, cujo desfecho foi o golpe militar de 1964.

A execução do Plano Nacional de Reforma Agrária foi atribuída inicialmente ao MIRAD (Ministério da Reforma Agrária e do Desenvolvimento) e posteriormente ao INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), através das

Superintendências Regionais – SRs. Cabia, portanto, a estas Superintendências nos estados a obtenção de áreas e o assentamento de famílias de trabalhadores rurais, através de recursos humanos e financeiros que lhes foram atribuídos ou por ela articulados.

Mas a grande derrota da luta pela reforma agrária aconteceu durante a elaboração da Constituição de 1988, quando o capítulo referente a esta matéria sofreu um enorme retrocesso, se comparado com o Estatuto da Terra.

As forças conservadoras representadas pela UDR conseguiram aprovar um dispositivo genérico, tornando a propriedade produtiva intocável. Estrategicamente, a definição do conceito de propriedade produtiva ficou a cargo da legislação complementar. Dessa forma, a viabilização da reforma agrária ficou condicionada à aprovação de uma lei regulamentando os artigos da Constituição relacionados a questão fundiária e de Lei Complementar definindo o Rito Sumário das desapropriações.

Com a derrota sofrida na Constituição, diversas entidades pró-reforma agrária iniciaram ações que resultaram, em 1989, na elaboração de uma proposta de Lei Agrária e outra de Rito Sumário apresentadas pelo Deputado Antônio Marangon, PT-RS, na forma de projetos de lei.

No governo Collor (1990-1992), a reforma agrária novamente não aconteceu. Durante a campanha, o candidato prometeu assentar 500 mil famílias, sem especificar *como e onde*. A meta mais uma vez não foi atingida, pois apenas 9.381 famílias foram assentadas, a metade na região Norte. Os poucos assentamentos efetivados resultaram de projetos iniciados no governo anterior.

O recrudescimento da luta pela terra com o aumento da violência no campo resultou na realização de uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) da “pistolagem”. Fruto das pressões, em um acordo feito pelas lideranças do PT e de partidos de centro-esquerda como o PSDB e o PMDB, foi possível votar e aprovar em julho de 1992 uma Lei Agrária. No início de fevereiro, a Coordenação Nacional do MST, composta por vinte e dois dirigentes representando quase todos os estados onde o movimento era organizado, realizaram uma audiência com o Presidente. Era a primeira vez que um presidente recebia o MST. Nessa ocasião, a Coordenação apresentou um documento contendo propostas de medidas emergenciais para a reforma agrária e, entre estas, os vetos de artigos, incisos e parágrafos da Lei

Agrária que impediam a efetivação das reformas. Por exemplo, um dos artigos se referia às terras adquiridas por via judicial, impedindo o acesso direto dos trabalhadores rurais. Outro artigo colocava como condição que, enquanto existissem grandes latifúndios na Amazônia, não poderiam ser desapropriados latifúndios menores em outras regiões do país.

Com a existência de uma lei de reforma agrária, a luta que se travou no Congresso Nacional foi pela aprovação da Lei de Rito Sumário (Projeto de Lei número 67 – 1992b- Complementar número 71/89). Em sua tramitação, o Projeto de Lei foi aprovado pela Câmara dos Deputados em 30 de junho de 1992 e enviado para o Senado, onde foi aprovado no início de 1993, retornando à casa de origem para ser votado por meio de acordo entre as lideranças e sancionado sem vetos, pela Presidência da República, em julho de 1993 (Lei Complementar nº. 76, de 6 de julho de 1993). Assim, diversos artigos dessa lei, passaram a ser objeto de contestação durante as desapropriações.

Por esta razão os movimentos sociais afirmavam que, embora já existissem dispositivos legais, a reforma agrária só aconteceria na prática com a intensificação da luta pela terra. Diante dessa condição, o número de ocupações cresceu. Em 1993, foram realizadas mais de setenta ocupações com aproximadamente 20.000 famílias acampadas (MST, 1993, p.6). Em 1994, aconteceram 119 ocupações, com 20.116 famílias (INCRA, 1995).

Durante os governos de Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso não houve grandes ações nessa área. No governo deste último, a meta para o programa de assentamentos rurais era de duzentas e oitenta mil famílias no período de 1995/98, o que significa uma redução brutal com relação ao I PNRA. Contudo, as metas se limitavam a uma política compensatória que não alteraram a correlação de forças políticas e sociais no campo.

Não contente com isso, o governo anunciou o programa 'Nova Reforma Agrária' tendo por base o conteúdo do texto: "Agricultura Familiar, Reforma Agrária e Desenvolvimento Local para um Novo Mundo Rural"²⁵, que trata da reformulação de política de Reforma Agrária para o país. O documento tem como principais pontos a integração das linhas de créditos PROCERA (Programa de Créditos Especiais para

²⁵ Para informações detalhadas sobre esse programa, consultar o documento A Nova Reforma Agrária. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, de 28 de abril de 1999.

Reforma Agrária) e PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), a descentralização da Reforma Agrária com atribuição de funções para os Estados e municípios e, por último, mudanças na forma de acesso a terra.

A intenção principal do governo Federal em todo o documento é desonerar sua responsabilidade com a política de reforma agrária, na medida em que transfere para os Municípios e Estados, através dos Conselhos Municipais e Estaduais de Desenvolvimento Rural, a responsabilidade política e financeira com a questão agrária.

Compreendo que os conselhos são ou deveriam ser instrumentos de controle das políticas por parte da sociedade. Porém, a grande maioria ainda não a representa efetivamente. É notória a manipulação de muitos conselhos pelo poder político local ligado às oligarquias rurais. Estas características colocam, de antemão, as dificuldades com as quais os movimentos da sociedade civil organizada deverão se defrontar para a implementação dos processos de reforma agrária no país. O governo preocupa-se menos com a viabilização dessa questão, e mais com a diminuição dos “custos” que estas ações podem demandar aos cofres públicos.

No final dos anos 1990, o governo FHC colocou em prática a reforma agrária de mercado. Esse enfoque respaldaria a decisão política do governo federal pela descentralização do programa de reforma agrária, entendida não como busca das necessárias parcerias dos municípios e dos estados para execução do programa, mas como tática para a transferência dos custos políticos e financeiros da execução do programa para essas esferas da federação.

A estratégia de municipalização de decisões sobre a "reforma agrária" tenderia à desarticulação das organizações dos trabalhadores, em especial do MST, já que as demandas pela reforma agrária, e pelo próprio crédito à agricultura familiar, passariam para a esfera local.

Nos anos 1990 inaugura-se um novo contexto das lutas sociais no campo, dado especialmente pela ação do MST. Este foi o responsável, no início de 1997 (um ano após o bárbaro massacre e morte de muitos trabalhadores sem-terra ocorrido no Pará), pelo mais importante ato popular de oposição ao governo de Fernando Henrique Cardoso. A marcha para Brasília, realizada através de passeatas que saíram de várias regiões do país, passando por várias cidades, onde com grande apoio popular realizavam atos, culminou em Brasília, onde obrigaram o

governo a recebê-los, em meio a uma grande manifestação social e política de massa.

Assim, o MST emergiu como o mais importante movimento social e político do Brasil na contemporaneidade, fazendo ressurgir a luta dos trabalhadores do campo e convertendo-a no centro da luta política brasileira. Nesse sentido, é o Movimento mais significativo da força e da necessidade da retomada, em bases novas, da centralidade das lutas sociais no Brasil.

Durante séculos, os movimentos sociais do campo tentaram romper com essa estrutura de poder, por meio da luta pela terra. Por ser uma questão perdurável, a questão agrária alimenta-se dos variados conflitos, assumindo diferentes feições, sem modificar sua estrutura. A questão agrária hoje já não coloca mais a pergunta: quem é contra ou a favor da reforma agrária? A sociedade em geral é favorável à sua efetivação. A questão é: como será feita a reforma agrária? O que está em questão é a fundamental participação política dos trabalhadores. Porque, por outro lado, o poder e a astúcia dos ruralistas e o papel do Poder Judiciário em defesa dos interesses e privilégios dos latifundiários e grileiros têm um resultado perverso para os trabalhadores rurais. Atualmente, as áreas em desapropriação estão sendo supervalorizadas pela perícia e pelo Judiciário, tornando as indenizações impraticáveis. Essas ações inescrupulosas são utilizadas para convencer a sociedade de que o melhor para o Brasil é a mercantilização da terra, por meio da venda direta do latifundiário aos sem - terra.

No início da década de 1990, observa-se uma mudança no perfil da agricultura maranhense na região sul do Estado, a partir da adoção de grandes incentivos fiscais por parte do governo, traduzidos na forma de redução fiscal (redução de 6,5% do ICMS sobre o faturamento) e na criação de infra-estrutura com recursos provenientes do setor público. Esses incentivos têm beneficiado, sobretudo, a monocultura de soja, e do eucalipto que vem se expandindo de forma grandiosa.

A economia maranhense, historicamente baseada na agricultura familiar, passa por todo um esforço para a sua modernização, através de grandes investimentos, especificamente, na produção de soja e de outros produtos destinados à exportação, inclusive, com subsídios fiscais que o Governo do Estado vem proporcionando aos imigrantes que se instalam ao sul do Estado. Aliada a essa

modernização, houve uma significativa alteração do perfil da produção industrial, que tem como maior expressão o complexo mineiro-metalúrgico da Companhia Vale do Rio Doce, a ALUMAR e os Projetos Celulose, Eucalipto e soja, na região do Baixo Parnaíba, dentre outros. Entretanto, a todo esse crescimento não correspondem mudanças significativas nas condições de vida da maioria da população. Conforme Almeida (1990, p.51), os imóveis classificados como latifúndios, por exploração e dimensão, cresceram em número e tamanho médio, apresentando,

[...] baixo percentual de utilização da terra (menos de 20% da área aproveitável total). Os classificados como latifúndio por exploração detêm 79% da área total cadastrada e representam 39% do total de imóveis.[...] Os efeitos dessa situação fazem-se visíveis na exacerbação das tensões, registrando-se, em 1985, mais de 100 conflitos que envolveram, aproximadamente, 15.000 lavradores, num território estimado em mais de dois milhões de hectares.

Mas, a questão é perceber como se colocou, nos últimos anos, a estrutura de acesso a terra no Maranhão. Conforme Carneiro (1999, p.15),

[...] pelos dados do Censo 1995 / 96 podemos concluir que houve uma recuperação das chamadas pequenas e médias propriedades – situadas no estrato de 10 a menos de 100 hectares-, fruto do amplo processo de ocupação de terras iniciado a partir da metade da década de 80, cujo marco foi a ocupação da Fazenda Capoeira, em Santa Luzia.

QUADRO 01 - Distribuição percentual do número de estabelecimentos e área ocupada (1970/1995).

GRUPOS DE ÁREA TOTAL	ESTABELECEMENTOS		ÁREA	
	1970	1995	1970	1995
Menos de 10 ha	87,6	76,9	5,6	3,1
10 a menos de 100	7,8	16,8	10,2	19,1
100 a menos de 1000	4,1	5,9	42,4	41,4
1.000 a menos de 10.000	0,5	0,4	37,5	27,9
10.000 e mais	0,0	0,0	4,3	8,5

Fonte: Censo Agropecuário, IBGE (p.33) (com modificações na tabela original, extraído de Carneiro (1999).

Quanto ao crescimento das áreas com mais de 10 mil hectares, estas estão localizadas, com maior incidência, nas regiões oeste e sul maranhense, áreas onde os plantios da soja e do eucalipto foram incentivados, confirmando a tese de Wagner (1987) da emergência de um novo gênero de grande propriedade que estaria se estabelecendo no Maranhão: o latifúndio industrial.

Quanto maior é o estabelecimento, menor é a proporção das terras utilizadas para agricultura familiar. Em contraste com os pequenos estabelecimentos, os grandes constituem o reino das pastagens, do eucalipto e das terras ociosas. Assim, a permanente “divisão do trabalho” no campo maranhense é mais uma vez confirmada pelo Censo. Por outro lado, o crédito rural subsidiado para a pequena produção decresceu, a assistência técnica oficial à pequena produção agrícola foi desmantelada e sucateada, a exemplo do que aconteceu com a EMATER e SAGRIMA.

2.3 As transformações recentes na agricultura maranhense: a luta pela construção de um patrimônio familiar.

O processo de acumulação primitiva estrutural manifestou-se em sua expressão mais acentuada e característica no Estado do Maranhão, que resultou na integração das áreas novas da região da Pré-Amazônia maranhense ao mercado nacional e da penetração do grande capital na região.

Trata-se do intervalo que se inicia na década de 1950 do século XX, indo até os acontecimentos sócio-econômicos mais recentes, quando o Maranhão atravessa nova fase, com a implantação dos chamados grandes projetos. No Sul do estado a expansão da soja, no Oeste maranhense as empresas de ferro – gusa e monocultura do eucalipto, no Baixo Parnaíba as empresas de papel e celulose, e atualmente, também a soja, que têm como conseqüência mais imediata o controle sobre a mão-de-obra desqualificada do pequeno trabalhador rural.

Conforme Arcangeli (1987), a chamada “inserção na divisão nacional do trabalho”, iniciou-se nos anos 40, e consolidou-se nos anos 50, para evoluir até as transformações recentes. Os principais fatos desta fase revelam o processo de

integração (ou reintegração) do Maranhão ao sistema de acumulação capitalista, tanto no que se refere ao processo de circulação como de produção. O autor sintetiza estes fatos da seguinte forma:

- a) decadência e crise da indústria têxtil;
- b) surgimento da indústria de extração e refinamento do óleo babaçu
- c) estabilização da atividade extrativa do coco babaçu;
- d) avanço das áreas de lavoura temporária, produtoras de alimento para o mercado nacional;
- e) ocupação do oeste do Estado, antes vazio, a partir da intensificação dos fluxos migratórios provenientes da corrente nordestina;
- f) avanço da pecuária, antes na retaguarda das áreas de lavoura e, recentemente, sobre as mesmas.

O desenvolvimento da pequena produção agrícola no Estado do Maranhão efetivou-se a partir do período colonial.

Conforme Andrade (1984, p.37), um século após a conquista, o povoamento do Estado do Maranhão se estendia:

[...] apenas em torno das baías de São Marco e de São José, ocupando a ilha do Maranhão, espalhando-se pelo continente ao Nordeste, onde situava a vila de Alcântara, nos baixos cursos do Grajaú, do Pindaré e do Mearim, onde havia fazendas de gado, e ainda nas várzeas da baixada do Itapecuru e Munim, em cuja foz se erguia a Vila Icatu. Era um modesto povoamento para um século de colonização.

Neste período, consoante o autor, entre as principais atividades econômicas destacavam-se a cultura de cana destinada à fabricação do açúcar e de aguardente. Havia na Capitania cerca de vinte engenhos, com destaque para o vale do Itapecuru e a região de Alcântara como principais centros produtores.

Posteriormente, no final do período colonial, o aumento da produção do algodão e do arroz favoreceu o povoamento. Conforme Andrade (1984, p.40),

[...] a área de povoamento se expandia alcançando o alto Itapecuru, onde o povoamento do Norte alcançou o do Sul, oriundo da Bahia, o baixo Pindaré, onde se fundaram duas vilas – Viana e Monção – enquanto no litoral surgiam vilas como Guimarães.

Ainda conforme Andrade (1984), a economia maranhense se manteve até à primeira metade do século XVIII dedicada ao auto-abastecimento, com uma quase inexistência de moeda. A partir deste período, ou seja, na segunda metade deste século, direcionou-se para o mercado externo, com as exportações de algodão e de

arroz. O açúcar só seria exportado após a independência, sobretudo com a instalação de engenhos a vapor no vale do Pindaré, como o Engenho Central (ANDRADE, 1984).

Com a decadência deste sistema, em fins do século XIX e início do século XX, tem-se um campesinato gerado pela libertação dos escravos e pelos trabalhadores rurais do Nordeste (Pernambuco, Piauí e Ceará) expulsos pela crise da “plantation” açucareira de 1929 e pelas sucessivas secas, como a de 1957.

Conquistando áreas despovoadas e desbravando a “terra livre”, os nordestinos formaram as chamadas “frentes de expansão”²⁶, que se dirigiram para os vales dos rios Pindaré, Mearim, Grajaú e Gurupi, atingindo também Imperatriz. As “frentes de expansão” criaram as condições para o crescimento da “economia camponesa” já existente no Estado. Esta economia seria, conforme Arcangeli (1987, p, 112), “uma economia pequeno – mercantil, cujo cálculo econômico não é capitalista, mas que se articula e se integra à frente pioneira, de lógica capitalista, através do mercado”.

A importância dos migrantes efetivou-se pela formação de uma “Frente Pioneira Agrícola”, nas áreas controladas ou parcialmente ocupadas pelo processo anterior de colonização (região do Médio-Mearim, Cocais e Pré-Amazônia), que coincidiu exatamente com a decadência da monocultura do algodão da região de Itapecuru e o processo de abertura de estradas, principalmente a Belém-Brasília. Com isso, essas áreas receberam um contingente de trabalhadores rurais, provocando um desequilíbrio parcial do modelo vigente até então, pelo aumento da demanda por terras, que elevou o preço do aforamento e gerou maior poder de barganha para o latifúndio. A continuidade do fluxo nordestino levou à migração destes trabalhadores que, junto com os outros nordestinos, começaram a adentrar em direção à Amazônia. Por volta de 1960, começaram a chegar à região de Imperatriz, onde se unificaram num único fluxo. Ao penetrarem no Pará, foram chamados de “maranhenses”.

²⁶ A frente de expansão constituiu-se conforme Martins (1987, p.107), numa “[...] faixa (povoada, mesmo que com baixa densidade) que não se constitui uma frente pioneira uma vez que, sua vida econômica não está estruturada primordialmente a partir das relações com o mercado”. É importante considerar também de acordo com Coelho (2002, p.27), que as frentes de expansão, ocupavam áreas que eram habitadas por diferentes populações indígenas e, que as frentes, ainda que tenham o mesmo caráter econômico, seja pastoril, extrativista ou agrícola, constroem relações diferenciadas, que dependem do grupo indígena com o qual entram em contato e de fatores como valor da terra na região, contacto com o mercado e o grau de incorporação da mão - de - obra indígena nas atividades desenvolvidas.

Os trabalhadores rurais que se deslocaram com suas famílias pela região do Pindaré buscavam terra. Uma “terra livre”, “devoluta”, da qual, no futuro, poderiam se tornar legalmente proprietários ou perdê-la, devido a mudanças sociais, o que aconteceu, transformando-os em posseiros²⁷, foreiros, meeiros e até assalariados.

A história do campesinato no Brasil pode ser definida como o registro das lutas para conseguir um espaço próprio na economia e na sociedade. Ou seja, esta situação, reflete as particularidades dos processos sociais mais gerais, da própria história da agricultura brasileira, como o colonialismo que se perpetuou como uma herança, mesmo após a independência; a dominação econômica, social e política da grande propriedade; a escravidão, e a existência de fronteira de terras livres ou passíveis de serem ocupadas pela simples ocupação e posse.

Conforme afirma Wanderley (1996, p.8), no Brasil a grande propriedade,

[...] dominante em toda a sua História, se impôs como modelo socialmente reconhecido. Foi ela quem recebeu aqui o estímulo social expresso na política agrícola, que procurou modernizá-la e assegurar sua reprodução. Neste contexto, a agricultura familiar sempre ocupou um lugar secundário e subalterno na sociedade brasileira. Quando comparado ao campesinato de outros países, foi historicamente um setor "bloqueado", impossibilitado de desenvolver suas potencialidades enquanto forma social específica de produção.

Aqui, houve dificuldade para a implantação de um sistema produtivo diversificado. Embora o consumo de proteínas na alimentação humana pudesse ser assegurado, nos níveis mínimos, através das atividades de caça e pesca, a ausência da criação animal afetava diretamente, as possibilidades de fertilização natural, só compensada pelo constante deslocamento das áreas de culturas.

Neste nível de precariedade, certamente não há muito como construir um patrimônio familiar. Parto, no entanto, da hipótese de que, no caso dos nordestinos, por muito tempo, o projeto para o futuro, pelo qual as gerações atuais se

²⁷ Aldighieri (1993) apresenta uma classificação muito mais ampla que considera camponês aquele que tem uma relação de trabalho, vida e cultura com a terra, (camponês *lato sensu*). Nesta definição, entrariam todos os que trabalham com a terra, sejam como proprietários, meeiros, posseiros ou assalariados rurais (os chamados 'bóias frias'); a segunda classificação é a do camponês *stricto sensu*, definido como aquele que explora uma parcela da terra por conta própria, com a participação de seus familiares no trabalho e eventual ajuda de outros companheiros, produzindo, sobretudo para a subsistência sua e da família. Entre os camponeses (*stricto sensu*) está o posseiro, aquele que, expulso da terra, luta em busca de uma nova posse. Porém, este termo tem sido muito utilizado para classificar indistintamente todos aqueles que possuem um terreno sem seu título legal. Estariam nesta classificação fazendeiros e grileiros. Entretanto, o termo posseiro não pode ser indistintamente aplicado. A mesma lei agrária exige que seja considerado posseiro só aquele que mora e trabalha na terra ocupada. É a partir deste conceito que o presente trabalho considera o termo posseiro. Ver também Moura (1986).

comprometem com as gerações que as sucedem, pôde ser assegurado, graças às possibilidades de mobilidade espacial abertas pela prática da agricultura itinerante e, sobretudo, pelo sistema de posse precária da terra. De uma certa forma, segundo Wanderley (1996), “[...] o patrimônio transmitido era o próprio modo de vida.”

Esta situação limite não é generalizável, para todo o campesinato brasileiro, em seus diversos momentos e em todo o território nacional²⁸. Conforme Lamarche (1993, p.185), na região nordestina, no cariri e no semi-árido:

A pequena produção ocupa muitas vezes um espaço exíguo entre os “latifúndios” e permanece a serviço dos grandes proprietários. Estes acumulam, na maior parte do tempo, atividades comerciais, industriais ou liberais e, muitas vezes, estendem ainda seu controle até a esfera política, manipulando assim, o aparelho do Estado em benefício próprio.

Trabalhadores deslocaram-se dos Estados nordestinos de Pernambuco, Paraíba, Ceará e Piauí, em razão das constantes secas ou da expulsão das terras pelos grandes proprietários. Este segmento adentrou no Maranhão, primeiro pelo Vale do Mearim (Bacabal); depois, pelo Vale do Pindaré, e, sobretudo, pelos municípios de Santa Luzia e Bom Jardim. De lá, “forçados” pelos fazendeiros e pelas grandes empresas, se deslocaram mais uma vez, até à chamada região do Bico do Papagaio²⁹, já nos anos de 1970.

A dinâmica da estrutura social na primitiva região “terras livres”, tornada zona de expulsão de pequenos produtores, deu-se por dois fatores. Um desses fatores foi a própria existência de terras que, embora já ocupadas pelos trabalhadores que compunham a frente agrícola, se apresentavam para a sociedade como um todo, como terras “**livres**”, devido a não formalização da posse do ponto de vista jurídico, pois o interesse destes, para com a terra é o trabalho e não o negócio. Essa é uma das razões para não se preocuparem com o título da terra, só que nessa situação a terra se apresenta como objeto de apropriação para a pecuária e para a especulação (grileiros), culminando com a limitação e o controle progressivo da ocupação. O outro fator foi o desenvolvimento do sistema rodoviário e ferroviário (ferrovia Carajás), que atraiu novos grupos e serviu tanto para o escoamento da

²⁸ Para maiores informações sobre a diversidade da agricultura familiar no Brasil, ver a pesquisa de Lamarche (1993).

²⁹ Região do extremo norte do Estado de Tocantins, na confluência dos rios Tocantins e Araguaia, em que a linha divisória entre os Estados de Tocantins, Maranhão e Pará forma um desenho que lembra um bico de papagaio, daí o nome da região.

produção (atingindo toda a rede de comercialização), como para a divulgação da ocorrência de supostas terras livres na Pré-Amazônia maranhense.

Conforme Arcangeli (1987), a forma de relação dos trabalhadores rurais com a terra não é homogênea, registrando-se a existência de:

a) pequenos produtores proprietários que adquiriram título de propriedade da pequena gleba que trabalham;

b) pequenos produtores arrendatários (ou “foreiros”), em que trabalham em terra alheia, de terceiros, aos quais pagam a renda fundiária, ou em dinheiro, ou em produto, ou em trabalho;

c) pequenos produtores posseiros, que ocupam terras devolutas, livres e que, em sua atividade produtiva apresentam grande mobilidade espacial.

Em geral, as três categorias estão presentes em todo o Estado do Maranhão. Porém, a segunda localiza-se preponderantemente na frente pioneira, que corresponde às áreas de ocupação mais antiga. A terceira é, no entanto, a que mais exprime a atividade produtiva da frente de expansão, ou seja, das áreas de ocupação mais recente.

A heterogeneidade da pequena produção mercantil, não impede, porém, uma caracterização mais geral, ou seja, há nesta produção aspectos e especificidades que são gerais e que se aplicam mais ou menos às três categorias de produtores descritos acima, pelo menos no seu aspecto essencial. Em relação à esfera produtiva, uma primeira característica reporta-se à união existente entre o produtor direto e os meios de produção, isto é, o agente da pequena produção mercantil não está dissociado dos meios de produção. Estes meios são a terra, os insumos e os instrumentos de trabalho. No caso dos arrendatários ou foreiros, a não dissociação somente se refere aos insumos e aos instrumentos de trabalho. Além do mais, os foreiros estão mais subordinados ao capital não só devido ao mercado, mas principalmente ao próprio âmbito da produção, uma vez que o meio de produção terra já é objeto de monopólio privado, que utiliza a renda fundiária³⁰.

³⁰Conforme Marx (1968, p.710), a propriedade fundiária que o capitalismo no início encontra não corresponde, desta forma, um obstáculo à ação do capital na agricultura. “A condição prévia do modo capitalista de produção, portanto, é esta: os agricultores efetivos são trabalhadores agrícolas, empregados por um capitalista, o arrendatário, que explora a agricultura como campo particular de aplicação do capital, como investimento de seu capital numa esfera particular de produção. Este capitalista arrendatário paga ao proprietário das terras, ao do solo que explora, em prazos fixados, digamos por um ano, quantia contratualmente estipulada (como o prestatário de capital-dinheiro para determinado juro) pelo consentimento de empregar o seu capital nesse campo especial de produção.

O que é mais importante reter desta discussão é que, em geral, neste tipo de economia, o domínio total ou parcial sobre os meios de produção permite aos agentes econômicos da pequena produção mercantil um controle completo do processo de trabalho. Pois, deter os meios de produção e comandar o processo produtivo, possibilita aos produtores independentes da pequena produção mercantil uma apropriação direta dos resultados do seu trabalho. A decisão do “que produzir” e “quando produzir”, por parte dos camponeses, não leva em conta as “perspectivas do mercado”, e sim as necessidades básicas para reprodução das famílias dos produtores.

Diante da necessidade de consumo para a própria reprodução dos meios de produção e da força de trabalho da unidade produtiva familiar, há uma parcela do produto que não sai da esfera produtiva, fica para o consumo da unidade. Entretanto, outra parcela alcança o mercado em função da inevitável dependência que os produtores agrícolas têm em relação aos demais produtores do sistema, independentes ou vendedores da força de trabalho. Portanto, esta segunda parcela do produto camponês, ao contrário da primeira que tem valor de uso, passa a ter valor de troca, independentemente das condições de produção em que foi trocada. Conforme Arcangeli (1987, p.117) esta segunda parcela “[...] possibilitou e possibilita a articulação da frente de expansão com a frente pioneira pela troca de produtos e que se define como o excedente da produção camponesa, dando-lhe o caráter mercantil”. Ainda de acordo com o autor, é esta segunda parcela que também, possibilitou e ainda possibilita o abastecimento alimentar das cidades. E que, a inserção do Maranhão na divisão nacional do trabalho, se fez, portanto, a partir da produção deste excedente da pequena produção mercantil, obtido ao menor custo.

Entendo que as formas de precariedade são diferenciadas. Os agricultores tiveram, de uma maneira ou de outra, que abrir caminho entre as alternativas que encontravam: submeter-se à grande propriedade ou isolar-se em áreas mais distantes; depender exclusivamente dos insuficientes resultados do trabalho no sítio ou completar a renda, trabalhando no eito de propriedades alheias; migrar temporária ou definitivamente.

Chama-se esta quantia de renda fundiária [...] Esse pagamento se efetua durante todo o período em que o proprietário contratualmente emprestou, alugou o solo ao arrendatário. Assim, a renda fundiária é a forma em que se realiza economicamente, se valoriza a propriedade fundiária”.

Além dessa situação de precariedade, esse segmento tem sido profundamente marcado pela instabilidade das situações vividas. Dessa forma, são diversos os estudos que indicam a luta dos agricultores para ter acesso ao mercado, como também são inúmeras as referências às suas derrotas neste campo de ação. Longe, porém, de propor uma direção unívoca, resultando na dissolução do setor, estes embates dão conta de processos complexos que construíram trajetórias diferenciadas nos diversos momentos e em diversos espaços do território brasileiro³¹.

A descampesinização é o processo brutal, pelo qual o Estado e os latifundiários desestruturaram a economia e as formas sociais de “cultivadores pobres livres” no Nordeste, que partiram em busca de novas terras, a exemplo das “frentes de migração” vindas desta região para os chamados “vales úmidos” do Maranhão. Reinstalaram-se em novas condições, as comunidades de base familiar, num claro mecanismo de recampesinização.

Acredito que este tenha sido o caso de parte daqueles hoje *assentados* do P.A Brejo de São Félix. Como moradores, trabalhando na fazenda, tentavam assegurar as condições mínimas de uma atividade produtiva familiar no interior da grande propriedade onde reside. Como o afirma Moacir Palmeira(1977, p.106),

[...] não há dúvida que a concessão de sítios representa o mais importante dos “prêmios” que o senhor de engenho atribui ao morador, pois significa para o morador poder plantar, além do seu roçado, árvores e, portanto, ligar-se permanentemente à propriedade (e aqui o tempo de permanência passa a ser um elemento importante.

A relação de parceria, conforme Antônio Cândido (1964, p.150), permite uma certa forma de recampesinização:

[...é possível dizer que o incremento extraordinário da parceria pode significar verdadeira capitulação do latifúndio, que permite refazerem-se no seu território agrupamentos de lavradores em condições parecidas, muitas vezes, como a de pequenos sítiantes integrados em bairro, praticando, em pequena escala, agricultura de subsistência.

Como vencedores ou perdedores no processo de luta, ontem ou hoje, os trabalhadores rurais lutam visando o acesso a atividades estáveis e rentáveis. É este objetivo que norteia suas estratégias econômicas que se articulam em dois níveis

³¹Wanderley (1996), denomina essas trajetórias como processos de “campesinização”, “descampesinização” e “recampesinização” .

complementares: por um lado, o acesso a uma atividade mercantil e por outro lado, o autoconsumo. Esta dupla preocupação - a integração ao mercado e a garantia do consumo - é fundamental para a constituição do que Wanderley (1996) denomina “patrimônio sócio-cultural”, do campesinato brasileiro. Portanto, a referência a uma “agricultura de subsistência”, tão frequente na literatura especializada, pode esconder os propósitos mais profundos dos agricultores. Pois conforme Wanderley (1996, p.10),

[...] nada indica que o campesinato brasileiro se restrinja, em seus objetivos, à simples obtenção direta da alimentação familiar, o que só acontece quando as portas do mercado estão efetivamente fechadas para eles. Pelo contrário, a experiência do envolvimento nesta dupla face da atividade produtiva gerou um saber específico, que pôde ser transmitido através das gerações sucessivas e que serviu de base para o enfrentamento - vitorioso ou não - da precariedade e da instabilidade. (1996, p. 10).

É este saber que fundamenta a complementação e a articulação entre a atividade mercantil e a de subsistência, efetuada sobre a base de uma divisão do trabalho interna à família, conforme Garcia Jr. (1990).

O esforço de constituir um “território” familiar, um lugar de vida e de trabalho, capaz de guardar a memória da família e de reproduzi-la para as gerações posteriores, é uma das dimensões mais importantes das lutas dos trabalhadores rurais brasileiros. Paradoxalmente, a perseguição deste objetivo supõe, muito frequentemente, a extrema mobilidade do agricultor, que se submete a longos, constantes e sucessivos deslocamentos espaciais.

A partir desta questão, conforme Wanderley (1996, p.11), é possível considerar duas situações distintas:

Em primeiro lugar, a mobilidade resultante da pressão direta da grande propriedade. Diante da necessidade de escapar da submissão ao latifúndio, a alternativa possível consistiu, ao longo da história do campesinato brasileiro, especialmente, em algumas regiões, na migração para o interior do País.

Em segundo lugar, a migração para a fronteira se inscreve também na lógica interna da reprodução da agricultura camponesa, particularmente, do Sul do País.

O que chama a atenção, continua a autora, “[...] é o fato de que a reprodução social da família no Brasil muito frequentemente gera a expectativa da instalação de cada filho em um novo estabelecimento”. Ou seja, na maioria das vezes, o agricultor tem apenas sua terra para oferecer qualquer futuro para os filhos.

A migração tem aqui duas faces: a esperança e o fracasso. A existência de uma fronteira agrícola, no interior do país, foi a condição que permitiu a estes camponeses garantir a autonomia do seu modo de vida, especialmente, pelo fato da existência de terras livres, acessíveis através do sistema de posses.

Por outro lado, o risco desse deslocamento sempre foi intenso e constante. Nesta trajetória em busca de novas terras, além de ter que enfrentar as dificuldades inerentes ao próprio deslocamento e à instalação em um local desconhecido, o grande desafio consistia em vencer as mesmas condições das quais se tentava escapar.

No caso do sertão nordestino, a estas dificuldades acrescenta-se o enfrentamento das secas. Como afirma Celso Furtado (1964), se torna um “problema social”, a partir, precisamente da intensificação da migração.

Essa combinação, aparentemente, tão feliz, da pecuária com o algodão arbóreo, modificou as bases da economia sertaneja e transformou as secas em um problema social de grandes dimensões. A população que acorria ao sertão, em busca das vantagens que apresentava a cultura do algodão e seduzida pela abundância de alimentos que ali florescem nos “bons” invernos, estava, em realidade, sendo atraída para uma armadilha infernal. O trabalhador que se fixava no latifúndio sertanejo devia plantar algodão em regime de meação com o dono, que financiava o plantio, adiantando sementes e o necessário para custear a produção.” (1964, p. 166).

Porém, a própria existência da fronteira dá sentido à intensa mobilização. Isto é, o deslocamento, uma vez que existam terras livres, se inscreve no projeto de vida familiar como uma continuidade.

Pode-se propor a hipótese que este processo não é exclusivo dos agricultores nordestinos, mas pode ser observado como um traço comum em todos os agricultores brasileiros. O que parece a primeira vista como ausência de vínculo com o território familiar e comunitário de origem, significa, na verdade, a possibilidade de constituição - ou reconstituição - do patrimônio familiar, mesmo que seja em um local distante. Nisto, os brasileiros diferem profundamente dos franceses e mesmo dos canadenses, instalados e enraizados há séculos em seus locais de origem.

A existência da fronteira funcionou também, como uma válvula de escape para tensões sociais. Porém, ali também o controle da grande propriedade acabou por subordiná-los, fazendo dessas regiões o cenário de uma verdadeira “guerra de extermínio” que opõe os pequenos “posseiros” aos grandes empreendimentos agrícolas ou de criação de gado que promovem a especulação da terra.

O assentamento Brejo de São Félix está situado na região dos cocais. Nesta região fica também o município de Caxias. De acordo com May (1990), os latifúndios ocupam a maior parte das terras e fornecem moradia e trabalho para a maioria dos trabalhadores sem terra da região. As relações de produção nestes estabelecimentos, de acordo com o autor, são paternalistas, suas atividades produtivas diversificadas e o fraco intercâmbio com a economia de mercado os tornam resistentes às mudanças. A rigidez dos padrões de arrendamento e a interdependência entre o proprietário de terra e os moradores têm caracterizado o domínio dos latifúndios na região.

De acordo com May (1990), a principal mudança ocorrida entre os Censos de 1960 e 1980, nas características das propriedades agrícolas em Caxias, foi a redução em quase metade da proporção da terra agrícolas nas mãos dos posseiros de (12,3% a 6,6%) e um declínio ainda mais agudo de (43,6% a 16,3%) na proporção dos produtores classificados como posseiros. Para onde foram os posseiros, questiona o autor. A resposta é que alguns se tornaram proprietários com títulos, pois o número de pequenas propriedades quase dobrou em Caxias entre 1960 e 1980, tendo sido acompanhado por uma redução de quase dois terços no tamanho médio da propriedade. Ainda de acordo com May (1990), as terras nas quais eles produziam passaram a pertencer legalmente a outros, porém, os antigos posseiros geralmente permaneciam na propriedade na condição de moradores ou foram forçados a procurar outra propriedade na qual pudessem morar e trabalhar como arrendatários. 'empurrando' para frente a fronteira amazônica da zona do babaçu. O número de produtores nesta categoria segundo o autor, quase quadruplicou entre os censos de 1960 e 1980, como resultado da migração de novos arrendatários e do crescimento natural da população.

O autor, analisando os dados de uma pesquisa realizada em Caxias no período de 1963 a 1973, constata que as fazendas de Caxias pareciam estar isoladas das mudanças que Nicholls e Paiva (1979) constataram na agricultura brasileira como um todo. A área de Caxias foi à única das sete áreas pesquisadas onde o uso do trabalho nas propriedades visitadas pela segunda vez tinha, aparentemente, *aumentado*. Enquanto que em Caxias ocorreu um aumento de 9% no número de famílias residentes por unidade de terra, nas outras áreas, houve um *decréscimo* de 27%. Conforme May (1990, p.100):

O total de homens-ano de trabalho por unidade de terra também aumentou em Caxias em proporção semelhante, enquanto que no resto do País, até mesmo em outras partes 'retrógradas' do Nordeste que haviam sido pesquisadas, o uso total do trabalho declinou substancialmente e a quantidade de trabalho temporário ficou estável ou aumentou.

A resposta para esta diferença, em parte está, segundo May (1990), nos dados discutidos acima, ou seja, no desaparecimento gradual de uma fronteira agrícola em Caxias que acarretou o aumento da mão-de-obra residente dentro das propriedades existentes. Novas unidades de produção foram formadas, incorporando alguns dos posseiros forçados a abandonar as terras devolutas. Embora parte desse crescimento tenha se alastrado através de migração rural – urbana e de migrações em direção ao Oeste, a população remanescente nas propriedades rurais de Caxias era bastante numerosa.

Esses latifúndios, em alguns casos, poderiam ser descritos de acordo com May (1990, p.101) em:

[...] verdadeiras comunidades, com escolas, capelas, campo de futebol e pequenas indústrias de processamento. Seu isolamento com relação à sede municipal reforçava seu caráter de unidade de produção e consumo semi-autônomas.

No que se refere aos dados mais recentes em relação à Estrutura Fundiária do Território dos Cocais, percebi que no ano de 1998 foram cadastrados 4.106 imóveis rurais, que ocupam 932.469,4 ha. Considerando que a superfície do Território dos Cocais totaliza 20.920 km² (2.092.000 ha), segundo o cadastro do INCRA/1998, essa área corresponde a 45% da superfície total. No cadastro de 2005, foram computados 6.015 imóveis rurais, ocupando uma área de 1.291.296,5 há. Neste período houve um acréscimo de 1.909 imóveis que corresponde a ocupação de mais 358.827,1 há e 62% da área total da região.

A distribuição do tipo de estabelecimento observada na região foi a mesma ocorrida no restante do Estado do Maranhão, ou seja, a metade dos imóveis corresponde a minifúndios e a grande propriedade continua a ocupar metade de toda a área cadastrada do Estado. Muito pouco se fez em termos de ações da Reforma Agrária, conforme pode ser visto no Quadro 02.

A Grande Propriedade³² que representava **4,26%** do total dos imóveis rurais (175) diminuiu para **4,14%** (249) no intervalo de 1998 a 2005³³. Essa categoria de imóvel, em 1998, ocupava **50,56%** do total da área cadastrada (**471.476,5 ha**) e passou a ocupar **49,09%** (**633.902,0 ha**). Já a relação imóvel / área, em 1998 era de **2.694 ha**, passou a **2.545 ha** em 2005. Ou seja, mesmo havendo no período considerado uma queda na participação percentual da categoria sobre o total do imóvel, em termos absolutos, houve acréscimo tanto no número de imóveis (74) como na área ocupada, 162.425,5 ha. Portanto, ao contrario do ocorrido para o conjunto do Estado, no território observa-se uma queda na média de área ocupada pela Grande Propriedade.

**QUADRO 02 - Evolução da Estrutura Fundiária do Território dos Cocais -
INCRA: 1998/2005**

CATEGORIA DE IMÓVEL RURAL	Nº IMÓVEL				ÁREA (há)			
	1998	%	2005	%	1998	%	2005	%
Não Classificada	4	0,10	122	2,03	6.291,3	0,67	2.122,0	0,16
Minifúndio	1.963	47,81	2.806	46,65	58.386,6	6,26	80.620,6	6,24
Pequena Propriedade	1.392	33,90	2.000	33,25	166.759,0	17,88	231.304,2	17,91
Média Propriedade	572	13,93	838	13,93	229.556,0	24,62	343.347,7	26,59
Grande Propriedade	175	4,26	249	4,14	471.476,5	50,56	633.902,0	49,09
TOTAIS	4.106	100,00	6.015	100,00	932.469,4	100,00	1.291.296,5	100,00

Fonte: INCRA / CADASTRO RURAL / ESTATÍSTICAS CADASTRAIS MUNICIPAIS Abril de 1998/Dezembro de 2005.

Já os minifúndios³⁴ que representavam 47,81% dos imóveis (1.963) em 1998, reduziram-se para 46,65% (2.806) em 2005. O total da área cadastrada no território que era de 6,26 % em 1998 (58.386,6 ha) passou para 6,24% em 2005 (80.620,6 ha). Assim, a relação imóvel/área não se alterou, ficando em média 30 ha.

Portanto, apesar das ações implementadas em termos de Reforma Agrária em todo o Território, 46,65% dos imóveis ainda são minifúndios (2.806) e 49,09% de toda a área cadastrada pertence à categoria de Grande Propriedade. É o que ilustra os Gráficos 3 e Gráfico 4, abaixo.

³² A Lei nº 6.746/1980, vinculada ao Imposto Territorial Rural / ITR, o módulo rural passou a ser o módulo fiscal, que é a área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, define a grande propriedade como o imóvel rural de área superior a 15 (quinze) módulos fiscais.

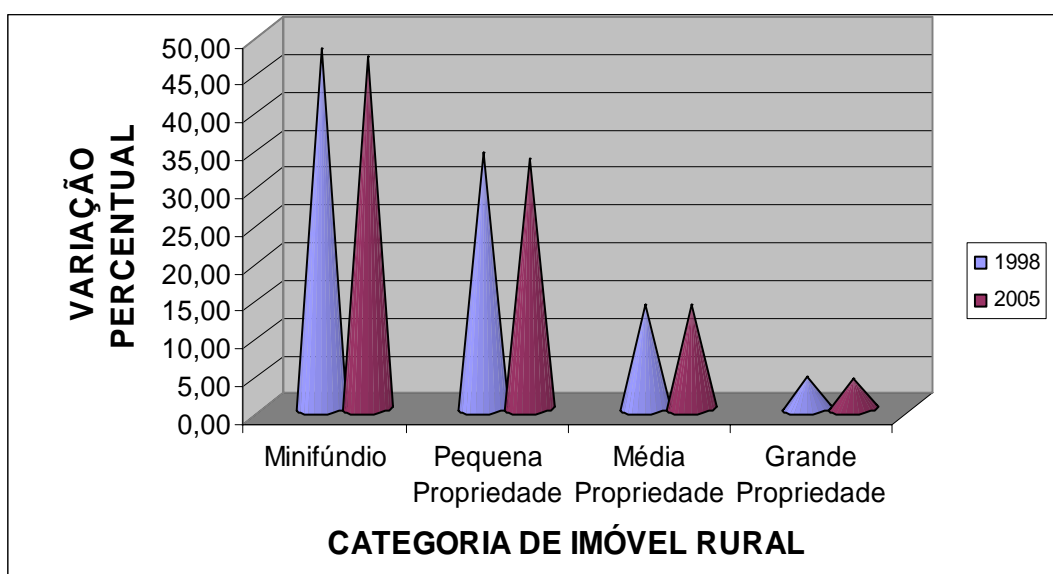
³³ A variação dos imóveis no período deve-se em parte, ao fato de que em 1998, não foram incluídos no Território os dados referentes aos municípios de São João do Sóter (desmembrado de Caxias em 10/11/1994) e Lagoa do Mato (desmembrado de Passagem Franca em 01/01/1997).

³⁴ Ainda de acordo com a Lei nº 6.746/1980, o minifúndio é o imóvel rural com dimensão inferior a 1(um) módulo fiscal.

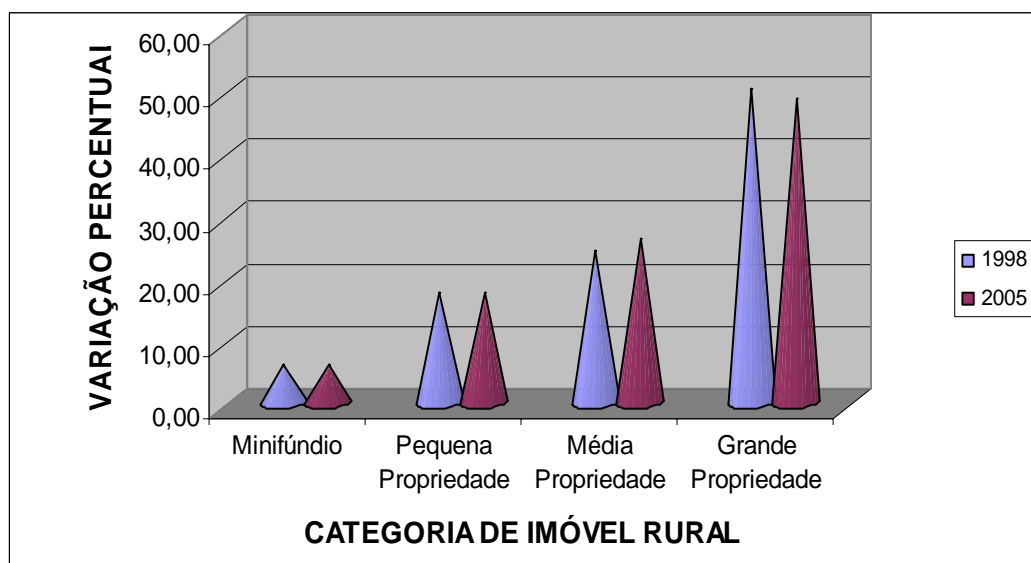
A Pequena ³⁵ e a média propriedade³⁶ não apresentaram significativas evoluções.

Assim, no Gráfico 01, do ponto de vista da variação percentual do número de imóveis rurais, sobressai-se o minifúndio. No Gráfico 02, variação percentual da área dos imóveis, destaca-se a grande propriedade.

**GRÁFICO 01 – Variação Percentual do Número de Imóveis Rurais.
TERRITÓRIO DOS COCAIS / MA: 1998 a 2005**



**GRÁFICO 02 – Variação Percentual da Área dos Imóveis Rurais.
TERRITÓRIO DOS COCAIS / MA: 1998 a 2005**



³⁵ Imóvel rural de área compreendida entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais.

³⁶ Imóvel rural de área superior 4 (quatro) e até 15 (quinze) módulos fiscais.

Observa-se no Território dos Cocais a manutenção da concentração fundiária, seguindo a tendência do ocorrido para todo o Estado.

Tomando como referência o Município de Parnarama, cuja superfície territorial é de 3.487 km², observa-se que em 1998 apenas 50% de sua superfície total encontrava-se cadastrada, ou seja, 1.755 km² (175.533,3 ha). Em 2005, esse percentual atinge 66%, ou seja, 2.298 km² (229.806,0 ha).

Nesse mesmo período, houve um acréscimo de 137 imóveis cadastrados (454 em 1998 para 591 em 2005) e de 54.272,7 ha (175.533,3 ha em 1998 para 229.806,0 ha em 2005). Conforme ressaltado acima, essa variação deve-se ao fato do Recadastramento quinquenal de imóveis rurais, iniciado em 1997, nos termos da Lei 5.868/72 e do Decreto 72.106/73.

Da mesma forma que ocorreu no Estado, pouco se fez em termos de ações da Reforma Agrária³⁷, como pode ser observado no quadro a seguir.

A Grande Propriedade concentra mais da metade da área do município, embora seus estabelecimentos sejam em menor número. Em 1998 representava 8,59% do total dos imóveis rurais (39) e passou a representar 8,63% (51) em 2005, tendo sido acrescidos o total de 12 imóveis no período. Essa categoria de imóvel, em 1998 ocupava 61,49% do total da área (107.929,2 ha) e passou a ocupar 64,35% (147.886,0 ha), havendo, portanto, um acréscimo de área cadastrada de 39.956,8 há. A criação de três Projetos de Assentamento do INCRA no período, sendo um deles objeto deste estudo, apesar de ter aumentado o percentual de pequena propriedade, não reduziu o percentual de área ocupada pela grande propriedade, cuja relação imóvel / área salta de 2.767 ha em 1998 para 2.900 ha em 2005.

**Quadro 03 - Evolução da Estrutura Fundiária do Município de Parnarama/MA
INCRA:1998/2005**

CATEGORIA DE IMÓVEL RURAL	Nº IMÓVEL				ÁREA (há)			
	1998	%	2005	%	1998	%	2005	%
Não Classificada	2	0,44	20	3,38	1.885,0	1,07	300,0	0,13
Minifúndio	90	19,82	131	22,17	3.663,7	2,09	4.953,7	2,16
Pequena Propriedade	229	50,44	268	45,35	26.254,8	14,96	28.848,8	12,55
Média Propriedade	94	20,70	121	20,47	35.800,6	20,40	47.817,5	20,81
Grande Propriedade	39	8,59	51	8,63	107.929,2	61,49	147.886,0	64,35
TOTAIS	454	100,00	591	100,00	175.533,3	100,00	229.806,0	100,00

Fonte: INCRA / CADASTRO RURAL / ESTATÍSTICAS CADASTRAIS MUNICIPAIS Abril de 1998/Dezembro de 2005.

³⁷ No ano de 2001, foram criados 03 (três) PA'S no Município, com capacidade para 605 famílias, tendo sido distribuído 14.737,0 ha. Os PA's foram reconhecidos em Set / 2001.

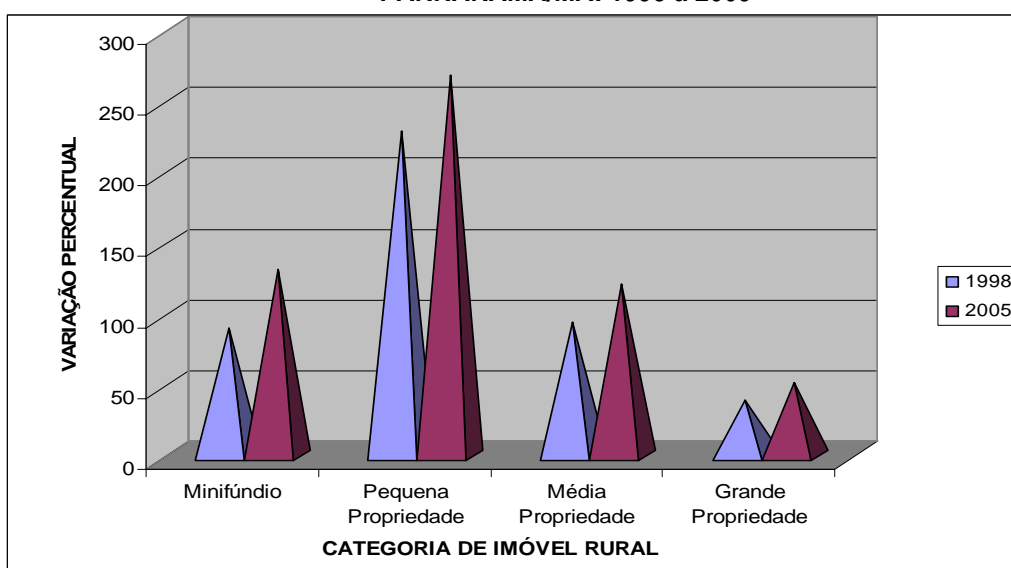
Os Minifúndios que representavam 19,82% dos imóveis (90) em 1998 apresentam um acréscimo na sua participação sobre o total de imóveis para 22,17% (131) em 2005, com 41 novos imóveis rurais cadastrados no período considerado. Quanto à área ocupada, também é acrescida na participação sobre o total de área cadastrada, passando de 2,09% (3.663,7 ha) em 1998 para 2,16% (4.953,7 ha) em 2005, sendo acrescido em 1.290 ha para essa categoria. A relação imóvel / área cai de 41 há, em 1998, para 38 ha em 2005.

Diferentemente da situação do Estado e do Território, onde predomina a categoria de Minifúndios, no Município de Parnarama predomina a categoria de Pequena Propriedade, que corresponde a 45,35% dos imóveis (268), ocupando 12,55% do total da área (28.848,8 ha) em 2005.

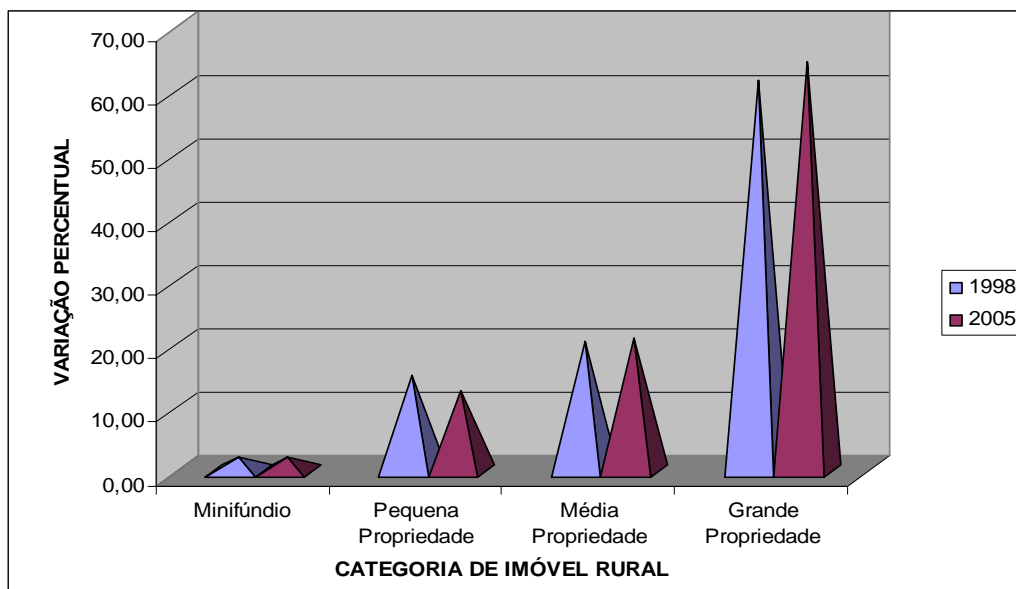
A Estrutura Fundiária do Município de Parnarama expressa a concentração fundiária, seguindo a tendência do ocorrido para todo o Estado e o Território dos Cocais. Cabe destacar uma particularidade quanto à distribuição do espaço fundiário no município, a elevação da relação imóvel/área na grande e média propriedade, em detrimento da mesma relação para os minifúndios e a pequena propriedade.

Nos Gráficos 03 e 04 a seguir, ilustramos a variação no número dos imóveis e na área ocupada, para o Município de Parnarama.

**GRÁFICO 03 – Variação Percentual do Número de Imóveis Rurais.
PARNARAMA/MA: 1998 a 2005**



**GRÁFICO 4 – Variação Percentual da Área dos Imóveis Rurais.
PARNARAMA/MA: 1998 a 2005**



O *assentamento* objeto deste estudo está situado nesse município. Seus moradores hoje vivenciam uma situação de agricultura familiar, estando alguns inseridos no Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar/ PRONAF- A.

2.4 De novo (en) cena a reforma agrária

Com a vitória de Luis Inácio da Silva, em 2003 renovaram-se as esperanças na realização de uma efetiva reforma agrária no país, mas, ao mesmo tempo, esta bandeira, que integra as prioridades do governo, passa também a ser um dos seus grandes desafios.

Os trabalhadores em geral e principalmente os do campo, esperavam muito mais deste governo do que de governos anteriores, principalmente em razão da trajetória histórica e participação nos movimentos sociais do seu titular. A não realização da reforma agrária prometida significou decepção maior do que aquelas que os trabalhadores já haviam experimentado repetidas vezes.

Logo no primeiro ano do governo, ocorreram as primeiras decepções: a lentidão na composição da equipe do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do INCRA e no cumprimento do anunciado plano de emergência em termos de reforma

agrária, ou seja, o assentamento de 60 mil famílias de trabalhadores rurais acampados nas margens de rodovias pelo país afora.

No ano de 2003, houve um debate junto aos movimentos sociais, organizados no Fórum Nacional de Reforma Agrária e Justiça no Campo, e nos fóruns estaduais, acerca da elaboração do Plano Nacional de Reforma Agrária. Para elaborar o referido Plano, o governo nomeou uma equipe composta por intelectuais como o professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira e tanto outros conhecedores da problemática agrária, sob a coordenação do Professor, dirigente da ABRA (Associação Brasileira de Reforma Agrária) e Ex-Deputado Federal Plínio de Arruda Sampaio.

Esta equipe trabalhou com algumas premissas importantes, como o caráter massivo de qualquer programa de reforma agrária efetivamente capaz de mexer na estrutura fundiária do país, desconcentrando a terra. Ao mesmo tempo, ressaltou a necessária qualidade do programa e dos resultados almejados. Assim, a desconcentração da terra resultaria na multiplicação de produtores, no aumento da oferta de produtos agrícolas, aumento do consumo e circulação de riqueza no comércio local e regional, entre outras vantagens, garantindo melhor distribuição de renda e avanços em termos de justiça social.

O Plano analisa, ainda, as condições necessárias para uma agricultura sustentável do ponto de vista econômico, social e ambiental. Demonstra que o padrão tecnológico dominante é excludente, conduz à perda da propriedade por parte dos pequenos, para os quais a tecnologia de ponta é inadequada, reduz a biodiversidade, contamina os rios e o meio ambiente em geral pelo uso indiscriminado de agrotóxicos, tratando-se, portanto, de um modelo insustentável. Justifica, ainda, a necessidade da agricultura familiar, para aqueles que insistem em ressaltar a ineficiência e a inviabilidade desta, afirmando o seu contrário, ou seja, que a agricultura familiar produz, emprega e responde às políticas públicas.

Os dados do último senso agropecuário do IBGE indicam que a agricultura familiar emprega 77% da mão-de-obra do campo e é responsável, junto com os assentamentos, por 38% do valor bruto da produção agropecuária e pela produção dos principais alimentos que compõem a dieta da população. O II PNRA demonstra, ainda, vantagens da agricultura familiar na geração de empregos, em razão do custo menor em comparação com o agronegócio.

A proposta contida no plano trabalha com um público potencial da reforma agrária, que gira em torno de seis milhões de famílias rurais, englobando pequenos agricultores, proprietários com área insuficiente para o seu sustento e o desenvolvimento sócio-econômico, além dos assalariados rurais e os desempregados do meio rural.

Entre este público potencial, incluem-se, também, os trabalhadores que se cadastraram nos correios com o objetivo de serem contemplados, conforme promessa do governo anterior, de Fernando Henrique Cardoso, o que alcançou a cifra de 839.715 cadastrados. Contudo, este público não inclui significativo número de acampados, já que em muitos estados os movimentos sociais se opuseram à inscrição via correios, em razão de seu objetivo claramente desmobilizador das organizações dos trabalhadores do campo.

A proposta do Plano considera, ainda, a existência de uma demanda emergencial de beneficiários, que seriam os trabalhadores acampados pelo país afora, cujos dados de outubro de 2.003 totalizavam 171.288 famílias.

Como se pode verificar, as justificativas para a reforma agrária e as metas estabelecidas, visando a sua efetiva realização, estão embasadas em dados quanto aos excluídos do campo, cujos números variam de 3,3 milhões, estes em situação de pobreza extrema, a 6,1 milhões de possíveis beneficiários de um processo de reforma agrária.

Quanto às metas, a proposta inicial do Plano era similar ao fixado no I PNRA, realizado pelo governo Sarney, em 1985, que propunha o assentamento de um milhão de famílias em 4 anos.

Entretanto, quando no final de 2003, o governo apresentou o II Plano Nacional de Reforma Agrária, denominado de “Paz, Produção e Qualidade de Vida”, poucas contribuições do plano elaborado pelo grupo permaneceram no texto oficial, ocasionando assim, a dissolução do grupo. As metas propostas pela equipe de elaboração do II PNRA não chegaram a ser divulgada, pois não foram assumidas pelo governo como um todo. Foram efetuados ajustes e cortes, com o objetivo de adequar a proposta às possibilidades econômicas do país e, principalmente, acomodar os interesses das forças políticas de composição do governo.

As metas reduziram-se para assentar somente 400 mil famílias nos três anos restantes do governo Lula (2004-2007), sendo 115 mil famílias nos anos de 2004 e 2005, 140 mil famílias no ano de 2006 e 120 mil famílias no ano de 2007.

O governo, através do MDA/INCRA, afirmou que o Brasil havia superado a meta de assentamentos prevista no II PNRA... “O melhor desempenho da reforma agrária em toda a nossa história”(O GLOBO, de 20/01/2006).

De acordo com José Juliano de Carvalho Filho da FEA – USP e da Associação Brasileira de Reforma Agrária / ABRA, das 127,5 mil famílias consideradas assentadas em 2005, apenas 45,7% o foram em áreas de reforma agrária. O restante, 54,3%, refere-se a assentamentos ou reordenação de assentamentos em terras públicas. Mostra ainda que grande parte dos assentamentos ocorre em áreas de fronteiras agrícolas, igualmente como faziam os governos anteriores (O GLOBO, de 20/01/2006).

No Maranhão, a reforma agrária também não tem se efetivado. Há uma espécie de “manipulação” dos números, de forma a favorecer o cumprimento das metas pelo INCRA/MA. E assim, são apresentados dados de famílias que já estavam em suas áreas e que tiveram apenas a regularização fundiária. Esse é o exemplo do antigo Projeto de Colonização do Alto Turi, conhecido como COLONE, que o INCRA contabiliza como famílias assentadas neste governo.

Conforme dados do INCRA/MA, em 2006 só foram desapropriadas 17 áreas, conforme quadro 04, a seguir:

QUADRO 04 - IMÓVEIS RURAIS DESAPROPRIADOS PELO INCRA/MA EM 2006.

Nº	Denominação do imóvel	Município	Área (há)	Desapropriação	
				Data	DOU
01	S. Ben/ Riachão/ Juçara	Itapecuru-Mirim	4.728,5290	04.01.06	01.06
02	Faz. Estrela da Serra	João Lisboa	638,7093	20.03.06	21.03.06
03	São Josezinho / Amapá	Nina Rodrigues	2.008,52	12.04.06	13.04.06
04	N. Sen. Aparec./Sta Teresa	Brejo	492,7620	12.04.06	13.04.06
05	Faz. Baixão Grande	Grajaú	1.615,1500	18.05.06	19.05.06
06	Gleba Primavera	Urbano Santos	1.642,1156	18.05.06	09.05.06
07	Fazenda Canto Bom	Colinas	1.080,0000	19.06.06	20.06.06
08	S. Benedito dos Afonsos	Codó	2.122,9600	05.07.06	06.07.06
09	São Tiago e Gleba 02	S.B. do Rio Preto	2.300,1400	06.07.06	07.07.06
10	Fazenda Dalban	Gov.Nunes Freire	2.551,0000	06.07.06	07.07.06
11	Retiro Velho	São Mateus/ MA	951,0000	27.09.06	28.09.06
12	Fazenda Renascer	Rosário	1.286,0000	03.10.06	04.10.06

Nº	Denominação do imóvel	Município	Área (há)	Desapropriação	Nº
13	Lagoa da Ffloresta	Barra do Corda	2.360,5316	03.10.06	04.10.06
14	Santa Ana e Manolo	Santa Luzia	208,4755	03.10.06	04.10.06
15	Fazenda Dalban III	Gov.Nunes Freire	1.476,0000	01.11.06	03.11.06
16	Faz. Ouro Azul (Pai Mané)	São Mateus/MA	1.400,0000	26.12.06	27.12.06
17	Bacuri	Penalva	1.300,0000	26.12.06	27.12.06

FONTE/ INCRA/ MA (Setembro de 2007)

Em 2007, conforme informação do INCRA/MA, só foi desapropriado um imóvel de 2.758,4423 há, até início de setembro, no Município de Itapecuru – Mirim (Fazendas Formigas, Cigana de Baixo, São Sebastião, Santa Izabel do Ipiranga, Bacuri e Mirinzal), no dia 11.02.07 e publicado no Diário Oficial da União no dia 02.02.07. Dessa forma, pela “velocidade” das desapropriações no estado do Maranhão, dificilmente será cumprida a meta de 150 mil famílias *assentadas* em 2007.

Assim, mesmo com a multiplicação das ocupações, o crescimento da luta pela terra e a implantação de alguns *assentamentos*, ainda, não foram suficientes para causar alguma mudança na estrutura fundiária, por menor que seja.

3. A POLÍTICA DE ASSENTAMENTO RURAL.

Nesta parte do trabalho busco entender a especificidade institucional que dita regras e saberes que são referências para a objetivação do processo de reforma agrária. Entendo que a análise da prática dos técnicos do INCRA que atuam diretamente com os *assentados* estaria incompleta se não incorporasse o entendimento das formas como são propostas as regras de convivência e trabalho.

No Projeto de assentamento Brejo de São Félix, por exemplo, as intenções dos técnicos do INCRA, na maioria das vezes não correspondem aos interesses dos *assentados*. O INCRA procura atuar através de modelos genéricos que devem ser aplicados a todos os *assentados*. No entanto, o órgão não consegue impor de forma absoluta suas regras, pois no embate com os *assentados*, novas estratégias acabam por se colocar.

A intenção nesta parte do trabalho é compreender a política de *assentamento*, no contexto da dinâmica de sua efetivação, para perceber como nesse contexto os *assentados* reorientam suas vidas. Conforme Neves (1997, p.66-67),

Se das regras elaboradas pelas instituições estatais devem esperar definições que enquadrem seu futuro, porque destas emanam os direitos e a autoridade política que reconhece a nova ordem social, na prática as desconhecem ou conhecem referências nebulosas, acentuando as incertezas e as dúvidas. Por mais que seja imposto o desconhecimento – em face da ausência dos representantes institucionais no campo ou da opacidade de suas ações centralizadas e autoreferenciadas, do distanciamento que colabora na constituição da autoridade -, os efeitos de sentido das formas de atuação desses órgãos operam no reconhecimento do direito do assentado e nas possibilidades e alternativas para concepção de planos de reprodução social.

Faço esta análise a partir de fontes secundárias, isto é, da documentação produzida pelos técnicos das instituições que participam da elaboração de modelos de assentamento: processos, convênios, planos, e normas, como instrumentos cujos efeitos têm importância para os *assentados* e que refletem a dinâmica do campo de concorrência e interdependência ao qual os titulares institucionais se afiliam.

Analisei documentos do INCRA relacionados aos *assentamentos* como a cartilha sobre assentamentos (INCRA, 1987), o Manual Operacional ATES (INCRA, 2004), o Plano Preliminar de constituição do Assentamento Brejo de São Félix (INCRA 1996), a Norma de Execução nº 39 (INCRA), o Convênio nº 004/2005

celebrado entre o INCRA e a FETAEMA (INCRA, 2005), e o Processo de Desapropriação de Área (INCRA, 1988/89).

Concordo com Neves (1997) quando afirma que esses documentos são instrumentos que dissimulam a aparente neutralidade coextensiva dos modos de existência do Estado e que explicitam os modos de ação e gestão ou a multiplicidade e a interdependência de meios com os quais os diversos organismos pretendem administrar o bem público.

Priorizei a análise das proposições, dos objetivos e das intenções das políticas neles explicitadas, mas também dos efeitos e das ações decorrentes dessas intenções, dos mecanismos que viabilizam o processo da sua efetivação.

Entretanto, entendo que o uso desses documentos impõe limites à compreensão das práticas institucionais e das modalidades de gestão operadas pelo Estado. Afinal, são discursos que no exercício de sua concretização são alterados por diferentes contextos e pelo embate com o público alvo dos seus objetivos. Por outro lado, como situa Neves (1997, p.68), “Desvelam aspectos pontuais da aplicação da política de reforma agrária. Tendo finalidades restritas, revelam espaços e modos de ação fragmentados”.

Os convênios, por exemplo, favorecem a compreensão das articulações e das regras de convivência institucionais. Constituem um dos modos de institucionalização, uma das estratégias de viabilização e reprodução da interdependência e da divisão de funções e papéis, múltiplos, e por vezes divergentes. Eles expressam as posições a partir das quais os titulares institucionais definem os modos de reconhecimento que pressupõem as atribuições, as sanções, os limites, metas e demarcações.

Por se constituírem em instrumentos de prova de força, sua análise permite entender as condutas dos técnicos em grande parte resultantes desse modo de ser interinstitucional e destes estrangimentos. Permite entender os encontros entre o poder estatal e o poder local, isto é, as múltiplas modalidades de expressão do político nas diversas dimensões do social.

Dessa forma, os convênios, projetos, planos e processos, elaborados por técnicos de instituições são discursos retóricos e prescritivos que diagnosticam as causas de um problema, ou elaboram uma questão como problema e definem o que

fazer, a regra e o direito. Neles está em jogo a intenção de fazer cumprir as responsabilidades estipuladas.

Os documentos procuram destacar a forma como os objetivos serão alcançados e desconsideram as práticas e os interesses daqueles sobre os quais as ações devem incidir, os *assentados* ou os titulares técnicos das instituições que ocupam posições de intermediação direta. Na situação de campo, estabelece-se uma hierarquia segundo a qual a última palavra é sempre dada pelos funcionários do quadro do INCRA.

A análise dos relatórios e projetos permite uma compreensão mais clara do que se pretende construir como um mundo social para os assentados que, conforme Neves (1997, p.71), é:

[...] fruto das representações sociais dos técnicos, elaborados para eles mesmos e para legitimar a intervenção. Contudo um campo de importância fundamental, porque nos textos estão relativamente expressas as intenções que visam modelar, educar, domesticar, enraizar o *assentado*.

Conforme o documento do INCRA (MIRAD/INCRA, 1987, p.6-7), o Programa de Reforma Agrária tem como objetivo:

[...] estabelecer uma melhor distribuição de terras por meio da modificação do regime de posse e uso, para promover a incorporação de famílias de agricultores sem-terra ao sistema econômico-social, em condições de produtividade e bem-estar satisfatórias, mediante a exploração racional de unidades agrícolas.

O Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de novembro de 1964), ainda é um dos principais instrumentos legais em que se baseia o Programa de Reforma Agrária.

3.1 O que significa assentar?

A operacionalização da política agrária está definida pelos Programas de *Assentamento* (PA). *Assentar* é, para o INCRA, a estratégia por excelência de efetivar a chamada reforma agrária, isto é, colocar em prática mecanismos de apoio à produção e à organização dos *assentados* mediante definição de linha metodológica, ou melhor dizendo, as ações dos técnicos devem se pautar em determinados princípios e critérios formalmente definidos.

De acordo com a cartilha do INCRA (cf. MIRAD/INCRA, 1987, p.7-8), os princípios que orientam a prática dos técnicos vinculados aos processos de assentamento são: racionalidade³⁸, objetividade³⁹ e participação⁴⁰.

No I Plano Nacional de Reforma Agrária-PNRA, a política de apoio é concebida pela articulação de instrumentos, recursos ou estratégias, como a organização em torno de associações, difusão de tecnologia agropecuária e a oferta de recursos financeiros através do crédito rural, serviços oferecidos mediante a complementaridade institucional dos órgãos do aparato estatal.

Segundo a Cartilha de orientação dos técnicos do INCRA (MIRAD/INCRA, 1987), os recursos necessários à constituição e à execução de um Projeto de Assentamento são: a terra, os *beneficiários* e as instituições de ação complementar. Neste sentido, o termo recursos necessários, equipara todos os elementos envolvidos no processo, que passam a ser tratado como objeto, incluindo aí os *beneficiários*.

As instituições de ação complementar podem ser de natureza pública ou privada e de nível federal, estadual ou municipal, como: instituições de crédito rural, extensão rural, saúde, educação e prefeitura. Estas instituições prestam serviços de assistência técnica e de infra-estrutura social e produtiva nos assentamentos, por meio de convênios com o INCRA.

Conforme argumenta Neves (1997), o projeto de reforma agrária elaborado pelos titulares do Estado se baseia numa idealização sustentada em múltiplas reificações, que se traduz numa inabalável e inquestionável eficácia do saber técnico, originado de uma divisão do trabalho intelectual que segmenta as ações, pulveriza os resultados, introduz interesses espúrios, próprios de cada instituição incorporada.

³⁸ Por racionalidade, a cartilha (MIRAD/INCRA, 1987) entende programar e utilizar recursos materiais, humanos e financeiros com adequação e parcimônia, visando a obtenção do máximo de proveito.

³⁹ Objetividade, segundo o mesmo documento é respeitar as indicações da realidade; beneficiários e instituições – agentes de promoção do assentamento – devem orientar suas ações considerando as condições objetivas do País e, ao mesmo tempo, da comunidade assentada e suas unidades produtivas.

⁴⁰ E por último, participação refere-se a soma dos esforços institucionais, associados aos interesses e desejos dos parceiros, deve conjugar-se na idealização e construção da unidade comunitária do assentamento. Desde as primeiras ações de assentamento, os parceiros devem ser chamados a participar das decisões e da execução das atividades destes decorrentes, de forma organizada e responsável, assegurando-lhes a experiência do esforço cooperativo aplicado à solução de suas dificuldades.

A reificação do saber técnico reproduz a do saber científico. O prestígio da ciência justificando as ações e as intervenções, a prescrição e a conversão sustentam-se no pressuposto de uma racionalidade econômica-administrativa que justifica os meios e os fins valorizados. Baseia-se na suposição de que os resultados obtidos em cada *assentamento* possam ser nesse nível geral planejados e obedeçam apenas a uma intenção da instituição. Com isso faz de conta que não aparecem os efeitos inesperados diante dos fins desejados, e não sendo possível negar esses efeitos, justifica-os como desvios criados pela inadequação dos sujeitos incorporados nessa transição. Enfim, baseia-se, conforme Neves (1977, p. 82), “[...] numa idealização das práticas associativistas, na crença num altruísmo coletivista e na construção social de unidades homogêneas: o Assentamento, a comunidade”.

Os técnicos estatais, na visão dessa autora, imaginam sua intervenção a partir de um mundo idealizado de problemas e de resoluções, realidade perfeita, onde haverá o encontro de possibilidades objetivas e favoráveis. Por esta razão os técnicos se comportam a partir da crença numa história intencional e se referem aos assentados como reificações ou beneficiários inintencionais.

O programa de *assentamentos* se baseia numa concepção de mudança de comportamento dos supostos *beneficiários* ou na construção orientada dos *assentados*, conforme Neves (1997, p.74).

Seja pela alteração nos padrões de sociabilidade e de formas de organização política, em que o associativismo aparece como um fim em si mesmo ou como forma privilegiada, seja pela substituição dos paradigmas do saber prático e incorporação de técnicas viabilizadas em parte pelo uso do crédito subsidiado, o *assentado* é pensado como agente em mutação que deve encontrar novos parâmetros de estruturação social.

Este modelo idealizado de processo de *assentamento* se respalda, ainda, na explicitação escrita dos princípios de conduta dos seus agentes.

A política de reforma agrária baseia-se num modelo técnico-burocrático, que privilegia a racionalização tecnológica e a busca da eficácia material, admitindo a escassez de recursos e sua maximização. O *assentamento* é pensado como um espaço de moldagem do *assentado*, segundo o modelo proposto pelo INCRA que envolve afiliação a associações e novas formas de produção. Com relação a essa perspectiva, Neves (1997, p.75) enfatiza o caráter geral dessa modelagem:

Os próprios termos *assentar*, que designa a ação dos técnicos, ou *assentado*, que designa o beneficiário, o programado ou o apassivado, são reveladores dos princípios que orientam a política institucional do INCRA. O *assentado* socialmente é concebido como um sem raiz, ser ambíguo, que se socializa num mundo em transformação ou de conversão, cujas marcas mais deléveis derivam dos objetivos do processo e da legislação. Por ser uma construção intelectual qualificada pela modelagem e ressocialização, o *assentado* é forjado como um modo geral de ser. Sua participação no processo é formal, qualificando a demonstração de princípio. Sua identidade corresponde ao da representatividade formal, mediada pelo associativismo, ou irmanação em torno de atribuídos interesses comuns.

Dessa forma, ainda de acordo com a autora, a participação associativista desempenha um papel de resolução lógica da contradição inerente à idealização de um processo de mudança que pressupõe o modelado, isto é, aquele que em princípio deve receber as marcas que lhe são atribuídas. E os que resistem, ou os efeitos indesejados, são considerados como produto da defasagem cultural (desinteresse pela terra, analfabetismo, pobreza e falta de recurso financeiro mínimo para se integrar ao projeto, inexperiência na atividade agrícola, sedução pelas vantagens da vida urbana, esperteza pela transferência da posse da terra e comercialização das “benfeitorias”).

Conforme a cartilha MIRAD/INCRA (1987), as instituições parceiras do INCRA para aplicação do programa de *assentamento* englobam ações vinculadas ao crédito rural, à assistência técnica, médica e educacional. Segundo a referida cartilha “[...] o crédito rural é o instrumento essencial para a habilitação da terra e a estruturação do aparelho de produção dos empreendimentos” (INCRA, 1987, p. 8-9). Atualmente cabe ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF desempenhar o papel de repassar meios creditícios aos assentamentos.

A distribuição dos recursos, crédito rural, por exemplo, é feita somente para aqueles que são considerados “beneficiários” e depois de avaliada suas possibilidades de ressarcimento da dívida.

A extensão rural, termo que era utilizado pelo INCRA para referir-se ao que hoje é denominado assessoria técnica, assim é definida na cartilha já citada:

[...] trabalho prioritário que deve atuar junto ao agricultor e seus familiares, levando-lhes conhecimentos e informações tecnológicas e de bem – estar, de forma educativa, servindo-se de métodos e meios pedagógicos, que facilitam a incorporação dos conhecimentos e desenvolvimento de habilidades (INCRA 1987, p.9).

Pode-se observar no trecho destacado a percepção do agricultor como alguém destituído de conhecimentos e estratégias tecnológicas, a quem tudo deve ser ensinado. A cartilha refere-se a “incorporação dos conhecimentos e desenvolvimento de habilidades”. O que isso sugere? Que o agricultor assentado é ignorante e inábil. Esta percepção vai se refletir na efetivação da política de *assentamento*, quando observamos que os *assentados* são desconsiderados por ocasião da definição das ações, conforme trataremos adiante.

Uma das estratégias de formação dos assentados é via capacitação que se dará através dos Planos de Desenvolvimento.

No que se refere às ações de saúde e educação, estas são previstas para serem efetivadas através de parcerias a serem realizadas com a prefeitura municipal, visando à construção de obras de infra-estrutura e o fornecimento dos serviços.

A distância e o afastamento dos técnicos do *assentamento*, a falta de recursos financeiros ou seu repasse em momentos que não são compatíveis com as demandas e o tempo dos *assentados*, a morosidade nas soluções burocráticas e as contradições decorrentes do papel de coordenador ou o denominado empreendedor, tornam o INCRA uma instituição ausente. No entanto, a influência do órgão se faz presente através do contato que é mantido pelos representantes das associações dos assentamentos. Esse contato acaba por orientar as estratégias e ações dos *assentados* e demais mediadores no processo de assentamento.

No entanto, a participação do órgão é imprescindível no reconhecimento social e jurídico dos novos proprietários da terra; ou no acatamento da legalização do processo de apropriação da área fundiária.

Neste caso específico, o *assentamento* Brejo de São Félix é exemplar, pois mesmo após a desapropriação em 1995, o antigo proprietário, só deixou sua residência na área, quando os técnicos do Programa de ATES chegaram em abril de 2005, ou seja, 10 anos após a desapropriação da área. Um dos seus filhos está construindo uma residência no local, cedido pela comunidade, com o consentimento do INCRA, além de ter conseguido uma área de 1000 ha, neste mesmo P.A.

Os principais instrumentos em que se baseia o Programa de Reforma Agrária constituem um conjunto de ações que vão desde a obtenção dos recursos materiais,

financeiros e humanos necessários ao processo, até a execução de Projetos de *Assentamento*.

O assentamento Brejo de São Félix, apesar de desapropriado em 1995, não teve ainda o Crédito Instalação⁴¹ totalmente implantado, faltando a complementação do crédito para moradia e apoio inicial para algumas famílias.

Antes da desapropriação, poucas instituições atuavam no local. A CPT – Comissão Pastoral da Terra executava alguns trabalhos de capacitação, mas de forma esporádica, na comunidade de Baixão Grande. Havia também o Sindicato dos trabalhadores rurais de Matões e as prefeituras de Matões e Parnarama, que continuam atuando no assentamento. Pois, embora o assentamento hoje esteja na área do município de Parnarama, mantêm vínculos com Matões, especialmente pela proximidade geográfica maior com este município.

3.2 Assessoria x assistência

O INCRA, visando efetivar seus planos de reforma agrária, instituiu programas que inicialmente eram definidos como de assistência técnica e, posteriormente como assessoria técnica. A mudança de nomenclatura implica na intenção de trazer novo significado ao que vinha sendo denominado assistência. A idéia de assessoria pretende incluir maior protagonismo dos assentados no processo de definição e execução das ações no *assentamento*.

⁴¹ De acordo com a página do INCRA (2007), o Crédito Instalação permite o suporte inicial aos assentados do Programa de Reforma Agrária nos Projetos de Assentamentos criados ou reconhecidos pelo INCRA. O benefício deve garantir a segurança alimentar das famílias assentadas, pela compra de alimentos e aquisição de insumos agrícolas; a construção e recuperação de moradias; a segurança hídrica aos projetos localizados no semi-árido brasileiro, com a construção de pequenos sistemas de captação, armazenamento e distribuição de água; a aplicação em bens de produção (sementes, mudas, matrizes animais, etc.) para a geração de renda.

3.2.1. A assistência técnica como estratégia nacional.

Os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER caracterizam-se, predominante, pela ênfase do trabalho numa dimensão produtiva da promoção do *desenvolvimento*, marcada pela atuação de extensionistas, formados no marco do incentivo aos processos de modernização da agricultura.

No contexto político do primeiro governo Lula, gerou-se uma expectativa de reestruturação do sistema nacional de ATER. No início de 2003, no âmbito do MDA, um grupo de trabalho formado por especialistas em extensão rural elaborou um documento denominado “Marco de Referência para uma Política Nacional de ATER”⁴².

Esse documento propõe uma ampla reformulação dos serviços de ATER no país, reforça seu caráter público e gratuito aos trabalhadores e agricultores familiares, estabelece uma nova institucionalidade de gestão do sistema nacional de ATER e sugere a revisão do papel profissional dos extensionistas. E, além do mais, elege a agroecologia como “eixo orientador das ações”.

O mesmo documento propõe a substituição dos referenciais teóricos que tradicionalmente vinham informando a prática extensionista, ou seja, a superação do modelo de difusão de tecnologias; a adoção de metodologias participativas e de diagnóstico da realidade nos processos de intervenção, a revisão da postura profissional diante dos trabalhadores rurais; a adoção de um “papel educativo” e outro compromisso “[...] com seus beneficiários e com os resultados econômicos e socioambientais de sua intervenção” (BRASIL, 2003, p. 6).

Fundamentando essas propostas, há várias citações ao longo do texto que remetem aos “ideais do desenvolvimento sustentável”, embora essa categoria não seja explicitada ou definida. Tanto o “desenvolvimento sustentável” como “agroecologia” aparecem como noções consensuais ao longo do texto.

Quanto à natureza, formação institucional e modelo de gestão a serem assumidos, a PNATER propõe que os serviços de ATER devem ser públicos, gratuitos e direcionados exclusivamente aos agricultores familiares. Como diretriz

⁴² Esse documento foi resultado dos seminários regionais e do seminário nacional em Brasília e da elaboração do Grupo de Trabalho criado para coordenar a construção da nova política, apresentada como a nova PNATER (BRASIL, 2004).

política, deve-se privilegiar a “gestão compartilhada” do sistema, “[...] de modo a fortalecer a participação dos beneficiários e de representantes da sociedade civil na qualificação das atividades de assistência técnica e extensão rural” (BRASIL, 2004.p. 7).

Essa participação seria possibilitada pelo estabelecimento de Conselhos gestores em nível nacional, estadual e municipal, cada qual com responsabilidades e atribuições específicas. Em âmbito nacional, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável articulará a implementação da política.

A proposta abre para diversas entidades a possibilidade de participação no “Sistema Nacional de ATER”, desde as instituições públicas estaduais de extensão rural, passando pelas ONGs, até os estabelecimentos de ensino que tenham práticas de ATER dirigidas à agricultura familiar. A exigência é que atendam aos requisitos estabelecidos pelo Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural da Secretaria de Agricultura Familiar do MDA (DATER/SAF).

Entre os requisitos estabelecidos, exige-se que a entidade possua uma “[...] base territorial e abrangência geográfica definidas” (BRASIL, 2004.p. 19), corpo técnico multidisciplinar e credenciamento nos Conselhos Estaduais e Nacional. O compromisso da proposta é claro e direcionado à agricultura familiar, assumindo que ela engloba uma diversidade de tipos de agricultor. Assim, no campo do discurso e da intencionalidade, o documento ressalta que a concepção da Política Nacional de ATER está comprometida,

[...] com o desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar, em todo o território nacional”. Incluindo-se sob este termo “as populações de produtores familiares tradicionais, assentados por programas de reforma agrária, extrativistas, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e aqüiculturas, povos da floresta, seringueiros e outros públicos definidos, como beneficiários dos programas do MDA /SAF (BRASIL, 2004, p. 4).

O sistema nacional de ATER amplia sua área de atuação incluindo as populações de produtores familiares tradicionais, assentados por programas de reforma agrária, extrativistas, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e aqüiculturas, povos da floresta, seringueiros e outros públicos definidos, como beneficiários dos programas do MDA. Por outro lado, amplia a rede de parceiros que poderão ser acionados para a execução de projetos de assistência técnica.

3.2.2 Os assentados como protagonistas da reforma agrária?

Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES), criado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em 2004, foi implantado no Maranhão em 2005. Este Programa constitui o carro chefe no serviço de apoio à reforma agrária, na atualidade. Compõe o II Plano Nacional de Reforma Agrária do governo Lula, que tem como pressuposto o reconhecimento da:

[...] diversidade social e cultural da população rural e as especificidades vinculadas às relações de gênero, geração e etnia, que exigem abordagens próprias para a superação de toda forma de desigualdade. Reconhece os direitos territoriais das comunidades rurais, suas características econômicas e culturais, valorizando seu conhecimento e os saberes tradicionais na promoção do *etnodesenvolvimento* (BRASIL, 2003, p. 5).

Como se pode observar, o discurso da cartilha INCRA/MIRAD (1987) difere significativamente do que está posto no II PNRA. Este último propõe a valorização do conhecimento e os saberes tradicionais dos *assentados*, enquanto a referida cartilha percebe o *assentado* como destituído de qualquer tipo de saber.

O Programa ATES surge como uma forma de apoio técnico aos *assentados*, para condução e desenvolvimento de “seus” projetos produtivos e demais atividades como infra-estrutura, organização e meio ambiente. Tem como referência a Norma de Execução do INCRA⁴³ e o Manual Operacional, que estabelecem os procedimentos técnicos e administrativos para a implementação do serviço.

Antes de analisar o Programa ATES, apresento, brevemente, dados conjunturais que permitem compreender a importância do serviço de assistência técnica e extensão rural (ATER, no qual a ATES está inserida) para os *assentamentos* de reforma agrária. Procuro destacar o contexto político em que surge esta política, identificando alguns de seus referenciais teóricos, assim como discutir sua efetivação.

⁴³ Norma de Execução nº. 39 do Incra, de 30 de março de 2004. Publicado no Diário Oficial da União, edição de 08/05/2004, Seção 1, pág.53.

Como definido na Introdução desta tese, o termo *assentamento* apresenta uma diversidade de situações, conforme Leite et al (2004), com origens e características que variam de acordo com o contexto histórico em que se insere essa unidade de produção.

O estabelecimento de um *assentamento* rural gera, entre os atores envolvidos neste processo, a expectativa de que ele se torne social e economicamente viável, de modo que os trabalhadores *assentados* consigam viver e produzir após o processo de luta pelo direito de acesso à terra de moradia e trabalho. Naturalmente, essa expectativa se revela de modos diversos, de acordo com o perfil dos sujeitos envolvidos. Entre os agentes estatais que formulam e executam as políticas públicas, sobressai, na maioria das vezes, a intenção de que o trabalhador *assentado* integre-se, o mais breve possível, como agricultor familiar, ao mercado produtivo.

É essa intenção que orienta as propostas que visam uma rápida consolidação e emancipação dos *assentamentos*⁴⁴. Percebo nesta intenção uma visão linear e evolutiva do processo de mudança social ao qual o *assentado* é submetido como beneficiário de uma política pública. Como afirma Wanderley (2003, p.45), o processo de mudança é equivocadamente compreendido “[...] como a passagem de uma situação de isolamento social e de exclusão do mercado para outra de integração social e econômica no conjunto da sociedade”. Assim, a integração econômica torna-se o objetivo principal da intervenção estatal.

Para compreender a predominância desta ênfase, é importante ter claro a concepção sobre a agricultura familiar nesse contexto. A partir dos anos de 1990, o paradigma do desenvolvimento do capitalismo agrário é questionado no Brasil, principalmente pelo trabalho de Abramovay (1992). O autor aponta o esgotamento do paradigma do desenvolvimento do capitalismo na agricultura baseado nos trabalhos de Lênin (1988) e Kaustsky (1986).

De acordo com Abramovay (1992), a *agricultura familiar*, fenômeno forte nos países capitalistas avançados, não pode ser explicado pela herança histórica camponesa porque é determinada pelo Estado. Faz ainda a distinção entre o

⁴⁴ A emancipação do Projeto de Assentamento se efetiva quando este passa a não ter mais vínculos com os programas, projetos ou ações de intervenção fundiária do Estado. A consolidação é uma etapa anterior à emancipação, quando de acordo com o INCRA, o assentamento já tiver concluído os serviços de topografia, habitação, infra-estrutura básica.

camponês e o agricultor familiar, colocando este como uma nova categoria social.

Conforme esse autor:

[...] uma agricultura familiar altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais não pode ser nem de longe caracterizada como *camponesa* (ABROMOVAY, 1992, p. 22).

O conceito de *agricultura familiar*, tal como proposto por Abramovay (1992) passa a ser nomenclatura oficial nos documentos e “sites” do Ministério do Desenvolvimento Agrário/MDA a partir dos anos de 1990, e, exemplo disso é a criação do Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF), em 1996, considerado por autores de várias matizes teóricas como um avanço do governo federal no sentido de não direcionar o apoio exclusivamente a agricultura rentista capitalista.

Abramovay (1992) atribui um aspecto “empreendedor” ao sujeito “agricultor familiar” europeu e estado-unidense, para mostrar que não é o antigo camponês e, assim, concebe-o, somente a partir de características econômicas, como “competitividade”, “dinamismo técnico”, “capacidade de inovação” e “completa integração ao mercado” que não condiz com a realidade por mim estudada.

Nas políticas públicas dos anos 1990, ocorre uma valorização da *agricultura familiar* e de sua integração às redes de agronegócios, a partir da ênfase na necessidade de tornar economicamente eficientes seus processos produtivos. Como argumenta Alentejano (2000),

[...] a capacidade de competição no mercado é colocada no centro das preocupações, o que se reflete nas proposições de modernização técnica e de desenvolvimento da capacidade de gestão como aspectos mais enfatizados (2000, p. 3).

Porém, no que se refere às políticas públicas dirigidas especificamente aos *assentamentos* de reforma agrária, a maioria delas operacionalizadas por meio dos aparatos públicos de extensão, foram sistematicamente desmanteladas, juntamente com a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), ou manteve-se o viés produtivista dos processos de desenvolvimento. Na outra etapa da modernização, ao se enfatizar a *agricultura familiar* como público preferencial da ação estatal, não se abriu mão do objetivo de fomentar o incremento dos índices de produção e produtividade. Dessa forma, continua-se a afirmar a imagem de “agricultor moderno”, construída durante o processo de modernização

conservadora da agricultura nos anos de 1970. Essa imagem de “agricultor moderno” corresponde aquele que possui maior potencial para integrar, social e economicamente, as teias dos mercados modernos ou do agronegócio.

Essa mesma imagem é projetada aos *assentados*, visando sua modernização e a ampliação dos seus conhecimentos e habilidades para além dos seus conhecimentos tradicionais. Por esta razão, a necessidade do apoio técnico especializado é vista como fundamental.

Como argumentam Leite et al (2004, p.65),

[...] ao criar um assentamento, o Estado assume a responsabilidade de viabilizá-lo. Queira o Estado (na pessoa daqueles que o fazem existir) ou não, o desempenho de um assentamento é o desempenho do Estado.

Desse modo, nos assentamentos, a presença ou a omissão do Estado na oferta de condições de produção é decisiva, muito mais do que no caso do amplo e difuso conjunto dos agricultores que são aglutinados pela categoria de “familiares”.

Embora haja uma considerável diversidade de situações concretas, a ênfase da intervenção extensionista nos *assentamentos* rurais tem sido, historicamente, o fomento à produção agrícola, que se viabiliza principalmente por meio da elaboração e acompanhamento de projetos técnicos a serem financiados por programas de crédito. Na maioria das vezes, a consolidação e emancipação dos assentamentos dependem essencialmente da elaboração de planos de desenvolvimento e de projetos técnicos a serem financiados por programas de crédito, como o extinto Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (PROCERA) e atualmente o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em sua linha de crédito “A”, dirigida especificamente aos assentados⁴⁵.

Porém, de um modo geral, prevalece um tipo de ação extensionista descontínua, pontual, pouco participativa e direcionada à viabilização dos projetos técnicos. Guanzirolí et al (2003), inspiram-se na concepção de inovação tecnológica e na relação entre técnicos e agricultores que desconsidera as trajetórias, experiência e conhecimento destes, tornando absoluto o conhecimento científico e tecnológico na busca por resultados produtivos para os recursos aplicados. Esse

⁴⁵Crédito e assistência técnica são dois fatores intimamente relacionados à viabilização social e econômica dos *assentamentos* e à sua futura emancipação. No caso dos *assentamentos*, a presença dos extensionistas é condição necessária ao acesso às políticas públicas de crédito, principalmente do PRONAF.

fato se desdobra na desconsideração da especificidade das demandas dos *assentados* e na ausência de relativização do conhecimento técnico.

Entretanto, esse enfoque produtivista vem sendo questionado por diversas visões que constroem críticas alternativas ao modelo predominante da agricultura moderna. Outras compreensões sobre os processos de promoção do desenvolvimento rural vêm sendo construídas, desde os anos de 1970, a partir da análise dos impactos e dos resultados alcançados pelos processos de modernização e de conseqüente integração da agricultura às dinâmicas da produção industrial.

Esses questionamentos e críticas dialogam com estudos acadêmicos, com as reivindicações e propostas dos movimentos sociais dos trabalhadores rurais e com as diversas experiências alternativas de promoção do desenvolvimento rural, conduzidas principalmente por organizações não-governamentais.

Como afirma Wanderley (2003), uma parte desses questionamentos é dirigida à visão que considera a *agricultura familiar* como mero campo de investimento de capital, enfatizando, por isso, a quantidade produzida e a rentabilidade dos fatores de produção. A modernização da agricultura reforçou mais ainda este quadro, ao aprofundar a dependência da agricultura aos insumos industriais e ao associá-la cada vez mais aos mercados consumidores urbanos internos e externos.

Conseqüentemente, as políticas públicas produtivas, tinham e têm como prioridade o aumento da eficiência que se expressa na implantação do modelo produtivista da modernização agrícola, cuja base é adoção de sistemas intensivos de produção e a crescente integração à economia de mercado. A partir desse enfoque, tem-se uma simplificação das compreensões e das políticas de desenvolvimento, quase sempre reduzidas às demandas econômicas mais imediatas.

Como argumentam Sousa Santos e Rodríguez (2002, p.54), o desenvolvimento entendido como realização de potenciais, como passagem a um estado diferente e melhor, está longe da idéia do desenvolvimento como crescimento, como incremento. As atividades econômicas podem, nesse sentido, desenvolver-se sem crescer.

E, muito menos é posta em questionamento a noção de *desenvolvimento*, como propõe Escobar (1996). Esse autor chama atenção para as noções que vêm associadas ao *desenvolvimento*: crescimento, especialização, industrialização,

urbanização, acumulação de capital, planejamento, modernização e ajuda externa. Argumenta que, para justificar a expansão dessa economia de *desenvolvimento* pelo mundo, construiu-se a noção de *subdesenvolvimento* e de *Terceiro Mundo* e se criou todo um aparato institucional/financeiro (Banco mundial, FMI OMC) e profissional (burocratas e consultores especialistas) para disseminar a sua ideologia e implementar os mecanismos e programas capazes de “resgatar” os *pobres* e *subdesenvolvidos* do planeta.

Percebo que há uma considerável diversidade de arranjos institucionais por meio dos quais as propostas desenvolvimentistas interagem, ganham novos significados, e influenciam a elaboração de políticas públicas buscando se transformar em ações concretas. Também, é possível perceber que nessas propostas há uma valorização generalizada da idéia de participação dos *beneficiários* na execução dos programas e projetos, embora historicamente os trabalhadores rurais tradicionalmente tenham sido tratados como objetos e não protagonistas da intervenção pública, que se operacionaliza por meio de ações de promoção do desenvolvimento (NEVES, 1987).

Entendo, também, que esta categorização dos papéis atribuídos aos extensionistas é esquemática e, na prática, os papéis assumidos são bem mais diversos ou complexos. Esse é apenas um panorama para pensar sobre a complexidade dos desafios que se colocam para a proposta de extensão rural a trabalhadores rurais e assentados, como é o caso do programa de ATES.

Antes do Programa ATES, houve o Projeto Lumiar, criado pelo INCRA, no período 1997 a 2000. Tenho o entendimento que estes programas partem de um triplo diagnóstico: a falta de capacidade operacional do INCRA para dar conta da diversidade de atividades que demanda o processo de *assentamento*, necessitando terceirizar os serviços; a insuficiência ou inadequação dos serviços oferecidos pelas empresas estaduais de extensão rural (Emater e similares, pois a sua maioria foi desativada nos anos 1990) e, por último, a necessidade de um serviço de assistência técnica e extensão rural específico aos *assentados* que dê suporte à execução dos projetos técnicos financiados com recursos públicos.

A análise da Norma de Execução nº. 39, do INCRA, que criou o Programa ATES, permite perceber a intenção política de regulamentar o processo de

prestação de serviços de assessoria técnica de modo a conferir um maior poder decisório às associações e entidades de representação dos trabalhadores rurais.

Embora prevista formalmente, essa participação tem sido dificultada pela forma de atuação de alguns técnicos do INCRA, que insistem em manter na maioria das vezes, uma postura de superioridade e autoridade diante dos *assentados*. No entanto, os assentados conseguem articular suas formas de participação, mesmo que se expressem através da negação em participar. Isso ocorreu no assentamento Brejo de São Félix, quando os trabalhadores se recusaram a levar adiante o campo agrícola idealizado pelo INCRA.

No geral, essas associações e entidades têm poucas possibilidades de opinar ou interferir no processo de definição dos prestadores de serviços e assistência técnica. Essa intenção é relacionada, de acordo com a norma, à construção de um processo que possibilite maior controle social das políticas públicas. Isso não tem sido possível porque os trabalhadores rurais não têm acesso aos mecanismos de gestão dessas políticas.

Tanto o antigo projeto Lumiar quanto o atual serviço de ATES representam mecanismos administrativos de descentralização da gestão dos recursos públicos destinados às políticas sociais. A descentralização supõe uma relativa transferência de autoridade e de poder decisório para instâncias administrativas menores, territorialmente mais próximas ao contexto de execução das iniciativas. Trata-se de um processo que busca, por sua vez, aumentar a eficiência do gasto público ao aproximar fisicamente o problema dos mecanismos de gestão e substituir (ou terceirizar), como é o caso da ATES, determinados serviços que o Estado diagnostica que podem ser melhor executados por outras entidades (DRAIBE, 1990).

O contexto político da questão agrária, em 2003, parecia indicar alguns fatos importantes, gerados pelo início do governo Lula, que propiciou, inicialmente, um clima social para o surgimento de propostas alternativas, como a do programa ATES, para os *assentados* de reforma agrária: a) o gradual aumento da tensão social entre proprietários rurais e trabalhadores sem terra, diante da expectativa de realização de um processo amplo de reforma agrária com a chegada do Partido dos Trabalhadores – PT ao Governo Federal; b) a frustração crescente gerada pela excessiva morosidade governamental no que diz respeito à execução das políticas

de reforma agrária; c) a contínua projeção do agronegócio à condição de "setor dinâmico" da economia (que só aumentou com a recente proposta do Governo em investir na monocultura da cana-de-açúcar para a produção de Etanol), legitimando suas propostas; d) o contexto político administrativo criado no início do governo, quando simpatizantes ou parceiros do MST e da CONTAG assumiram postos na administração, especificamente no INCRA e no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), estabelecendo disputas políticas configurando outros desdobramentos; e) a retomada das mobilizações e ocupações, com o rompimento da "trégua" entre o governo e o MST, deflagrado pelo evento denominado pelo Movimento de "Abril Vermelho".

Com o desmonte do aparato nacional de ATER, cujo marco seria a perda de fôlego do processo de modernização da agricultura, no final de 1970⁴⁶, as diversas empresas de extensão rural passaram a depender dos governos estaduais. A partir de meados dos anos 1990, passaram a depender dos recursos obtidos pelo PRONAF, em convênios firmados com o INCRA para prestação de assistência técnica para desenvolver projetos técnicos nos *assentamentos*. Desse contexto, resultou uma enorme diversidade de situações dos serviços de ATER pelo país (ABROMOVAY, 1998). Nos estados com agricultura familiar mais forte, como é o caso dos estados da Região Sul, e naqueles em que os recursos e os interesses dos governos estaduais possibilitaram apoio aos serviços de ATER, as empresas estaduais mantiveram-se relativamente estruturadas. Nos demais estados, houve uma crescente precarização dos serviços.

No Maranhão, nos anos de 1990, no governo de Roseana Sarney, a assistência técnica oficial aos trabalhadores rurais foi desmantelada e sucateada, como ocorreu com a EMATER e a SAGRIMA, restando apenas empresas particulares e entidades não-governamentais que executam capacitação e assistência técnica de forma fragmentada e descontínua.

A outra proposta implementada pelo Governo Federal é o Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental/ATES, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário/MDA. Neste programa, instituições não governamentais, governamentais, cooperativas de técnicos podem se credenciar a prestar assessoria técnica aos

⁴⁶ Esse processo culminou com o fim da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), no governo Collor de Mello (1990 -1992).

assentamentos de reforma agrária no Brasil. A Norma de Execução nº 39 estabelece os critérios e procedimentos de um sistema nacional de prestação de serviços de extensão rural específico para os assentados. Nesta norma a ATES é definida como:

(...) o conjunto de técnicas e métodos, constitutivos de um processo educativo, de natureza solidária, permanente, pública e gratuita, voltado para a construção de conhecimentos e das ações direcionadas à melhoria da qualidade de vida das comunidades residentes nos projetos de assentamento, tomando por base a qualificação das pessoas, das comunidades e de suas organizações, visando a sua promoção em termos ambientais, econômicos, sociais, culturais, no âmbito local, territorial e regional, dentro do que enseja o conceito de desenvolvimento rural sustentável (INCRA, 2004).

Chama atenção o fato da denominação dada a este serviço substituir o termo “assistência técnica” por “assessoria técnica” e sugerir ir além da preocupação com os processos produtivos, englobando em sua designação o “social” e o “ambiental”. Os documentos Norma de Execução 39 e Manual Operacional de ATES não sugerem as razões da opção por esta denominação. Penso que seus formuladores incorporaram a percepção de que a assessoria é um processo muito mais complexo de que a assistência técnica, requerendo um maior envolvimento entre técnicos e assentados. No âmbito de um processo que vem enfatizando a necessidade da participação, o termo assessoria sugere que a condução seja dos trabalhadores e os técnicos se coloquem apenas como “assessores”. Este maior envolvimento se deveria, conforme Dias (2004, p.523), aos seguintes fatores:

a) A superação do caráter pontual ou fragmentado do processo de intervenção social característico da assistência técnica, demandando ao contrário, a construção de procedimentos mais duradouros e contínuos de interação entre técnicos e agricultores; b) a necessidade de estabelecimento de relações de confiança mútua, por isso mais horizontais e menos hierárquicas, entre os atores e os tipos de conhecimentos envolvidos; c) uma visão mais holística ou integral do processo de intervenção social que cria demandas que vão além do processo agrícola da produção.

Diante das intenções sugeridas pela nova denominação e pelos anseios dos envolvidos na proposta, há enormes expectativas sobre a atuação dos extensionistas ou técnicos de campo que prestam tal assessoria. Conforme Furtado e Furtado (2000, p.38), esta outra visão do processo de assistência técnica e extensão rural passa a demandar um tipo de profissional “[...] que se caracteriza como um educador para o desenvolvimento, um sujeito reflexivo e interativo”. Diante

da situação da maioria das entidades prestadoras de serviços de ATER, há, portanto, um longo caminho a percorrer para se aproximar deste ideal.

Assim, como no caso da PNATER, a Norma de Execução que cria o Programa de ATER apresenta várias categorias e conceitos sem que haja uma maior precisão a respeito dos seus significados. O que é grave, principalmente em se tratando de um instrumento de normatização. Os conceitos ou referenciais não são claros, possibilitando gerar confusão quanto aos objetivos a serem perseguidos. Há a prevalência de conceitos e referenciais que já vêm sendo costumeiramente usados, dificultando a possibilidade de construção de novas percepções. Assim, temos, como exemplo: desenvolvimento sustentável; segurança alimentar; enfoques metodológicos participativos; programa de capacitação participativo; inserção qualitativa das mulheres.

Essas noções são polêmicas e, algumas, objeto de disputas acadêmicas e políticas sobre seu significado. Implementá-las sem considerar que são relativas e podem ter vários significados, variáveis de acordo com quem as utilize e com que propósitos, compromete a tentativa de que se tornem operacionais nos contextos de intervenção.

Institucionalmente, os serviços de ATER estão subordinados às diretrizes da PNATER. Uma das competências da Coordenação Nacional de ATER é justamente “compatibilizar e integrar os serviços de ATER do INCRA direcionados às suas áreas de jurisdição, às ações correlatas a serem desenvolvidas pelo DATER/SAF/MDA”.

Administrativamente, a sua gestão seria compartilhada por quatro unidades básicas: a Coordenação Nacional, a Coordenação Estadual, a Equipe de Articulação dos Núcleos de serviços de ATER e os Núcleos Operacionais dos serviços de ATER. Cada instância tem sua composição, competências e atribuições extensamente descritas na Norma de Execução que regulamenta o serviço. No Maranhão, a equipe de Articulação, que era realizada pelo o Instituto de Capacitação Comunitária – ICC rescindiu o contrato com o INCRA no final de 2006, e o órgão não mais contratou outra empresa.

Embora haja participação de representantes governamentais e dos trabalhadores rurais em ambas coordenações, cabe ao INCRA, nos dois casos, a coordenação geral dos trabalhos. Os recursos financeiros para a execução dos serviços de ATER são descentralizados às Superintendências Regionais do INCRA,

sendo que os critérios para a sua alocação são definidos pela Coordenação Nacional.

Os serviços de ATES são concebidos de modo a dar suporte à implementação de projetos e planos que orientam e organizam os investimentos públicos a serem feitos por meio de créditos subsidiados aos *assentados*. É função dos Núcleos Operacionais elaborar e acompanhar a implementação do Projeto de Exploração Anual (PEA), do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) e do Plano de Recuperação do Assentamento (PRA).

A proposta é que após elaboração do diagnóstico local, o trabalho ocorra a partir da demanda dos assentados, “louvando-se das tradições, costumes e conhecimentos endógenos de que são dotadas as famílias de beneficiários das ações de reforma agrária”, para estabelecer, de modo participativo, o tipo de sistema de produção a ser implementado. Essa premissa supõe a importância das aspirações e projetos que os próprios assentados têm em relação à terra. Desse fato depreende-se que os assessores não estarão apenas executando as políticas preestabelecidas para os assentamentos, mas sim relativizando-as diante do conhecimento e análise das propostas dos próprios assentados.

O “Roteiro básico para o Projeto de exploração Anual (PEA)”, anexo a Norma de Execução que regulamenta o serviço de ATES recomenda que:

O projeto de Exploração Anual (PEA) será o orientador da aplicação do Crédito Instalação e deve ser direcionado para a diversificação da produção, o incentivo ao trabalho coletivo, o fortalecimento da agricultura familiar e práticas agroecológicas, a promoção de uma alimentação diversificada voltada para o autoconsumo e a garantia de um excedente de produção visando à geração de renda através da vinculação ao Programa de Aquisição de Alimentos do governo federal (Lei n. 10.696/03) e outras linhas de crédito que possam ser utilizadas para sua implementação (INCRA, 2004).

A proposta do serviço de ATES é exclusivamente direcionada aos *assentamentos* de reforma agrária e, mais especificamente, ao subsídio à implementação de projetos de financiamento, tanto por meio do PRONAF A⁴⁷,

⁴⁷ O PRONAF é a linha de crédito do Programa destinado aos *assentados* em projetos de reforma agrária. De acordo com as informações divulgadas na página do Ministério do Desenvolvimento Agrário / MDA na Internet (<http://www.mda.gov.br>). O PRONAF possui cinco grupos de enquadramento de agricultores potenciais beneficiários de financiamento, que vai do grupo A ao grupo E. Os critérios de enquadramento baseiam-se em faixas de renda bruta anual.

quanto por intermédio de outras modalidades de crédito que venham a ser instituídas em benefício dos trabalhadores assentados.

3.2.3 Assessoria aos assentados no Maranhão

O Programa ATES passou a ser efetivado no Maranhão a partir de abril de 2005, para um período de 40 meses, através de Convênio entre o INCRA e as seguintes entidades: AESCA –Cooperativa ligada ao MST, Associação das Áreas de Assentamentos do Estado do Maranhão – ASSEMA, Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura do Maranhão – FETAEMA, Sociedade de Direitos Humanos, Associação Agroecológica Tijupá, Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu - MIQCB, Centro de Treinamento e Desenvolvimento Educação e Cultura – CENTRU de Imperatriz e o Instituto de Capacitação Comunitária – ICC.

Estas entidades atendem 30.068 famílias em 225 Projetos de Assentamentos.

Conforme informações obtidas no INCRA / MA (setembro de 2007), existem atualmente 573 Projetos de Assentamentos criados por este órgão e 352 assentamentos de responsabilidade do Governo do Estado, via Compra da terra, através do Programa Crédito Fundiário, o que totaliza 925 Projetos de Assentamentos em todo Estado do Maranhão. Como o Programa de ATES só atende 225 P.A's, este se constitui como mais um Programa focalizado e descontínuo.

Para executar o Programa de ATES, a FETAEMA fez uma licitação pública e contratou as seguintes entidades: a Cooperativa de Serviços Técnicos / COOSERT, a Cooperativa de Pesquisa Serviços e Assessoria Técnica – COOSPAT, a RD Planejamentos e a Planeja Assessoria.

A cooperativa de Serviços Técnicos – COOSERT, a qual sou associada desde 1997, ficou responsável por (34) trinta e quatro assentamentos, divididos em 05 (cinco) Núcleos Operacionais: o Núcleo de Vitorino Freire/Pio XII, o de Coroatá/Codó, Caxias/Timon, São João do Sóter e o de Parnarama/Matões⁴⁸.

⁴⁸ Através da COOSERT, coordenei o Programa de ATES até abril de 2007.

O P.A Brejo de São Félix está inserido no Núcleo Operacional de Parnarama/Matões. Conforme o Manual do referido Programa, os Núcleos Operacionais do Programa devem ser compostos por equipes técnicas de caráter multidisciplinar.

Assim, o Projeto de Assentamento Brejo de São Félix, passou a ser atendido por uma equipe de profissionais composta por uma Engenheira Agrônoma, uma Assistente Social, um Zootecnista e mais dois técnicos agrícolas. O escritório da equipe inicialmente funcionou na cidade de Matões.

Devido às distâncias e as péssimas condições das estradas, a equipe resolveu se instalar no próprio assentamento Brejo de São Félix, pois ficaria mais próxima das demais comunidades e dos outros três assentamentos atendidos. Inicialmente a equipe morou no “casarão”, nome dado pelos moradores de Brejo de São Félix à casa e ao comércio anexo do antigo proprietário. A equipe estranhou que os móveis e demais objetos pertencentes ao antigo proprietário continuassem na residência, sendo seu uso autorizado pelo seu filho, José Henrique.

Os pertences do antigo dono encontravam-se na casa porque lá continuava vivendo, retirando-se somente após a chegada da equipe de ATES, ou seja, o Senhor Nilson Silveira continuava morando no “casarão”. Inclusive, fui informada de que este senhor havia ficado aborrecido com a presidente da associação, na época Dona Maria Zuleide, por ter permitido que a equipe ocupasse o “casarão”. Esse fato só foi exposto durante a pesquisa de campo. Até então a equipe não sabia do acontecido. Isso significa que dez anos após a desapropriação, ocorrida em 1995, o antigo proprietário continuava a ter influência na área.

Essa influência tem continuidade através do seu filho, José Henrique, o atual Secretário de Saúde do Município de Parnarama, que está construindo uma residência numa área próxima ao “casarão”, onde morava com sua família. Este senhor, acaba por assumir o papel de “delegado” da prefeitura municipal para assuntos relacionados ao *assentamento*.

Quando indaguei quem havia autorizado a construção da casa, o atual presidente da associação de Brejo de São Félix informou que o INCRA havia dito que a comunidade decidiria. Sem consultar as demais associações do *assentamento*, os representantes dessa comunidade consentiram, sem que fosse feita nenhuma assembléia para discutir o caso.

Na viagem que fiz recentemente ao *assentamento* (julho de 2007), observei que a casa já está construída e o futuro “dono” prestes a ocupá-la. Escutei muitas reclamações por parte dos moradores das três comunidades, relativas a esse fato, inclusive moradores de Brejo de São Félix. Os representantes das comunidades de Canafístula e Baixão Grande informaram que nunca haviam sido consultados sobre a construção dessa residência e manifestaram discordância com relação a decisão. Segundo o presidente da associação de Canafístula: “há em Brejo de São Félix muitas pessoas que dependem de José Henrique, são pessoas que estão trabalhando na escola, no posto de saúde, colocadas por ele. Muitos dependem dele”.

4. O ASSENTAMENTO BREJO DE SÃO FÉLIX

O assentamento Brejo de São Félix, situado no município de Parnarama (Figura 01), possui em média 280 famílias, que estão distribuídas em 03 comunidades (Quadro 05): Brejo de São Félix (140 famílias), a mais antiga, onde os moradores são descendentes de escravos e onde vivia o antigo proprietário da terra; a comunidade de Canafístula (55 famílias) e a comunidade de Baixão Grande (85 famílias), cujas famílias chegaram nesta área no final dos anos cinquenta. Eram famílias do próprio Estado do Maranhão, como também do Piauí.

FIGURA 01 - Localização do município de Parnarama.



Quadro 05 - Dados populacionais por famílias do P.A Brejo de São Félix

POVOADO	0 – 6		7-14		15-20		21-30		31 – 40		41 - 60		+ de 60		Total
	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	
Brejo de São Félix	81	52	71	71	43	49	45	57	39	33	69	57	28	29	724
Canafístula	45	33	31	38	28	28	23	31	11	12	24	23	14	14	355
Baixão Grande	31	27	41	38	24	32	33	37	13	16	26	27	11	12	368
Total	157	112	143	147	95	109	101	125	63	61	119	107	53	55	1.447

Fonte: Diagnóstico Rápido Participativo (Julho / 06)

A Fazenda Brejo de São Félix era, de acordo com o registro de imóveis do Cartório de 1º Ofício da Comarca de Parnarama/ MA, parte do espólio de João Rodrigues da Silveira e de Nilson da Silveira. Esta fazenda foi desapropriada pelo decreto de desapropriação nº s/nº de 24 de março de 1995⁴⁹, com a data da imissão na posse no dia 12/09/1996. Porém, essa imissão só existe formalmente, pois de fato os assentados sempre moraram na área.

O Projeto de Assentamento (P.A) foi criado em 30 de agosto de 1996, com uma área de 6.657,400 há. Após estes trâmites burocráticos, que são desconhecidos dos moradores, os funcionários do INCRA foram à área, realizar o cadastramento das famílias a serem *assentadas*.

4. 1 A vida como arrendatários

A constituição desse *assentamento* ocorreu da mesma forma que a maioria dos *assentamentos* no Maranhão, ou seja, os assentados já viviam no local e, no caso específico, há cerca de meio século. Há informações de que a comunidade Brejo de São Félix se constituiu a partir de 1805. Silva (2005, p. 58) afirma que em 1805 chegou ao Maranhão o mineiro João Rodrigues da Silveira, acompanhado de sua esposa Maria das Mercês da Conceição. Conhecido como Coronel Flor, era natural de São João Del Rei, nascido em 1778. Teriam se instalado a oito léguas a oeste de São José⁵⁰, onde havia um Brejo. O rico mineiro construiu no lugar “uma bela e ampla mansão”. O antigo brejo recebeu o nome de Brejo de São Félix, tornando-se um dos maiores impérios agropastoris do sertão maranhense.

A memória dos atuais moradores remonta apenas a Nilson da Silveira, por eles identificado como o proprietário da área, que residia numa casa, denominada pelos assentados de “casarão”, situada na comunidade de Brejo de São Félix.

Informam os moradores que este senhor anteriormente vivia com sua família, em Monte Alegre, uma área próxima, onde hoje só existem duas palmeiras imperiais e as ruínas da antiga casa. A vinda da família para Brejo de São Félix teria ocorrido

⁴⁹ Conforme Portaria INCRA / SR (12) nº 86, de 26 de setembro de 1996.

⁵⁰ Antigo nome do atual município de Matões.

quando a casa de Alto Alegre desmoronou e os padres cederam cerca de 600 ha de terra, próximo a Igreja de “Menino Deus”, onde hoje está situado o “casarão”. Neste local estava a casa de morada, como também, o comércio. Inclusive, na época, era o único da região, de acordo com Paulo, um dos organizadores de atividades culturais, da festa do lavrador e funcionário do posto de saúde da comunidade de Brejo de São Félix. O casarão conforme lhe relatou sua mãe, foi construído pelos escravos:

A madeira era trazida nas costa, os madeirames do casarão foi carregado pelos escravos; depois veio o carro de boi. Todo o coco arrecadado da região era levado em animais para o “casarão” nos finais de semana (Entrevista realizada no dia 18/11/2006).

O casarão atualmente está abandonado (Figura 02), mas, conforme já afirmei, serviu de residência para os técnicos do Programa de Assessoria Técnica Social e Ambiental ATES/ INCRA, como também, serve esporadicamente de morada temporária para trabalhadores que fazem serviços de infra-estrutura na comunidade Brejo de São Félix.

FIGURA 02 – Casarão do antigo proprietário.



Existem divergências sobre a forma como se davam às relações dos moradores com a família Silveira. Os moradores da comunidade Baixão Grande

afirmam que viviam uma condição de arrendatários, tendo que pagar metade da produção aos donos da terra. Essa situação de pagamento da renda é negada por alguns moradores do Brejo de São Félix. No entanto, estes admitem que realizavam um tipo de pagamento, através da prestação de serviços, como limpeza do pátio, cuidado com gado. Insistem, de toda forma, que não se tratava de uma imposição.

A principal produção da área era arroz e milho. O pagamento da renda⁵¹ era feito com arroz, e devia ocorrer mesmo quando tivessem pouca produção, como na época da seca, ou quando a safra era perdida. A renda era calculada por tarefa, (que corresponde a 01 linha) sendo estipulado 50 kilos de arroz por tarefa.

Após um tempo de maior convívio no assentamento, fui percebendo novas questões relativas ao pagamento da renda pelos moradores do *assentamento* Brejo de São Félix. Conversei com pessoas que trabalharam no comércio do Sr. Nilson Silveira, e encarregados como o Sr. Zé Caixeiro, Zé Manuel, que era o vaqueiro, e com outros moradores da comunidade, e fui percebendo as contradições.

Quando questionei Paulo sobre o pagamento da renda dos moradores da comunidade de Brejo de São Félix, ele afirmou: “No tempo dele, a gente pagava renda sim. Quem não pagava era porque não tinha coragem de botar roça, mas mesmo assim ia descarregar o carro dele” (Entrevista realizada no dia 18/11/2006).

Paulo ainda contou a história de sua tia, Comadre Dona, que tinha relação de compadrio com o Sr. Nilson, e havia colocado uma roça e se negado a pagar a respectiva renda. Um dia, quando o Sr. Nilson encontrou-a no meio da rua, no finalzinho da tarde, começaram uma discussão que Paulo assim descreve:

Ele disse que ia botar os homens para bater⁵² o arroz na casa dela”. “Ela disse que não ia dar certo”, acabaram brigando, chegando até ter tapa, ela se escondeu num banheiro, colocaram os homens atrás, ela foi embora e nunca mais veio para cá. “ [...] isso ficou feio, pois o casarão estava cheio de gente de fora (Entrevista realizada no dia 18/11/2006).

⁵¹ Conforme May (1990), os arranjos que exigiam dos camponeses a comercialização dos seus excedentes através do dono da terra foram substituídos pela cobrança de renda em espécie. Uma das razões para essa mudança foi a abertura de vias de transporte, o que tornou possível aos pequenos produtores vender nos mercados locais. Para garantir seus retornos, os donos de terra gradualmente aumentaram a exigência do pagamento da renda fixa. No início da década de 1970 e durante a década de 1980, essa renda dobrou, passando de aproximadamente 106 kg. para 211 kg. de arroz em casca por hectare cultivado. Além disso, os moradores ainda tinham que vender as amêndoas do babaçu através do proprietário da terra, que ficava com até 50% do valor da amêndoa obtido no mercado urbano. Os bens trocados pelas amêndoas do babaçu nas quitandas das fazendas também davam lucro aos proprietários, assim como o crédito informal, concedido aos moradores. (1990, p. 99-100).

⁵² A expressão bater o arroz significa pegar o arroz, ou seja, no caso, a renda que era o fruto da colheita que se encontrava na casa de Comadre Dona.

Hoje, esta senhora mora na cidade de Matões. Pude ouvir esse relato mais de uma vez, por distintos autores.

Já Zé Manuel, que era o vaqueiro de Sr. Nilson e recebia as rendas, inicialmente afirmou: “Nunca um morador pagou uma renda completa”. Em seguida, acrescentou: “[...] o povo já não queria pagar renda de jeito nenhum. Você acredita que tinha gente que botava 02 latas de arroz, e a maior parte era de terra?” (Entrevista realizada no dia 19/11/2006).

Depois quando questionei sobre o pagamento da renda do pessoal de Baixão Grande afirmou: “Sim, recebia a renda daqui (se referindo a Brejo de São Félix); não recebia de Baixão Grande”. Mas, logo depois diz: “Não pagava renda de jeito nenhum” e depois: “Muitos pagavam, outros não pagavam de jeito nenhum” [...] “Muitos davam pela metade” (Entrevista realizada no dia 19/11/2006).

A situação no que se refere ao pagamento da renda era conflituosa e os moradores buscavam formas de burlar essa obrigação.

Além do pagamento da renda, os moradores relatam que havia outro compromisso com o proprietário: o coco babaçu que era extraído não podia ser vendido fora, ou seja, em outro local que não fosse o seu armazém. Havia os encarregados, denominados agentes, que tinham a função de medir as roças, receber o babaçu, dar recados, etc. O coco era trocado por querosene, fumo, café, açúcar, sal e outros bens que não podiam produzir. Nessa forma de escambo não circulava dinheiro. Caso não houvesse a necessidade de alguma mercadoria, ou não existisse a mercadoria demandada, o pagamento era feito através de um vale que assegurava a posterior retirada da mercadoria no próprio armazém do Sr. Nilson.

A utilização do vale impossibilitava o morador de ter acesso ao dinheiro e, conseqüentemente, não havia autonomia para utilizá-lo. Percebi nas falas dos assentados das três comunidades, que esta situação era causa de muita revolta. Os relatos eram feitos com muito ressentimento.

Dona Dalva de Lima Cruz, 52 anos, 7 filhos, *assentada* da comunidade de Canafístula reforçou a dependência a que se submetiam sob e o sistema do vale: “[...] só tinha o vale, se perdesse, estava perdido a semana toda”.

“Só dava vale – só valia aqui mesmo, só tinha que comprar lá no armazém dele”, afirma outra moradora de Brejo de São Félix, Maria do inhô “Era só papel,

aqui não se comprava nada, todo mundo vivia era nú, pois não tinha dinheiro para comprar nada”. Continua dona Maria:

Viver trabalhando, viver trabalhando só para os outros, e não ter resultado de nada, não tinha direito de comprar uma muda de roupa do nosso trabalho. Não, porque não dava. [...]. Pagava a renda e ficava um pouco, só para comer, ou se vestia ou ficava com fome⁵³.

Ainda, neste sentido afirma dona Maria Francisca Vieira da Costa, conhecida por Nega, liderança comunitária, ex presidente da associação da comunidade de Baixão Grande:

Havia produção, mas não se podia vender, não se podia fazer uma casa melhor. Não podia, o dono não deixava, até a cerca não se podia fazer uma cerca de arame, era só de talo. (entrevista realizada 17/062006).

Na busca de obter dinheiro para utilizar em outras necessidades, principalmente nos casos de doenças, os moradores utilizavam várias estratégias, como vender o coco fora, fazer o azeite de coco para vender escondido, pois eram vigiados por capangas: “O Sr. Nilson não deixava nem tirar o azeite, mas muitos levavam o coco e o azeite escondido para vender em Matões”. (Entrevista realizada dona Dalva, assentada da comunidade de Canafistula:14/07/2007).

Dona Dalva relembra que quando seu marido ficou doente, ela mesma teve que fazer isso, pois precisava de dinheiro e sua transgressão chegou ao conhecimento do senhor Nilson. Segundo seu depoimento, feito com muito orgulho, na ocasião explicou a situação e fez questão de afirmar diante do senhor Nilson: “Nunca vi uma viola marcada nas palmeiras” (Entrevista realizada em 19/11/2006). Esclareceu que a viola era a marca que o Sr. Nilson utilizava para identificar seu gado.

O senhor Zé Beor, atualmente com 80 anos, avô de 70 netos, agente⁵⁴ do senhor Nilson na comunidade de Canafistula, relatou um posicionamento semelhante de enfrentamento do senhor Nilson, quando este ameaçou colocar um dos seus filhos para fora da área, sob a acusação de estar roubando coco:

⁵⁴ ‘Agente’ eram homens que ficavam nas áreas mais distantes como Canafístula, e depois Baixão Grande, encarregados pelo fazendeiro de comprar e receber o coco, “manobrar a comunidade” como colocou o senhor Zé Beor. Recebiam o coco e levavam para a quitanda, onde hoje fica o “casarão”. Cada povoado tinha um agente.

Eu nunca vi o senhor aguando nenhuma palmeira, o coco é da nação. O caso dele era ver a gente no cativoiro, no cativo (Entrevista realizada em 18/06/2006).

Estes relatos demonstram que havia tentativas, embora individuais e não explícitas de ruptura da relação de *patronagem*.

4.2 O patrão e seus clientes

Parto do pressuposto que os moradores da comunidade Brejo de São Félix viviam numa relação estabelecida há muitos anos com o patrão, marcadas por “compromissos” característicos da relação *patrão-cliente*.

Conforme os depoimentos relatados, havia posicionamentos individuais no sentido de romper essa relação, que ocorriam nos momentos de maiores dificuldades financeiras. Negavam-se a pagar a renda ou buscavam vender o coco fora do comércio do proprietário.

Os moradores da comunidade de Baixão Grande, que se instalaram na área depois, não desenvolveram essa relação de compromisso clientelista com o proprietário. Portanto, sentiam-se mais livres para romper com as regras estabelecidas, inclusive a obrigação de vender o coco no armazém do Senhor Nilson.

O grupo de “famílias antigas” da comunidade Brejo de São Félix tinha um passado comum. Os que vieram depois, como os da comunidade de Baixão Grande, não. Elias e Scotson (2000), ao analisarem uma cidade do interior da Inglaterra, observaram entre seus diferentes bairros uma relação de hierarquização que se dava nos seguintes moldes:

O grupo estabelecido de antigos residentes compunha-se de famílias que haviam morado naquela região por duas ou três gerações. Elas haviam atravessado juntas um processo grupal – do passado para o futuro através do presente – que lhes dera um estoque de lembrança, apegos e aversões comuns. (...) Por terem vivido juntas bastante tempo, as famílias antigas possuíam uma coesão, como grupo, que faltava aos recém-chegados. (2000, p. 38).

Elias e Scotson, (2000) denominaram *estabelecidos* os que constituíam o grupo coeso, em oposição aos *outsiders*, os recém-chegados.

No assentamento Brejo de São Félix pude observar um cenário semelhante no que se refere às estratégias de hierarquização. Foi possível perceber a coesão das “famílias antigas”, onde se pode incluir, também, a família do patrão / proprietário. Inspirada em Elias e Scotson (2000), denomino esse grupo *estabelecidos*.

Os *assentados* da comunidade de Brejo de São Félix se referem aos *assentados* de Baixão Grande como os “forasteiros” ou “baderneiros”. O primeiro adjetivo refere-se ao fato de terem chegado, na sua maioria, depois. O segundo, aos conflitos provocados pela recusa em manter a exclusividade da venda do coco babaçu ao armazém do proprietário. Essa recusa é apontada como o elemento deflagrador do processo de luta pela terra.

Portanto, ainda hoje se mantém o estigma de baderneiros em relação aos assentados da comunidade de Baixão Grande. Mas reconhecem, no entanto, que se não fossem eles não teria havido a desapropriação da área, como afirmou dona Maria do Inhô, casada com um assentado da comunidade Brejo de São Félix: “Ah, se não fosse o pessoal do Baixão Grande, nós estava na mesma miséria”. Dona Maria informa ainda que o INCRA desapropriou a terra e os moradores não foram informados, continuaram pagando renda:

Nós não tivemos informações, de ontem para cá, que eu vim acreditar que aqui era do INCRA. Venderam, desapropriaram e não disseram.... continuamos pagando renda, continuamos no cabresto” (Conversa informal no final de tarde na porta da casa de dona Mariazinha, Agente de Saúde da comunidade de Baixão Grande, participou da conversa também o senhor Luiz, no dia 18/11/2006).

Manuel, da comunidade de Canafístula, confirma que pagaram renda durante dois anos: “pagamos renda, sendo já do INCRA, porque não tinha conhecimento, no terceiro ano foi que paramos” (Entrevista realizada em 14/07/2007).

A relação de *patronagem*, como lhe é peculiar, é marcada, também, pelo reconhecimento, por parte dos *clientes*, do que percebem como a bondade do patrão.

Dona Lindor, dona de uma espécie de hotel e venda de comida da comunidade de Brejo de São Félix, afirmou:

Agradeço a minha vida ao Senhor Nilson, se não fosse ele tinha morrido de parto, à míngua num hospital de Caxias. Foi ele que cuidou de mim, porque me jogaram num canto e deixaram lá, quando ele soube foi ao hospital, aí que foram cuidar, você acredita? (Conversa informal enquanto jantava na casa de Lindor, em julho de 2006).

Estas relações configuram o que (LANDÉ apud CARNEIRO 2004), denomina patronagem, apresentando como características essenciais: uma posição assimétrica entre patrões e clientes; e a manutenção de compromissos diferenciais de reciprocidade entre os pólos da relação. A natureza assimétrica se efetiva conforme Carneiro (2004, p. 100), pelo “[...] acesso ao recurso básico de sua reprodução econômico-social: a terra. E pela obrigação do pagamento de rendas ao patrão”. Por outro lado, coloca-se o desempenho do patrão de um ethos exigido pela posição, ou seja, participando de um sistema de troca de bens simbólicos com seus clientes/agregados. Exatamente, nos momentos mais difíceis de precisão e doenças.

Por outro lado, a faceta dominadora do patrão é também lembrada. Segundo Paulo, quando algum morador saía do controle, Sr. Nilson mandava prendê-lo no que chamam de “caxuxa”, uma espécie de cadeia que existia próxima à casa grande: “Zé Aristide, que era o irmão dele, era o “delegado” mandava prender, quando as pessoas bebiam, queriam bagunçar, prendiam, no outro dia era solto, era só para dar o exemplo”.

Agora como *assentados* da reforma agrária continuam convivendo com a família do antigo dono, na área. Um dos seus filhos, o atual Secretário de Saúde do Município de Paranarama, reproduz, com outras nuances, a dominação exercida por seu pai. Já obteve a permissão dos *assentados* para construir sua residência no povoado Brejo de São Félix, próximo ao antigo casarão onde viviam.

Assim, a presença dos Silveira continua, seja através da residência na área, da presença na “festa do lavrador” como o maior patrocinador ou, ainda, nas ações da secretaria de saúde, da qual é titular.

Dessa forma, a libertação do pagamento da renda da terra, a tão sonhada liberdade do jugo do patrão e a conquista da terra com a desapropriação convivem com uma relação de dominação e dependência. Na atualidade essa dependência assume as características de uma política assistencialista-paternalista e clientelista, que se efetiva através da máquina administrativa local. O antigo patrão é substituído

pelo chefe político local que, no caso do P. A Brejo de São Félix, é o filho do antigo patrão.

Foram socializados por relações de dominação/ paternalistas, onde a lei era a lei do patrão, ora opressiva (proibições), ora “generosa” (quando liberava o pagamento de renda para alguns, socorria nos momento de doença). Em todo caso, sempre arbitrária, colocando os assentados numa situação de submissão.

A condição de subalternização se reproduz, também, na relação que o INCRA e outros agentes vêm mantendo com os *assentados*. São coagidos à obediência de regras definidas a sua revelia, que muitas vezes não condizem com seus próprios interesses. Os técnicos do INCRA e outros tendem a se comportar de forma autoritária, comprometendo, inclusive, a eficiência do trabalho na associação e, conseqüentemente, os projetos em desenvolvimento. Isso se traduz pelo estado de abandono em que estão as infra-estruturas produtivas, principalmente da comunidade de Brejo de São Félix. Configuram-se relações patrono-cliente, de dominação tradicional e clientelismo no Projeto de Assentamento Brejo de São Félix.

Historicamente, em Brejo de São Félix, construíram-se relações que se assemelham ao que Barreira (1992) definiu como contexto de exclusão do *campesinato* como sujeito político, no qual o coronel desempenha papel de principal e único mediador entre o *campesinato* e o Estado.

O Coronel – proprietário de terra é o “protetor”, “orientador” e “prestador de serviços”. Configura, portanto, uma espécie de dominação patrimonial, que se torna “*natural, familiar e eterna*”, envolvendo uma boa dose de mistério e desconhecimento.

Para Faoro, a origem do poder do coronel, “[...] mais do que a situação econômica, deriva do prestígio, da honra social, tradicionalmente reconhecido” (1989, p. 636). Compartilhando dessa idéia, Barreira (1992), considera que a dominação política do coronel no Sertão “[...] não necessita e nem se impõe só pela força, mas pela aceitação e reconhecimento, através de mecanismos ideológicos que tornam a realidade não perceptível por parte dos dominados” (1992, p. 18).

Weber (1999) afirma que a “dominação” é a probabilidade de encontrar obediência para ordem específica (ou todas) dentro de determinado grupo de pessoas. Em outras palavras, são estratégias que os dominantes utilizam para assegurar sua dominação, usam para isso a crença ou a legitimidade para que os

dominados aceitem a sua submissão. Toda dominação, ou seja, a probabilidade em encontrar obediência de forma direta ou através de um “quadro” administrativo, pode obedecer aos mais diversos motivos de submissão: desde o hábito inconsciente de lealdade a quem dispõe dos meios de coação; em obediência a normas e regras imemorais ou, em obediência a um carisma pessoal que se coloca como portador de uma missão de salvação.

Assim, nenhuma dominação contenta-se voluntariamente com motivos puramente materiais ou afetivos ou racionalmente referentes a valores como possibilidade de sua persistência – todos procuram despertar e cultivar a crença em sua legitimidade. A legitimidade de uma dominação deve ser considerada apenas probabilidade de ser reconhecida como tal. Nem de longe ocorre que toda obediência a uma dominação esteja orientada sempre por essa crença.

A “obediência” significa, que a ação de quem obedece ocorre substancialmente como se este tivesse feito do conteúdo da ordem e em nome dela a máxima de sua conduta, e isso unicamente em virtude da relação formal de obediência, sem tomar em consideração a opinião própria sobre o valor ou desvalor da ordem como tal.

A adesão e o consentimento foram imprescindíveis para as relações entre proprietários e moradores. No entanto, a internalização da dominação não é fruto de uma “natureza” submissa dos dominados. Constrói - se na vida cotidiana, legitima-se entre feixes de relações sociais, baseadas em um sistema de prestações e contraprestações assimétricas.

As relações entre os grandes proprietários e os trabalhadores rurais (moradores) se inserem em um sistema onde as partes efetuam uma troca desigual, em que um dos pólos - aquele que monopoliza a terra - determina as regras e faz a “lei”. No caso específico, uma das “leis” *era não vender o coco fora e só no armazém do proprietário/patrão, o Senhor Nilson Silveira.*

Certamente, elementos ideológicos e culturais, também socialmente produzidos, são fundamentais para a legitimação dos sistemas de reciprocidade que reproduzem a desigualdade.

Conforme Novaes (1977), entre os “homens livres” o compadrio estabeleceu relações. O privilégio de alguns moradores se tornarem compadres de senhores de engenho revela a existência de uma hierarquia que destacava os “homens de

confiança”, de comprovada lealdade. Enfim, o batismo e o compadrio, sob a égide da Igreja católica, assim como as rezas e as festas religiosas, constituíram-se em aspectos e momentos de reforço das relações pessoais entre escravos e moradores com seus senhores e patrões, compondo a face humanitária cristã da sociedade escravocrata.

De acordo com Weber (1999), *A dominação tradicional* se dá em virtude da crença em poderes senhoriais existentes desde longa data ou na santidade das ordenações estatuídas fundadas na tradição. A dominação patriarcal constitui a base da dominação patrimonial em Weber. Esta oscila entre dois pólos: por um lado, a área dominada pela tradição, pelo sagrado, pelo estatuto válido “desde épocas imemoriais”; de outro lado, pela existência da área de arbítrio do senhor, em que este age conforme o prazer, sua simpatia ou antipatia.

A relação de trabalho na grande propriedade é composta de “servidores”, constituída de dependentes pessoais do patrão, de seus familiares, são os servidores domésticos mais próximos, favoritos, vassalos, vinculados ao senhor por uma relação de fidelidade pessoal. Não se obedece a estatutos, mas a pessoas indicadas pela tradição ou pelo senhor tradicionalmente determinado. Quem manda é o “senhor” e quem obedece são os “súditos”. As relações são estabelecidas em razão da *fidelidade*, cuja quebra constitui uma *injúria*. Ou conforme Barreira (1992, p.19):

[...] “Traição” é o termo mais empregado pelos proprietários rurais, quando surge problema ou discordância entre eles e os camponeses. Ferir a “lealdade”, romper o “compromisso moral”, ou incorrer em “ingratidão” são comportamentos abominados pelos proprietários e pelos próprios camponeses.

Barreira (1992) considera a propriedade da terra como um elemento significativo na determinação do poder político do coronel, mas considera também, outros elementos determinando esse poder, como o “prestígio” e a “honra social”.

A contínua ausência ou a insuficiência do Estado na prestação de políticas públicas aos assentados faz com que estes, na maioria das vezes, só tenham o chefe e /ou chefes para recorrer nos seus “apertos”. Nesse caso, o chefe local assume as atribuições do Estado. A esse respeito Barreira (1992. p. 19-20) afirma:

[...] esse espaço de mistério e de desconhecido em que se reproduz o poder moderador do proprietário é decorrente da ausência do estado e da dependência dos camponeses do sertão aos proprietários. O estado delega, informalmente, várias de suas funções aos coronéis-proprietários, cujo poder não decorre simplesmente de sua situação econômica, mas sim

do 'prestígio' e da 'honra social' tradicionalmente reconhecidos pelos próprios dominados, o que lhe confere 'aceitação social.

No P. A Brejo de São Félix a relação de trabalho predominante, antes da desapropriação, baseava-se na relação “morador-parceiro”, situação definida por Barreira como a que “o camponês morava dentro da grande propriedade e pagava uma renda em produção ou mesmo em dinheiro pelo uso da terra. Mantinha, portanto, uma dupla relação com o dono da terra: a de moradia e de parceria” (1992, p. 20).

Na passagem da escravidão para o sistema de morada, encobre-se efetivamente o lado compulsório da dominação. Exacerba-se a lógica da reciprocidade: aos dons concedidos pelo senhor o morador deve fazer juízo e, voluntariamente retribuir. Entre os dons oferecidos pelos proprietários destacam-se: a casa, o trabalho e o acesso à terra para roçado (plantação de mandioca e outras culturas alimentares), direito de criar pequenos animais, acesso à água, à lenha e ao mel do engenho, acesso ao barracão. Juntam-se a proteção e o auxílio financeiro em momento de precisão, na doença, no parto, e na morte. A contrapartida a tais concessões pode ser resumida através de uma palavra utilizada pelos próprios moradores: *a sujeição*. A relação de *sujeição* implica na disponibilidade do tempo do morador para seu patrão (Garcia Jr. 1983). Desta forma, são construídas a lógica e as regras de reciprocidade entre moradores e patrão.

Os consensos construídos permitiam que a força, a violência, a chibata, só fossem utilizadas em determinadas ocasiões nas quais houvesse transgressões às regras socialmente aceitas. Este aspecto permitia que a força do patrão se acumulasse e fosse cada vez mais respeitada, justamente por não ser constantemente utilizada, reforçando a tese de Bourdieu (1989), da violência simbólica, de uma força cada vez mais respeitada, justamente por não ser constantemente utilizada.

Assim, conforme Novaes (1997, p.15),

[...] “bom patrão” era aquele que, contando com a lealdade ilimitada de seus moradores, poucas vezes precisava utilizar de violência prevista. Em seus domínios, somente o “morador ingrato”, “cabra safado”, era castigado, entrava na “peia”, na “chibata”. O “bom morador” era justamente aquele que internalizava mais completamente as “regras da morada”, dando vigor especial à dominação.

É, portanto, a partir dessa relação, que emerge e é reforçado o “compromisso moral”. E assim, o patrão se torna “homem bom” que “dá a terra para ser plantada”. Este “dar a terra” reproduz o outro lado da relação que é o “morador de favor”.

Portanto, a dependência, pilar da dominação tradicional no rural, tem sua base no direito de trabalhar e morar em uma terra que não lhe pertence e receber fornecimento ou adiantamento para cultivar e manter a sua família.

Conforme Wolf (2003, p.108):

[...] quando a amizade instrumental atinge um ponto máximo de desequilíbrio, de sorte que um dos parceiros está claramente em uma posição superior quanto à sua capacidade de conceder bens e serviços, aproximamo-nos do ponto em que a amizade cede lugar à relação patrono-cliente.

Neste tipo de relação, conforme o autor, é mínima a carga de afetividade envolvida na formação de uma confiança que subscreva a promessa de futuro apoio mútuo.

A patronagem é definida por intermédio da falta, ou na insuficiente presença do poder estatal, na fragilidade das relações centro-periferia, na pouca coesão interna a determinados segmentos sociais ou na insipiência de relações de mercado, em uma comunidade ou em um setor da sociedade. Dessa forma, o patrão preenche funções que deveriam ser cumpridas pelo Estado ou disponibilizadas por um mercado.

No que se refere às trocas, de acordo com Wolf (2003, p. 109), os parceiros do contrato patrono-cliente não trocam mais serviços e bens equivalentes. O patrono oferece bens imediatamente tangíveis: ele fornece “ajuda econômica e proteção contra as exações – tanto as legais quanto as ilegais - das autoridades. O cliente, por sua vez, retribui em recursos mais intangíveis”.

Ainda conforme o autor, nos momentos de “crises” são revelados claramente os protestos de lealdade e apoio e mostram de maneira substancial os alinhamentos de diferentes forças patronais.

O sistema de patronagem só se sustenta onde o acesso direto a recursos sofre limitações severas. É nesse sentido que uma "burocracia" mais efetiva constituiria o remédio eficaz de extirpação do mal ao qual se opõe por definição.

Vejo o poder político do patrono sendo determinado historicamente por um conjunto de elementos que interagem mutuamente, assumindo na

contemporaneidade as características de uma política assistencialista-paternalista e clientelista que se desenvolve, principalmente, no âmbito da máquina administrativa local. Em função dessa política, o patrão passa a ser substituído pelo chefe político local, sendo identificado como os “pai da pobreza”; os “mais bondosos, generosos e caridosos”; “os mais sábios” e “mais preparados para governarem a localidade”. Assim, os chefes, fazendo uso da máquina política municipal e da influência das esferas estadual e federal, fortalecem e até desenvolvem seus dotes e qualidades pessoais e expandem as relações de compadrio.

Assim, o poder dos chefes políticos passa a ser fortalecido também em função da liberalização desses recursos. Conforme Avelino Filho (1994, p.227),

[...] a política clientelista ‘moderna’ é mais competitiva que sua antecessora e suas relações tendem a ser muito mais frágeis, já que mais ‘instrumentais’. Ela sobrevive a partir da sua capacidade de substituir os antigos laços de lealdade pessoal pela oferta de benefícios materiais, os mais individuais possíveis, de maneira a evitar conflitos e maximizar o seu arco de influência eleitoral. O patrono moderno é o **broker**. E seu poder depende das suas habilidades em operar como intermediário entre sua clientela e os recursos públicos. (grifo do autor).

Mais uma vez, é a ausência do setor público na prestação serviços essenciais, ou de políticas públicas nas comunidades e hoje *assentamentos* rurais, que faz com que estes continuem a necessitar da figura do chefe e/ou chefes nos seus “apertos”. Nesse caso, o chefe local assume as atribuições do Estado ou se confunde como ele.

Assim, a ausência ou ineficiência, corrupção em torno das políticas públicas (ou sua gestão) de saúde, educação, moradia e assistência social, agrária e agrícola favorece a dependência e subordinação das comunidades e assentamentos rurais aos chefes locais.

A Constituição Federal de 1988, conhecida como Constituição Cidadã, trouxe inovações no que se refere à descentralização político-administrativa, alterando normas e regras centralizadoras e distribuindo melhor as competências entre o Poder Central e os poderes regionais e locais (CNAS, 1995, p.19).

A bandeira da descentralização foi uma proposta dos movimentos sociais, pelo entendimento de que haveria uma maior participação das “coletividades locais” no processo de controle social. Esse argumento na prática não se efetivou, pois os municípios, em sua maioria, continuam sendo controlados pelos chefes políticos,

que dividem o poder político local com parentes e amigos, e excluem as “coletividades locais” de participar desse poder.

A descentralização está favorecendo aos chefes locais, a quem cabe o controle sobre os recursos e a execução de obras públicas, que utiliza como moeda de troca, sob a forma de *favor*. A comunidade compreende como sendo “bondade” e “generosidade” dos chefes. A marca dessa política é centrada na equação favor, proteção e gratidão. Assim, a relação patrono-cliente persiste adaptando-se às transformações ocorridas no assentamento Brejo de São Félix.

4.3 “Nós era aqui tudo unido”: a resistência na terra.

Conforme já informei, Inicialmente só havia moradores na comunidade Brejo de São Félix, onde morava o antigo proprietário e sua família, e na comunidade de Canafístula. A área de Baixão Grande era utilizada como centro⁵⁵ para fazer as roças, ou seja, as pessoas não moravam lá.

Alguns aspectos são apontados pelos moradores como deflagradores dos conflitos que de forma direta ou indireta conduziram ao processo de desapropriação da área. A chegada dos *outsiders* é sugerida como o elemento novo que pôs em questão a ordem até então estabelecida.

O Início dos anos de 1960 foi marcado por uma grande crise: inverno ruim, pouca produção. Nesse período, muitas famílias migraram do Ceará e do Piauí e se fixaram nas terras do Sr. Nilson da Silveira, principalmente na comunidade de Baixão Grande.

Segundo o Senhor Zé Beor, a comunidade de Baixão Grande, foi inicialmente habitada pelo lavrador José Batista de Almeida, que veio do Piauí, e se instalou no dia 10 de julho de 1959.

Chegou sexta, sábado fomos onde estava o homem, olha seu Nilson, esses homens aqui, vieram do Piauí, estão procurando para morar aqui, – Ele disse: “Você é quem sabe se coloca os homens”. Vieram muitos do Piauí, vinha um parente visitar e avisava para os outros do local, caçar morada. Vinha visitar, mandava recado, passava por aqui, dizendo que vinha caçar morada.

⁵⁵ Centro significa local de produção.

O senhor José Batista e seus companheiros fizeram muitos benefícios no local tais como: os primeiros caminhos de acesso, poço, muitos plantios (laranja), etc

Nessa época o comércio era feito em sua maioria com a capital do Piauí – Teresina, a pé ou em lombo de animais, sendo necessários até 06 dias para realizar o trajeto de ida e volta.

Durante a crise, o babaçu colocava-se como única fonte de sustento. Os moradores, atrelados ao armazém do Sr. Nilson para a venda do côco, logo buscaram estratégias para vender o babaçu fora da comunidade, pois o estoque disponível no armazém do proprietário era insuficiente para atender a demanda.

Esse novo fato gerou o conflito na área, tendo se iniciado um processo de intimidação dos moradores, protagonizado por homens armados, contratados pelo proprietário.

No ano de 1970, foi instalado na comunidade de Brejo de São Félix, um posto fiscal na fronteira entre o Maranhão e Piauí, com a respectiva colocação de balança para pesagem dos produtos e uma corrente que impedia o fluxo livre.

A comunidade de Baixão Grande abriu uma estrada vicinal ligando essa comunidade à estrada que liga o Baú/Matões, visando, a partir daí, escoar a produção para os municípios vizinhos como Matões, Caxias Parnarama, sem passar pelo posto fiscal de Brejo de São Félix.

Essa estrada era o sonho de realização do senhor José Batista, um dos primeiro moradores e “agente” na comunidade de Baixão Grande. Seu sonho foi realizado por seu irmão, João Batista de Almeida Neto e os outros moradores.

Quando o senhor Nilson tomou conhecimento da abertura da estrada, mandou interditá-la para que não houvesse outro caminho para Matões. Levou o caso para justiça, que intimou 09 trabalhadores. Houve, também, a expulsão de duas famílias da área. Criou-se um clima de ameaça às famílias de Baixão Grande. Com a interdição da estrada, os moradores de Baixão Grande teriam que passar por Brejo de São Félix para ter acesso à estrada que liga Matões a Baú: “Ele queria que todos os moradores ficassem presos no local. Não fizesse estradas de rodagens”, afirmou Deusimar, filha do falecido João Batista. Era uma forma também de controlar o fluxo comercial dos moradores de Baixão Grande.

Esse fato desencadeou o conflito, pois a partir deste episódio, os moradores se revoltaram e fecharam o caminho que ligava Baixão a Brejo de São Félix, que

também havia sido feito por eles. O carro do senhor Nilson ficou preso entre as duas estradas interrompidas. Com isso, o Sr. Nilson, fez uma denúncia contra os moradores na delegacia de Parnarama. Alguns dias depois veio o chamado para todos os moradores de Baixão Grande comparecerem à delegacia, onde foram ameaçados de prisão. Na ocasião, afirmaram que se algum deles fosse preso, todos iriam juntos.

A partir deste episódio, segundo a senhora Deusimar:

O senhor Nilson falou de correr com os moradores, mas estes não saíram. Então ficou confusão de vez em quando. Até que disseram que venderam para os pernambucanos. Os moradores com isso ficaram desesperados. Achando que os pernambucanos fossem lançar todos fora, e estavam sem saber o que fazer para evitar tal tragédia (Entrevista realizada em 20/11/2006).

No dia 25 de março de 1985, João Batista teve uma idéia de escrever uma carta para o presidente da República, José Sarney, expondo a situação da área. No mês seguinte, veio o comunicado de que a carta tinha sido protocolada sob o nº. 00137 no Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários, para os exames e as providências cabíveis. Foram orientados a aguardar o posicionamento do referido órgão.

Os moradores relatam que logo após a resposta do Ministério, esteve uma viatura na área que não sabem informar se era do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário - MIRAD ou do INCRA⁵⁶. Supõem que vieram fazer algum levantamento da área.

Isto demonstra como os órgãos públicos, no caso o INCRA, tratam os trabalhadores rurais *assentados*, como *coisas*, *objetos*. Ao chegarem na área não se identificam, executam sua tarefa e vão embora. Os ocupantes do carro, segundo os moradores:

Fizeram um novo transo. Baixão Grande ficou circulado, transo dos quatro lados, isto é ficou desmembrado da terra dos pernambucanos e do Sr. Nilson (Continuação da entrevista realizada em 20/11/2006).

Pelo que entendi “transo” refere-se a traçado. Um novo desenho da área teria sido feito.

⁵⁶ MIRAD é o atual Ministério do Desenvolvimento Agrário/ MDA.

Após este episódio, no ano de 1985, uma comissão de moradores foi procurar o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais para maiores esclarecimentos, mas este nada soube informar. Então, resolveram procurar, também, o prefeito de Matões. De acordo com os moradores, o prefeito teria feito a sugestão de que incendiassem algumas casas na comunidade de Baixão Grande, para chamar a atenção dos órgãos, principalmente do INCRA. Como não aceitaram esta proposta, os moradores resolveram pedir ajuda ao Padre Otacílio Laurindo dos Santos, na igreja de Matões, que os orientou a procurar a Comissão Pastoral da Terra – CPT de Caxias, que poderia ajudar-lhes.

Na CPT, contaram a história para uma advogada que disse já saber das informações de conflito “numa terra de santo denominada Menino Deus”⁵⁷: “na CPT contamos a nossa história e eles nos deram apoio e direito”.

Conforme Deusimar, na época delegada do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e sobrinha do Sr. João Batista de Almeida, “tomou a liderança do trabalho porque o tio ficou doente”, ou seja, assumiu a organização dos moradores pela permanência na terra:

“[...] ficou tranqüilo por um longo tempo, até que um dia, o Dr. Manuel e o Dr. José Henrique Silveira (filhos do Sr. Nilson da Silveira) pediram para formar uma breve reunião, pressionando os moradores a pagarem renda”.

Relata Deusimar, que de acordo com os filhos do proprietário: “o IBAMA estava chegando para obrigar os trabalhadores a pagar multa, caso não houvesse licença do órgão para botar roça”. Tudo indica que se tratava de uma forma de pressionar os moradores a pagar a renda.

Os moradores pediram um tempo para se pronunciar e nesse intervalo procuraram novamente a CPT, que os orientou que fizessem uma comissão para ir a São Luís, no INCRA, expor a situação. Conforme Deusimar, que fazia parte da comissão:

A viagem aconteceu no dia 23 de setembro de 1991. Ao chegar no INCRA, o Dr. Lucílio nos informou que o IBAMA não tinha nada a ver com o problema e que os moradores poderia botar fogo nas roças que não

⁵⁷ Menino Deus é o padroeiro Igreja construída pelos padres na comunidade de Brejo de São Félix, que foi reformada pela família Silveira. Ainda hoje os assentados seguem a tradição de comemorar o dia 23 de dezembro como o dia de “Menino Deus”. Esta denominação, referida pela advogada da CPT, aponta para a possibilidade dessa área ter sido *terra de santo*, porém, conversei com Luis dos Santos Borges da CPT, que não confirmou esta informação.

aconteceria nada, informou nos mais, que só pagaria renda ao dono da terra se caso nós quiséssemos. Procuramos como estava o processo de desapropriação e ele nos informou que tinha voltado de Brasília, mas que não ficássemos tristes, pois o motivo foi só porque o processo caducou, o INCRA teria que voltar para fazer nova vistoria na terra. E que o processo não terá quem desmanche, só basta termos paciência que tudo será resolvido, foi o que nos informou (Continuação da entrevista realizada a 20/11/2006).

A promessa de dar uma resposta sobre o pagamento da renda não foi cumprida. Alguns dias depois, Deusimar, por volta das 23h30m, recebeu a visita de José Henrique, um dos filhos do Senhor Nilson Silveira. Na ocasião, encontrava-se só com os filhos, seu marido estava trabalhando fora:

José Henrique chega em casa, só mais um homem. Segundo me disseram, era um pistoleiro, eu estava lendo romance com a luz do lampião. Chegou me xingando de todo nome, irresponsável, vocês disseram que iam dar resposta e até hoje; esculhambou mesmo, Eu disse: você está nervoso, entre vamos conversar. Ele entrou, mas estava zangado, parecia um peru, vermelhinho. Eu disse: olhe vocês tem direito por ser o dono da terra e nós temos direito por ter apropriado a terra, vocês tinham ela nua. Quando meu pai chegou aqui, não tinha um pau cortado, imagine habitado, era apenas mata e animal feroz. E quem começou a confusão não foi nós não. Foi teu pai por ter entupido a estrada, não foi? E começou o problema, Se não fosse isso, nada estava acontecendo, a culpa foi teu pai que entupiu a estrada e ainda levou muita gente detido para delegacia. (continuação da entrevista realizada a 20/11/2006).

Ainda de acordo com Deusimar:

[...] pedi que ele voltasse no outro dia, mas ele disse que não voltava não e que queria decidir era hoje. Falei que ia perguntar meus companheiros, se eles iam dar a resposta hoje. Ele falou, tu vai acordar alguém essa hora? Eu disse talvez já estejam todos aqui. Sai na porta com a lamparina e iluminei. Mas dona Aurora, tinha tanta gente, tanta gente na porta, tudinho de cócara, caladinho, que não se sabia que tinha alguém. Quando ele passou lá na primeira casa, viram que eram o carro dele, acompanharam, acordando todo mundo. Era assim, aqui era lindo, ninguém tocava em ninguém não, nós era aqui tudo unido. (rindo). Ele disse: é casa de maribondo? Ai ele perguntou, o que vocês acham de eu voltar amanhã 7 hs? Quando foi no outro dia, 6 hs ele chegou em casa. Já estava todo mundo avisado. Abri a reunião e o Valdo⁵⁸ continuou: Ele saiu com a vela na mão, iluminando a cara de cada um, como é tu paga ou não paga a renda do homem? Todos disseram: pago não. Só dois que falou que pagava. Foi o dia que José Henrique ficou mais controlado (Continuação da entrevista realizada a 20/11/2006).

Conforme Deusimar “[...] por causa desses dois que falaram que pagavam a renda quase sai briga”.

⁵⁸ Valdo é o atual Presidente da Associação de Baixão Grande.

No dia 17 de janeiro de 1993, tiveram uma reunião e, segundo a informante, foi uma reunião muito importante. Convidaram Borges e o Padre Jean⁵⁹. Estava também o secretário geral do STR de Matões, Elias Chaves, o Prefeito de Matões, na época, Rúbens Pereira, o vereador De Assis, o ex – prefeito José João e José Henrique Silveira. O prefeito informou que compraria 1.000 (hum mil) ha de terra para doar aos moradores em associação. Os moradores aceitaram essa proposta com a condição de que, caso os 1.000 ha não fossem suficientes para incluir todas as casas da comunidade, inclusive a do Mundico, o último morador, o proprietário teria que vender mais 500 ha a serem adquiridos pelos moradores. A proposta foi aceita.

Algum tempo depois, no dia 26 de março de 1993, os moradores foram chamados a comparecer a câmara dos vereadores de Matões. Tratava-se de uma reunião para incentivar os vereadores a assinar o projeto de compra da terra. Apesar de haver vereadores que não concordavam com a compra, a maioria decidiu apoiá-la. Porém, o tempo passava e a compra não era efetivada.

A partir da intervenção de Luís dos Santos Borges da CPT, os 1000 ha foram demarcados, ficando 20 famílias fora da área. Com isso, resolveram parar o trabalho. Informaram ao filho do proprietário, José Henrique Silveira, que a área não dava para todos. Na ocasião ele afirmou que só poderia fazer o segundo negócio (aumento dos 500 ha) depois que terminasse o primeiro. Porém, o vereador De Assis autorizou os moradores a continuarem a demarcação incluindo os 500 ha de terra.

Quando José Henrique soube, “ficou furioso!”, e perguntou:

Com qual autorização nós tínhamos feito aquela invasão? Eu falei que não era invasão, só tínhamos terminado o trabalho para aproveitar o agrimensor que estava presente. E que só ultrapassamos das 1000 ha, 462 ou 465 ha. E que nós tínhamos feito o trabalho, mas com a intenção de pagar os hectares que passasse da compra do prefeito. Ele falou que deveria ter trago a polícia de Parnarama para receber os direitos dele (Continuação da entrevista realizada a 20/11/2006).

Após esse episódio, o INCRA apareceu na área avisando que a terra já era do estado e que o prefeito não deveria ter comprado os 1000 há. Afirmou, ainda que teria que ser feita nova vistoria.

⁵⁹ Borges e Padre Jean são da CPT da cidade de Caxias/ MA

Constatei que a venda dos 1000 ha nunca foi efetivada. O INCRA, antes de realizar a desapropriação da área, solicitou informações à prefeitura e ao cartório de Parnarama sobre a suposta transação de venda e compra entre o Sr. José Nilson Silveira proprietário e o prefeito municipal de Matões/MA Rubens Pereira. Recebeu como resposta (Ver Anexo A) que não havia sido encontrado nenhum registro em cartório que comprovasse tal transação.

O processo de desapropriação foi iniciado com uma solicitação de vistoria, assinada pelo presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Matões, pelo Padre Otacílio Laurindo dos Santos e por Nair Ferreira da Cruz Braz, da paróquia de Matões. Esse documento, datado do dia 1º de julho de 1988, declara aos órgãos competentes do Estado e da Nação o que vinha ocorrendo com os moradores do povoado Baixão–Grande, município de Matões-MA.

O ofício solicitando a vistoria informa “tratar-se de uma área de terra, onde vive e trabalha uma população de 273 famílias, cultivando 285 linhas de roças, todos com mais de 21 anos de trabalho na área”. Informa ainda que, “ultimamente os lavradores de Baixão Grande, vêm sendo ameaçados pelo cidadão José Nilson da Silveira, que se diz dono da referida área de terra”.

No processo, encontrei uma correspondência que indica o interesse de desapropriação da área por parte do Senhor José Nilson Silveira. A correspondência, assinada por este senhor, tem o seguinte teor:

Venho através deste documento, colocar à disposição do MIRAD, uma área de terras no Município de Parnarama, Estado do Maranhão ao preço de Cz\$ 8.000,00 (oito mil cruzados) por hectare, preço condizente com o da região para terra nua. Esta área viria completar o Projeto Fundiário em implantação naquele Município, porém em dificuldades para conclusão.

No processo nº. 00171/88 consta a resposta do INCRA: “o referido imóvel não foi eleito nem tampouco catalogado no rol da PO/88, objetivando a viabilização de sua expropriação”.

No entanto, as duas áreas previstas para desapropriação no Município de Parnarama, as glebas “CRIMÉIA e OLHO D’ÁGUA”, conforme levantamentos técnicos e jurídicos “in loco”, foram dadas como inviabilizadas para medida expropriatória, em função da grande incidência de benfeitorias e culturas, que as

caracterizavam como verdadeiros complexos “agropecuários”, inclusive com projetos aprovados pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE.

Diante disso, o INCRA resolveu, como alternativa para solucionar o problema, conforme afirma o referido processo “aproveitar a oportunidade para, através de levantamento técnico jurídico, buscar viabilizar a medida expropriatória em torno do imóvel denominado “CANAFÍSTULA – FAZENDA SÃO FÉLIX”, com 6.567,40 ha. A substituição das duas áreas programadas pela não programada, aceitando a proposta do próprio detentor do título do domínio da gleba “CANAFÍSTULA – FAZENDA SÃO FÉLIX, veio solucionar o problema do proprietário e o do INCRA.

Assim, o processo de desapropriação por interesse social foi proposto, inclusive foram elaboradas as minutas de exposição de motivos e do decreto expropriatório (fls. 91/94). Porém, não chegou a ser concretizado, em razão de orientação da Divisão Fundiária, que entendia que a desapropriação “[...] seria compulsória e não amigável como primitivamente se propugnava”.

A partir desse entendimento, o processo, em 14.12.1990, que se encontrava na Divisão de Bacabal, passou para Divisão Operacional de São Luís para uma nova vistoria, objetivando obter dados sobre ocupação, aspectos agrônômicos e produtividade e sobre a possibilidade de desapropriação.

Conforme consta no processo, esta nova vistoria só aconteceu no dia 17.10.1994. (conforme folha 106). Da folha 107 a 117 do processo de desapropriação são feitas considerações sobre o caráter técnico agrônômico da área e apontadas

[...] as precárias condições de existência das 176 famílias que lá estão sujeitas a toda espécie de desmando por seu proprietário, o qual através de atitudes autoritárias de cunho tipicamente feudal, violenta os mais mezinhos princípios da dignidade humana. (grifo nosso).

Na folha 142, o INCRA opina em favor da desapropriação, considerando esta medida a mais adequada e que melhor atendia aos anseios dos que ali viviam. Sua efetivação permitiria a criação de um Projeto de Assentamento “[...] **o que abrirá novos horizontes àqueles marginalizados do processo social**”. (grifo nosso).

A procuradoria Jurídica Regional do INCRA manifestou-se também pela desapropriação e seu pronunciamento confirma a iniciativa do proprietário em oferecer a área para desapropriação:

a única ressalva que fazemos é quanto a inexistência, da cópia do AR comunicando o proprietário das alterações cadastrais verificadas pela SR-12/C, comprovando a recepção da “DP ex-ofício”. No entanto, salientamos **olhares em tempos idos, era o próprio proprietário quem ofereceu o imóvel à venda ao INCRA**, e da primeira vistoria efetivada (1988), também, quanto a ela e da “DP” á época que pela SR-12/C lhe foi enviada, não interpôs qualquer recursos administrativo, aceitando, portanto, inerte, o que pela Sr-12/C foi alterado (fls. 67). Tudo indica que em idêntica atitude ainda se mantém. (INCRA, 1988). (grifo nosso).

Diante do interesse do proprietário em vender a área ao INCRA, uma equipe do órgão foi designada para fazer o cadastramento dos moradores em 16 de maio de 1996. Esta comissão era composta por José Augusto Monteiro, José Carlos Vieira Coelho, José Raimundo Teles, José Raimundo Matos Filho. Há referência a outra comissão que teria comparecido na área no dia 06 de dezembro de 1996, composta por Aldenora Martins Leite, Antonio José Sousa Serrão, Luis Carlos Silva Aranha e Antonio Carlos Trinta Abreu, solicitando assinaturas para o contrato de assentamento.

Os moradores não têm conhecimento dessa versão da história, principalmente, do interesse do proprietário em vender o imóvel ao INCRA. A desapropriação é por eles representada como decorrente da pressão que exerceram, principalmente os moradores da comunidade de Baixão Grande.

Outro fato que desconhecem, principalmente os moradores de Baixão Grande, é que nunca se efetivou a compra dos 1000 ha da área, pela prefeitura de Matões, na administração do Senhor Rubéns Pereira. Por esta suposta compra, até hoje, os moradores têm uma dívida de “gratidão” com este senhor.

4.4. A quem se deve a desapropriação?

O processo de desapropriação da área em apreço foi se configurando, ao que tudo indica, a partir de ações pontuais que foram inviabilizando a ordem que havia sido estabelecida pelo proprietário em prol de seus interesses. Com a chegada dos *outsiders* na comunidade de Baixão Grande, os conflitos individuais com o patrão foram se tornando coletivos e passaram a ter visibilidade através da CPT e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Matões.

A recusa no pagamento da renda da terra por parte dos moradores favoreceu a ação do proprietário no sentido de buscar uma alternativa economicamente mais interessante, que seria a venda da terra.

Dois movimentos configuram-se concomitantemente: a luta dos moradores pela desapropriação da área e a do proprietário pela venda.

O Quadro 06 apresenta uma cronologia dos eventos que culminaram no processo de desapropriação que possibilitou o *assentamento* Brejo de São Félix.

QUADRO 06 - Principais eventos do processo de desapropriação da fazenda “CANAFÍSTULA – FAZENDA SÃO FÉLIX.

Data	Evento
07/1959	Chegada do Primeiro morador à comunidade de Baixão Grande.
1970	Instalação do Posto Fiscal na comunidade Brejo de São Félix
1976	Interdição da estrada que liga a comunidade de Baixão Grande à estrada que dá acesso ao Povoado Baú/Matões.
25/03/1985	Envio de carta, pelo morador João Batista de Almeida, ao Presidente José Sarney, relatando a situação na área.
1985	Presença do MIRAD/ Hoje MDA na área.
07/1988	Encaminhamento de ofício pelo STR de Matões/MA, juntamente com o padre da paróquia de Matões, ao INCRA, denunciando a atitude de José Nilson da Silveira de obrigar os trabalhadores a “pagar renda por bem ou por mal”.
1988	Encaminhamento de ofício, sem data, do proprietário José Nilson Silveira, colocando à disposição do órgão a propriedade situada às margens da estrada Caxias – Buriti Bravo. (folha 08 do Processo de desapropriação INCRA/ SR (12) 1988
1988	Resposta do INCRA, ao proprietário, informando que o imóvel não constava do rol da PO/88, para expropriação. (processo nº. 00171/88)
1988	Suspensão do processo de desapropriação da fazenda “CANAFÍSTULA – FAZENDA SÃO FÉLIX”, com 6.567,40 há, em razão de orientação da Divisão Fundiária, que entendia que a desapropriação “seria compulsória e não amigável como primitivamente se propugnava”. (fls. 91/94).
14/12/1990	Transferência do processo de desapropriação da Divisão de Bacabal para a Divisão Operacional de São Luís.
17/10/1994	Vistoria na área, conforme folha 106 do processo.
25/03/1995	Publicação do decreto de desapropriação no Diário Oficial da União.
16/05/1996	Cadastramento dos moradores.

Fonte: Processo nº. 00171/88 INCRA SR (12) e informações orais dos assentados do P.A Brejo de São Félix.

O processo ocorrido na área estudada, que culminou com a desapropriação da terra, configurou-se como um “esvaziamento da relação de patronagem, que até então organizava a vida social” na comunidade de Baixão Grande. Situação semelhante foi analisada por Carneiro (2004), no povoado Leite, em Itapecuru-Mirim.

No caso do *Assentamento* Brejo de São Félix o processo transcorreu de forma “pacífica”, lenta. Talvez a dificuldade dos moradores em acionar recursos financeiros e políticos, aliada a falta de informação tenha dificultado o processo de desapropriação. Por fim, houve a “colaboração” do patrão para a desapropriação da área, caracterizando um tipo de situação em que conforme Carneiro (2004, p.102),

[...] os patrões se acham diante de uma conjuntura na qual os recursos a serem acessados não são fixos, de forma que o “fraco e o poderoso podem jogar para a obtenção da máxima vantagem”, em que ambos ou diríamos nós, apenas um dos participantes da relação, “podem ter estratégias alternativas para desprezar suas ligações de patronagem”.

O fato é que houve uma relação de ruptura das relações de patronagem, em dois sentidos. Por parte do patrão, ao oferecer a propriedade para desapropriação, e por parte dos trabalhadores rurais, ao romperem o compromisso de pagamento da renda e buscar acionar, em meio a diversas dificuldades, as agências de apoio, como Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Matões e a Comissão Pastoral da Terra, em Caxias.

5. A (RE) CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO

A desapropriação da área e a conseqüente instalação do *assentamento* provocou a construção de novas formas de sociabilidade, que estou analisando no contexto do que chamo a (re) construção do *território*.

A noção de *território* aqui utilizada busca incorporar a dimensão cultural, objetivando perceber o significado da terra para os *assentados*.

Essa perspectiva difere daquela desenvolvida por Fernandes (1996; 1999), que por muito tempo ocupou lugar de referência na discussão sobre territorialização do MST. Seus trabalhos possibilitaram a apropriação das categorias *territorialização* e *especialização* da luta pelo MST.

Fernandes (1996) compreende como *territorialização* a efetivação da conquista do território, via ocupação e, posteriormente, desapropriação. A *territorialização* corresponderia às frações de território que o MST ocupa do território do capital. A *especialização* do Movimento seria a ação de reprodução das experiências de luta, a reconstrução da socialização política. Conforme esse autor, a especialização da luta representa uma “ampliação da consciência social” da necessidade da conquista de terra, é o registro no espaço social do processo da luta. O fato do MST ter como objetivos a *territorialização* e a *especialização* da luta pela terra é o que o diferencia dos demais movimentos sociais isolados (FERNANDES, 1996: 135-8).

Procuro deslocar-me da dicotomia construída por Fernandes (1999), entre território camponês versus território do capital.

Oliveira (1997) pondo em questão a idéia de *territorialização* proposta por Fernandes (1996), coloca que não basta afirmar que a desapropriação implica na formação de um território não-capitalista. Seria necessário construir neste local formas de gestão democrática da vida pública, gestão essa, passível de aprendizado.

Ao discutir a categoria *territorialidade*, Oliveira (1997) ressalta principalmente que não procede a oposição entre território camponês e território do capital. Propõe que seja estabelecida a distinção entre *território* e *espaço*, entendendo que o primeiro é uma propriedade do segundo. Em sua concepção, ao possibilitar o

assentamento, o movimento de luta pela terra territorializa-se, o que abre a possibilidade para o território da liberdade e dos sonhos. De acordo com o autor:

Desvendar o território pode e deve ser uma perspectiva científica para a geografia. Por isso insistimos: temos que aprofundar a diferença que nos move frente a essa luta de cunho teórico, e por isso reafirmamos que o território não pode ser entendido como equivalente, como igual ao espaço, como propõem muitos geógrafos. Nesse caminho, torna-se fundamental compreender que o espaço é uma propriedade que o território possui e desenvolve. Por isso, é anterior ao território. O território, por sua vez, é um espaço transformado pelo trabalho, é, portanto, uma produção humana, logo espaço de luta, de luta de classes ou frações de classes (OLIVEIRA, 1997, p. 9).

Neste sentido, o *assentamento* Brejo de São Félix, já se constituía um território, antes da desapropriação. Pois já era um espaço transformado pelo trabalho, pela produção humana. A desapropriação da terra coloca-se como um processo social de reforço de vínculos locais e de relações de pertencimento a um determinado lugar, constituindo-se então, em um processo de (re) territorialização que situa as pessoas em um espaço geograficamente bem delimitado, o *assentamento*, caracterizado por limites e fronteiras, resultado de conflitos e lutas sociais que dão identidade e sentimentos de familiaridade aos seus moradores.

Assim, a luta pela ou para permanecer na terra, é uma luta por trabalho, moradia, cidadania e vida. Pois, mesmo com as dificuldades e problemas, os *assentamentos* — são resultado de conflitos sociais e disputas políticas, que se constituem pela identidade, pela história de cada um e do lugar onde vão desenhando as relações de sociabilidade.

Observei que boa parte da vida social e econômica dos *assentados* do P.A Brejo de São Félix é organizada pelos princípios da reciprocidade e da ajuda mútua⁶⁰. O *assentamento* se constitui um território de reciprocidade porque é o espaço das trocas – materiais e simbólicas – de bens e serviços, por meio das quais se escolhem aliados e se realizam alianças.

⁶⁰ Maria Sylvania de Carvalho Franco mostra na sua obra “Homens Livres na ordem escravocrata”, que a ajuda mútua, baseada no princípio de solidariedade nas comunidades pequenas, “possibilita a complementaridade de seus membros, mediante relações de contraprestação que se estendem a todas as áreas da vida social”. Contudo, a comunidade não forma um todo harmônico, não é uma contraposição radical de luta. As tensões, imersas na corrente do cotidiano, associadas às relações de vizinhança, na cooperação e parentesco também estão presentes na comunidade. A luta, segundo a autora, aparece como “ingente na relação comunitária” (Franco, 1997, p. 23-26).

De acordo com Tedesco (1999, p. 90),

A comunidade é um local de multissignificados e funções; é o espaço do jogo das trocas que, através de acordos e conflitos, tecem a convivência de uma lógica de integração que passa pela participação, pelo afeto, conhecimento mútuo, vizinhança, mutirões, lazer, equipes, relações de direitos e deveres, partilha, experiência coletiva na individualidade, delimitação de espaços, símbolos de identidade de gênero e de idade, etc.

Assim, compreendo a comunidade como um espaço cultural e social mais do que econômico, onde formas tradicionais de cooperação vicinal e solidariedade são acionadas pelos indivíduos de acordo com as necessidades de sobrevivência, como a *precisão*, a reprodução do grupo doméstico e da própria comunidade. Tais necessidades são, quase sempre, expressas pela baixa pressão demográfica da família nuclear ou em momentos da produção que exigem um maior número de força de trabalho na unidade camponesa, como na preparação da roça e na colheita.

Estas formas de cooperação estão baseadas em princípios de reciprocidade e ajuda mútua, por isso muitas vezes o assentado que não seguir as regras de dívida social da comunidade será marginalizado, podendo ficar em situação de hostilidade e ter dificuldades em receber ajuda comunitária quando necessitar.

Conforme Woortmann, K., (1990, p.67), “a reciprocidade é o contrato social do camponês hierárquico no interior do todo que é a comunidade”. O contrato passa a ser feito não só entre pessoas morais, entre famílias, como afirma o autor, mas também, entre os indivíduos. Exemplo disso pode ser identificado no regimento interno da associação da comunidade Canafístula, que estabelece o trabalho coletivo, de roço de variante e estradas, como uma norma a ser cumprida, conforme o artigo 11º. do Regimento Interno da associação:

Parágrafo 1º: - Se o associado (a) não participar das atividades coletivas, terá que justificar sua ausência por escrito;

Parágrafo 2º. - Caso não exista justificativa o mesmo pagará multa de meia diária e se continuar se ausentando das atividades coletivas por mais de 03 (três) vezes, a associação solicitará a exclusão do Cadastro de Beneficiário da Reforma Agrária junto ao INCRA.

Almeida (1988) afirma que há situações nas quais o controle da terra não é exercido livre e individualmente por um grupo doméstico determinado, mas sim conforme o autor:

[...] através de normas específicas instituídas para além do código vigente e acatadas, de maneira consensual, nos meandros das relações sociais estabelecidas entre vários grupos familiares de pequenos produtores diretos, que compõem uma unidade familiar (Almeida, 1988, p.43).

Essas regras, de acordo com o autor, se atualizam sobre uma base física “[...] comum, essencial e inalienável” – um território.

No mundo rural brasileiro encontramos várias configurações de apossamento dos recursos naturais combinados à propriedade familiar: individual e comum.

No *assentamento* Brejo de São Félix a forma de apossamento tem sido realizada através do exercício de normas específicas estabelecidas e acatadas de forma consensuada. Pois são as relações sociais estabelecidas pelos grupos é que dão força à identidade territorial.

A festa do lavrador e outras iniciativas de solidariedade mútua, como a prática de oferecer cesta básica às famílias mais necessitadas, no momento que os *assentados* denominam de “precisão”⁶¹, são expressões dessas normas que vão se construindo num modelo de reciprocidade, na forma descrita por. Mauss, (1974).

Martins (2002), revela que “os teóricos antiutilitaristas insistem no fato de que a obrigação mútua gerada pelos movimentos da dádiva (dar, receber e retribuir) constitui não apenas um fenômeno sociológico das sociedades tradicionais, mas também das sociedades modernas, e que esta é a condição primeira da existência do vínculo social. Ou seja, de acordo com o autor:

[...] a perspectiva do 'paradigma do dom' é de que as regras de fundação de uma sociedade são essencialmente paradoxais e interdisciplinares. Assim, existem regras próprias à economia, à política e ao social, mas a sociedade apenas resulta do modo ambivalente como essas diferentes lógicas, irredutíveis entre si, participam na montagem do jogo social, tendo, porém, a dádiva como sistema primeiro e anterior aos demais (o que faz dela o ponto de referência de um 'paradigma da dádiva'). A sociedade se funda, sobretudo, na ambivalência da reciprocidade: existe o interesse, mas também o desinteresse, o contrato e o vínculo espontâneo, o pago e o gratuito. Pelo interesse utilitarista, dizem os maussianos, funda-se uma empresa comercial, mas não o vínculo social. E, no sentido contrário, pelo desinteresse espontâneo se fazem amigos, casamentos, etc., mas não a economia de mercado ou o Estado (MARTINS, 2002, p. 12).

⁶¹ Segundo Paulo, da comunidade de Brejo de São Félix, essa prática é realizada desde a época do senhor Nilson e permanece ainda hoje como parte das atividades da associação.

Os Programas sociais do Estado não podem ser percebidos a partir do paradigma da dívida: não funcionam a partir dos princípios mistos, de interesse e desinteresse, que caracterizam a dívida. O Estado do bem-estar social nunca será um sistema de dívida, pois a verdadeira dívida não pode ser *imposta*. Conforme Mota (2002), a dívida não comunga das mesmas pretensões das teorias totalizantes da era moderna, sua missão, consiste “primordialmente, em forçar as ciências sociais a olhar para além do utilitarismo, buscando fundamentar uma teoria plural da realidade social que incentive a solidariedade entre os homens”. (2002, p. 113).

5.1 Novas formas de gestão do território

A partir do ano de 1999, começou a ser (re) construído o patrimônio do P. A Brejo de São Félix. As relações institucionais passaram a se constituir, inicialmente, com a formação das associações e a presença de algumas instituições. O INCRA, mesmo que de forma esporádica, a prefeitura de Parnarama, através principalmente do sistema de ensino, a CPT do município de Matões, através da Pastoral da Criança e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Matões. Dessas entidades permanecem atuando no assentamento o INCRA, mas ainda de forma esporádica, a Prefeitura de Parnarama expandiu um pouco mais suas de ações, através do funcionamento do Posto de Saúde – com o Programa Saúde da Família na comunidade Brejo de São Félix e outras iniciativas pontuais de iniciativa do Secretário de Saúde do município, filho do antigo proprietário.

Com o Programa ATES e o PRONAF, vem se estabelecendo uma relação com o Banco do Nordeste, via grupos de produção, como também, com as prefeituras de Matões e Parnarama para a compra da produção local, que se constituem como novas relações de sociabilidade. Através ainda do Programa de ATES se estabeleceu a relação com a COOSERT e a FETTAEMA.

Questionados sobre o que havia modificado nestes 11 anos, após a desapropriação, os moradores afirmaram ter havido melhorias, como o fato de não pagarem mais renda, o acesso ao crédito instalação e o crédito habitação. Citaram ainda o Programa ATES, o PRONAF e a própria conquista da terra.

O Senhor Zé Aderson, um dos filhos do Senhor Zé Beor, atual presidente da associação da comunidade de Canafístula, apontou como mudança: “Não viver obrigado, viver debaixo de ordem, dizendo onde roçar. Botava 20 linhas de roça, 1000 kg de arroz ia para o seu Nilson. Hoje tem transporte para todo lado, tudo ficou mais fácil”.

No que se refere à presença da equipe de ATES no *assentamento*, principalmente na comunidade de Brejo de São Félix, reproduzo uma fala do senhor Zé Cacheiro, ex- agente do senhor Nilson e responsável pela brincadeira de boi na comunidade:

Aqui era uma propriedade privada, tinha um proprietário, um dono, até antes da equipe chegar, aqui ainda tinha pessoas que tinham a norma de obedecer ao patrão..... Esta equipe trouxe conhecimento. E que até o ex dono para construir uma casa, teve de pedir. Por exemplo em vez de nós pedir para ele como era de costume, ele que veio nos pedir para fazer uma casa, e a comunidade concordou.. Então deixamos de ser aquele cativo, aquela pessoa privatizada. Vocês sabem muito bem quem era o dono, tudo que dependia aqui, nós tinha que consultar, chamava-se José Nilson da Silveira e o Vereador na época Zé Henrique. E hoje ele é que quem pede para vocês que são os assentados, a comunidade, como se diz..

O senhor Zé Cacheiro, falou isto numa reunião com a presença de quase 70 pessoas da comunidade e não houve quem discordasse dele. A fala pode remeter a várias interpretações, mas gostaria de consoante Leite (1997), já colocado na introdução deste trabalho, afirmar que os assentamentos quando assistidos, podem “também transformar em maior ou menor medidas as relações de poder local”. (1997, p.168). É evidente que isto requer um processo em longo prazo.

Creio que a presença da equipe de ATES, e principalmente pelo fato da equipe ter ido morar⁶² no assentamento, na comunidade Brejo de São Félix, já por quase dois anos e meio, vem modificando as relações no assentamento.

5.2 “Deixamos de ser aquele cativo, aquela pessoa privatizada”

O comentário acima, feito pelo senhor Zé Cacheiro, expressa o sentimento de liberdade que a desapropriação da área trouxe aos moradores. No entanto, as relações que foram se constituindo após a instalação do *assentamento* sugerem o

⁶² O escritório da equipe funciona numa casa alugada que serve também de moradia para os técnicos.

seguinte questionamento: os moradores não teriam se submetido a novas formas de “cativeiro”? Refiro-me a dependência que pude observar com relação aos programas de crédito e ao INCRA de modo geral.

O crédito instalação permite o suporte inicial aos assentados dos Projetos de Assentamento do INCRA. Visa à garantia da segurança alimentar das famílias assentadas, pela compra de alimentos e aquisição de insumos agrícolas; a construção e recuperação de moradias; a segurança hídrica aos projetos localizados no semi-árido brasileiro, com a construção de pequenos sistemas de captação, armazenamento e distribuição de água; e a aplicação em bens de produção (sementes, mudas, matrizes animais, etc) para a geração de renda. Seus valores e modalidades vêm sendo adequados ao longo dos anos de modo a propiciar condições dignas de ocupação, de produção e manutenção das famílias na parcela rural.

Desde 2005, são cinco as modalidades de crédito instalação e os valores correspondentes instituídos, conforme quadro abaixo:

QUADRO 07 - Modalidades de crédito instalação

Modalidade de apoio	Montante em R\$ por família
Apoio Inicial	2,4 mil
Aquisição de Materiais de Construção	5 mil
Fomento	2,4 mil
Adicional do Semi-Árido	1,5 mil
Recuperação de Materiais de Construção	Até R\$ 3 mil

FONTE: <http://www.incra.gov.br>

Esse crédito atua através de técnicos do INCRA. A aplicação dos recursos é realizada com a participação das Associações ou representantes dos assentados, orientadas pela Assessoria Técnica na escolha e no recebimento dos produtos. Estes são pagos diretamente ao fornecedor – mercados locais, lojas de material de construção e de implementos agrícolas. O programa também faz parcerias com instituições financeiras governamentais (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal) para a construção das moradias.

Esta modalidade de crédito começou a ser repassada no ano de 1999, para cada uma das 239 famílias das três comunidades: Brejo de São Félix, Canafístula e Baixão Grande.

Inicialmente o valor foi de R\$ 1.400,00 (hum mil e quatrocentos reais), sendo R\$ 1.000,00 (um mil reais) destinados ao investimento e R\$ 400,00 (quatrocentos reais) a alimentação.

Em 2003, outras 45 famílias receberam essa mesma modalidade de crédito, já com acréscimo. O novo valor foi de 2.400,00 (dois mil e quatrocentos), sendo 1.900.000 para investimento e 500,00 para alimentação. O recurso total destinado ao investimento foi utilizado para a construção de campos agrícolas na comunidade de Baixão Grande e Canafistula, que foram desativados. Foi utilizado, também, para concluir o sistema de eletrificação rural desta comunidade, construir três casas de farinha (Baixão Grande, Canafistula e Brejo de São Félix), e usinas de beneficiamento de arroz nas comunidades de Baixão Grande e Brejo de São Félix. Por último, foram construídos dois poços artesianos, um na comunidade de Baixão Grande e outro na comunidade de Brejo de São Félix.

Cabe um esclarecimento sobre a realização dos campos agrícolas e sua desativação. Embora não tenha acompanhado esse processo, e os assentados não gostem de falar sobre esse assunto, percebo que foram induzidos pelos técnicos que atuavam na época, de que seria uma solução para o aumento da produtividade e, conseqüentemente, maior inserção no mercado. No entanto, quando perceberam que o campo requer o trabalho de forma coletiva, que não corresponde a forma cotidiana de produção, acabaram abandonando a atividade.

Quadro 08 - Infra-estrutura existente no PA BREJO DE SÃO FELIX

ATIVIDADES	COMUNIDADE	QUANTI-DADE	SITUAÇÃO	DATA/ÓRGÃO FINANCIADOR
Poço	Brejo de S. Felix	01	funcionando	1998 INCRA
Estrada vicinal	Brejo de S. Felix, Canafistula, Baixão Grande	60 km	Péssimo estado de conservação	2000 / Comunidade Viva
Poço	Canafistula	01	funcionando	1998 INCRA
Energia monofásica	Brejo de São Félix e Canafistula		funcionando	2000 / Comunidade Viva
Poço	Baixão Grande	01	Não funciona	1999 /Caixa /INCRA/Prefeitura
Energia monofásica.	Baixão Grande		Atende apenas parte dos assentados	2004 INCRA

Fonte: Dados obtidos por ocasião do Diagnóstico do PDA do Projeto de Assentamento Brejo de São Félix, julho de 2006.

Em 2005, 259 famílias obtiveram o crédito habitação. Algumas receberam o valor de 2.500,00, porque estavam na demanda do ano anterior e não haviam sido contempladas, e outras o valor de 5.000,00, atualizados pela nova tabela. As residências foram construídas por uma construtora da região, em alvenaria, com telhas de barro. Geralmente, nas três comunidades, estão dispostas em fileiras paralelas, sob mangueiras de várias espécies e outras plantas ornamentais e frutíferas.

Verifiquei que existe nas comunidades de Canafístula e Brejo de São Félix, grupos de parentesco morando relativamente próximo um dos outros, deste da época em que eram apenas moradores.

Das 259 residências, 115 não possuem instalações sanitárias. A maioria não possui sistema hidráulico. Ainda falta construir 17 casas pelo crédito habitação do INCRA.

As casas no geral são bem conservadas, pintadas. Algumas famílias modificaram a planta original, aumentando-as, procedendo a uma espécie de extensão, normalmente localizada nos fundos, com paredes de taipa cobertas de palha ou telha, ou fazendo apenas o teto, sem levantar paredes laterais.

Além das casas residenciais, existem outras edificações no assentamento: na comunidade Brejo de São Félix, existe uma casa-de-farinha⁶³, que não está em funcionamento, a igreja católica de Menino Deus, a escola que atende ao ensino fundamental I e II, o posto de saúde⁶⁴ e uma usina de beneficiamento de arroz, que voltou a funcionar recentemente, a partir dos encaminhamentos do PDA.

Na comunidade Canafístula, não existe prédio escolar, as crianças de primeira à quarta série têm aulas num barracão de festa. Existe ainda uma casa de farinha, uma mini-usina de arroz, o salão de reunião da associação e uma igreja, construída por uma família da própria comunidade.

Em Baixão Grande, a escola que atende ao ensino fundamental I, funciona em duas salas de aula na sede da associação, que também, foi construída com o

⁶³ Uma casa de farinha contém os equipamentos para o beneficiamento de mandioca e arroz, chamada de agroindústria comunitária, adquirida pela comunidade mediante o recebimento de recursos do crédito instalação, foi toda construída em alvenaria.

⁶⁴ O posto de saúde foi construído pelo INCRA, porém, até a chegada da equipe de ATES ao assentamento, o posto de saúde não funcionava, passou a funcionar com a mediação da equipe junto à Prefeitura Municipal de Parnarama.

recurso do crédito implantação. Existem ainda duas igrejas (católica e evangélica), construídas pela comunidade.

Em geral a paisagem pouco mudou nas três comunidades, pois as casas do crédito habitação foram construídas, em sua maioria, próximas às antigas casas de palha e taipa. Muitas destas ainda permanecem de pé (Figura 03), sendo utilizadas para guardar materiais, e demais utensílios domésticos, como também, como cozinhas. Muitas famílias continuam dormindo nas antigas residências. Por isso, todos os anos trocam a palha e o reboco. Esse hábito sugere a inadequação das casas de alvenaria ao clima da região, quente, e expressa a implantação de políticas que desconsideram as particularidades locais e pautam-se em modelos de desenvolvimento que seguem uma única ordem, designada por Castro-Gomez (2005) como a *ordem possível*.

FIGURA 3: Casas de taipa e palha conservadas junto às de alvenaria.



Os moradores possuem uma explicação para a conservação da casa de “taipa e palha” ao lado da nova casa construída. A presença das duas casas é um marco importante da experiência familiar. São as lembranças do passado, dos primeiros momentos em que eram os “moradores” do Sr. Nilson da Silveira. Em torno daquelas casas desenvolveu-se o trabalho familiar, a indústria doméstica, a

sociabilidade erigida sobre as representações da terra enquanto geradora dos meios de sobrevivência, não só física, como também a realização de um projeto de vida. Foram imprimindo uma nova feição ao lugar, transformando-o em nosso lugar, nossa terra, nossa morada.

Conforme Silva (2004, p.120),

Estes registros imagéticos constituem-se em ferramentas importantes para o processo de identidade social e também para os projetos de vida das futuras gerações, na medida em que eles representam o elo entre os diferentes espaços-tempos. Presente, passado e futuro são entrelaçados na memória pelo fio condutor das distintas experiências vividas.

A conservação das “casas de taipa e palha” revela a forma de pertencimento a um lugar, de recriação da história familiar e social. A necessidade de deixar marcas e conforme Simone Weil (1979, p.56), “ [...] uma raiz pela sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade, que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro”.

Além das residências antigas, permanecem na paisagem árvores frutíferas, como mangueira, pitombeira, buritizeiro e todos ajudam a conservar o velho pé de tamarindo no centro da comunidade de Brejo de São Félix, como símbolo dos “tempos de antigamente” e se orgulham disso.

Os quintais em geral, são bem cuidados, com fruteiras e outras espécies nativas. Há abundância de buriti, piqui, bacuri e juçara. No período da safra as mulheres fazem doces para complementar a alimentação.

A equipe de ATES, através do zootecnista, está acompanhando os denominados agros quintais, com objetivo de “melhorá-los” e implantar a criação racional de abelhas nativas. Atualmente estão sendo monitorados três agros quintais com criação racional de abelhas sem ferrão: dois na comunidade de Baixão Grande e um em Brejo de São Félix.

O objetivo dessas ações é a divulgação das vantagens desta atividade do ponto de vista da segurança alimentar, por permitir às famílias o consumo de alimentos com alto poder nutritivo e terapêutico, além de aumentar a renda familiar com a venda de excedentes. Esta ação de incentivo à criação racional de abelhas tem promovido o interesse de outros produtores rurais nesta atividade, criando uma demanda por capacitações para o desenvolvimento da meliponicultura, nome dado à criação destas abelhas.

5.3 A sociabilidade na Produção

A área do P.A Brejo de São Félix, está inserida numa região que apresenta uma cobertura vegetal composta pela floresta subcaducifólia de dicótilo-palmácea (babaçual) e/ou floresta subcaducifólia/caducifólia com babaçu e ou floresta subcaducifólia/cerrado com babaçu, havendo também culturas como: milho, arroz, mandioca, abóbora, feijão, batata doce. Essa produção proporciona a cobertura de solo durante boa parte do ano, facilitando, em parte, a tradição da agricultura no sistema corte, queima e pousio. Porém, esse sistema de cultivo, segundo a engenheira agrônoma, já devastou 60 % da área.

Havia uma vegetação nativa constituída por plantas como: pau-terra, sucupira, pequi, jenipapo, murici, cajui, pau-d'arco, axixá, mangaba, babaçu, sapucaia, maçaranduba, jatobá, anjico e candeia. A introdução da prática de corte e queima, fez com que algumas comunidades perdessem as matas nativas.

Existem alguns *assentados* que vêm se preocupando com o desmatamento, chegando a proibir a retirada de madeiras pertencentes à sua comunidade. Essa posição. No entanto, não é apoiada pela maioria que continua extraindo espécies madeireiras como: pau-d'arco, axixá, cedro, maçaranduba, sapucaia, jatobá, angico e jacarandá, para utilizar na construção de suas casas, nas cercas para seus quintais e para venda de forma ilegal.

Porém, é preciso afirmar que a devastação da área, não é causada apenas pelos motivos já referidos, pois antes da desapropriação, o antigo proprietário já havia retirado muita madeira da área.

A coleta do coco babaçu constitui uma atividade extrativista executada durante todo o ano, exercida principalmente pelas mulheres (esposas, companheiras e filhas mais velhas). A produção média mensal, por família, é de 196 Kg de amêndoas, pois algumas mulheres chegam a quebrar 20 kg por dia, no período da safra (Outubro, Novembro e Dezembro).

Esta é uma atividade diária, consistindo na coleta do fruto no chão, retirada da casca e limpeza das amêndoas. Como instrumentos utilizam o machado e côfo⁶⁵. A

⁶⁵ Uma espécie de cesto feito de palha do babaçu, que as mulheres utilizam neste caso para guardar as amêndoas.

coleta do coco realiza-se de diferentes formas. Por vezes as mulheres formam grupos de três a cinco e vão coletar o coco na mata, fazendo a quebra no próprio local onde realizam a extração. Mas, também, ocorre à coleta individual, sendo esta modalidade menos freqüente.

Em geral o deslocamento ocorre em torno das 9 horas da manhã, após a realização das tarefas domésticas e o retorno só é feito ao final do dia, quando o coco já é trazido quebrado, nos cofos. Ou então, quando saem mais cedo, retornam no início da tarde, para fazerem o almoço e os outros afazeres.

A venda da amêndoa é realizada no próprio *assentamento*, a R\$ 0, 90 centavos o quilo (julho de 2007). Uma das conquistas dos trabalhadores *assentados* foi a liberdade de vender o coco para quem lhes aprover. Atualmente, o coco babaçu é vendido para alguns moradores que pagam em dinheiro ou em gêneros alimentícios (nas quitandas) e repassam o coco através os atravessadores para Caxias e outros municípios. Do babaçu, as famílias utilizam para alimentação, o leite e o azeite. O carvão, feito das cascas, é usado para o cozimento dos alimentos. Também revendem os subprodutos do coco babaçu, tais como o coco velho e as cascas para as siderúrgicas.

O coco constitui uma das principais fontes de renda familiar. O resultado desta produção permite a compra de roupas, remédios e outros gêneros alimentícios da cesta básica. Além do coco babaçu outros frutos nativos são coletados, como: buriti, sapucaia e pitomba, que existem em abundância em toda a extensão do *assentamento*.

A área do P.A não é cortada por nenhum rio, sendo os recursos hídricos oriundos das lagoas, de aproximadamente 03 km de extensão. Infelizmente verifiquei desmatamento nas margens de algumas lagoas. Os *assentados* utilizam água de cacimbões e poços artesianos para consumo humano e animal. A qualidade da água não é tão boa, devido a pouca profundidade destes. No período de agosto a dezembro, essas lagoas e cacimbões secam em sua maioria, dificultando o acesso das comunidades a esse recurso.

No que se refere à fauna, é bastante diversificada, ocorrendo populações de tatu, paca, macacos de várias espécies, jabuti, iúma, cascavel, tucanos e araras, etc.

Anteriormente, havia grandes populações faunísticas, mas devido aos impactos ocasionados pelo homem, parte desse ecossistema, tem diminuído. Pois, a caça também se constitui de uma das suas atividades de subsistência e fonte de proteína.

5.3.1 Sistema de Cultivo.

Os trabalhadores assentados praticam uma agricultura itinerante, através do sistema de corte, queima e pousio. Utilizam o sistema de consórcio de culturas alimentares como: arroz, milho e mandioca, plantados nos meses de dezembro e janeiro. A área de cultivo se divide entre os baixões e as partes altas. Há o cultivo de feijão, maxixe, quiabo, melancia, abóbora e pepino, que serve para o autoconsumo, e algumas famílias cultivam cebolinha e coentro plantados em canteiros.

Por não utilizarem a técnica dos aceiros adequadamente, muitas vezes o fogo se espalha de forma não planejada e incontrolável por todas as áreas circunvizinhas.

Os *assentados*, em sua maioria, se organizam e plantam em áreas próximas, mas o cultivo é feito de forma separada, por família. A escolha da área de roça está sujeita às normas construídas pelos próprios *assentados*. Explicam que as áreas de relevo baixo são destinadas para o plantio de arroz, enquanto aquelas de relevo mais alto e de estrutura arenosa são destinadas ao plantio da mandioca.

As regras para definição do local das roças, em geral, obedecem critérios tais como proximidade entre roça e moradia e esta é uma ação definida após um acordo. Porém, o Presidente da comunidade de Canafístula informou que está havendo escassez de terra para o plantio no *assentamento* como um todo. Isto está levando alguns trabalhadores desrespeitarem as regras de decisão conjunta e se apropriarem, individualmente, de quintas para seus plantação e pasto dos seus animais.

De acordo com este presidente, está sendo gestada a idéia de separação ou demarcação de limites entre uma comunidade e outra. As áreas de mata que se situam entre as comunidades estão sendo apropriadas de forma indisciplinada.

Informou, ainda, que o acesso à comunidade Canafístula está sendo apropriado individualmente por pessoas da comunidade de Brejo de São Félix, para roça e plantio de capim para o gado. Confirmando esta informação, o senhor Luis, da comunidade de Brejo de São Félix, participante do projeto de avicultura, 52 anos, 07 filhos, diz:

[...] não tem mais mato apropriado para fazer roça, na comunidade, por esta razão o pessoal está entrando na área de roça da comunidade de Canafístula (Conversa informal realizada no final da tarde do dia 19/07/2007).

Os *assentados* denominam de trabalho comunitário aquele que é exercido em grupo, nas várias etapas exigidas para a feitura das roças como: roçagem, coivara, capina, colheita, etc. Costumavam realizar a chamada “troca de dias de trabalho”⁶⁶, entre as famílias mais próximas.

Antonio Candido (1987, p. 68) em seu estudo sobre o caipira, aponta que a necessidade de ajuda imposta pela técnica agrícola e a sua retribuição automática determinavam a formação de uma rede ampla de relação:

[...] ligando uns aos outros, os habitantes do grupo de vizinhança e contribuindo para a sua unidade estrutural e funcional”. O *mutirão* era um dos momentos em que este caráter, “por assim dizer, inevitável” da solidariedade apresenta-se mais claramente.

Neste sentido, Dona Antonia, da comunidade de Brejo de São Félix afirma:

[...] antes era tudo roçado através do mutirão, no final do inverno. Ficava tudo limpo; hoje esta tudo diferente, o povo diz: Eu mesmo não vou roçar porta de ninguém. Não é roçar porta. É roçar o pátio. Esta desunião, antes o povo era mais unido”.

Neste sentido o Senhor Luiz afirma:

Antes havia mais troca de dias, hoje é menos, é cada um por si, antes era só marcar, se chegava na roça, tinha 20/30 homens. Um serviço que era para terminar em 05 dias terminava em 02 ou 03 dias. Hoje, que era para ser mais unido, não é”. É o tempo, o tempo vai e vem, hoje o tempo está para cada um cuidar do que é seu (Conversa informal realizada no final da tarde do dia 19/07/2007).

Existem, embora em número reduzido, aquelas famílias, que contratam mão-de-obra sazonalmente mediante o pagamento monetário.

⁶⁶ A expressão significa a combinação que os trabalhadores fazem de trabalharem conjuntamente, de forma alternada, na roça de um e de outro, conforme a necessidade.

De acordo com a equipe de ATES, estão sendo realizadas capacitações e informações sobre as técnicas de plantios, (fileiras entre plantas, espaçamento, consórcio e quebra ventos), visando o melhor aproveitamento das áreas e conseqüentemente uma maior produtividade das culturas.

No entanto, conforme a engenheira agrônoma da equipe ATES:

[...] ainda é evidente a resistência cultural por parte de algumas famílias quanto à implantação dessas técnicas, sinalizando a necessidade de continuidade de um trabalho sócio - educativo, uma vez que temos o entendimento que este processo é lento e gradativo.

Os assentados costumam fazer suas roças por família, conforme já foi dito. A administração das etapas da produção e a destinação dos seus resultados ficam subordinadas às necessidades de cada família, assim como a divisão das tarefas está sujeita aos ditames das regras familiares e aos papéis que assume dentro dela cada membro.

A equipe técnica do Programa ATES está buscando implantar um trabalho produtivo nas roças de forma individual, através de um sistema regenerativo, que consiste em criar, junto ao sistema natural, as condições de tempo e espaço físico para o desenvolvimento das espécies cultivadas no local, como as sementes crioulas ou de espécies nativas, já existentes no assentamento, cujo manejo, será feito de modo a não comprometer a biodiversidade.

O calendário agrícola do assentamento Brejo de São Félix, mostra maior intensidade de mão de obra nos meses de preparo da área e plantio, adotando o consórcio de arroz, milho e mandioca nos meses outubro, novembro e dezembro. Capinam em janeiro e fevereiro, e colhem em maio e junho. Portanto, os meses de menor intensidade de trabalho são março, abril, julho, agosto e setembro como apresenta a tabela abaixo.

QUADRO 07 - Calendário Sazonal

Culturas	Corte Queima			Plantio			Trato culturais			Colheita			
	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Dez
Arroz	x	X	x	X	X	X	x	x	x	x	x	x	
Milho				X	X	X					x	x	
Feijão				X	X	X				x	x		
Mandioca				X	X	X							x
Melancia e outras				X	X	X				x	x		

FONTE: Dados obtidos por ocasião do Diagnóstico do PDA do Projeto de Assentamento Brejo de São Félix, julho de 2006.

5.3.2 Sistema de criação

No P. A Brejo de São Félix, algumas famílias praticam a criação de gado, havendo também, a criação de suínos e aves (galinhas).

A bovinocultura mista (corte e leite) é explorada apenas por 15 famílias, com aproximadamente 300 cabeças de gado. Utilizam no manejo a aplicação de vacinas e medicamentos, fornecimento de sal mineral e pastagens.

A maioria dos animais foi adquirida com recurso próprio. Vale ressaltar que os animais ficam presos nos pastos em pequenas áreas, no interior do assentamento, uma vez que foi decidido, em consenso, não criá-los soltos.

O rebanho de suinocultura está distribuído nas três comunidades. Em torno de 5% dos *assentados*, exercem essa atividade de forma semi – extensiva. São, também, criados presos, em respeito à regra do *assentamento* de não permitir a criação de animais soltos. Esta atividade é realizada com objetivo de engorda e descarte (venda).

Há, ainda, a criação de galinha caipira nas comunidades. Esta ocorre no sistema extensivo, ficando as galinhas soltas na área, comendo restos de alimentos, insetos e o milho produzido pelos próprios criadores para este fim. Esta criação é feita visando principalmente o consumo interno das famílias, só comercializam quando há necessidades mais urgentes.

5.3.3 A Agricultura familiar e o PRONAF em Brejo de São Félix: rumo ao agronegócio?

Em 2005, 34 famílias das três comunidades do P. A acessaram o PRONAF A, linha de crédito específica para os assentamentos rurais, num valor total de 540.213,74, via Banco do Nordeste, agência de Caxias/MA. É importante registrar que a maioria das famílias, no início, ficou receosa de acessar esse crédito, uma vez que não acreditavam que a equipe efetivasse os projetos, tendo em vista, que outras

empresas, o próprio Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Matões, já haviam prometido a elaborar os projetos e não haviam conseguido aprová-los.

A equipe de ATES, em 2005, era recente no assentamento, não tendo ainda estabelecido uma relação de confiança. Os assentados no início não estavam interessados em trabalhar com este tipo de atividade, que envolve financiamento bancário e certa burocracia. Atualmente, percebo que há maior interesse em acessar esta linha de crédito.

De acordo com informações da equipe de ATES, há 49 (quarenta e nove) proponentes para novas propostas de PRONAF A, nas atividades de bovinocultura, suinocultura e avicultura. Os projetos financiados estão em final de implantação.

QUADRO 09 - Projetos implantados pelo PRONAF A 2006/2007

COMUNIDADES	ATIVIDADES	VALOR DO PROJETO	Nº DE FAMÍLIAS BENEFICIADAS
Brejo de S. Félix	Avicultura caipira + culturas alimentares + horticultura	140.481, 09	09
Canafístula	Avicultura caipira /caprinocultura	156.090, 10 78, 622, 75	10 05
Baixão Grande	Bovinocultura de corte + culturas alimentares +horticultura	165. 019, 80	10
Total		540.213, 74	34

FONTE: Dados obtidos por ocasião do Diagnóstico do PDA do Projeto de Assentamento Brejo de São Félix, julho de 2006.

As famílias das comunidades de Canafístula e Brejo de São Félix já estão comercializando os frangos na própria comunidade e na sede dos municípios de Matões e Parnarama. Em conversa com essas famílias, logo no início do projeto, percebi seu entusiasmo. Algumas já fizeram a aquisição do segundo lote de pintos, comprados com recursos da venda do primeiro lote. Duas famílias já compraram moto para transportar os frangos abatidos para a sede do município.

Na última vez que estive no assentamento, informaram-me que estavam em processo de mudança da atividade de criação de aves caipira para avicultura de corte (galeto). Justificaram que a demanda por este tipo de frango é maior do que o caipira, como também o tempo de criação para a venda é menor. Informaram, também, que havia um gasto com ração muito grande. Assim, preferiram investir na avicultura de corte que o retorno seria mais rápido. Havia segurança na informação

e a responsável técnica do projeto, a engenheira agrônoma do Programa de ATES, se pronunciou da seguinte forma:

Estamos acompanhando o processo de forma bastante atenta, porém imparcial, buscando preservar e estimular a auto-gestão, uma vez que a iniciativa partiu dos próprios produtores, alegando dificuldade em vender o frango caipira, pois o preço pago aos produtores é o mesmo do galeto, foram informados das dificuldades de manejo dessa outra atividade, mas eles resolveram arriscar.

A fala da engenheira agrônoma nesse caso, dá a entender de que há uma autonomia, liberdade para os assentados definirem a melhor forma de produção.

Em conversa recente com a equipe ATES, fui informada que, após terem efetuado a mudança do frango caipira para o frango de corte, a dificuldade de comercialização persistiu sob novo ângulo, desta feita o tempo para comercialização, uma vez que este produto necessita ser comercializado no máximo com até 50 (cinquenta) dias. Conforme a engenheira agrônoma da equipe:

Verifica-se que está havendo morosidade na saída do produto, trazendo desta forma prejuízo aos criadores, sendo que esta situação é reforçada pelo elevado preço da ração. Os compradores são poucos para absorver a quantidade da produção, não havendo também iniciativa por parte dos beneficiários para ampliar o mercado.

Ainda de acordo com a engenheira agrônoma, “[...] visando minimizar as perdas, resolvemos parar com a criação para continuarmos só após a produção de milho e mandioca, em julho, com o intuito de que os próprios criadores fabriquem suas rações, visando assim, amenizar os custos da atividade”.

De acordo com a equipe, já tinha sido previsto e discutido com o grupo a dificuldade que estes teriam na comercialização, uma vez que os custos da ração elevam o valor do produto a ser comercializado. Por outro lado, a nova atividade exige do criador uma postura mais dinâmica na busca de mercado. No entanto, a equipe tem o entendimento de que este processo não é fácil para o agricultor nesta fase de transição da agricultura tradicional para o agronegócio.

A Engenheira Agrônoma informou que discutiu com o grupo de produtores do projeto de avicultura das duas comunidades a utilização do recurso restante do projeto para a compra de equipamento (fornageira) e insumo para a fabricação de ração, que deve ser produzida localmente, reduzindo a dependência de insumos externos. Dessa forma, ficou acordado entre a equipe e os produtores, a utilização

do recurso, sendo beneficiados cada produtor com o valor de R\$ 1.492,00 (hum mil quatrocentos e noventa e dois reais).

Ainda segundo a Agrônoma, a compra das forrageiras já havia sido feita. Foi também realizado um dia de treinamento, denominado dia de campo, sobre manejo de instalações sanitárias e demonstração prática sobre fabricação de ração e utilização de matérias-primas produzidas localmente, a exemplo da parte aérea da mandioca e raiz, como também o milho. Foram destacadas as substâncias presentes em cada ingrediente, a importância de uma ração equilibrada para o bom crescimento das aves. E deu-se início do processo de fabricação de ração, onde juntamente com os produtores foram trituradas as raízes de mandioca e em seguida colocados para secar ao sol.

Quando estive no Assentamento entre os dias 19 e 23 de julho, encontrei os produtores animados com a continuidade dos projetos. Neste sentido, afirmou seu Luiz, da comunidade de Brejo de São Félix: “Aprendi a fazer a ração na oficina do dia de campo. O problema é o milho que não está tendo, pois o inverno foi pouco, mas estou dando um jeito”. Acrescentou também, que vai produzir ovos, como faz Mariazinha, agente de saúde, que já está vendendo ovos na própria comunidade de Brejo de São Félix.

Quem também se mostrou cheia de projetos foi Lúcia Pereira de Souza, 42 anos, 02 filhas, da comunidade de Canafístula. Além de estar criando suínos, tem uma horta em casa e agora também vai produzir ovos. Já vendeu frangos na cidade de Matões, para onde se deslocava a cada três dias e gastava quase R\$ 100,00 por mês. Mas, afirmou: “[...] o pessoal está vindo aqui procurar o frango, eu sei que vai melhorar”.

Assim, percebi que há iniciativas de algumas famílias envolvidas nos projetos de avicultura, no sentido de melhor aproveitamento dos resíduos como a cama, ou seja, o material utilizado para forrar o galpão (casca do arroz), vísceras e outros, que são reaproveitados e utilizados na implantação de pequenas hortas e na criação de suínos. Há, por outro lado à iniciativa de produção de ovos por algumas famílias.

Percebi que, embora de forma reduzida, e sem apoio do poder público municipal ou de outras entidades no processo de comercialização, os projetos acabam contribuindo com a geração de renda e trabalho para outras famílias, que não estão no projeto. Lúcia, de Canafístula, por exemplo, informou que chama os

vizinhos ou parentes para ajudá-la no abate dos frangos para a venda. E paga aos ajudantes uma diária⁶⁷ e assim, fazem os demais produtores, ou seja, os projetos se bem acompanhados podem ser viáveis na geração de trabalho e renda para as demais famílias que não estão no projeto.

As famílias de Baixão Grande e Canafístula, que acessaram o crédito para bovinocultura e caprinocultura respectivamente, estão em fase de construção de apriscos e currais, como também em processo de formação de pastagem. Está sendo construída, na comunidade Canafístula, através do projeto de caprinocultura, uma cisterna de placas para armazenagem de águas pluviais, para os animais, tendo em vista o local inadequado para escavação de açude e a distância de fontes de água no local.

No Projeto de bovinocultura de Baixão Grande está previsto um curral, 01 ha de plantio de mandioca em sistema de aléia (leguminosas que objetivam a recuperação do solo) para cada produtor; ½ ha para a campineira e um poço artesiano.

Conforme a Agrônoma da equipe ATES, no mês de julho foi feita a aquisição dos animais do projeto de bovinocultura, da comunidade de Baixão Grande, embora tenham ocorrido inúmeras dificuldades durante o processo de implantação deste projeto. Porém, de acordo com a Agrônoma:

Com a conclusão de atividades em atraso, como a construção de 05 currais e divisão de pastagem, foi viabilizada a compra de 06(seis) matrizes por projeto, sendo este momento acompanhado pela equipe, uma vez que entendemos a importância deste momento para o êxito dos 10 (dez) projetos. As famílias foram orientadas no processo de seleção de cada animal, onde podemos constatar que estas adquiriram as 06(seis) matrizes previstas no projeto, ficando pendente só a compra dos reprodutores, para o mês que vem.

No que se refere à execução dos projetos, a Agrônoma, considera um trabalho difícil. Costuma ouvir os trabalhadores comentarem entre si: “Não vai pela cabeça de técnico”. Então utiliza a seguinte estratégia:

Só libero a parcela do recurso, após a verificação da execução da atividade no local. Mesmo assim, alguns trabalhadores ainda têm justificativa para dizer porque não foi realizada a atividade. Eu não abro mão, porque senão eles utilizam o recurso e não fazem atividade, depois querem o dinheiro.

⁶⁷ Diária se refere ao pagamento por dia de serviço, neste assentamento a diária estava a R\$ 10,00.

Neste projeto vem ocorrendo da parte da equipe de ATES a insistência para que as famílias trabalhem de forma coletiva. Isso tem constituído novas formas de conflito no assentamento, que serão discutidas posteriormente.

Observei que tem ocorrido um aumento na produção em consequência do subsídio do PRONAF. No entanto, têm se colocado dificuldades para sua comercialização. A relação desses *assentados* com o mercado é ainda incipiente e começa a ocorrer de forma mais sistemática em função da produção subsidiada pelo PRONAF A, especificamente os produtores do projeto de avicultura caipira.

Não percebi no *assentamento* a predominância de relações que possam ser consideradas de trabalho assalariado. Muito menos uma integração completa ao mercado, conforme sugere Abromovay (1992), quando se refere à agricultura familiar como subordinada ao “movimento do capital”.

Como coloca Soares (1981) a “especificidade do campesinato” está numa independência relativa da unidade familiar de produção em relação ao mercado. Pelo controle que o mercado exerce sobre os meios de produção e sobre o processo de trabalho, os agricultores têm uma capacidade de se ligar mais ou menos ao mercado, dependendo das circunstâncias. Pois numa situação de retração do mercado, a produção para autoconsumo pode até ser mais prolongada.

Os *assentados* do P. A Brejo de São Félix estão em meio a um jogo difícil que não oferece igualdade de oportunidades para todos. A transformação de excedentes da produção em mercadoria tem se colocado como necessária para sua reprodução como agricultores. No entanto, como esse ainda é um movimento recente no *assentamento*, não foi possível avaliar como está se dando essa inserção.

Os prognósticos não parecem bons, considerando o que está posto no Relatório da FAO, elaborado por Guanzirolí (1994). A tabela 23 deste relatório aponta a precariedade da comercialização dos produtos dos *assentamentos* em relação aos preços médios obtidos pelos demais produtores rurais.

Em termos globais, de acordo com essa pesquisa, a perda é da ordem de 58,76%, sendo maior na região Nordeste, com 97,71% de perda. Ainda afirma a pesquisa, que nesta região, 55,23% da venda dos *assentados* são realizados via intermediários.

A principal razão da fragilidade da comercialização no P.A Brejo de São Félix, é a reduzida política pública para o setor, além das condições de infra-estrutura

local, do custo do deslocamento da produção, que é encarecido pelas péssimas condições das estradas que levam ao mercado consumidor, seja no município de Caxias, ou na sede dos municípios de Matões e Parnarama/MA.

5. 4 Gestão, organização e novas formas de sociabilidade.

As comunidades do P. A Brejo de São Félix, não tinham experiência com associação anteriormente. Os trabalhadores rurais, hoje *assentados* construíram, ao longo da história, seus códigos de conduta, através dos seus processos interativos permeados pela linguagem e outras práticas.

A permanência na terra toma como referência valores, crenças e costumes, frutos das vivências cotidianas do passado (antes da conquista da terra) os mutirões, a solidariedade nos momentos difíceis, na morte, a recriação das danças e de outras formas de manifestações culturais.

Agora, como *assentados* da reforma agrária, novas relações se fazem presentes. Em consequência das estratégias impostas pelas entidades que passam a atuar no assentamento, colocaram-se novas regras de convivência. A principal foi a imposição do modelo de organização política através de associação.

Neste contexto, a associação é torna-se fundamental para o *assentamento*, já que figura como um dispositivo no controle e acesso aos benefícios de infraestrutura produtiva e social e aos financiamentos agrícolas. Constitui-se como um mecanismo de controle e, também, como um importante espaço de socialização dos assentados (sejam filiados ou não).

Como já foi colocado antes, para ser *beneficiário* é preciso ser associado. A associação, através de sua diretoria, passa a implementar regras para o controle e fiscalização dos moradores, registrando quem participa ou não dos mutirões, quem participa ou não das reuniões. Fiscalizam a obediência ao regimento interno e outras normas colocadas pelos funcionários do INCRA e equipe de ATES.

A associação da comunidade de Baixão Grande foi criada em setembro de 1994 com ajuda da Comissão Pastoral da Terra – CPT. Borges, que na época era da CPT de Caxias, confirmou que a entidade contribuiu no processo, inclusive com a constituição da associação e na produção do campo agrícola. Nesta época só se

encontravam mulheres, idosos e crianças na comunidade. Os homens estavam, em sua maioria, trabalhando fora, na Usina hidrelétrica de Tucuruí. Conforme Luís dos Santos Borges⁶⁸:

Trabalhei muito, eu e o Pe. Jean, a comunidade estava indo bem, mas quando chegou os homens e os crentes acabou tudo. É assim, nós ajudamos na desapropriação, preparamos a comunidade, quando tem dinheiro os crentes chegam e acabam tudo (Entrevista realizada em 17/07/2007).

O discurso de Borges insinua a disputa que permanece na comunidade entre católicos e protestantes pela direção da associação, que será aprofundada adiante.

Após a desapropriação os homens voltaram e formaram uma associação só de homens. Divididos entre crentes e católicos, passaram a disputar a direção da associação.⁶⁹ Esta foi uma das razões da CPT se afastar da comunidade.

As outras associações, de Brejo de São Félix e de Canafístula, foram criadas, segundo informações dos *assentados*, por orientação e indicação do filho do proprietário, José Henrique Silveira. Inclusive, há informações de que dona Darcy, esposa do Sr. Nilson teria sido a primeira presidente da associação de Brejo de São Félix. Dessa forma, o processo de criação das associações, com exceção da de Baixão Grande, se deu através de um processo de imposição de “fora para dentro”.

Carvalho (1998) mostra que as induções de fora para dentro de formas de associativismo ou são desprezadas ou são reelaboradas pelos grupos sociais. O autor mostra que há dois processos na relação de tutela (via dispositivos legais) sobre os *assentados*: o primeiro em que as organizações são “consensuadas”, em que os envolvidos são sujeitos do processo; e o segundo, em que as organizações são “constrangidas” ficando os envolvidos em posição de subalternidade ou sem possibilidades de negar a indução para se associar.

No assentamento Brejo de São Félix, observa-se uma tensão entre os dois processos: alternam movimentos de submissão, quando por exemplo submetem-se a implantação do campo agrícola, com movimentos de recusa a regras pré-estabelecidas, ou estabelecidas de “fora para dentro”.

Como a associação de Baixão Grande foi a primeira a ser criada, e sua direção era mais atuante no sentido de reivindicar benfeitorias para o *assentamento*, há uma espécie de ressentimento das pessoas dessa comunidade, principalmente

⁶⁸ Borges me informou ainda que esta região é palco de grandes latifúndios: os Queiroz, os Coutinhos, os Silveiras;

⁶⁹ O atual presidente da associação de Baixão Grande pertence a uma igreja evangélica.

das que estavam à frente da sua direção na época da desapropriação, no que se refere aos benefícios adquiridos com a constituição do *assentamento*. Estes não foram dirigidos para a comunidade de Baixão Grande e sim de Brejo de São Félix.

De acordo com Nega, que foi presidente da associação de Baixão Grande, e uma das lideranças da área: “*tudo que foi solicitado veio só para a comunidade sede, Brejo de São Félix, o Baixão Grande ficou para trás*”. (Entrevista realizada em 15/06/2006). A informante entende que por ser mais ativa, a associação do Baixão Grande merecia ter sido mais favorecida.

As três associações do P.A Brejo de São Félix são os núcleos mais importantes na vida comunitária do *assentamento*, pois atuam, não somente como a ponte entre os *assentados* e o poder público. Aqui, cabe analisar os mecanismos que são utilizados para preservação do grupo, as interações sociais entre os moradores e a associação, e quais *sociações* se formam para a manutenção das comunidades, como diz Simmel (1983, p. 60):

A sociação só começa a existir quando a coexistência isolada dos indivíduos adota formas determinadas de cooperação e de colaboração, que caem sob o conceito geral de interação. A sociação é, assim, a forma, realizada de diversas maneiras, na qual os indivíduos constituem uma unidade dentro da qual se realizam seus interesses. E é na base desses interesses – tangíveis ou idéias, momentâneos ou duradouros, conscientes, impulsionados casualmente ou induzidos teologicamente - que os indivíduos constituem tais unidades..

De uma maneira geral, a autoridade exercida pela associação é legitimada pelos *assentados*, mesmo que apenas uma parte participe das decisões. Isso aparece de forma ambígua já que de um lado cabe às associações fazer o controle e por outro necessita da adesão dos mesmos para manter sua legitimidade e garantir seus custos financeiros. Esta ambigüidade de interesses deixa clara a principal preocupação das associações, a produção agrícola. Durante todo tempo em que convivi com as três associações as questões giravam em torno da viabilidade da agricultura.

Mesmo cientes das dificuldades financeiras acarretadas pela não associação de um morador, o risco maior que se coloca para o grupo é a saída de um morador para “fora” do *assentamento*. Dessa maneira, podemos nos remeter a Simmel (1983, p. 52), quando alerta para as condições de continuidade de um grupo:

A saída dos elementos antigos e a entrada dos novos operam-se tão progressivamente que o grupo dá impressão de um ser único, exatamente como um organismo no centro do escoamento incessante de seus átomos. Se essa substituição se efetuasse uma vez só, se a certa saída em massa sucedesse bruscamente uma entrada em massa, pouco fundamento teríamos para dizer que o grupo, apesar da mobilidade de seus membros, subsiste em sua unidade. No entanto, constituírem os recém-chegados, a cada momento, uma minoria ínfima com relação àqueles que já compunham a sociedade no momento anterior, é o fato que lhe permite continuar idêntica a si própria, mesmo que, em duas épocas mais afastadas, o conjunto do pessoal social fosse inteiramente renovado.

A saída individual não compromete, portanto a continuidade do grupo, mas há o temor de que venha a ocorrer uma saída em massa.

A existência de um assentamento com mais de uma associação, como é o caso do P.A Brejo de São Félix, faz com que os funcionários do INCRA elejam uma delas como representante do assentamento. E, geralmente, quem fica com esta representação é o presidente mais ativo, que consegue se deslocar com mais facilidade, vem mais vezes ao INCRA, acaba facilitando o trabalho para o funcionário e impondo a sua “representação” no assentamento como um todo.

Esta comunidade adquiriu através do crédito implantação / INCRA, financiamento para a construção de um campo agrícola que está desativado. Foi sugerido pela equipe técnica de ATES que fosse utilizado para os beneficiários do Projeto PRONAF de bovino, mas não houve um consenso sobre a forma de sua utilização.

Existe um poço artesiano na comunidade de Baixão Grande, que, também, não está sendo utilizado. A companhia de abastecimento de água do município de Matões havia delegado à associação a responsabilidade pela compra de todo o material hidráulico para levar água encanada às casas. Como a maioria dos moradores possui poços tipos cacimbões, não está havendo interesse no encaminhamento da questão.

No ano de 1996, esta comunidade entrou no programa de eletrificação rural, com recurso do Banco Mundial, via Prefeitura de Matões, gestão do prefeito Rubens Pereira. Segundo pude saber, foram ludibriados. Assinaram documentos liberando o pagamento sem a obra estar pronta e a empresa colocou apenas alguns postes, tendo desaparecido com o recurso da associação.

Tiveram que completar os custos da implantação da eletrificação com o recurso do crédito implantação/INCRA, que só foi suficiente para implantar energia monofásica. Ainda mais, muitas famílias não foram atendidas. Atualmente estão

reivindicando a complementação dos serviços e a mudança de fase monofásica para trifásica, através do Programa “Luz para Todos”, do governo Federal.

O que se percebe é uma disputa interna na associação de Baixão Grande, entre algumas pessoas que foram lideranças no processo de desapropriação e sua atual direção que, em sua maioria, permanece muito tempo trabalhando fora da comunidade. Essa situação tem sido questionada, principalmente, por duas lideranças, filhas do Sr. João Batista, o primeiro morador, que argumentam que os diretores não resolvem os problemas da comunidade. Essa parece ser uma posição minoritária, pois a atual direção da associação tem o apoio da maioria dos moradores, conforme o resultado da última eleição que confirmou a atual direção para mais uma gestão.

A partir dessa situação, as pessoas, principalmente as de Brejo de São Félix, tecem comentários depreciativos em relação à comunidade de Baixão Grande, como afirmou Neto, presidente da associação de Brejo de São Félix :

Hoje, até hoje mesmo, querem ser guerreiros, lutaram pela terra; a fala incentiva a guerra, são metidos a sabidos, são os primeiros a falar, e querem ter a liderança, mas continuam sem ter nada e hoje estão todos brigando entre si (Entrevista realizada em 18/07/2006.).

A associação Brejo de São Félix tem a diretoria composta só por homens, e vivencia um processo de disputa entre a atual e antiga diretoria. A equipe de ATES admite que esse clima tem causado dificuldades ao desenvolvimento de um trabalho conjunto com a atual associação desta comunidade. Conforme a Assistente Social:

Realizamos várias reuniões para reiterar a proposta do trabalho de ATES, a metodologia de trabalho deste programa, as atribuições de cada profissional e a importância da parceria da Associação com o desenvolvimento do trabalho da equipe. Constata-se que a diretoria desta Associação não socializa com a equipe as atividades a serem desenvolvidas, por considerá-la “opositora a esta diretoria”. Ressaltamos que enquanto equipe de ATES, temos que desenvolver as ações em parceria com as Associações, independente de quem esteja integrando a composição desta, entretanto, esta parceria apenas será efetivada na medida em que a Associação proporcionar à equipe abertura para que isto aconteça.

Esta associação coloca-se numa posição subalterna em relação aos funcionários do INCRA. Não questionam as regras impostas como, por exemplo, a exclusão dos assentados que se ausentam do *assentamento*, da Relação de Beneficiários /RB do INCRA. A diretoria acata a regulamentação e pressiona os assentados nessa condição a se desligarem.

Presenciei este conflito numa reunião na casa de farinha desativada da comunidade de Brejo de São Félix. Ao final da reunião, fui questionada sobre a possibilidade de uma beneficiária continuar no *assentamento*, pois era mãe solteira e precisava passar um tempo fora para tentar arranjar um trabalho. A beneficiária já estava antecipando uma situação de desligamento arbitrário que poderia vir a acontecer.

As reuniões sejam de lazer ou de cunho político, tornam-se uma das estratégias da associação para buscar o consenso ou a unidade do grupo. Pois como diz Comerford (1999, p.47):

[...] as reuniões (...) tem como objetivo mostrar que para além de sua dimensão instrumental de simples meios de tomar decisões ou discutir assuntos dos interesses dos membros das organizações, as reuniões podem ser vistas também como um elemento importante na construção desse universo social, na medida em que criam um espaço de sociabilidade que contribui para a consolidação de redes de relações que atravessam a estrutura formal das organizações, estabelecem alguns dos parâmetros e mecanismos para as disputas pelo poder no seio dessas organizações, possuem uma dimensão de construção ritualizada de símbolos coletivos e colocam em ação múltiplas concepções ou representações relativas à natureza das organizações de trabalhadores e ao papel de seus dirigentes e membros, bem como sobre a natureza da própria categoria que essas organizações se propõem a representar.

Portanto, além dos objetivos políticos, no caso do *assentamento*, as reuniões têm a importância de sociabilizar os moradores através dos encontros entre moradores e de suas interações antes, durante e depois das reuniões, através de conversas, brincadeiras e até mesmo discussões acaloradas.

Nas três associações percebi formas diversas de reuniões. Algumas enquadram-se no que Comerford (1999) denomina reunião: um tipo de encontro convocado por alguma organização formalmente definida – Sindicato, Associação, Movimento -, agrupando um conjunto de pessoas, em torno de um *objetivo* previamente definido, contando com uma *pauta* – tanto no sentido de questões a serem discutidas como de uma seqüência de etapas a serem seguidas, (ou comumente chamada de programação da reunião) – e uma coordenação, grupo responsável pelo andamento dos trabalhos. As *reuniões* se distinguem, por fim, consoante Comerford (1999, p. 49) como “[...] formas de interação e sociabilidade mais “informais” e cotidianas, como as *brincadeiras as conversas, as visitas a amigos, vizinhos e parentes etc*”.

Observei outro tipo de reuniões onde não havia pauta ou uma programação a ser seguida, a coordenação dos trabalhos era centralizada pelo presidente e não pelos demais membros da diretoria da associação. Não havia preocupação com a sistematização das discussões, ou seja, com os resultados esperados, tais como *decisões* tomadas pelo grupo, *tarefas* a serem distribuídas, ou resultados de *reflexões* a respeito dos temas discutidos.

Como, ainda, outras reuniões ocorriam, onde havia uma preocupação com estas questões e visavam, também, propiciar um momento de interação, através de jogos ou dinâmicas de grupo das mais variadas (como por exemplo, dramatizações, orações, cânticos, jogos, etc), concebidos como mecanismos para aumentar o entrosamento ou a animação, favorecendo a participação. Este último tipo de reunião ocorria com a intervenção da equipe de assessoria técnica, ATES ou de lideranças, geralmente ligadas à Igreja.

Conforme colocou a Assistente Social, a equipe de ATES percebe as reuniões “como um momento fundamental de participação, de democracia e de organização”. Assim, a equipe, através das reuniões, visa proporcionar espaços onde todos tenham oportunidade de falar abertamente o que pensam, tomar decisões coletivamente, pelo consenso ou pelo voto.

Neste sentido, citou o exemplo de uma situação recente em que a comunidade decidiu através do voto. Foi o caso de uma professora, que por morar distante da comunidade de Brejo de São Félix, solicitou ao presidente da associação a permissão para construir uma casa num local já cedido por alguém da própria comunidade. O presidente na ocasião manifestou-se contra o pleito e a professora buscou apoio da equipe de ATES. A equipe propôs uma reunião para ser debatido o assunto com todos os moradores. Não havendo consenso sobre o assunto, foi proposta uma votação. A comunidade, em sua maioria, votou a favor de a solicitação da professora fosse atendida.

Dessa forma, a associação é vista pela equipe, como um espaço onde os técnicos da ATES tornam públicos os problemas e dilemas da organização dos *assentados* e/ou as disputas internas de seus membros. Ainda, conforme a Assistente Social, é um espaço onde pode ocorrer o aprendizado dos *assentados* dos conhecimentos relativos a novas tecnologias produtivas, as redes de articulação de trabalhadores rurais e de instituições nacionais de financiamento. A associação é

percebida, dessa forma, como espaço para conscientização dos direitos dos *assentados*, que se dá através da discussão participativa e reflexiva.

No entanto, conforme pude observar em outros contextos, essa representação sobre a associação expressa uma figura retórica, um discurso idealizado, pois ao descrever as reuniões a mesma técnica reconhece-as como infrutíferas.

Mas, geralmente, as reuniões das associações expressam uma (encen)ação, onde dirigentes e associados representam seus papéis, de modo a fazer constar que ocorreu uma reunião. Participei de uma reunião convocada pelo presidente de uma associação, num local onde não havia cadeiras e foram feitas discussões por mais de três horas. Os associados permaneceram todo o tempo, reunindo-se grupos de pessoas nos cantos, outros encostados nas paredes, de cócoras, ou apoiados nas árvores. O presidente falava e a maioria não prestava atenção. Ao terminar a reunião, a maioria das pessoas desconhecia o conteúdo das discussões e seus encaminhamentos.

A organização espacial do local sede das reuniões, ou melhor, dizendo, a montagem do seu “cenário” é relativamente simples, porém significativa. O critério básico é o grau de distanciamento e separação entre a direção da organização ou convidados – que geralmente ocupam uma mesa - e os demais participantes, os *assentados*. Pelo que observei, a equipe de ATES privilegia o arranjo de cadeiras em círculos, favorecendo, um arranjo que possibilita, de acordo com Comerford (1999, p. 53):

[...] igual visibilidade/audibilidade a todos os participantes, pois de acordo com concepções igualitárias e participativas todos podem e devem falar, não apenas os coordenadores e pessoas de destaque. Neste sentido, o próprio arranjo espacial simboliza os ideais igualitários e democráticos da organização que promove a reunião.

Porém, presenciei reuniões que eram organizados em espaços claramente hierarquizados, e a direção, ou melhor dizendo, o presidente, se comportava também dessa forma, sentado atrás de uma mesa bem destacada, diante da qual se sucediam linhas de cadeiras, todas voltada para frente do salão.

As reuniões assumem um caráter quase “obrigatório” no contexto dos *assentamentos* rurais, o que não impede, porém, que haja reclamações freqüentes a respeito da ineficácia das mesmas, tanto por parte de quem organiza (no caso os

presidentes das associações e a equipe de ATES) como daqueles que apenas as freqüentam.

Escutei por várias vezes a equipe de ATES reclamar da ineficácia das reuniões, pois na maioria das vezes os objetivos propostos não eram alcançados, as discussões não se aprofundavam, nada era decidido e principalmente, as decisões tomadas não eram seguidas. Outra reclamação referia-se ao fato dos resultados de uma *reunião* serem esquecidos na *reunião* seguinte, quanto tudo teria que ser repetido. Por outro lado, havia a acusação de que as pessoas não se posicionavam na reunião e depois ficavam *falando por fora*. Os *assentados* concordaram com estas observações.

Presenciei várias falas de pessoas das três comunidades que reclamavam que as reuniões “são perda de tempo”, que são “só conversa”, que não ia mais para as reuniões porque era só “bate boca”, e “não se resolvia nada”. Paradoxalmente, ouvi, também, a reclamação de *da falta de reunião* por parte de uma *assentada*, que ao mesmo tempo reclamava da ineficácia das reuniões.

A associação da comunidade Canafístula, visando evitar a fuga dos seus associados das reuniões, colocou uma cláusula no seu regimento interno que estabelece que mais de três faltas consecutivas, sem justificativa, implica no desligamento da associação.

5.5 A rede de controle social

Os *assentados* estão sujeitos a uma rede de observação e controle. Há o controle da associação sobre os moradores, dos próprios moradores entre si e das instituições como o INCRA que exerce controle sobre todo o *assentamento*.

O controle ocorre em relação a distribuição espacial dos locais de produção, assim como sobre a permanência no *assentamento*. Há, ainda controle sobre a participação nas atividades associativas e de ajuda mútua. Mais recentemente outra agência controladora se impôs junto aos *assentados*, no caso aqueles que obtiveram financiamento para a produção. Trata-se do Banco do Nordeste.

As formas de controle são distintas dependendo da instância controladora. No que se refere à permanência no *assentamento*, o controle maior ocorre por parte do INCRA, que ameaça com a exclusão aqueles que se ausentarem do *assentamento* por mais de três meses. Os *assentados* percebem o afastamento do *assentamento* como um direito do *assentado* de buscar melhores condições de vida, que implica sempre em retorno. A associação, diante do afastamento de *assentados* assume posição ambígua, pois desloca-se entre a necessidade de reproduzir as determinações do INCRA e o compromisso em atender aos interesses dos *assentados*.

Com relação a distribuição espacial no assentamento, o controle maior é exercido pelos próprios assentados. Fiscaliza-se atentamente aquelas tentativas de avanço nas áreas que são consideradas de outro. Essa fiscalização também é assumida pela associação. O INCRA restringe-se a fiscalizar apenas as situações de casas consideradas em abandono, não interferindo nos limites dos locais de produção de cada assentado.

Problemas considerados de invasão do espaço alheio ocorrem principalmente em situações de afastamento de assentados do povoado. Como suas áreas de cultivo ficam ociosas, outros tentam ocupá-las. Outra motivação para o avanço em áreas de outros tem sido a escassez do espaço de produção, especialmente para as famílias maiores.

Outra forma de controle muito intensa ocorre em relação a participação dos assentados no que se são denominadas tarefas associativas. Essas ações, que incluem especialmente os mutirões e a ajuda mútua, antes ocorriam de forma mais “espontânea”, muitas vezes sob a motivação do proprietário da terra.

Atualmente são coordenadas pelas associações, que fiscaliza a participação dos assentados. Em algumas atividades realizadas em mutirão, como a limpeza dos espaços coletivos, é cobrada a participação com maior intensidade.

Há controle por parte das associações no que se refere à participação nas reuniões dessas entidades. Faltas regulares estão sujeitas ao pagamento de multas.

Os *assentados* possuem total controle dos espaços das comunidades, que embora não estejam demarcados formalmente, estão devidamente mapeados socialmente. Todos sabem a quem pertence e onde se localiza cada área de cultivo, assim como as residências.

Os critérios de localização espacial são geralmente referidos com base em relações de parentesco. Por exemplo, diante da pergunta onde mora alguém, responde-se sempre associando essa pessoa à sua rede de parentesco: “fica logo ali, ao lado da casa da “Dona Fulana”, acrescentando de quem é filha, irmã, cunhada, etc.

Dessa forma, o conhecimento da vida uns dos outros é socializado, de maneira quase obrigatória, sendo muitas vezes uma forma de proteção. Portanto, constroem um mapa de referências familiares e geográficas que são naturalizadas e transmitidas a todos.

Assim, na maioria das vezes, os *assentados* se referem aos outros, situando sua moradia, suas relações de parentesco e o tempo em que vive no local:

[...] a casa de Dona Benedita Fernandes, fica ali ao lado da casa de Mariazinha, ela é uma das moradoras mais antigas aqui do assentamento. Se a senhora tiver alguma dificuldade ela sabe de tudo é só perguntar, aqui todo mundo conhece ela.

Percebe-se, desta forma uma hierarquização associada a um critério de antiguidade no local. Existe um respeito aos moradores antigos por estarem no assentamento desde a época em que eram apenas moradores do Sr. Nilson da Silveira. Portanto, a relação de respeito entre os moradores é desta forma associada não só a sua situação de agricultor familiar, mas também a sua reputação, antiguidade no local, afetando desta forma toda a dinâmica do “mapeamento social” (Comerford, 2003).

A associação da comunidade Canafístula é considerada pelas outras comunidades e, inclusive pela equipe de ATES, como a que consegue encaminhar as questões e se preocupa com os problemas internos da comunidade. O fato é que, por exemplo, das três associações, é a única que o presidente, mesmo sem ainda participar do PRONAF, senta para discutir o crédito com os agricultores. Zela pelas instalações físicas do assentamento, presta conta dos recursos utilizados. No entanto, percebo que procura seguir, também, as determinações do INCRA, no que se refere, principalmente, ao controle de quem sai e quem fica no *assentamento*, quem frequenta às reuniões e paga as contribuições.

Esta questão do controle de quem permanece no *assentamento* é colocada porque existe um número muito grande de pessoas das três comunidades que continuam a sair para trabalhar fora do *assentamento*. Continuam, porque isso

ocorria antes da desapropriação e continuam a exercer essa prática. Atualmente mais do que antes, como informaram o presidente da associação de Brejo de São Félix, Duda de Canafístula e Raimundinho de Baixão Grande⁷⁰.

O destino prioritário é Brasília, mas vão também para São Paulo, Rio de Janeiro e para o próprio estado Maranhão, trabalhar.

Em Brasília, vivem principalmente no seu entorno como Pedregal, Val Paraíso e Santo Antônio do Descoberto. Existe, inclusive, uma espécie de agência de viagens na comunidade Brejo de São Félix, numa casa originada do crédito habitação, com uma placa, que diz o seguinte: “Nanda Marley Tur. Vendas de passagens para Brasília. Saídas todas as segundas, terças e sextas. (99) 3577 – 8027, (orelhão). Falar com o Galego”.

Essas pessoas passam algum tempo fora do assentamento, principalmente no período da entressafra, mas em sua grande maioria retornam. Não perdem o vínculo com o assentamento, pois enviam recursos, mantêm contatos com os familiares e, quando conseguem melhorar de vida, ou seja, reunir uma poupança para investir em um negócio próprio retornam, como afirmou José Pereira de Souza, 36 anos (Duda)⁷¹:

[...] a vontade era muito de vir para cá, a vontade era grande. O que mais marca era a carga horária de trabalho, porque a construção civil é quase uma escravidão, não tem horário, não pode chegar atrasado, tudo aquilo ali, para que tem responsabilidade, marca a gente, mas dar graça a Deus aquele que está trabalhando. O objetivo da gente era manter a família em condição. O objetivo é trabalhar mais e voltar para trabalhar por sua conta. Nas férias eu vinha, primeira filha eu tive aqui, conversar com os irmãos; A gente é uma família integrada, eu sempre prometia que vinha. Meu objetivo era voltar. (Entrevista realizada em Março de 2007).

Quando questionei, sobre o que tinha melhorado nestes anos que passou fora, afirmou:

Quando eu cheguei achei as coisas bem melhor; primeiro a liberdade da gente de saber que a terra não era de um dono só; Antes não tinha saída, hoje posso falar pelo o que tem os meus irmãos, que possuem eletrodoméstico: televisão, geladeira, mostrando o nível das pessoas. Antonio tinha uma vida muito difícil, problema saúde, não tinha um ganho; depois saiu a oportunidade família entrar no projeto, depois que o INCRA

⁷⁰ Entrevistei estes três assentados porque já trabalharam fora e são referência para aqueles que desejam passar um tempo fora.

⁷¹ Duda faz parte de uma família de 09 irmãos. Perdeu o pai ainda pequeno e foi criado pela irmã Lúcia que faz parte do Projeto de Avicultura de Canafístula, além de Lúcia tem mais 02 irmãos que estão no projeto. Duda esteve fora por 12 anos, primeiro em São Paulo e depois Brasília, onde afirmou que melhorou de vida, tirou carteira de motorista e as “coisas começaram a melhorar”.

chegou, até a saúde chegou junto. Ele tinha um sonho de comprar a moto. Hoje tem a moto, tem a reserva dele, está depositado, está tranquilo. Acho que vai melhorar muito. (Continuação da entrevista realizada em Março de 2007).

Os aspectos mais enfatizados para afirmar as mudanças ocorridas pós-desapropriação são a sensação de liberdade na terra e as novas possibilidades de obtenção de renda através dos projetos em implantação.

5.6 Solidariedade e ajuda mútua

Há, nas três associações, uma espécie de tradição que permanece, o hábito de fazer o que eles denominam de “limpeza dos pátios”. Trata-se de uma limpeza em mutirão das áreas comuns da comunidade, ruas, e os caminhos de acesso. Geralmente, a limpeza é feita após o fim das chuvas, quando o mato está grande. Limpam também em mutirão o cemitério, às vésperas de finado.

O *mutirão*⁷² também se coloca em resposta a uma situação-problema; este é um dos momentos mais marcantes da solidariedade entre os trabalhadores rurais. A comunidade se reúne com o objetivo de ajudar determinado membro, em situação de doença, por exemplo, dedicando-lhe um dia de trabalho para limpar sua roça, proceder à colheita, fazer cerca, etc. O indivíduo ajudado contrai uma dívida social, encontrando-se na obrigação de retribuir a ajuda quando solicitada. O pagamento (retribuição) da ajuda também pode ser feito em comida, num momento em que a comunidade se confraterniza e celebra a solidariedade dada e recebida.

Referindo-se aos dias de mutirão de limpeza do pátio, Paulo da comunidade de Brejo de São Félix, afirma:

É um dia de divertimento – é muito bom, todo mundo se ajunta, depressa termina. É uma tradição que continua e que hoje vai para o livro de ata, todo mundo ajuda, o assentado e o cadastrado, é tipo um imposto[...].(Entrevista realizada em 18/11/2006).

⁷² Trabalho realizado em equipe, em determinadas etapas da produção.

O convite para o *mutirão*, e mesmo para a *troca-de-dia*, deve ser feito pelo dono da roça ou pelas lideranças da associação e ser aceito por quem é convidado. A recusa ao convite pode significar a exclusão do circuito de reciprocidade e o indivíduo correria o risco de ficar em situação de hostilidade e isolamento perante a comunidade, à medida que deixava de cumprir umas das regras de reciprocidade: aceitar o convite e ao mesmo tempo dar uma dádiva. Como afirma Mauss (1974, p.110), abster-se de receber (o convite), assim como de dar, é perder dignidade. O indivíduo rompe com laços que unem historicamente as famílias e permitem a reprodução da comunidade. A negação, a recusa ao convite, é vista comunitariamente como arrogância e auto-suficiência, conseqüentemente, ele perde prestígio e dignidade.

Pude observar que são muito solidários entre si, principalmente nos momentos de doença ou de “crise”, período de seca, quando passam maiores necessidades, articulam entre si formas de ajuda.

Em duas reuniões da comunidade de Brejo de São Félix, ouvi Paulo solicitar mantimentos para ajudar uma pessoa que estava doente. O exercício da solidariedade, segundo me informou, vem desde os tempos do Sr. Nilson da Silveira. E agora segundo ele, todos os presidentes da associação fazem o mesmo. Segundo Paulo, o antigo dono, embora obrigasse a pagar renda, era uma pessoa boa, que os acolhia nos momentos de crise, principalmente a sua esposa que trazia coisas, roupas, para as famílias que tinham mais filhos. Chamavam-na de tia ou mãe Darcy: “[...] pra mim ela era melhor do que ele”, “[...] pra mim eles não foram ruim patrão, deram muito a mão para minha mãe, é certo que tinha que trabalhar”. (Continuação da entrevista realizada em 18/11/2006).

. Informou ainda que o Senhor Nilson sempre ajudava na doença, conduzindo os enfermos para Teresina, Caxias: “[...] quando alguém ficava doente, senhor Nilson fazia mutirão das cestas, para dar para as famílias” sobre a doença ele enxergava a gente”.

5.7 A sociabilidade no lazer

Nas três comunidades o lazer se dá através de diferentes empreendimentos, muitos deles tradicionais, que são mantidos como forma de atualizar a memória dos moradores em relação a situações que vivenciaram. O principal desses empreendimentos é a “festa do lavrador”.

Destacam-se, também, como manifestações da tradição local, em todo o *assentamento*, o reisado, a festa do Divino Espírito Santo, o bumba boi, o cordão de São Gonçalo e de São Benedito e a “macumba”⁷³, hoje praticada apenas na comunidade Canafístula.

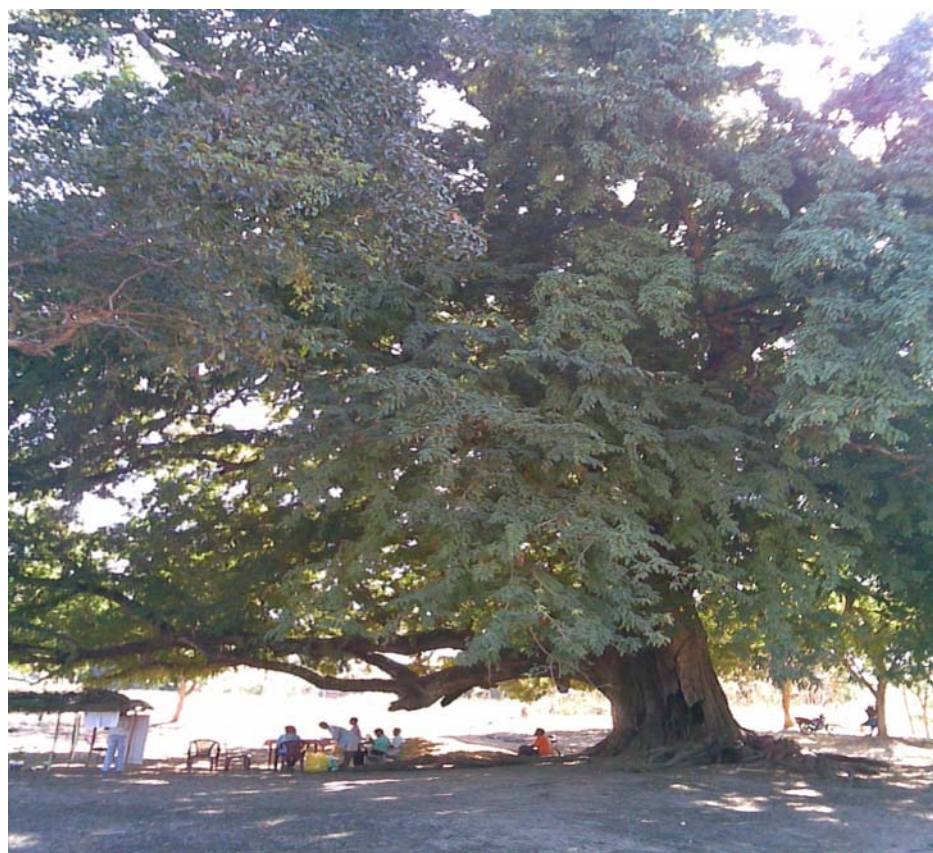
5.7.1 Sob o pé de tamarindo: a “festa do lavrador”

Uma das atividades de lazer mais importantes é a “festa dos lavrador”. Dona Ortelina, uma das suas organizadoras, informou que a festa dos lavradores é feita sempre no mês de julho, na lua cheia. É resultado de uma promessa feita por ela e mais duas quebradeiras de coco a São Benedito. Foi iniciada nos anos de 1980, num período que as mulheres denominam de “crise”, quando viveram dificuldades financeiras, decorrentes da escassez de chuvas.

De acordo com Dona Ortelina, o inverno havia sido fraco e estavam perdendo toda a produção da roça. Quando estava quebrando coco com mais duas mulheres, decidiram fazer a promessa para São Benedito ajudá-las, fazendo chover para que os legumes não fossem perdidos. Em troca, prometeram rezar o terço, fazer procissão e oferecer um café para todos, embaixo do tamarineiro (Figura 04), árvore centenária que existe numa das áreas principais da comunidade de Brejo de São Félix.

⁷³ Termo utilizado pelos assentados, mas é um termo pejorativo. Na verdade é um ritual da cultura afro-brasileira em que há o sincretismo do candomblé e dos cultos espíritas.

FIGURA 04 - PÉ DE TAMARINDO



Conforme Paulo, uma das lideranças na área da cultura em Brejo de São Félix, “[...] as mulheres se reunia no pé de tamarindo, fazendo prece, só as quebradeiras de coco. Depois os filhos, que iam ficando no lugar dos pais que não estavam mais presentes, começaram a participar para dar continuidade à festa” (Entrevista realizada em novembro de 2006).

A partir de então a festa manteve regularidade anual. As mulheres se reúnem, inicialmente rezam o terço com uma pedra na cabeça, depois cantam, dançam e oferecem o café.

A festa já virou uma tradição no calendário da comunidade e da região, pois mobiliza as comunidades vizinhas e os municípios mais próximos como Matões, Parnarama, Timon e Caxias. Este ano foram comemorados os 28 anos de tradição da festa dos lavradores.

Quando conversamos sobre a festa, as mulheres fizeram questão que eu anotasse o nome das primeiras organizadoras e das atuais. As primeiras foram Ortelina Francisca Cavalcanti, Elvira Gomes dos Santos (*in memoriam*) e Maria

Pereira da Silva. Hoje, além destas duas, cuidam também da organização: Mundoca, Inocência Alves de Oliveira, Maria de Lourdes, Maria Ferreira que reside em Caxias, mas vem todo o ano, Rosalino, Antonio Lino, Antonio Caxinqueira, Eva Pereira dos Santos, Dona Santinha que também reside em Caxias.

As mulheres, em sua maioria possuem laços de parentesco entre si, ou são comadres, como dona Ortelina, Carmelita e Mundoca.

João Cabaço é o encarregado de fazer o altar de São Benedito, junto ao Pé de Tamarindo. De um lado é construída uma cozinha improvisada (atualmente além do café é oferecido um almoço). Todos ajudam a comprar um boi para ser morto neste dia. Do outro lado, fica a caixa de som e, fechando a roda, as barracas para venda de bebidas, roupas e outros materiais que vêm de fora do *assentamento*.

Domingos Fernandes, Zé Rosa e Manoel Pedão⁷⁴ são os responsáveis pelo tambor de crioula.

A comunidade de Brejo de São Félix se mobiliza durante a semana toda: Um dia antes da festa já começam a chegar pessoas de outras comunidades para ajudar na cozinha, preparar os bolos do café da manhã, cortar e temperar as carnes, como, ainda, arrumar, enfeitar o local da festa: embaixo do pé de tamarindo. Este ano utilizou-se folha de buriti e folha de pati (palmácea nativa da região) circulando o espaço da festa.

Anuncia-se o início da festa com uma trovada de foguetes em torno das quatro ou cinco horas da manhã. Durante o dia, é intenso o movimento das pessoas levando cadeiras, deixando arroz, feijão, verduras, ajudando no que for preciso.]

Este ano a festa aconteceu no dia 21 de julho. Participei das atividades desde o dia anterior, cortando bolos junto com a criançada, durante a noite, enquanto as mulheres temperavam as carnes. Na manhã do dia seguinte, muito cedo, fui tomar o café e lá fiquei ajudando a cortar as verduras para salada, enquanto começavam as apresentações de capoeira e outras.

Os camelôs se instalam, e as pessoas das outras comunidades também começam a chegar. Continua-se a servir o café com bolo, e outras variedades. Durante todo dia tem comida que é preparada nas enormes panelas de ferro.

Mas, o ponto alto da festa é no final da tarde, quando sai a procissão pelas ruas da comunidade de Brejo de São Félix. No retorno é rezado o terço e são

⁷⁴ O senhor Manoel Pedão não participou da festa do lavrador este ano. Faleceu no mês de março.

cantadas as ladainhas de São Gonçalo e São Benedito. São feitas duas filas onde os devotos batem com uma colher, ou outro instrumento de metal numa garrafa e se aproximam do altar, onde fazem as orações. Durante toda a noite dança-se tambor, quadrilha, e baião⁷⁵. Este ano foi apresentado também a dança do lili⁷⁶, da qual participei.

Além dos políticos locais, este ano apareceram vereadores de outras comunidades, ofertando camisetas de divulgação da festa associadas ao seu nome, para as cozinheiras e mais um conjunto musical, pois já havia um carro de som oferecido pelo Secretário de Saúde do Município de Parnarama. Então, em diversos momentos os dois carros de som tocavam ao mesmo tempo, com isso Paulo e Dona Ortelina tiveram que intervir para solicitar a paralisação do carro de som, que insistia em anunciar o patrocinador da festa, o político fulano de tal....

Assim, percebi, avaliando as duas versões da festa que presenciei, que este ano, com mais intensidade do que no ano passado, houve uma apropriação por parte dos políticos, que acabaram por se transformar nas grandes estrelas da festa. Com isso, ficou em segundo plano um dos pontos altos, que é a oferta e agradecimento da produção colhida, a fartura de um ano produtivo.

No final da procissão, quando foi feito o cordão de São Gonçalo, parte dos participantes deslocou-se para assistir ao telão que os políticos colocaram veiculando imagens do bumba-meu-boi.

Os organizadores acabam favorecendo esta situação quando “pedem” aos políticos o carro de som, o arroz, a carne, embora, muitas pessoas continuaram ofertando a produção, espontaneamente. Mas a festa vem se transformando, substituindo os produtos locais, a comida que era possível ser ofertada, os instrumentos próprios da comunidade.

⁷⁵ Tambor refere-se ao Tambor de Crioula, ritual de origem afro-brasileira, realizado, geralmente, como pagamento de promessa. Os homens tocam tambor e as mulheres, com saias longas e rodadas, dançam em círculos. Quadrilha é uma dança folclórica típica do período junino, dançada aos pares ao som do forró. Baião é um ritmo nordestino, que se celebrou através de Luiz Gonzaga, sanfoneiro. Dança-se também com um par. o Baião é dançado por todos, principalmente os mais idosos, nas três comunidades.

⁷⁶ Dança folclórica tradicional da região de Caxias-Ma. Dança-se em círculo, onde são distribuídos os pares que vão sendo alternados ao longo da dança.

5.7.2 As demais festas

A festa do bumba-meu boi também é parte do contexto de lazer do *assentamento*. Realiza-se, como nas demais partes do Maranhão, no mês de junho e está associado a pagamento de promessas a São João, São Pedro e São Marçal. Atualmente, no *assentamento*, o bumba-meu-boi, é organizado pelo Sr. Zé Caixeiro

A dança do Lili continua na memória dos mais idosos, mas só é dançada algumas vezes, na época da semana santa. É formada por pares, em volta de um círculo, trocando de par e fazendo sapateado. Os brincantes cantam músicas em versos ritmados e não usam instrumentos. Em 2007, foi dançada na festa do lavrador.

FIGURA 05 - IGREJA DE MENINO DEUS



Há ainda a festa do Menino Deus que se realiza na Igreja do mesmo nome (Figura 05).

Esta festa ocorre no período natalino. Ainda segundo Paulo:

[...] a Igrejinha de Menino Deus foram os pais de Sr. Nilson que levantaram, vem do tronco veio, a antiga igreja caiu e genro dele levantou. Se festeja o Menino Deus também dia 26 de julho, data do casamento de Sr. Nilson, depois, ou antes, faz a missa; e no dia 23 de dezembro, continuam mantendo como ela queria; já esta na agenda, todo ano tem missa deste o tempo dele, duas vezes. (Entrevista realizada em 18/11/2006).

Observa-se nessa festa o poder do proprietário da terra em definir, inclusive o calendário das festividades, impondo seus interesses particulares e familiares como critérios definidores.

O *assentado* Paulo, referindo-se as festividades do povoado, dá um tom saudosista à sua fala, considerando que as festas teriam perdido parte do seu glamour:

[...] era bem organizado, tinha a morte do boi, caboclo enfeitado de fita, reisado, a morte do boi, tinha tudo, era bem organizado, direitinho, tinha o vaqueiro Catirina, Mariquinha, Vaqueiro. O Xibão cantava assim, "oh laço o boi vaqueiro, oh laço boi vaqueiro". No mês de maio que matava o boi, era muito bonito; tinha um salão, acompanhei duas matanças; organizei o reisado, meia noite saía cantando assim "oh de casa oh de fora, menino vai ver quem é, é o tirador de rês, dois homens e duas mulheres". (Continuação da entrevista realizada em 18/11/2006).

Mas pude observar que as festas permanecem muito presentes na vida dos moradores, sujeitas ao processo de mudança que caracteriza todas as relações sociais.

5.7.3 Outras formas de lazer

Atualmente, nas três comunidades, joga-se o futebol em campos improvisados, todos os fins de tarde. Fazem, também, campeonatos de futebol entre si e com outras comunidades mais próximas.

As crianças e adolescentes da escola de Brejo de São Félix estão participando de um grupo de capoeira que os tem mobilizado. Realizam ainda festas dançantes, bingos, etc.

Os jovens gostam de festa, forró e *reggae*. Existem clubes dançantes nas comunidades de Baixão Grande e Canafístula.

Na comunidade de Canafístula todo o ano é organizada a festa de Nossa Senhora Aparecida, no dia 12 de outubro. Acontece em um barracão coberto de palha, construído com este objetivo. Há também, nesta comunidade, a festa anual do sábado de aleluia, quando comemoram o fim da quaresma.

Os *assentados* em sua maioria são católicos. Mas, existem também evangélicos da Assembléia de Deus e da Congregação Cristã no Brasil (Igreja do Veu), nas comunidades de Baixão Grande e Brejo de São Félix.

Existem três igrejas católicas: Rainha da Paz, em Baixão Grande, Nossa Senhora Aparecida em Canafístula, e Menino Deus, em Brejo de São Félix. As missas só são realizadas quando há uma programação específica, casamentos, batizados e festas do final do ano, e precisam ser agendadas com antecedência com o padre da paróquia de Matões. Existe a prática de “rezar o terço” em algumas casas.

As alternativas para o preenchimento do tempo que ainda resta livre aos moradores do *assentamento* são: ouvir rádio, assistir televisão, bater papo com os vizinhos e jogar dama e baralho. Esses jogos já são um hábito, e acontecem principalmente no período da tarde, à sombra das árvores.

5.8 Conflitos internos e heterogeneidade dos assentados.

Nem só de festas vivem os *assentados* do P. A Brejo de São Félix. Diferentes níveis de conflitos ocorrem. Em primeiro lugar, são decorrentes das relações intercomunitárias. Em segundo, decorrem da relação entre os assentados e as agências de mediação: INCRA, Banco, técnicos do programa ATES. Há ainda um terceiro tipo de conflito que se dá entre os moradores de uma mesma comunidade.

Os Conflitos entre as comunidades decorrem fundamentalmente das representações construídas no *assentamento* de uma comunidade com relação às demais. Essas representações hierarquizam as comunidades nos moldes do que Elias e Scotson (2000) denominam “*estabelecidos e outsiders*”.

Um *establishment* é um grupo que se autopercebe e que é reconhecido como uma “boa sociedade”, mais poderosa e melhor, uma identidade social construída a partir de uma combinação singular de tradição, autoridade e influência: Os *established* fundam o seu poder no fato de serem um modelo moral para os outros. (...) o termo que completa a relação é *outsiders*, os não membros da “boa sociedade”, os que estão fora dela. (2000, p.7)

A principal hierarquização que se estabelece entre, especialmente as comunidades de Brejo de São Félix e Baixão Grande, fundamenta-se na composição da primeira, constituída por antigos residentes, já estabelecidos há bastante tempo e a segunda por moradores recém-chegados.

Os moradores da comunidade de Brejo de São Félix já se conheciam há algum tempo, estabeleceram para si um estilo de vida comum e um conjunto de regras e normas, dadas inclusive pela relação com o patrão e se orgulhavam disso. Por conseguinte, os recém-chegados na comunidade de Baixão Grande, passaram a ser percebidos como uma ameaça ao estilo de vida já estabelecido, embora todos vivessem formalmente a mesma relação de “moradores” do proprietário.

De acordo com Elias e Scotson (2000, p. 25), para o grupo da parte antiga,

[...] o sentimento do status de cada um e da inclusão na coletividade estava ligado à vida e às tradições comunitárias. Para preservar o que julgavam ter alto valor, eles cerravam fileiras contra os recém-chegados, com isso protegendo sua identidade grupal e afirmando sua superioridade. Ela mostra com muita clareza a complementaridade do valor humano superior – o carisma do grupo – atribuído a si mesmo pelo grupo já estabelecido, e as características “ruins” – a desonra grupal – que atribuía aos outsiders.

Costumeiramente, os membros dos grupos *outsiders* são tidos como não observantes dessas normas e restrições. Foi a comunidade de Baixão Grande que quebrou as normas de pagar renda ao dono da terra e vender o coco babaçu no armazém do proprietário. Em razão disso, ainda hoje é vista, principalmente pela comunidade de Brejo de São Félix, que estou denominando de *estabelecidos*, como indignos de confiança, desordeiros, e indisciplinados.

Os conflitos não se restringem à dinâmica interna das comunidades. Ocorrem com as agências de mediação, principalmente com os técnicos do INCRA, com o Banco (na questão dos financiamentos), e com a assessoria técnica/ATES. Com a ATES o conflito fundamental reside na recusa dos moradores em seguir a orientação

de realizar a produção de forma coletiva. As associações têm uma função importante, também, na administração de conflitos.

Para Simmel (2000), o conflito é uma forma de *sociação*, destinada a conseguir algum tipo de unidade, ainda que através da aniquilação de uma das partes conflitantes. Segundo Simmel (1983, p, 55) as oposições “[...] atuam como princípio de união”. Para ele:

[...] os indivíduos também têm necessidades de se oporem para permanecerem unidos. Essa oposição pode manifestar-se igualmente ou pelo contraste que apresentam as fases sucessivas de suas relações, ou então pela maneira segundo a qual o todo que eles formam se diferencia do meio ambiente moral que os envolve.

Desta forma, o conflito aparece como forma indispensável ao processo de *sociação*, pois ele não é só um fator dissociador, mas pode e deve ser encarado com a função de manter o grupo, pois através da superação das divergências o grupo se fortalece.

A importância do ato de se opor pode ser fundamental à manutenção do grupo, pois se por um lado a oposição gera o conflito, também gera a união para se chegar ao consenso, tornando muitas vezes o grupo mais sólido. Apesar das várias mobilidades que o grupo atravessa é fundamental que, no fim, ele seja uma unidade social, como diz Simmel (1983, p. 57):

O fato de que a oposição pode servir à conservação do grupo é o exemplo mais típico da utilidade que, nesse mesmo objetivo, é oferecida pela variabilidade social em geral. (...) A unidade social é o elemento constante que persiste idêntico a si próprio, embora as formas particulares que ela recebe e as relações que ela mantém com os interesses sociais sejam infinitamente móveis; e essa constância tanto mais acusada quanto maior for a mobilidade.

No assentamento, as associações, conforme já foi explicitado, exercem certo controle sobre os assentados, seja na promoção de eventos ou filiação de seus associados, criando uma relação de dependência entre a associação e os moradores. Seja para serem incluídos em projetos de repasse de verba para a agricultura, ou como beneficiários da reforma agrária, os moradores não podem se desvincular da associação e por sua vez, a associação faz valer sua autoridade sobre o *assentamento*, visando sua unidade.

As relações da associação com os assentados se dão na forma de um jogo, em que as partes envolvidas buscam otimizar seus interesses. A associação visando

formar novas lideranças, captar recursos para o investir na comunidade, estimular a permanência dos *assentados* no local, articular alianças visando benefícios para o *assentamento*, objetivando o que denominam a união de todos. Do outro lado estão os *assentados* buscando o apoio da entidade para favorecer sua produção e seus interesses, mesmo que isso signifique entrar em conflito com as determinações do INCRA.

A implantação de crédito tem sido uma das fontes de conflito na forma de conduzir sua gestão. Da forma como os projetos estão sendo conduzidos, coloca-se a necessidade de aprendizado de novas formas de cultivo, impostas pela disciplina da técnica, do manejo dos projetos, da negociação com o Banco, o poder público local, na relação e discussão com o mercado, etc. Ou seja, configura-se o conflito entre o denominado rudimentar, extensivo e o moderno, que requer o aprendizado de novas possibilidades de trabalho.

Os conflitos são recorrentes, principalmente, quando se trata das formas de organização da produção nos moldes “coletivo” ou “individual”.

A partir de algumas conversas com a equipe técnica do Programa ATES, venho percebendo que há uma insistência, principalmente da engenheira agrônoma e do zootecnista, responsáveis técnicos pelos projetos no Banco do Nordeste, para que as famílias, principalmente as do Projeto de Bovinocultura de Baixão Grande, trabalhem de forma coletiva. O argumento utilizado pelos técnicos para justificar o trabalho coletivo é a diminuição dos gastos com o projeto.

Em relação à recusa em realizar o trabalho de forma coletiva, afirmou a engenheira agrônoma: “[...] como os assentados apresentam dificuldade em realizar algumas das atividades em conjunto, vão acabar tirando do próprio bolso para arcar com as despesas”.

Para os técnicos o trabalho individual vem dificultando e atrasando a implantação do projeto. Segundo a Engenheira Agrônoma: “[...] observa-se pouco empenho de algumas famílias nas atividades dos projetos, sendo estes implantados em áreas individuais, dificultando desta forma a conclusão das atividades”.

O depoimento da engenheira agrônoma expressa a dificuldade dos *assentados*, em se deslocar de suas formas específicas de cultivo para adotar outras, de cunho coletivo ou comunitário, consideradas, pelos técnicos, mais adequadas e viáveis economicamente. Ou seja, os técnicos insistem para que o

trabalho seja realizado de forma coletiva, contrariando assim, a dinâmica do trabalho familiar individual até então realizado pelos *assentados*.

Houve uma tentativa de realizar produção coletiva utilizando a área do campo agrícola da comunidade de Baixão Grande, que está desativado. A equipe pretendia fazer um curral coletivo e um poço próximo, no campo agrícola comunitário, possibilitando, também, a utilização desse recurso por outras famílias que fariam uma horta comunitária. Porém, a proposta foi recusada pela diretoria da associação. Com isso as famílias acharam melhor cada uma trabalhar o seu projeto.

O campo comunitário é apresentado no âmbito do *assentamento*, pelos funcionários do INCRA e demais técnicos, como sinônimo de *desenvolvimento*, numa perspectiva de crescimento, progresso e poder de organização das comunidades do *assentamento*.

Porém, as famílias das duas comunidades, Canafistula e Baixão Grande, abandonaram por completo o campo agrícola comunitário. Ou as famílias se negaram a participar do trabalho coletivo, ou então iniciaram o trabalho e depois foram abandonando “o projeto”, fato que expressa o dissenso interno, no sentido de seguir as regras estabelecidas pelos técnicos.

A questão do conflito entre trabalho individual e coletivo nos *assentamentos* rurais tem sido recorrente. A produção coletiva coloca-se como uma proposta de fora, oriunda das entidades de mediação e seus técnicos e possui diferentes fundamentações. No assentamento Brejo de São Félix, especificamente na comunidade Baixão Grande, a influência partiu primeiramente, da Comissão Pastoral da Terra-CPT, quando motivaram a constituição da associação comunitária de Baixão Grande.

Na construção discursiva dessa entidade ligada a igreja católica, como é o caso da CPT, está presente uma idealização, que se expressa em termos de “união”, “organização”, “cooperação” ou “produzir comunitariamente”. No processo, os agricultores acabam internalizando essa perspectiva, definindo a atitude dos que se opõem a esse modo de organização da produção como “falta de união”, “falta de espírito comunitário”.

Essa noção de trabalho coletivo respalda-se na visão das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) que apregoam o ideal de vida comunitária, baseado na igualdade, na fraternidade e na solidariedade. Muitas vezes, tratam a produção

coletiva como algo natural na constituição de um assentamento, como foi dito por Enyr Freitas (Apud Pessoa, 1999, p.183), sobre a implantação do Assentamento Mosquito:

Dado o nível de organização dos trabalhadores, a ocupação deu-se de maneira ordenada, o que permitiu o plantio dos produtos de subsistência em regime de lavoura comunitária já no ano agrícola que se iniciava. 1986/1987. Este tipo de exploração, emergencial e provisória, tem a vantagem de tornar mais fácil e econômica a atividade, desenvolvida em regime de mutirão, bastante natural numa comunidade que vivenciou problemas que só com elevado nível de entendimento, organização e de solidariedade seriam solucionados.

Na perspectiva do trabalho coletivo está, também, a atuação do Movimento Sem Terra – MST, mas nesse caso a representação do coletivo respalda-se na perspectiva socialista ou de coletivização. A posição da coordenação do MST, e/ou de militantes políticos de esquerda é voltada para um modelo de socialismo.

A outra representação do trabalho coletivo fundamenta-se em critérios da racionalidade econômica e é defendida pelos técnicos que defendem a criação das associações de produção direcionada para o mercado.

Essas propostas de um projeto socialista de formação de coletivos cooperados para os *assentamentos*, não têm encontrado respaldo na visão de mundo dos agricultores, baseada na produção familiar. Na maioria das vezes, a discussão sobre o significado da coletivização não lhes faz sentido, como no assentamento em estudo. Isso não significa falta de solidariedade entre os moradores, mas que preferem trabalhar à sua maneira para assegurar o sustento de sua família.

Concordo com Pessoa (1999, p. 191), quando afirma que os aspectos ideológicos e militantes, “[...] reproduzem modelos de pensamento pré-estabelecidos, pretensamente homogeneizantes. Em vez disso, o que interessa aqui é saber como as pessoas vivem o dia-a-dia. [...] Como elas criam, vivem e trocam significações em torno desta questão”.

A produção coletiva, conforme Pessoa (1999, p.193),

[...] tem pretensões homogeneizadoras. Ela não leva em conta as singularidades dos indivíduos dentro do grupo. E nem poderia. Seria sua negação absoluta. Ela só pode existir em um grupo em que todos tenham saúde perfeita, idade condizentemente produtiva, gostos uniformizados. Mesmo assim, ela ainda teria que eliminar este traço importante da nossa cultura que é a defesa de um certo espaço pessoal.

Ainda conforme o autor, “[...] o que é determinante nesta questão é que o coletivismo não tem nada a ver com a nossa maneira de viver e de pensar o trabalho”.(PESSOA, 1999, p, 193).

Enfim, o modelo de produção coletivizada, pretendido pela maioria dos mediadores não se configurou na história dos *assentamentos* brasileiros. Entre ele e o mais “individual-familiar” possível, há inúmeras outras formas e combinações, conforme apontam Bergamasco e Norder (1996, p. 57). Pois, conforme já afirmado, as diferenças regionais brasileiras e as especificidades da história de configuração de cada grupo são fatores imperativos na organização do trabalho e da produção.

Entendo que isso não significa que os *assentados* do P. A Brejo de São de Félix, recusem qualquer tipo de trabalho coletivo. Realizam trabalhos coletivos quando relacionados aos seus interesses comuns. Nesse sentido, desenvolvem muitas atividades, como por exemplo, a limpeza dos caminhos de acesso às três comunidades, a limpeza do cemitério e o trabalho na roça, com a troca de diárias. Realizam ainda de forma coletiva a administração da infra-estrutura como a casa de farinha, a usina de arroz. Porém, preferem realizar o trabalho produtivo e nas suas roças de forma individual.

Os *assentados* respeitam princípios religiosos de solidariedade, exercem atividades em conjunto, ajudam-se mutuamente, principalmente em casos de doenças, ou quando algum deles está passando por maiores necessidades.

Porém, a equipe técnica da ATES insiste em trabalhar a produção dos projetos de PRONAF A de forma coletiva e as famílias, principalmente as de Baixão Grande, preferem trabalhar de forma individual. A *assentada* Nega⁷⁷, de Baixão Grande, afirma: “gostaria que fosse tudo no coletivo, mas fiquei isolada, sozinha, para evitar o conflito, porque não daria certo”.

Outra manifestação expressa de conflito se dá no âmbito da direção das associações. No caso da associação de Baixão Grande há uma disputa pela direção da associação que se configura atualmente como um confronto entre as lideranças mais antigas, católicas e as novas lideranças, protestantes.

⁷⁷ Conforme já apresentado na Introdução, Dona Nega já foi presidente da associação de Baixão Grande, nessa época, havia o trabalho com a Comissão Pastoral da Terra / CPT, que os ajudou na fundação da associação, Nessa época a associação era mais atuante, informação confirmada na entrevista realizada com Borges da CPT, em julho de 2007.

As mais antigas são associadas ao “progresso”, estariam articuladas a CPT e a constituição da associação. As mais novas, predominantemente masculinas, são consideradas “atrasadas”, oportunistas, por terem chegado após algumas conquistas já terem sido efetivadas.

Dona Nega é uma liderança antiga por conta de sua atuação na formação da associação. Afirma-se semi-analfabeta, mas teve uma participação ativa nas atividades de pastorais, desde época que a CPT atuava na comunidade. Sua presença acaba favorecendo uma disputa com o atual presidente da associação, que passa a maior parte do tempo fora, mas consegue centralizar todas as decisões da entidade.

Além do mais, o atual presidente da associação e a maior parte da diretoria é composta por homens que pertencem a Assembléia de Deus e a Congregação Cristã do Brasil (Igreja do Véu), configurando a disputa entre católicos e evangélicos, confirmada por Borges da CPT, embora não assumam formalmente que a relação entre as Igrejas seja conflituosa.

O fato é que prática da evangelização figura como mecanismo de expansão religiosa, campo de sociabilidade. Apesar de uma aparente cordialidade, a competição entre religiões é resultado da busca por novos fiéis, já que sem eles as Igrejas não têm como se manter.

A equipe de ATES reforça algumas idéias defendidas por dona Nega, principalmente as relacionadas ao trabalho comunitário, como a reativação do campo agrícola, (benefício este adquirido no período em que esta era Presidente da Associação). Talvez, seja este um dos motivos pelos quais, Dona Nega e a equipe de ATES não sejam bem vistos pelo presidente da associação de Baixão Grande.

Por esta razão, a opção por sair do trabalho “coletivo” e permanecer no “individual” é colocada como uma forma de evitar o conflito. Assim, o *assentamento* apresenta-se como lugar de aprendizado da gestão democrática e de vida pública.

Nos períodos de minha permanência no P.A, presenciei por duas vezes as associações das comunidades de Brejo de São Félix e Canafistula se organizarem para participar de mutirão. A primeira para efetivar a limpeza do cemitério, pela proximidade do dia de finados e, a segunda, para a limpeza dos caminhos de acesso e ruas que os assentados denominam de pátios.

Outro conflito, que pude observar, insere-se na disputa que se configura entre os novos preceitos do INCRA e a dinâmica de atuação dos *assentados*. Conforme foi colocando antes, os assentados costumam alternar a residência no *assentamento* com períodos de trabalho em cidades, especialmente na entressafra. Esta situação de “abandono” da área ocorre nas três comunidades e ocasiona conflitos no âmbito da associação, ou seja, na gestão do assentamento.

As associações, principalmente a de Brejo de São Félix, e de Canafístula, entre outras razões, como falta de informações, por terem sido criadas também, como uma imposição de fora, mantém uma relação tensa com o INCRA, que procura controlá-las e ditar as regras de permanência ou não de cada *assentado* no interior do *assentamento*. Vivenciam assim, uma situação na qual elementos de autonomia e dependência se alternam.

Com a denominação de *assentados* da reforma agrária, os trabalhadores rurais são introduzidos numa relação técnico-burocrática estabelecida pelo INCRA para o “Projeto de Assentamento”, que segue três etapas: implantação⁷⁸, consolidação⁷⁹ e emancipação⁸⁰. Ao longo dessas etapas, a posse e o uso da terra estão condicionados ao cumprimento de certas normas impostas pelo INCRA, que conforme Marques, “restringem sua autonomia, e pesam sobre eles como uma ameaça de retorno à condição de sem - terra – ainda que, comumente, duvidem dessa possibilidade” (2004, p. 278).

Verifiquei pontos de tensão e desencontros entre determinações do INCRA e a situação dos *assentados*, que se colocam desde o início da desapropriação, como o processo de seleção dos beneficiários. Segundo informação do INCRA/MA, a prioridade nos casos de *assentamentos* em que as famílias já moram na área há algum tempo, seria dada a essas famílias.

No entanto, o órgão deixa essa seleção a cargo da associação e nesse processo ocorrem muitas distorções: O presidente da associação passa a priorizar seus familiares, amigos, que às vezes não moram no assentamento. Pessoas que

⁷⁸ Conforme MIRAD/INCRA (1987), na etapa de implantação, é prevista a realização de obras de infra-estrutura, como a construção de estradas, núcleo comunitário, etc. Também são previstos os trabalhos de preparação da terra para a exploração agrícola e a qualificação do agricultor para administrar o lote, além das discussões sobre as alternativas de produção para a definição do plano de desenvolvimento do assentamento.

⁷⁹ A etapa da consolidação corresponde ao período de implantação do projeto técnico responsável pela estruturação do sistema produtivo do assentamento.

⁸⁰ A emancipação ocorreria quando os assentados apresentassem condições de assumir sozinhos a gestão dos bens comunitários e do interesses gerais do grupo.

na época não tinham os documentos prontos e ficaram para ser beneficiadas posteriormente, nunca tiveram sua situação regularizada.

No caso do P. A Brejo de São Félix encontrei muitas pessoas nesta situação, geralmente pessoas mais idosas, por exemplo, o Sr Zeca Beor, dona Maria Fernandes, entre outros, que me afirmaram “que queriam pelo menos ter uma casa”.

No P.A Brejo de São Félix há diferentes trajetórias de vida. Algumas pessoas nunca moraram fora do assentamento, enquanto outras foram e continuam indo para cidade, gerando conflito nas relações com o INCRA. Os *assentados* argumentam que faltam condições para trabalhar na terra o que gera a necessidade de buscar trabalho em outros locais.

Segundo Miranda (1988, P.126-127), a adaptação dos *assentados* a nova situação de pequenos sítiantes e seu bom desempenho vai depender “[...] das suas experiências passadas e do seu nível de capitalização. A tendência geral no assentamento é tentar estabelecer-se enquanto sítiantes, com autonomia de produção e de organização do trabalho no interior do sítio”. Portanto, para ser *assentado* é preciso ter condições econômicas que só a posse da terra não garante.

A autora procura ressaltar a cultura e as condições de capitalização como determinantes para a permanência e adaptação no assentamento. A fala do assentado Sebastião de Souza da Silva, atual presidente da associação de Brejo de São Félix, que morou em torno de 14 anos fora do assentamento, aponta para esta necessidade de capitalização: “[...] a gente quer ganhar fora e representar aqui na comunidade, terra natal. O sonho é retornar para o Brejo”. (Entrevista realizada em janeiro de 2007).

Todos a quem indaguei sobre os motivos que os levaram a sair do assentamento, afirmaram que partiam em busca de melhores condições de vida.

Wanderley (1996) chama a atenção para a precariedade e a instabilidade da unidade familiar. Nas suas palavras, “[...] o trabalho externo se torna, na maioria dos casos, uma necessidade estrutural. Isto é, a renda obtida neste tipo de trabalho vem a ser indispensável para a reprodução, não só da família, como do próprio estabelecimento familiar” (1996, p. 13).

Este aspecto é de grande importância, porque não se trata simplesmente de demonstrar que os *assentados* não conseguem gerar renda suficiente para manter a família; “[...] trata-se de compreender os mecanismos deste equilíbrio precário e

instável, pelos quais o estabelecimento familiar se reproduz, a despeito do trabalho externo e, em muitos casos, em estreita dependência deste mesmo trabalho externo” (1996, p. 13).

Além deste contingente de pessoas que saem do assentamento, existem pessoas que moram em lugares relativamente próximos ao assentamento, como nos arredores do município de Matões, Parnarama, Teresina, Caxias e até em Brasília ou São Paulo, que se reconhecem como pertencentes às comunidades do assentamento Brejo de São Félix. São pessoas que saíram da comunidade, principalmente, motivadas a buscar escolas para os filhos e procurar trabalho.

Mesmo de forma precária, as estradas, o transporte e a ampliação dos meios de comunicação de uma certa forma diminuiu as distâncias físicas, espaciais e o estilo de vida campo-cidade. Assim, embora haja uma hierarquia entre as localidades, há uma certa imbricação entre os territórios que ultrapassa a dicotomia rural-urbano.

Essas situações expressam a dissonância entre a lógica do INCRA e a dos *assentados*. Para o INCRA o *assentamento* define-se como um espaço físico limitado e a relação com esse espaço se dá pela permanência nele. Para os *assentados*, o *assentamento* é um lugar de reprodução de relações diversas e suas fronteiras transcendem os limites físicos da demarcação administrativo-burocrática.

De um lado, o INCRA visa à inserção das famílias *assentadas* no sistema econômico em vigor, a partir de uma intervenção concebida segundo parâmetros da racionalidade técnica e valores da ideologia moderna. De outro, os *assentados* visam tornar-se donos de sua própria terra para realizar um projeto de vida pautado por seus valores e tradição.

Nos *assentamentos*, os trabalhadores rurais não são concebidos como sujeitos políticos e cidadãos dotados de direitos conquistados. São percebidos como um vir a ser, um sujeito enquadrado ou adaptado aos modos de convivência com a ação dos órgãos do Estado. Para tanto, procuram construir o *assentado*, dotado de modos adequados de comportamento e de reivindicações, condição a partir do qual ele se insere ou se posiciona nos “lugares” e espaços de acesso ao mundo institucional.

Assim, o assentado fica reduzido ao silêncio, por ser excluído do debate que pretende construí-lo como personagem social e político. Seu reconhecimento

quando acontece é via porta voz institucional, através do dirigente da associação política – ou mais comumente, dos técnicos vinculados às instituições gestoras.

Através de uma classificação e de um enquadramento que pressupõe a não organização política dos *assentados*, o INCRA entende ser necessário criar novos espaços de reivindicação, novas questões, novas identidades e novos modos de incorporação de comportamentos, independentemente da aceitação ou resistência dos *assentados*, porque faz parte do enquadramento e da exigência legal.

Uma das estratégias de imposição desse modelo é a “construção do beneficiário”. Qualquer ação do INCRA no âmbito do *assentamento* requer a figura do “beneficiário” que é aquele que deve cumprir trâmites burocráticos tais como: estar cadastrado no Sistema Informação de Processamento da Reforma Agrária / SIPRA; estar em dias com as obrigações financeiras; ser portador de documentos de identificação; ser associado; morar e trabalhar no assentamento.

Uma característica importante do *assentamento* Brejo de São Félix e do espaço rural em foco é sua proximidade aos centros urbanos das cidades do entorno. Os *assentados* têm uma *relativa* facilidade para ir à cidade, trajeto que pode ser feito por ônibus municipais. Podem vender pessoalmente seus produtos na feira, e alguns até estudam em Matões. Ou seja, os *assentados* têm uma vivência urbana, já trabalharam e trabalham, nos mais diversos serviços urbanos.

Observei no *assentamento* Brejo de São Félix uma situação semelhante àquela identificada por Ruschel (2007) nos assentamentos rurais do MST no município de Vitória da Conquista/BA. Resguardadas as devidas diferenças do contexto e histórico de cada caso, conforme coloca esse autor:

[...] o *assentamento*, “parcialmente modificado pelos influxos modernizantes, recomposto pela presença dos movimentos sociais, com seu relacionamento estreito com o meio urbano tanto para o comércio como para o trabalho, caracterizam-se pelo entrecruzamento do antigo e do moderno produzindo o as análises recentes concebem como um “novo rural” e uma “nova ruralidade” (RUSCHEL, 2007, p.7).

No assentamento Brejo de São Félix, cidade e campo fazem parte da estratégia de sobrevivência familiar. No caso da relação com o município mais próximo, Matões, observei situações em que os pais moram no lote e filhos e netos moram e trabalham na cidade. Os membros “urbanos” vão para o *assentamento* nos

finais de semana e são presenteados por gêneros alimentícios e estes retribuem com serviços e produtos urbanos.

Esta relação, com algumas mudanças, se reproduz com os que moram mais distantes, como Brasília, São Paulo ou Teresina. O contacto permanece, enviam recursos para o trabalho na terra ou outras necessidades, passam as férias, feriados, etc no *assentamento*. Há laços que os mantêm ligados uns aos outros, que são a terra, a história comum, o parentesco, o sentimento de pertencer a um lugar. São elos de fortalecimento dos laços familiares, um "porto seguro". O novo e o antigo estão presentes nas expectativas e nos sentidos dos *assentados*. O novo é aceito e integrado contanto que certos aspectos mais fortes de sua cultura não sejam anulados. Isto pode ser percebido, por exemplo, nas festas e nas relações de trabalho.

A disputa pela direção das associações tem sido motivo, também, de conflitos no *assentamento*. As associações acirram as disputas entre comunidades e, internamente, na mesma comunidade. O caso mais característico é o da associação da comunidade de Baixão Grande. Neste sentido afirma Nega:

Depois que veio a terra, trouxe a individualidade das pessoas. Cada um quer ser mais que o outro, medindo força, quer ter os direitos, aquela briga. Quem não quer trabalhar, não deixa o que quer, trabalhar. Nós que brigamos para não ver a terra dividida... Agora achamos melhor que fosse cada um no seu lote. (Entrevista realizada em 18 de novembro de 2006).

Nega está se referindo ao fato de que o *assentamento* não é dividido em lotes e isso tem gerado conflito. Muitos *assentados* não estão trabalhando no *assentamento* e impedem os que lá estão de utilizar certas áreas, que são apossadas individualmente. As famílias grandes têm dificuldades para os filhos trabalharem. "Nós que estamos trabalhando, plantando mandioca, arroz, milho, uns quatro aqui não fazem roça, mas podem proibir os que trabalham. O pior que pode, pois é dono também. A família grande fica prejudicada, eu gostaria de que não faltasse terra para ninguém que fosse assentado."

A proibição a que se refere D. Nega está contida no Regimento Interno da Associação de Baixão Grande, que está sendo discutido pela comunidade desde o ano passado, sem que tenha sido possível chegar a um consenso, conforme observei em quando estive no assentamento em julho de 2007.

Numa das clausula de um modelo de regimento fornecido pelo INCRA/ MA, está posto que os filhos casados não podem morar junto e trabalhar com os pais. A diretoria da associação, por concordar com essa cláusula, não tem propiciado sua discussão, colocando a questão como já definida. Argumenta como se fosse uma imposição do INCRA, portanto, fora de discussão. Este não é o entendimento da equipe de ATES e de outras famílias da comunidade.

Lamentando esse contexto, afirma D. Nega:

Sei que meu filho não vai ter direito à casa, ao projeto PRONAF A, mas morar e trabalhar junto comigo, acho que ele pode....Vou trabalhar a vida inteira nesse projeto e se der certo que eu acho que vai dar certo, quem vai morar comigo, com quem vou ficar quando estiver velha? (entrevista realizada em novembro de 2006).

D. Nega ainda questiona: “O projeto não se chama programa de fortalecimento da agricultura familiar, que familiar é este, se não deixar meu filho morar junto comigo? Eu não entendo. Nós precisamos discutir isso com ele, mas ele não quer nem mais me ouvir”. (Continuação da entrevista realizada em novembro de 2006).

Esta situação, que se aplica a todo o *assentamento*, embora atualmente explicita-se com mais força no Baixão Grande, está levando a formação de outra organização, a Associação das Quebradeiras de Coco do *assentamento*.

Na associação, as lideranças acabam concentrando poder, decisões, gerando o conflito, em oposição ao que eles afirmam que acontecia anteriormente, onde tudo era decidido em comum acordo, presente na expressão “antes a gente era unido”.

Desta forma, as associações, embora se coloquem como instância mediadora de conflitos, que buscam na comunidade uma “unidade” através do consenso, na prática acabam por atuar como deflagradoras de conflitos.

No entanto, o conflito não é um elemento desagregador. É através dele que é possível chegar a “unidade” sonhada pela associação e demais participantes. A associação, vinculada aos moradores do assentamento está num intenso fluxo de interações e intenções. Como diz Simmel (1983) são as *sociedades* que interessam e não a comunidade estanque, por ela mesma. São suas relações, conflitos, dificuldades, aflições, interesses individuais e coletivos, as interações dos indivíduos com a comunidade e seus diversos grupos que dão sentido à comunidade.

6. CONCLUSÃO

Neste trabalho, tive como objetivo analisar a *sociabilidade* no Projeto de Assentamento Brejo de São Félix, no Maranhão. Foram analisadas as relações de *sociabilidade* antes e depois da desapropriação da terra. Dei ênfase às relações desenvolvidas após a desapropriação, ou seja, as relações institucionais estabelecidas com entidades locais e nacionais e com programas instalados através do INCRA, assim como às relações inter e intracomunitárias. Foi possível observar modificações na *sociabilidade* no assentamento.

A *sociabilidade* anterior ao *assentamento* ancorava-se no que denominei relações patrão-cliente. O controle social antes era exercido pelo proprietário e sua família, nos moldes clientelistas. Entretanto, ao entrarem outros agentes nesse espaço social, especialmente os trabalhadores que vieram a constituir a comunidade de Baixão Grande, as regras locais foram sendo questionadas. No processo de *resistência na terra*, a díade *patrão-cliente* foi sendo alterada.

Descomprometidos do antigo vínculo estabelecido entre patrão e clientes, os moradores de Baixão Grande buscaram construir outras formas de *sociabilidade*, marcadas pela luta pela conquista da propriedade da terra.

O que mudou na *sociabilidade*, após o processo de desapropriação, no assentamento Brejo de São Félix?

A desapropriação da terra, e sua posterior efetivação como *assentamento* rural, possibilitou a construção de nova *sociabilidade* e novas articulações foram se estabelecendo, especialmente efetivadas via INCRA e demais instituições e programas.

Como *assentados* de reforma agrária, os moradores do Brejo de São Félix vêm-se diante de novas regras de convivência, que na maioria das vezes são impostas pelos agentes institucionais, gerando uma tensão entre a submissão e a negação dessas regras estabelecidas de “fora para dentro”.

Os órgãos e programas oficiais voltados para o desenvolvimento no campo brasileiro como o INCRA, pautam-se, historicamente, por concepções generalizantes e apriorísticas sobre as realidades aonde atuam, desconsiderando as histórias particulares e a heterogeneidade que constitui os *assentamentos* rurais.

Hoje, com algumas diferenciações, a política de *assentamento* continua seguindo a lógica das intervenções estatais anteriores, pois desconsidera as especificidades e as histórias das comunidades para onde se voltam às ações a serem implantadas.

Assim, mesmo que o INCRA aglutine diferentes interesses e programas no *assentamento* dificilmente consegue controlar os procedimentos e seus efeitos. Com a justificção da falta de recursos financeiros, o INCRA acaba não cumprindo seus prognósticos. E quando os consegue, busca investir no reconhecimento de sua presença no campo, muitas vezes de forma autoritária. Os técnicos do órgão quando chegam ao *assentamento*, efetivam ações que consideram relevantes, sem ouvir os *assentados*, priorizando atividades burocráticas como preenchimento de cadastros e estabelecimento de regras que os *assentados* o efeito simbólico da presença do órgão em campo.

Uma das regras impostas pelo INCRA, que acaba sendo incorporada pelas associações refere-se à permanência dos *assentados* no local, impedindo quaisquer deslocamentos para outros lugares. Esse tem sido um dos maiores motivos de insatisfação por parte dos *assentados* que não consideram o deslocamento como abandono da condição de *assentado*, mas como mais uma alternativa de sobrevivência.

Os *assentados*, apesar do discurso de liberdade do jugo do antigo patrão, não romperam de forma definitiva com a tradição que receberam dos antepassados, inclusive na relação com o antigo proprietário. Hoje parecem conviver “harmoniosamente”, com a família Silveira, ainda presente no *assentamento*. Talvez porque percebam que o poder dessa família sobre eles foi substituído por diferentes instâncias do poder público a quem hoje prestam contas de suas ações.

A relação que mantêm com o passado como arrendatários é ambígua. Guardam lembranças como as casas de palha e taipa que ainda conservam ao lado da casa de alvenaria, construída com o recurso do crédito habitação, as árvores centenárias, como o pé de tamarindo sob o qual realizam a festa do lavrador e o velho “casarão”, morada e comércio do antigo patrão.

As antigas formas de solidariedade e ajuda mútua, que hoje passam a ser de alguma forma impostas pelas associações, são lembradas através de expressões

como “antes a gente era mais unido”, “hoje é tudo individual, cada um cuida do que é seu”; “antes tinha mais fartura”.

Ao mesmo tempo em que insistem na “liberdade” que hoje desfrutam, reforçam formas anteriores de *sociabilidade* como positivas, em detrimento de muitas que ocorrem atualmente.

Com a descentralização das ações, a política de *assentamentos*, cabe à prefeitura municipal uma efetiva implementação de condições para a viabilização do projeto de *assentamento*. Essa atribuição de responsabilidade, na maioria das vezes opera para inviabilizar o programa de *assentamento*, tendo em vista que o programa está sujeito aos interesses econômicos e compromissos políticos assumidos pelos participantes do jogo político local. Neste sentido, o assentamento fica numa situação de dependência das políticas públicas municipais, favorecendo o clientelismo e o paternalismo das políticas públicas.

As dificuldades de conciliação entre o recurso estatal, o acesso a técnicas de plantio e gerenciamento da produção, no *assentamento*, fazem parte de um projeto de reforma agrária que se caracteriza mais por tentar amenizar os conflitos no campo do que efetivamente solucionar os problemas através de políticas que favoreçam a autonomia do trabalhador rural.

O *assentamento* configura-se como um conjunto de ações isoladas, pontuais, desatreladas de um projeto maior de emancipação dos *assentados* por meio de trabalho qualificado na terra e da viabilização de recursos operacionais e financeiros.

A incompatibilidade existente entre o projeto dos técnicos e o desejo dos *assentados* faz com que os recursos sejam aplicados de forma descontextualizada, desconsiderando as particularidades daquele grupo específico de *assentados*.

Observei uma desconsideração por parte dos técnicos das especificidades do *assentamento* no que se refere às relações étnico-raciais, pois há momentos em que a comunidade Brejo de São Félix se autodenomina comunidade remanescente dos escravos e isso em nenhum momento foi considerado pelos gestores do INCRA.

Isso acaba gerando uma situação que, à primeira vista, culpabiliza o sujeito da reforma agrária. Culpa-se o *assentado* pela sua situação de pobreza e falta de condições de produzir.

Os programas e projetos chegam com um novo discurso, mas a prática continua a mesma.

Observei que a condição de *assentados* não gerou um protagonismo dos sujeitos. Há, inclusive, uma espécie de choque entre o conhecimento especializado dos técnicos e os meios tradicionais de trabalhar a terra, enraizados no agricultor. Coloca-se um modelo de *desenvolvimento* que deve ser seguido pelos *assentados*, com a incorporação de novas técnicas, que nem sempre se adequam ao contexto local e desrespeitam as práticas culturais dos *assentados*.

Por outro lado, os *assentados* temem assumir compromissos que estão além de suas possibilidades e muitas vezes rejeitam a idéia de se sujeitar a novas disciplinas de trabalho, como por exemplo, o trabalho coletivo.

Diante da sugestão de novos empreendimentos, na maioria das vezes, os *assentados* preferem ver os resultados antes de correr o risco. Assim, os técnicos precisam fazer experimentos e mostrar a viabilidade, para que o trabalhador possa definir o que melhor pode se adaptar ao seu projeto de vida.

Embora ainda de forma reduzida, pode se dizer que há uma diversificação da produção agrícola, com a introdução do PRONAF, que está proporcionando uma mudança tecnológica. Isso tem se refletido na composição da receita dos *assentados*, afetando o comércio local, a movimentação bancária, etc., com efeitos sobre a capacidade do *assentado* e do *assentamento*.

De forma reduzida, o mercado local passou a ser dinamizado pela venda de produtos dos *assentados*, seja de forma direta aos supermercados da sede do município, como fizeram inicialmente os *assentados* da comunidade de Canafístula, ou mesmo através da compra direta no *assentamento*, a partir do momento que já se coloca como referência na área.

A constituição do *assentamento* acarretou a introdução de novos agentes que de alguma forma modificaram as relações de poder. O controle sobre os moradores, antes concentrado nas mãos do patrão, passa a ser difuso. Entram em cena as mais variadas instituições: INCRA, associações, Bancos, deslocando para essas relações o conflito.

Nesse contexto, o *assentamento* ao destituir os laços tradicionais de patronagem, constitui novos, fundados nas novas redes em que estão articulados. Nas novas relações, os *assentados* ficam sujeitos a uma rede de observação e controle.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, Rio de Janeiro: Anpocs, Campinas: Ed. Unicamp, 1992.

_____. Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para extensão rural. **Cadernos de Ciências e Tecnologia**, Brasília, DF. 1998.

ALMEIDA, Alfredo W. Berno de; MOURÃO, Laís. **Questões Agrárias no Maranhão contemporâneo**. Brasília, 1976.

_____. Terras de Preto, Terras de Santo, Terras de Índio – uso comum e conflitos. In: CASTRO, Edna M. R de & HÉBETTE, Jean (orgs). **Na Trilha dos Grandes Projetos, Modernização e Conflitos na Amazônia**. Belém: NAEA/UFPA, 1989.

_____. **O Projeto Vida de Negro como Instrumento de Múltiplas Passagens**. In: Vida de Negro no Maranhão: Uma Experiência de Luta, Organização e Resistência nos Territórios Quilombolas. Coleção Negro Cosme Vol. IV. – São Luís-MA, SMDH/CC-MA/PVN, 2005.

_____. Transformações Agrárias e Conflito Social nas áreas de Ocorrência do Babaçu. São Luís CESE: **DEBATE**, 1990.

_____. Autonomia e mobilização dos camponeses do Maranhão. São Luís: 1981.

ALENTEJANO, P. O que há de novo no rural brasileiro? **Terra Livre**. São Paulo, 2000.

ALDIGHIERI, Mário. **Josimo: A terra, a vida**. CPT. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

ARCANGELI, Alberto. **O mito da terra**: uma análise da colonização da Pré-Amazônia Maranhense. São Luís: UFMA/PPG/EUMA, 1987.

ANDRADE, M. de P, CARNEIRO, S. M & MESQUITA, B. A. **A Reforma da Miséria e a Miséria da Reforma** – notas sobre assentamentos e ações chamadas de reforma agrária no Maranhão In: ALMEIDA, A. W. B. de. (org). São Luís: CPT. 1998.

ANDRADE, Manuel Correa de. **Ensaio sobre a realidade maranhense**. São Luis IPES, 1984.

_____. **A terra e o homem no Nordeste**. São Paulo: Editora Ática, 1986.

ASSELIN, Vítor. **Grilagem**: Corrupção e violência em terras do Carajás. Petrópolis: Vozes, 1982.

AVELINO FILHO, George. Clientelismo e política no Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo: Lis Gráfica, nº 38, 1994.

BACHELARD, G. **A formação do espírito científico**: uma contribuição para a psicanálise do conhecimento. São Paulo: Contraponto, 1996.

BARREIRA, César. **Trilhas e atalhos do poder**: conflitos sociais no sertão. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.

BARBOSA, M.V e LEITE, C. Reforma Agrária em Terras Públicas: Contradições de um Governo Democrático. **Revista Reforma Agrária**, V. 21, Nº 1, 1991.

BERGAMASCO, Sônia M., NORDER, Luiz A. C. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, (Primeiros Passos), 1996.

BRASIL. **Marco referencial para uma política nacional de assistência técnica e extensão rural**. 2ª versão. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Agricultura Familiar, 2004.

_____. **Lei Nº 4.504, de novembro de 1964**. Dispõe sobre o Estatuto da Terra. Brasília: 1964.

BRENNEISEN, E. **Da luta pela terra à luta pela vida**: entre os fragmentos do presente e as perspectivas do futuro. São Paulo, 2004.

BOURDIEU, P. Sobre o poder simbólico. In **O poder simbólico**. Lisboa: Difel/Bertrand Brasil, 1989.

CARNEIRO. Marcelo Sampaio. Agricultura Familiar e grandes projetos no Maranhão na década de 90. **Fórum Carajás**. São Luís: 1999.

_____. Da “Reforma Agrária dos Partidários” á “reforma agrária coletiva”: luta pela terra e declínio de relações de patronagem no Maranhão recente. In: **Caderno Pós-Ciências Sociais**, v. 1, n.2, 2004.

CARVALHO, H. M de. **A Interação Social e as Possibilidades de Coesão e de Identidades Sociais no Cotidiano da Vida Social dos Trabalhadores Rurais nas Áreas Oficiais de Reforma Agrária no Brasil**. Curitiba: 1999 (mimeo).

_____. **Formas de associativismo Vivenciadas pelos Trabalhadores Rurais em Áreas Oficiais de Reforma Agrária no Brasil**. Curitiba: (mimeo). 1998.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. In: LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005.

CÂNDIDO Antonio. **Os Parceiros do Rio Bonito**. Rio de Janeiro: Duas cidades, 1964.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis, Editora Vozes, 2004.

COMERFORD, John Cunha. **Fazendo a luta**: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas. Rio de Janeiro: Relume Dumará. 1999.

_____. **Como uma família**: sociabilidade, territorios de parentesco e sindicalismo moral. Rio de Janeiro. Relume Dumará. 2003.

_____. **CENSOS AGROPECUÁRIOS DE 1970, 1975, 1980,1985**.Rio de janeiro. 1985.

COELHO, Elisabeth Maria Bezerra. **Territórios em confronto**: a dinâmica da disputa pela terra entre índios e brancos no Maranhão – São Paulo: Hucitec, 2002.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CNAS). **Assistência social e cidadania**. Brasília: MPAS, 1995.

DIAS. Marcelo Miná. **Extensão rural para agricultores assentados**: uma análise das boas intenções propostas pelo “Serviço de Ates”. Cadernos de Ciência & Tecnologia. Brasília, v. 21, n 3. 2004.

DRAIBE, M.M. As políticas de combate á pobreza na América Latina. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, 1990.

D'INCAO, Maria da Conceição & ROY, Gerard. **Nós Cidadãos**: aprendendo e ensinando a democracia. Rio de Janeiro: paz e terra. 1995.

ERMACORA, Félix & NOWAK, Manfred. **Relatório** – sobre os aspectos dos direitos humanos nos conflitos de terra no Estado do Maranhão e na região do “Bico do Papagaio” – Brasil. São Luís, 1986.

ELIAS, Norbet E SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed. 2000

ESCOBAR, Arturo. **La Invención del Tercer Mundo**: construcción e desconstrucción del desarrollo. Bogotá: Norma, 1996.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder - formação do patronato político brasileiro**. 9ª ed. São Paulo: Globo, 1991.

FEITOSA, Moacir, RIBEIRO, Ribeiro. **Ensaio sócio-econômico e histórico**. São Luís: Fase, 1991.

FRANCO, M.S.C. **O código do sertão**. In: Homens livres na ordem escravocrata. 4.ed. São Paulo: UNESP, 1997.

FELDMAN-BIANCO, Bela. (org,) **A antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo: Global,1987.

FERNANDES, Bernardo M. **MST** – Formação e territorialização. São Paulo: Hucitec, 2.ed. 1999.

_____. **A formação do MST no Brasil**. Ed. Vozes.Petrópolis. 2002.

FURTADO, Celso. **Dialética do desenvolvimento**. Rio de Janeiro. Fundo de Cultura, 1964.

FURTADO, R., FURTADO, E. **A intervenção participativa dos atores (INPA)**: uma metodologia de capacitação para o desenvolvimento local sustentável. Brasília: DF, (IICA), 2000.

GARCIA JR. Afrânio Raul. **Terra de trabalho**: Trabalho familiar de pequenos produtores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

_____. **O Sul**: caminho do roçado. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo/Brasília: Marco Zero/UNB/CNPq. 1990.

GRAZIANO NETO, Francisco. **Qual reforma agrária?**: terra, pobreza e cidadania. São Paulo: Geração Editorial, 1996.

GUANZIROLI, Carlos E. (org.). **Reforma Agrária**. Rio de Janeiro: Vozes, Ibase, FAO. 1994.

IBGE. **Censo Agropecuário 1995-1996**. nº 7. Rio de Janeiro. IBGE. 1997.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Disponível em <http://www.incra.gov.br>. Acesso em 10 de jan. 2007.

INCRA / MIRAD. **Política de assentamento**. Brasília: Mirad/Incra, 1987.

_____. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Norma de Execução nº 39, de 30 de março de 2004. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 08 de maio de 2004. Com anexos I, II e III.

_____. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Assessoria Técnica Social e Ambiental á Reforma Agrária (ATES)**: diretrizes e manual operacional. Brasília, DF, 2004 a. 64p.

_____. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Norma de assentamento /n167 001/98**. Brasília: Incra, 1998.

_____. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Projeto Lumiar**: metodologia de atuação. Brasília, DF, 1997.

_____. **Política de assentamento**. INCRA / MIRAD. Brasília: Mirad/Incra, 1987.

_____. **A nova Reforma Agrária**. Brasília. Incra. 1999.

JUSTO, Marcelo Gomes. "**Exculhidos**": ex-moradores de rua como camponeses num assentamento do MST. Tese de doutoramento do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da FFLCH/USP (mimeo) 2005.

LAMARCHE, Hughes (coord). **A agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto - o município e o regime representativo no Brasil**. 5ª. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

LEITE, Sérgio P. Assentamentos rurais no Brasil: impactos, dimensões e significados. In: STÉDILE, João Pedro. (org). **A reforma agrária e a luta do MST**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

LEITE, Sérgio et al. **Impactos dos assentamentos**: um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; São Paulo: Editora UNESP [co-editora e distribuidora], 2004.

MARQUES, Maria Inês M. Terra e Modernidade em assentamentos de reforma agrária. In: Ellen F. Woortmann (Org.). **Significados da terra**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

MARTINS, J. de S. **O poder do Atraso**: ensaios de Sociologia da História Lenta. São Paulo: HUCITEC. 1994.

_____. **Os camponeses e a Política no Brasil**. Petrópolis, vozes, 1981.

_____. **A reforma agrária e os limites da democracia na "Nova República"**. São Paulo: Hucitec, 1986.

_____. **O cativo da Terra**. São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1979.

_____. **A militarização da Questão Agrária no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1984.

_____. **A sociabilidade do homem simples**: cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Hucitec. 2000.

MARTINS, Paulo Henrique. **A dívida entre os modernos**: discussão sobre os fundamentos e regras do social. Petrópolis: Vozes. 2002.

MARX, Karl. A Miséria da Filosofia. 1818-1883; tradução de José Paulo Neto. São Paulo: Global. 1985.

_____, **O capital**, Livro 3. vol. 6, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dívida**: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas". In IDEM: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: EPU. 1974.

MAY, Peter Herman. **Palmeiras em chamas**: transformações agrárias e justiça social na zona do babaçu. São Luis, EMAPA/FINEP/Fundação Ford, 1990.

MEDEIROS, Leonilde; Leite, Sérgio (coords.). **Os impactos regionais dos assentamentos rurais**: dimensões econômicas, políticas e sociais. Rio de Janeiro: CPDA/UFRJ/FINEP, 2004.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Reforma Agrária no Brasil**: História e atualidade da luta pela terra. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

MIRANDA. **Análise de uma situação de conflito entre os assentados e o MST**. 1998. Dissertação de mestrado apresentada ao Depto. de Antropologia. FFLCH/USP. 1998.

_____, Maria Elena. **Os assentados Frente aos desafios legais**. Uma interpretação antropológica das relações jurídicas no assentamento promissão. Tese de doutoramento apresentada ao Depto. de Antropologia. FFLCH/USP. 2003.

MIRANDA, Aurora A. Brito de. **O Processo de luta dos trabalhadores rurais pela Reforma Agrária no Estado do Maranhão - O Caso do MST**. São Luís/MA. 2003. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2003.

Moreno, Alejandro. Superar a exclusão, conquistar a equidade: reformas, políticas e capacidades no âmbito social. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro. 2005.

MOTA, Leonardo de Araújo. Dádiva e sociabilidade no Brasil. **Revista ANTHROPOLÓGICAS**. ano 6, v.13, 2002.

MUSUMECI, Leonarda. O mito da terra liberta. São Paulo: Vértice, Ed. **Revista dos Tribunais**. São Paulo: ANPOCS, 1988.

NEVES, Delma Pessanha. **Assentamento rural**: reforma agrária em migalhas: estudo do processo de mudança da posição social de assalariados rurais para produtores agrícolas mercantis. Niterói: EDUFF, 1997.

NOVAES, Regina Reyes, **De Corpo e Alma: Catolicismo, classes sociais e conflitos no campo**. Rio de Janeiro, Graphia, 1997.

OLIVEIRA, A.U. de. **A geografia das lutas no campo**. São Paulo: Contexto / Edusp, 1988.

_____. **A fronteira Amazônica Mato-Grossense**: grilagem, corrupção e violência. São Paulo, Tese de livre Docência apresentada ao Depto. De Geografia, FLCH/USP. 1997.

PALMEIRA, Moacir. **Casa e trabalho**: notas sobre as relações sociais na plantation tradicional. Niterói - Rio de Janeiro. Contraponto, 1977.

PAULILO, Maria Ignez S. Os assentamentos de reforma agrária como objeto de estudo. In: In: ROMEIRO, A. R. et al. (org). **Reforma agrária: produção, emprego e renda**. Rio de Janeiro: Vozes/Ibase/FAO, 1994.

PANINI, C. **Reforma Agrária** – dentro e fora da lei. São Paul: Paulinas, 1990.

PRADO JR, Caio. **A Questão Agrária no Brasil**. São Paulo: Editora brasiliense. 1987.

PEREIRA, José Roberto. Terras e Reforma Agrária. In: WOORTMANN, Ellen F. (Org.). **Significados da terra**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

PESSOA, Jadir de Moraes. **A revanche camponesa**. Goiânia: Editora da UFG, 1999.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O mandonismo local na vida política brasileira**. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

QUIJANO, Aníbal. Sistemas alternativos de Produção? In: Santos, Boaventura S. (Org.). **Produzir para Viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

RUSCHEL. Benjamin Vanderci: A formação da sociabilidade nos assentamentos rurais no MST no município de Vitória da Conquista. XIII Congresso Brasileiro de Sociologia. **Anais...** Recife: UFPE, 2007.

SADER, M. Regina C. de Toledo. **Espaço e luta no bico do papagaio**. São Paulo. 1986. Tese de doutoramento apresentada ao Depto de Geografia da Universidade de São Paulo, 1986.

SANTOS, Boaventura S. (Org.). **Produzir para Viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SILVA, José Graziano. Reforma Agrária não essencialmente agrícola. In: SANTOS, Raimundo; COSTA, Luís Flávio Carvalho (Org.) **Política e reforma agrária**. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

SILVA, Lenice Coimbra da. **Parnarama: Cidade projetada e construída**. Parnarama/MA. 2005.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **A luta pela terra: experiência e memória**. São Paulo. UNESP, 2004.

SILVA, José Domingos Cantanhede. **Pobreza e Desenvolvimento: O PCPR nas comunidades Quilombolas**. São Luís/MA, Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós – Graduação em Políticas Públicas da UFMA. 2005.

SIMMEL, George. Sociologia. (org). MORAES FILHO, Evaristo de (org). **Sociologia** São Paulo: Ática, 1983.

SOARES, Luiz Eduardo. **Campesinato**: Ideologia e política. Zahar Editores. Rio de Janeiro, 1981.

TEDESCO, J.C. **Terra, trabalho e família**: racionalidade produtiva e ethos camponês. Passo Fundo: EDIUBE, 1999.

VELHO, Gilberto. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, nº 28. 2001.

VELHO, Otávio Guilherme. **Frentes de expansão e estrutura agrária**: estudo do processo de penetração numa área da transamazônica. Rio de Janeiro: Zahar 1972.

WANDERLEY, M. de N. B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro XX** ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. Caxambu, MG.1996.

_____. A agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, nº 21, 2003.

_____. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas; o “rural” como espaço singular e ator coletivo. In: **Estudos, sociedade e agricultura**. Rio de Janeiro, 2000.

WEBER, M. **Economia e Sociedade**. In: Vol. I, Cap. I – Conceitos sociológicos fundamentais, p.03 -33, e cap. III – Os tipos de dominação , p. 139 – 167. Brasília: Ed. Da Universidade de Brasília, 1999.

_____. Metodologia das ciências sociais. In: **A “objetividade” do conhecimento na ciência social e na ciência política** – 1904. São Paulo: Cortez: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992

WEIL, Simone. **A condição operária e outros estudos sobre a opressão** / seleção e apresentação Ecléia Bosi; tradução Therezinha G. G. Langlada. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1996.

WOLF. Eric R. **Antropologia e Poder**. (org) Bela Feldman-Bianco e Gustavo Lins Ribeiro. Tradução de Pedro Maia Soares. Brasília. Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Editora Unicamp, 2003.

WOORTMANN, Neusa. **“Com Parente Não se Neguceia”**. O campesinato como ordem moral. In: Anuário Antropológico/87. Brasília/DF: Ed. UNB. 1990.

ANEXOS

ANEXO A – Cópia de FAX: Informação do cartório de Parnarama ao INCRA sobre compra de terra.

ANEXO B – Mapa assentamento de Brejo de São Félix.